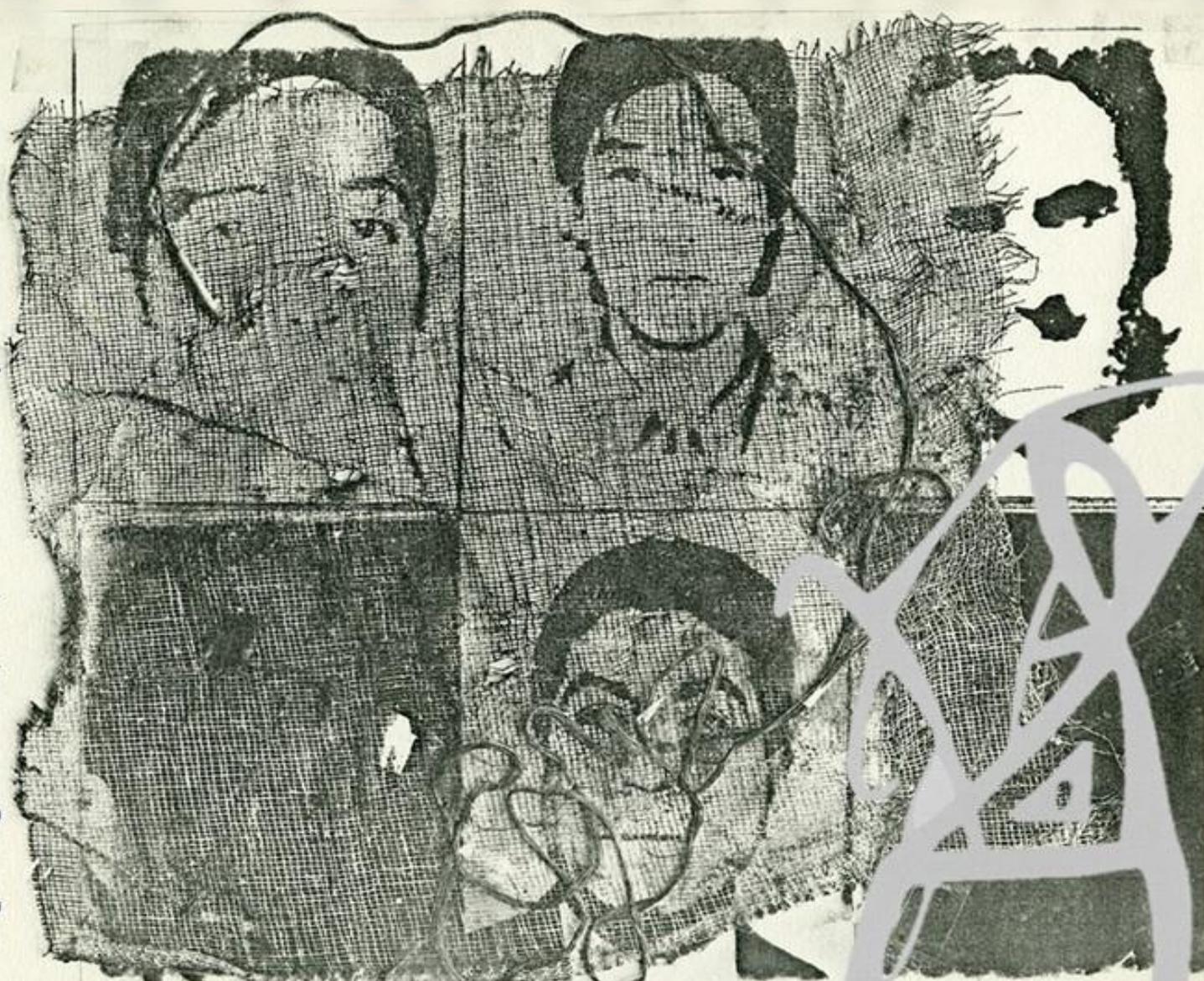


# MARGENS

Imagem: Virginia Errázuriz, 1977, Colección Leticia y Stanislas Poniatowski



## Memória do Terrorismo de Estado: Experiência de Mulheres ativistas políticas e as infâncias no Cone Sul

Editores do Dossiê:

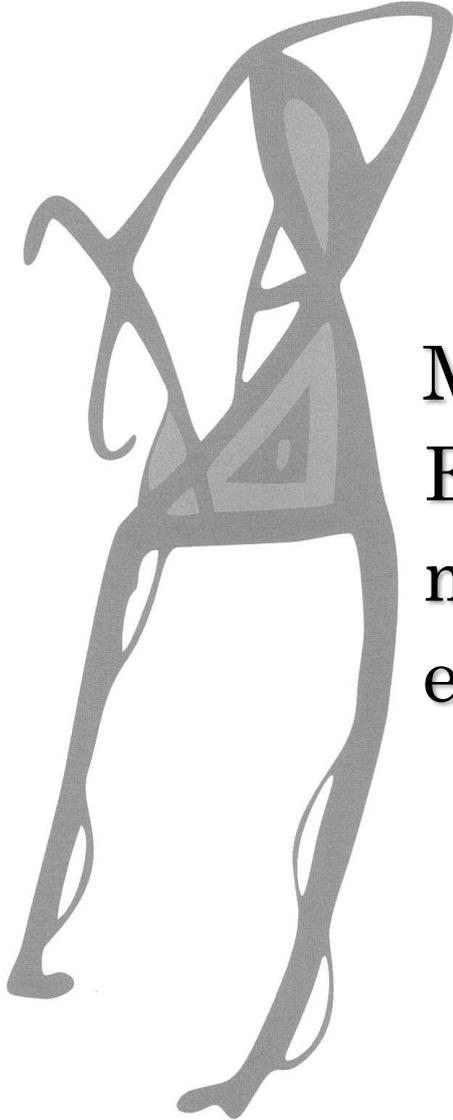
Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)

Natália Montealegre (UDELAR-Uruguai)

Graciela Sapriza (UDELAR - Uruguai)



# MARGENS



Memória do Terrorismo de  
Estado: Experiências de  
mulheres ativistas políticas  
e as infâncias no Cone Sul

Editores do Dossiê:

Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)

Natalia Montealegre (UDELAR-Uruguay)

Graciela Sapriza (UDELAR-Uruguay)

**Margens: Revista Interdisciplinar - Programa de Pós-Graduação em Cidades, Território e Identidades  
(PPGCITI) Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/Universidade Federal do Pará  
Revista Margens – Vol. 17. N. 28 – Jun 2023**

---

Emmanuel Zagury Tourinho	<i>Reitor da Universidade Federal do Pará</i>
Ana Aurea Barreto Maia	<i>Coordenadora do Campus de Abaetetuba</i>
Crisolita Gonçalves dos Santos Costa	<i>Coordenadora da DPPG</i>
Afonso Welliton de Sousa Nascimento	<i>Coordenador do PPGCITI</i>
Augusto Sarmento-Pantoja (UFPA)	<i>Editor-Chefe</i>
Raimundo Hosana Negrão	<i>Secretaria</i>

---

---

<b>Equipe Editorial</b>	<b>Sessões da Revista</b>
-------------------------	---------------------------

---

Augusto Sarmento-Pantoja	Artigos, Margens das Artes, Resenha.
Vivian da Silva Lobato	Iniciação Científica
Augusto Sarmento-Pantoja	Memória do Terrorismo de Estado: Experiências de mulheres ativistas políticas e as infâncias no Cone Sul
Natalia Montealegre	Sul
Graciela Sapriza	
Augusto Sarmento-Pantoja	<i>Projeto Gráfico</i>

---

---

<b>Comitê Científico</b>	<b>Instituição</b>
--------------------------	--------------------

---

Alberto Del Castillo Troncoso	Instituto Mora (IMORA), México
Anderson Ferrari	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Bruno Pucci	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Cláudia Maria Cunha	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Cláudia Maria Ribeiro	Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Constantina Xavier Filha	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Daiana Nascimento dos Santos	Universidade de Playa Ancha, Chile
Elsa Peralta	Universidade de Lisboa, Portugal
Fernanda Wandere	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Fernando Henrique Fogaça Carneiro	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Geovana Ramo	Universidade Federal de Goiás (UFG)
Gonzalo Leiva Quijada	Universidad Adolfo Ibañez, Chile
Jaime Ginzburg	Universidade de São Paulo (USP)
Jean-Nöel Sanchez	Université de Strasbourg, França
Jorge Larrosa	Universidad de Barcelona, Espanha
Kênia Rios	Universidade Federal do Ceará
Lizandro Carlos Calegar	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Mardônio Silva Guedes	<i>História/Arq. Pub. Ceará</i>
Márcio Danelon	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Mardônio Silva Guedes	Centro Universitário Farias Brito (CUFB)
Markus Klaus Schäffaue	Universität Hamburg, Alemanha
Olga Rodrigues Moraes Von Simson	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Paul Michael Sneed	Seul National University, República da Coreia
Pablo Esteban Rodriguez	<i>Universidad de Buenos Aires, Argentina</i>
Rita Ribes	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Roney Polato de Castro	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Shara Jane Holanda Costa	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Teresa Basile	Universidade Nacional de La Plata, Argentina
Tiago Lemõe	Universidade Católica de Pelotas (UCPel)
Walter Omar Kohan	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Augusto Sarmiento-Pantoja  
(Org.)

Dossiê: Memória do  
Terrorismo de Estado:  
Experiências de mulheres  
ativistas políticas e as  
infâncias no Cone Sul

UFPA  
Campus de Abaetetuba  
Jun/2023



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/14811>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.14811>



ELSEVIER  
Scopus

© Margens: Revista Interdisciplinar | EditorAbaeté | Universidade Federal do Pará

Projeto Visual: Augusto Sarmento-Pantoja

Projeto Gráfico: Augusto Sarmento-Pantoja

Revisão: Os autores

Diagramação: Augusto Sarmento-Pantoja

Indexado por:



Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Biblioteca Central/UFPA, Abaetetuba, PA

Margens – Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) - Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA – V. 17. N. 28 – Jun/2023 – Abaetetuba /PA: UFPA, 2023.

Semestral Organizador: Augusto Sarmento-Pantoja. Publicações em edições temáticas; V.17.N. 28:Dossiê: Memória do Terrorismo de Estado: Experiências de mulheres ativistas políticas e as infâncias no Cone Sul.

ISSN: 1806-0560 | e-ISSN: 1982-5374

Periódicos brasileiros. I. Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins) ISBN: 978-85-92786-42-7

CDD:B869.8

ISBN 978-859278642-7



9

788592

786427

## SUMÁRIO

### *Apresentação Dossiê*

- [MEMÓRIAS DO TERRORISMO DE ESTADO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES ATIVISTAS POLÍTICAS E INFÂNCIAS NO CONE SUL](#) 11-22  
Natália MONTEALEGRE, Graciela SAPRIZA, Augusto SARMENTO-PANTOJA

### *Dossiê: Memórias do terrorismo de estado: experiências de mulheres ativistas políticas e infâncias no Cone Sul*

- [IZQUIERDA ARMADA Y GÉNERO EN EL RÍO DE LA PLATA DURANTE LOS 60 Y 70: UN ESTADO DE LA CUESTIÓN](#) 25-49  
Maite IGLESIAS

- [MORAL, USO DE DROGAS, Y ROLES DE GÉNERO EN LAS SOCIEDADES E INSTITUCIONES RIOPLATENSES DURANTE EL TERRORISMO DE ESTADO.](#) 51-73  
Rocio del Pilar DEHEZA

- [DECIR PARA VIVIR. RELATOS DE EXPERIENCIAS DE REPRESIÓN DE MUJERES DURANTE EL TERRORISMO DE ESTADO EN URUGUAY](#) 75-95  
Romina VERRUA

- [LA GUERRA NO CONTADA: MEMORIAS DE MUJERES EN EL CONFLICTO ARMADO COLOMBIANO](#) 97-117  
Erika Johanna LARA-VARGAS

- [¿DÓNDE ESTÁ LA MINERA? MEMORIA DE PRISIÓN Y LUCHA DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO](#) 119-140  
Eliana PISSANO

- [MIRADA DE LA FOTOGRAFÍA DE LAS MUJERES EN ANUARIO FOTOGRÁFICO CHILENO: AFI Y LA LUCHA POR LA MEMORIA](#) 141-163  
Augusto SARMENTO-PANTOJA

- [EN LA PLAZA Y EN LA CÁRCEL: CÓMO LAS MATERNIDADES SE MANIFESTARON EN LAS EXPERIENCIAS DE LAS MUJERES EN EL MARCO DE LA RESISTENCIA POLÍTICA EN LOS 60'](#) 165-185  
Gabriela Veras IGLESIAS

[“ASÍ DE RARA ES LA VIDA”: INÉS BORTAGARAY Y LA EPOPEYA NEGATIVA DE LA DICTADURA MILITAR URUGUAYA](#) 187-203  
Livia Prado MARTINS

[MUNDOS INVIABLES, VIDAS DELETABLES: APROXIMACIONES ENTRE LEILA DANSIGER Y BERNA REALE](#) 205-223  
Tânia SARMENTO-PANTOJA

---

*Artigos*

[ALÉM DE SI: A ARTE COMO FAZER COLETIVO](#) 227-244  
Eduardo PELLEJERO

[O SABER SOBRE A VIDA E A ESCRITA AUTO/BIOGRÁFICA](#) 245-256  
Rosani Ketzer UMBACH

[TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES NAS FRONTEIRAS FRANCO-AMAPAENSES](#) 257-272  
Ruane Cláudia Queiroz SILVA

[OBJETOS DE MEMÓRIA: DA ESCAVAÇÃO AO CAMPO DA RECORDAÇÃO](#) 273-282  
JOSIMERE SERRÃO GONÇALVES

---

*Iniciação Científica*

[LIVRO DO DESASSOSSEGO: UMA VISÃO AUTOBIOGRÁFICA DE BERNARDO SOARES. HETERÔNIMO DE FERNANDO PESSOA.](#) 285-299  
Rafael Henrique PIMENTEL-LOBATO, AUGUSTO SARMENTO-PANTOJA

---

*Resenha*

[RESENHA: PROTAGONISMO NEGRO NA DIÁSPORA](#) 303-307  
Marcos RODRIGUES

---

*Margens das Artes*

[MULHERES ATIVISTA NAS ARTES VISUAIS E AS DITADURA DO CONE SUL](#) 311-330  
Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)

---





---

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ







Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/13735>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.13735>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun. 2023, pp. 11-22



ELSEVIER  
Scopus



## MEMORIAS DEL TERRORISMO DE ESTADO: EXPERIENCIAS DE MUJERES MILITANTES POLÍTICAS Y DE LAS INFANCIAS EN EL CONE SUR

### MEMORIES OF STATE TERRORISM: EXPERIENCES OF WOMEN POLITICAL ACTIVISTS AND CHILDHOOD IN THE SOUTHERN CONE

Augusto SARMENTO-PANTOJA  

Universidade Federal do Pará - UFPA<sup>1</sup>

Natalia MONTEALEGRE 

Universidad de la República – UDELAR<sup>2</sup>

Graciela SAPRIZA

Universidad de la República – UDELAR<sup>3</sup>

**Resumen:** En el dossier se presentan artículos que tratan diferentes aspectos del impacto del terrorismo de Estado focalizando en la experiencia de militantes políticas, las relaciones intra-familiares y “segundas generaciones” en el Cono Sur. Para este abordaje que integra las “posmemorias” resulta pertinente atender a la genealogía del campo de la memoria y los derechos humanos, con especial interés en las relaciones entre género y generaciones durante las últimas dictaduras cívico-militares y su devenir hasta el presente, con miradas desde Argentina, Brasil, Colombia, Chile y Uruguay.

**Resumo:** O dossiê apresenta artigos que tratam de diferentes aspectos do impacto do terrorismo de Estado, com foco na experiência de militantes políticos, relações intrafamiliares e "segundas gerações" no Cone Sul. Para esta abordagem que integra as “pós-memórias” é pertinente atentar para

a genealogia do campo da memória e dos direitos humanos, com especial interesse nas relações entre gênero e gerações durante as últimas ditaduras civil-militares e seu futuro até o presente, com vistas da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e Uruguai.

**Abstract:** *The dossier presents articles that deal with different aspects of the impact of State terrorism, focusing on the experience of political militants, intra-family relationships and "second generations" in the Southern Cone. For this approach that integrates the "post-memories" it is pertinent to attend to the genealogy of the field of memory and human rights, with special interest in the relations between gender and generations during the last civil-military dictatorships and their future up to the present, with views from Argentina, Brazil, Colombia, Chile and Uruguay.*

<sup>1</sup> Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade de Campinas. É docente de Literaturas na Faculdade de Letras e no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [augustos@ufpa.br](mailto:augustos@ufpa.br)

<sup>2</sup> Profesora del Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, Uruguay. E-mail: [montealegre.alegria@gmail.com](mailto:montealegre.alegria@gmail.com)

<sup>3</sup> Profesora del Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, Uruguay. E-mail: [gracielasapriz@gmail.com](mailto:gracielasapriz@gmail.com)

El dossier “*Memorias del terrorismo de Estado: experiencias de mujeres militantes políticas y de las infancias en el Cono Sur*” reúne miradas de la historia, la filosofía, las letras, la geografía y los estudios latinoamericanos sobre un campo que requiere desde sus inicios la reflexión interdisciplinaria.

La Memoria, como campo de estudios nace precisamente de la conjunción de múltiples disciplinas propias de las humanidades y las ciencias sociales y se transforma en soporte para los procesos de construcción de relatos compartidos, mostrándose lábil y a la vez frágil. Es justamente este carácter huidizo, escurridizo, de la resignificación de las experiencias el que nos enfrenta al desafío de proponer miradas integrales sobre los procesos subjetivos y sociales de construcción de la memoria colectiva. A esto se suma que el conjunto de artículos aquí reunidos, parte de un enfoque de género como eje para problematizar diversos pliegues de las relaciones de poder y diferentes modos de evocar lo vivido y ponerlo en circulación. Sobre estas premisas cada autora, cada autor, nos comparte singularidades de memorias en diversos formatos. La mayor parte de los artículos aquí reunidos trabaja con diversas producciones de mujeres de Bolivia, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay.

Mucho se ha (hemos) discutido sobre si existe una memoria específica de las mujeres, evitando caer así en la “naturalización” de roles e

O dossiê “*Memorias del terrorismo de Estado: experiencias de mujeres militantes políticas y de las infancias en el Cono Sur*”, reúne olhares sobre a história, a filosofia, as letras, a geografia e os estudos latino-americanos amparada na reflexão interdisciplinar desde seu início.

A memória, como campo de estudo nasce precisamente da conjugação de múltiplas disciplinas próprias das humanidades e das ciências sociais, a qual se transforma na matéria fundamental para a construção dos testemunhos, que são ao mesmo tempo instável e frágil. É justamente este caráter indescritível, escorregadio sobre o significado das experiências que temos o desafio de propor outros olhares sobre os processos subjetivos e sociais na construção da memória coletiva. Soma-se a esto os artigos aqui reunidos, que partem de um enfoque de gênero como eixo para problematizar várias dobras das relações de poder e diferentes formas de evocar o vivido e colocá-lo em circulação. Nesta premissa, cada autora ou autor, partilham conosco singularidades de memórias em diferentes formatos. A maioria dos artigos aqui reunidos trabalha com diversas produções de mulheres em países como Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai.

Muito se tem (temos) discutido sobre se existe uma memória específica de mulheres, evitando, porém, cair na “naturalização” desses

identidades capturadas por esquemas dicotómicos. La crítica al binarismo hombre-mujer habilita incorporar al análisis otros elementos en juego que se suman en clave de interseccionalidad a las identidades de género: la condición de clase, la pertenencia étnica y a diferentes grupos de edad o rangos experienciales. Tópicos abordados en los distintos artículos de este dossier por investigadorxs que se sumergen en el impacto del terrorismo de Estado en la experiencia de militantes políticas y cómo se ha transmitido ese legado a las siguientes generaciones, atendiendo a la genealogía del campo de la memoria y los derechos humanos durante las últimas dictaduras cívico-militares y su devenir hasta el presente.

A cincuenta años de los golpes de Estado en Uruguay y Chile, contamos ya con una rigurosa bibliografía enfocada tanto en los antecedentes a la imposición de las cruentas dictaduras que ensombrecieron el Cono Sur (nos referimos en particular a los estudios sobre las izquierdas revolucionarias), pero también por el tiempo transcurrido, es pertinente una revisión de esa producción desde diferentes interpretaciones. En este sentido el artículo de Maite Iglesias propone una crítica de la producción historiográfica sobre las izquierdas armadas en el Río de la Plata. Su texto *Izquierda armada y género en el río de la plata durante los 60 y 70: un estado de la cuestión*, pone el foco en los procesos de modernización sociocultural de la

papéis e identidades em esquemas dicotómicos. A crítica ao binarismo homem-mulher, nos permite incluir à essas análises diversos elementos inerentes às reflexões sobre a interseccionalidade das identidades de gênero, tais como: classe, etnia, faixa etária ou de experiência. Vários dos artigos do dossiê ora disponibilizado, observam tais particularidade, nos estudos de investigadorxs que sufocados pelo impacto do terrorismo de Estado diante da experiência de militantes políticos e de como foi transmitido esse legado às gerações seguintes, levando em consideração a genealogia do campo da memória e dos direitos humanos durante as últimas ditaduras civis-militares no Cone Sul e seus devires até o presente.

Cinquenta anos depois dos golpes do Uruguai e do Chile, já temos uma bibliografia substancial voltada tanto para compreender o que antecedeu a imposição sangrenta ditaduras que pairaram sobre o Cone Sul (referimo-nos, em particular, aos estudos sobre a esquerda revolucionária), mas também devido ao tempo decorrido, torna-se pertinente uma revisão dessa produção a partir de diferentes interpretações. Nesse sentido, as análises de Maite Iglesias propõem uma importante crítica à produção historiográfica sobre a esquerda armada no Rio da Prata. Seu texto *Izquierda armada y género en el río de la plata durante los 60 y 70: un estado de la cuestión*, põe em questão os processos de modernização sociocultural da

familia y la sexualidad y cómo éstos interpelaron al campo de las izquierdas. El artículo enfatiza la creciente complejidad en los abordajes y marcos teóricos utilizados, y traza el mapa de una agenda de investigación en ciernes.

Una mirada inusual sobre el autoritarismo es la que propone, a continuación, Rocío del Pilar Deheza en *Moral, uso de drogas, y roles de género en las sociedades e instituciones rioplatenses durante el terrorismo de Estado*. La autora se adentra en la construcción de la moral a través de cómo es significada la articulación entre los roles de género y usos de drogas por parte de las organizaciones de izquierda y, también, de los regímenes dictatoriales durante las décadas de 1960-1970 en las sociedades e instituciones rioplatenses. Su abordaje focaliza en las mujeres jóvenes, protagonistas de los cambios culturales y políticos acaecidos en esas décadas, que califica como “contraculturales” y “revolucionarios”. Los resultados preliminares de su investigación permiten afirmar que las mujeres usuarias de drogas en este período fueron (y siguen siendo) invisibilizadas y silenciadas.

Preocupada por recuperar la memoria de las mujeres, Romina Verrua, en *Decir para vivir. Relatos de experiencias de represión de mujeres durante el terrorismo de Estado en Uruguay*, se interesa en otros aspectos de lo vivido por las mujeres retomando los aportes de una historia feminista que ha desmitificado el relato hegemónico de una épica masculina. Su trabajo

família e da sexualidade e como elas promovem questionar a esquerda. O artigo enfatiza a crescente complexidade das abordagens e dos marcos teóricos utilizados e mapeia uma agenda de pesquisa em desenvolvimento.

Uma percepção incomum sobre o autoritarismo é o proposto por Rocío del Pilar Deheza em *Moral, uso de drogas, y roles de género en las sociedades e instituciones rioplatenses durante el terrorismo de Estado*. A autora investiga a construção da moral para entender a articulação entre papéis de gênero e o consumo de drogas por organizações de esquerda, assim como, esses mesmos efeitos nos regimes ditatoriais durante as décadas de 1960 e 1970, e seus significados em sociedades e instituições do Rio da Prata. A sua abordagem centra-se nas mulheres jovens, protagonistas das mudanças culturais e políticas ali ocorridas e que se descrevem como "contraculturais" e "revolucionárias". Os resultados preliminares de sua pesquisa permitem afirmar que as mulheres usuárias de drogas nesse período foram (e continuam sendo) invisíveis e silenciadas.

Preocupada no resgate da memória das mulheres, Romina Verrua, em *Decir para vivir. Relatos de experiencias de represión de mujeres durante el terrorismo de Estado en Uruguay*, discute outros aspectos vivenciados pelas mulheres, retomam ao legado de uma história feminista que desmistifica a história hegemônica fundado em uma épica masculina. Seu trabalho

privilegia la diferencia en las modalidades represivas y su impacto en los cuerpos y subjetividades de las mujeres atendiendo a la tensión entre lo público y lo privado. El artículo sostiene que aún perviven los silencios respecto a las formas en que actuó el terrorismo de Estado y cómo operó sobre las mujeres en tanto protagonistas y transmisoras de cultura. Describe hechos salientes para mostrar cómo se organizaron colectivamente, resistieron y comunicaron públicamente sus experiencias.

El entrecruzamiento constante, y en algunas ocasiones conflictivo, entre historia y memoria, ha dado lugar a la construcción de una memoria colectiva institucionalizada que reproduce un discurso que privilegia al sujeto masculino, dejando de lado en Colombia, las vivencias de las mujeres que estuvieron implicadas en el conflicto armado. Bien sea con su participación dentro de grupos armados o como víctimas de la guerra interna y la violencia del Estado y grupos paramilitares. Esto sostiene Erika Johanna Lara-Vargas en *La guerra no contada: memorias de mujeres en el conflicto armado colombiano*. La autora reivindica la importancia de visibilizar aquellas memorias “débiles” que vincula a la memoria tejida desde las mujeres sobre la situación que vive el país desde hace varias décadas. Propone que ellas permiten la construcción de una memoria colectiva mucho más plural y representativa de la realidad colombiana.

privilegia a diferença nas modalidades repressivas e seu impacto nos corpos e nas subjetividades das mulheres, atendendo à tensão entre o público e o privado. O artigo sustenta que ainda há manutenção de silêncios sobre as formas como o terrorismo de Estado atuou e como atuou sobre as mulheres como protagonistas e transmissoras de cultura. Ela descreve fatos importantes para mostrar como elas se organizaram coletivamente, resistiram e comunicaram publicamente suas experiências.

O constante entrelaçamento, muitas vezes conflitivas, entre história e memória, levaram à construção de um lugar para a memória coletiva institucionalizada, a qual reproduz um discurso, em que será privilegiado o sujeito masculino, deixando de lado, na Colômbia, as experiências das mulheres, que em algum momento envolvidas em conflitos armados. Seja por sua participação nesses grupos, seja como vítimas de guerras internas e violência de Estado e de grupos paramilitares. Isto será apresentado por Erika Johanna Lara-Vargas em *La guerra no contada: memorias de mujeres en el conflicto armado colombiano*. A autora reivindica a importância de tornar visíveis aquelas memórias “frágeis” que estão ligadas à memória tecida pelas mulheres sobre a situação que o país vive há várias décadas. Ele propõe que eles permitam a construção de uma memória coletiva muito mais plural e representativa da realidade colombiana.

En el siguiente artículo, la potencia de las diversas formas de lucha de las mujeres, se expresa con énfasis en los aspectos étnicos y de clase a través del testimonio de Domitila Barrios. La investigadora Eliana Pissano, en *¿Dónde está la minera? Memoria de prisión y lucha desde una perspectiva de género*, analiza una sección del libro *Si me permiten hablar*<sup>4</sup>. Una líder sindical aymara de las minas de Bolivia relata de forma desgarradora la experiencia en prisión junto a su hija bajo el régimen militar del general René Barrientos luego de ocurrida la masacre de San Juan. La autora aprecia cómo a través de la voz de esta dirigente minera, se denuncia la represión y la tortura de la que fue víctima en un discurso en el que se entreteje una memoria larga indígena.

Una mirada de las mujeres fotógrafas chilenas es la que propone Augusto Sarmiento-Pantoja a través del análisis de los dos primeros Anuarios Fotográficos Chilenos, publicados en diciembre de 1981 y noviembre de 1982, desarrollados por la Asociación de fotógrafos Independientes (AFI). Esta agrupación buscó denunciar la realidad chilena durante la dictadura presidida por el Gral. Augusto Pinochet en Chile a través de la difusión de la obra de una gran cantidad de fotógrafos y fotógrafas opositoras al régimen. También sirvió como medio para defender la vida de parte de sus integrantes al darles visibilidad. Funcionó entre 1981 y 1990,

No artigo a seguir, a força das diversas formas de luta das mulheres é expressa com ênfase nos aspectos étnicos e de classe por meio do depoimento de Domitila Barrios. A pesquisadora Eliana Pissano, em *¿Dónde está la minera? Memoria de prisión y lucha desde una perspectiva de género*, analiza una sección del libro *Si me permiten hablar*<sup>4</sup>. Uma líder sindical aymara das minas bolivianas relata de maneira comovente a experiência na prisão com sua filha durante o regime militar do general René Barrientos após o massacre de San Juan. A autora aprecia como, pela voz dessa liderança mineira, a repressão e a tortura de que foi vítima são denunciadas em um discurso no qual se entrelaça uma longa memória indígena.

Um olhar sobre as fotógrafas chilenas é o proposto por Augusto Sarmiento-Pantoja através da análise dos dois primeiros Anuários Fotográficos Chilenos, publicados em dezembro de 1981 e novembro de 1982, produzidos junto à Associação de Fotógrafos Independentes (AFI). Este coletivo procurou denunciar, pela fotografia, a realidade chilena durante a ditadura presidida pelo general Augusto Pinochet no Chile através da divulgação do trabalho de um grande número de fotógrafos que se opunham ao regime. Serviu também como meio de defesa da vida de parte de seus integrantes, promovendo sua visibilidade. Funcionou entre 1981 à 1990,

<sup>4</sup> La primera edición de este libro fue realizada por Siglo XX Editores en 1977. El texto fue editado en base al testimonio de Domitila Barrios por la socióloga brasileña Moema Viezzer.

llegando a contar con más de 300 profesionales excluidos de los medios de prensa oficiales<sup>5</sup>. En *Mirada de la fotografía de las mujeres en Anuario fotográfico chileno: AFI y la lucha por la memoria*, Sarmento-Pantoja destaca el extremo activismo y la resistencia al terrorismo de estado desplegado por las profesionales chilenas. El texto rastrea la presencia del Estado dictatorial y sus consecuencias en esos testimonios y, a la vez destaca, la percepción y representación de los cuerpos femeninos por parte de las fotógrafas, en oposición a la mirada, al foco, de sus colegas varones.

En la línea de problematizar los roles tradicionales femeninos, Gabriela Veras Iglesias aborda diferentes formas en que las mujeres encarnaron sus maternidades durante la dictadura cívico-militar en Argentina y Uruguay. En su artículo *En la plaza y en la cárcel: cómo las maternidades se manifestaron en las experiencias de las mujeres en el marco de la resistencia política en los 60'* aborda la dimensión de género del terrorismo de Estado a través de la experiencia de la maternidad en prisión y el ejercicio de ese rol "tradicional" transformado, según su trabajo, en un potente accionar político. La investigadora discute el caso de las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo y la construcción de una trama de contención y resistencia entre las expresas políticas en Uruguay; visualiza cómo el binomio

chegando a contar com mais de 300 profissionais, excluindo os da mídia oficial<sup>5</sup>. Em *Mirada de la fotografía de las mujeres en Anuario fotográfico chileno: AFI y la lucha por la memoria*, Sarmento-Pantoja destaca o extremo ativismo e a resistência ao terrorismo de Estado desdobrado pelas profissionais chilenas. O texto traça a presença do Estado ditatorial e suas consequências nesses testemunhos e, ao mesmo tempo, destaca a percepção e representação dos corpos femininos pelas fotógrafas, em oposição ao olhar, ao foco, de seus colegas homens.

Na linha de problematizar os papéis femininos tradicionais, Gabriela Veras Iglesias aborda diferentes formas pelas quais as mulheres encarnaram sua maternidade durante a ditadura cívico-militar na Argentina e no Uruguai. Em seu artigo *En la plaza y en la cárcel: cómo las maternidades se manifestaron en las experiencias de las mujeres en el marco de la resistencia política en los 60'*, aborda a questão de gênero no terrorismo de Estado por meio da experiência da maternidade na prisão e no exercício de um papel "tradicional" que se transformou, segundo sua obra, numa poderosa ação política. A pesquisa discute nas Mães e Avós da Praça de Maio, a construção de uma rede de contenção e resistência entre os expressos políticos uruguaios; junto ao binômio

<sup>5</sup> Por más información sobre la AFI y sus producciones puede consultarse: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3499.html>

madre-hijx, en el contexto de la desaparición forzada, resignifica la maternidad como agencia para el accionar político marcando la construcción de los reclamos por verdad, justicia y garantías de no repetición.

Reclamos que se desarrollan en contextos sociales complejos, donde la transmisión transgeneracional y las diversas experiencias requieren ser problematizadas. Este es el desafío que aborda Livia Prado Martins en *“Así de rara es la vida”*: Inés Bortagaray y la epopeya negativa de la dictadura militar uruguaya. Su artículo se sitúa dentro de los estudios sobre la llamada “segunda generación” y analiza un capítulo de *Cuántas aventuras nos aguardan*<sup>6</sup> en el que se desarrolla un violento juego entre dos grupos de niñas. Ese enfrentamiento lúdico entre “guerrilleras” y “milicas” pone en escena múltiples dimensiones de la afectación social del terrorismo de Estado, incorporando la perspectiva de las infancias a través de una ficción que retoma otras prácticas que tuvieron lugar en el país. La autora, entiende que la transmisión de la memoria de las dictaduras a las nuevas generaciones es un campo complejo en el que se entrelazan normas, procedimientos, actos, informaciones, comportamientos y relatos. Entre estos últimos se encuentran los libros infantiles, los juegos y cómo estos transmiten las experiencias del pasado reciente. Desde su perspectiva, el relato que

mãe-filhx, no contexto do desaparecimento forçado, ressignifica a maternidade como instância de ação política, marcando a construção de reivindicações de verdade, justiça e garantias de não repetição.

Reivindicações que se desenvolvem em contextos sociais complexos, onde a transmissão transgeracional e experiências diversas precisam ser problematizadas. Esse é o desafio que Livia Prado Martins aborda em *“Así de rara es la vida”*: Inés Bortagaray y la epopeya negativa de la dictadura militar uruguaya. Seu artigo se insere nos estudos sobre a chamada “segunda geração” e analisa um capítulo de *Cuántas aventuras nos aguardan*<sup>6</sup>, no qual ocorre um violento jogo entre dois grupos de meninas. Este enfrentamento lúdico entre “guerrilheiras” e “policiais” encena múltiplas dimensões do impacto social do terrorismo de Estado, incorporando a perspectiva da infância por meio de uma ficção que retoma outras práticas violentas ocorridas no país. A autora compreende que a transmissão da memória dessas ditaduras para as novas gerações é um campo complexo que entrelaçam normas, procedimentos, atos, informações, comportamentos e testemunhos. Entre estes últimos estão os livros infantis, os jogos e a forma como estes transmitem as experiências do passado recente. Nesta perspectiva, o relato que

<sup>6</sup> La primera edición de este libro de Inés Bortagaray (1975-) fue publicada en la ciudad de Montevideo en 2018 por Criatura.

analiza aporta al esfuerzo de recordar la condición de víctimas directas de la dictadura de niños y adolescentes. También destaca que esa polifonía contribuye a contrarrestar potenciales banalizaciones y restricciones de los daños producidos socialmente por el autoritarismo y las diversas formas de violencia desplegadas por el Estado.

En esa necesaria amplitud de la mirada, junto a la heterogeneidad de experiencias se impone como tópico qué y cómo es producida la memoria y las reivindicaciones políticas que le son constitutivas y que incorporan diversos lenguajes, algunos identificados en las últimas décadas como novedosos. Estas nuevas formas se definen, desde sus actores, como canales que no responden a formas organizativas clásicas como las de partidos políticos con estructuras piramidales y monolíticas, canales verticales de comunicación, con una disciplina rigurosa, y una definición ideológica clara. La innovación del lenguaje utilizado por las nuevas generaciones pasaría por la riqueza performática, y la centralidad de las imágenes y de la música.

Lo performático se utiliza como una manera *otra* de convocar e incomodar. La palabra, forma más tradicional de comunicación política, en un contexto de invisibilización o de “sordera” social pasaría a un segundo plano, para dejar lugar a un lenguaje artístico. Este campo de articulación entre arte y memoria es el que convoca a Tânia Sarmiento-Pantoja. En

analisa o importante esforço de relembrar a condição de vítimas diretas da ditadura de crianças e adolescentes. Também destaca que essa polifonia contribui para neutralizar possíveis banalizações e restrições dos danos causados socialmente pelo autoritarismo e pelas diversas formas de violência mobilizadas pelo Estado.

Nessa necessária amplitude do olhar, junto à heterogeneidade das experiências, impõem-se como tema o que e como se produz a memória e as reivindicações políticas que a constituem e que incorporam várias linguagens, algumas identificadas nas últimas décadas como novas. Estas novas formas definem-se, desde os seus actores, como canais que não respondem a formas organizativas clássicas como as dos partidos políticos com estruturas piramidais e monolíticas, canais de comunicação verticalizados, com uma rigorosa disciplina e uma clara definição ideológica. A inovação da linguagem utilizada pelas novas gerações passaria pela riqueza da performance, e pela centralidade das imagens e da música

A performance é usada como *outra* forma de convocar e incomodar. A palavra, forma mais tradicional de comunicação política, num contexto de invisibilidade ou “surdez” social passaria para segundo plano, para dar lugar a uma linguagem artística. É este campo de articulação entre arte e memória e será movimentado por Tânia Sarmiento-Pantoja. Em

*Responsabilidades (re)fluíveis em mundos (in)viáveis: aproximações entre Leila Dansiger e Berna Reale* la investigadora se pregunta sobre qué une a ambos artistas. Encuentra la responsabilidad estatal y la violencia como aspectos compartidos a la hora de vertebrar su análisis de: la performance *Palomo* de Reale, presentada en 2012 en las calles de Belém y disponible en video y serie fotográfica; y la serie *Perigosos, subversivos, sediciosos. Cadernos do povo brasileiro* elaborada en 2018 por Danzinger que fuera parte de la exposición *Hiatus: a violencia ditatorial na América Latina*, realizada en el *Memorial da Resistência* en São Paulo. La relación entre residuos, memoria, ironía, intimidad y cuerpo interpelan la centralidad del testimonio oral develando aspectos relevantes de los sentidos ligados al autoritarismo en Brasil y sus múltiples resignificaciones.

Cerramos el dossier “*Memorias del terrorismo de Estado: experiencias de mujeres activistas políticas y niños en el Cono Sur*”, y pasamos a los artículos libres.

El primero é un ensayo filosófico “*Além de si: a arte como fazer coletivo*” de Eduardo Pellejero. El investigador busca discutir la creación, como actividad colectiva a partir de Blanchot, Zambrano o Cortázar, para discuta cómo la herencia romántica del genio y la noción del artista como un individuo privilegiado se refleja en el poder inventivo de la creación individual.

*Responsabilidades (re)fluíveis em mundos (in)viáveis: aproximações entre Leila Dansiger e Berna Reale*, a pesquisadora se pergunta o que une as duas artistas. Ela encontra a responsabilidade do Estado e a violência como aspectos compartilhados ao estruturar sua análise sobre: a performance *Palomo* de Reale, apresentada nas ruas de Belém, em 2012, disponível em vídeos e séries fotográficas; e a série *Perigosos, subversivos, sediciosos. Cadernos do povo brasileiro*, elaborada em 2018, por Danzinger. parte da exposição *Hiatus: a violência ditatorial na América Latina*, exibida no *Memorial da Resistência*, em São Paulo. A relação entre resíduos, memória, ironia, intimidade e corpo questionam a centralidade do testemunho oral, revelando aspectos relevantes dos significados ligados ao autoritarismo no Brasil e suas múltiplas resignificações.

Encerramos o dossiê “*Memorias del terrorismo de Estado: experiencias de mujeres militantes políticas y de las infancias en el Cono Sur*”, e passamos aos artigos livres.

O primeiro é um ensaio filosófico “*Além de si: a arte como fazer coletivo*”, de Eduardo Pellejero. O pesquisador busca discutir a criação, como uma atividade coletiva fundamentado em Blanchot, Zambrano o Cortázar, para discutir como a herança romântica do gênio e a noção do artista como individuo privilegiado reflete na potência inventiva da criação individual.

El según ensayo de Rosani Ketzer Umbach, “*O saber sobre a vida e a escrita auto/biográfica*”. El texto relaciona producciones auto/biográficas de dos autores europeos: la escritora Herta Müller y la del escritor alemán radicado en Inglaterra W.G. Sebald con las reflexiones sobre el “saber sobre la vida” y “escribir entre mundos” de Ottmar Ette para adentrarse así en las “escrituras sin raíces” y las relaciones que se establecen entre las experiencias de vida entre diferentes mundos y su reflejo en la producción autobiográfica de esos autorxs.

Otra mirada a la mujer en el Cono Sur, pero esta vez relacionada con la contemporaneidad, el artículo “*Tráfico internacional de mulheres na fronteira franco-amapaenses*”, de Ruane Cláudia Queiroz Silva, nos presenta algunas consideraciones sobre la dinámica de la trata internacional de mujeres en la frontera entre Brasil, Surinam y Guayana Francesa. Puntuando temas de género, socioeconómicos y culturales.

El último artículo es de autoría de Josimere Serrão Gonçalves, que analiza la memoria social, con base en Maurice Halbwachs (1990), Michel Pollak (1989), Pierre Nora (1993) y Walter Benjamin (1987) con los conceptos de excavación y recuerdo de la memoria. En intuición de reflexionar sobre la historiografía de la ciudad de Igarapé-Miri a través de la fotografía del “Canal de Igarapé-Miri”.

O segundo ensaio de Rosani Ketzer Umbach, “*O saber sobre a vida e a escrita auto/biográfica*”, é incorporado como uma contribuição reflexiva. O texto relata produções auto/biográficas de dois autores europeus: a escritora Herta Müller e a do escritor alemão que vive na Inglaterra W.G. Sebald com as reflexões sobre o “saber sobre a vida” e a “escrita entre mundos” de Ottmar Ette para mergulhar nas “escritas desenraizadas” e nas relações que se estabelecem entre experiências de vida entre mundos diferentes e seus reflexos na vida. produção autobiográfica desses autorxs.

Outro olhar sobre as mulheres do Cone Sul, mas desta vez relacionado à contemporaneidade, o artigo “*Tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses*”, de Ruane Cláudia Queiroz Silva, nos apresenta algumas considerações sobre a dinâmica do tráfico internacional de mulheres na fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa. Pontuando temas de gênero, socioeconômicas e culturais.

O último artigo é de autoria de Josimere Serrão Gonçalves, que analisa a memória social, com base em Maurice Halbwachs (1990), Michel Pollak (1989), Pierre Nora (1993) e Walter Benjamin (1987) com os conceitos de escavação e memória. memória. Com o objetivo de refletir sobre a historiografia da cidade de Igarapé-Miri através da fotografia do “Canal de Igarapé-Miri”.

Continuamos con el artículo, de iniciación científica “El libro del desasosiego: una visión autobiográfica de Bernardo Soares, heterónimo de Fernando Pessoa”, de Rafael Henrique Pimentel-Lobato y Augusto Sarmiento-Pantoja, que busca comprender los procesos autobiográficos pensados por Fernando Pessoa en la constitución del heterónimo, del yo lírico y de su obra misma.

En la sección de reseña tenemos el trabajo de Marcos Rodrigues que analiza el libro *Travessias no Atlântico Negro: Reflexiones sobre Booker T. Washington* y Manuel R. Querino, publicado en 2020. Una excelente indicación de lectura sobre estudios transatlánticos.

Cerramos esta edición con la sección *Margens das Artes*, con el análisis de varias obras de artistas que, durante las dictaduras en el Cono Sur, vivieron experiencias de activismo, el artículo de Augusto Sarmiento-Pantoja, titulado “Mujeres activistas en el ámbito visual artes y dictaduras en el Cono Sur”, realiza el análisis de obras de seis artistas, que actuaron activamente en sus países durante las dictaduras, son: Cybèle Varela, Ana Maria Maiolino y Maria Lúcia Magliani, en Brasil; Virginia Errázuriz, en Chile; Diana Dowek, en Argentina; e Hilda Lopes, en Uruguay.

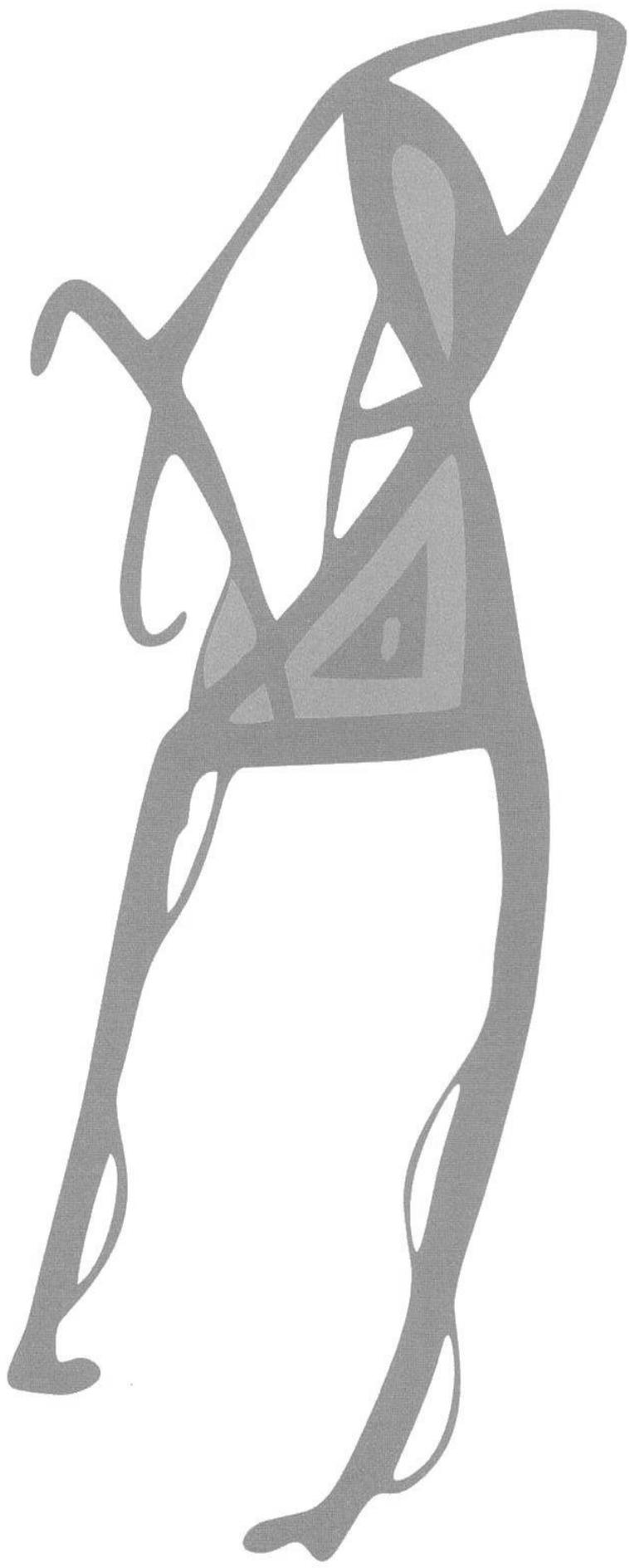
Invitamos a todos, todas y todos a esta lectura.

Segue-se con o artigo de iniciação à pesquisa de “*O livro de desassossego: uma visão autobiográfica de Bernardo Soares, heterônimo de Fernando Pessoa*”, de Rafael Henrique Pimentel-Lobato e Augusto Sarmiento-Pantoja, que busca compreender os processos autobiográficos pensados por Fernando Pessoa na constituição do heterônimo, do eu-lírico e de sua obra em si.

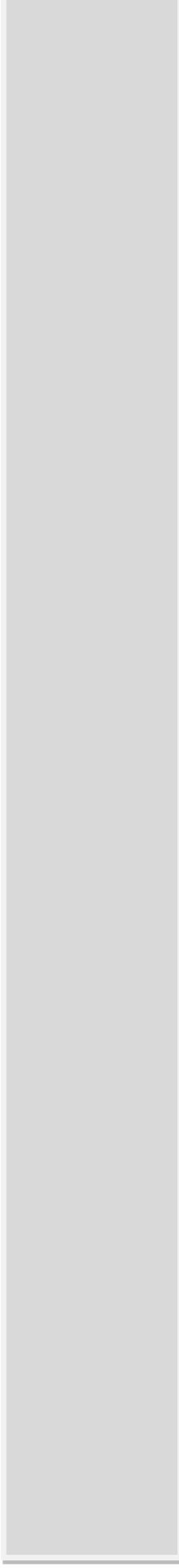
Na sessão resenha temos o trabalho de Marcos Rodrigues que discorre sobre o livro *Travessias no Atlântico Negro: Reflexões sobre Booker T. Washington* e Manuel R. Querino, publicado em 2020. Uma excelente indicação de leitura sobre os estudos transatlânticos.

Finalizamos esta edição com a sessão *Margens das Artes*, com a análise de diversas obras de artistas que durante as ditaduras no Cone Sul vivenciaram experiências de ativismo, o artigo de Augusto Sarmiento-Pantoja, titulado “Mulheres ativistas nas artes visuais e as ditaduras no Cone Sul”, realiza a análise de obras de seis artistas, que atuaram ativamente em seus países durante as ditaduras, são elas: Cybèle Varela, Ana Maria Maiolino e Maria Lúcia Magliani, no Brasil; Virginia Errázuriz, no Chile; Diana Dowek, na Argentina; e Hilda Lopes, no Uruguai.

Convidamos a todas, todos e todes a esta leitura.



**DOSSIÉ: MEMORIAS DEL TERRORISMO DE ESTADO: EXPERIENCIAS DE MUJERES  
MILITANTES POLÍTICAS Y DE LAS INFANCIAS EN EL CONE SUR**







Esta obra possui uma Licença

Submissão: 17/11/2022 | Aprovação: 15/03/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11341>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11341>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 25-49



## IZQUIERDA ARMADA Y GÉNERO EN EL RÍO DE LA PLATA DURANTE LOS 60 Y 70: UN ESTADO DE LA CUESTIÓN

*LEFT-WING ARMED STRUGGLE AND GENDER IN THE RIVER PLATE DURING THE '60S  
AND '70S: A STATE OF THE ART*

Maite IGLESIAS 

Universidad de la República – UDELAR (Uruguay)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artículo propone una revisión y síntesis crítica de la producción historiográfica sobre las izquierdas armadas de los sesenta y setenta en el Río de la Plata desde una perspectiva de historia del género, la familia y la sexualidad en relación a lo político. El foco está puesto en la manera en que los procesos de modernización sociocultural de la familia y la sexualidad interpellaron al campo de las izquierdas, produciendo ambivalencias y disputas que entrelazaron lo personal y lo político. La primera sección del artículo aborda las concepciones y prácticas en torno a la sexualidad y la familia a mediados de siglo. La segunda parte analiza algunos de los trabajos más relevantes acerca de las izquierdas armadas en Argentina y Uruguay. El artículo pone de relieve la creciente complejidad en los abordajes y marcos teóricos utilizados, y traza el mapa de una agenda de investigación en ciernes.

**Palabras-clave:** Izquierda armada. Género. Sexualidad. Familia. Guerra Fría.

**Abstract:** *This article revises and synthesizes the existent historiography about left-wing armed organizations in the River Plate's sixties and seventies, from a perspective that intertwines gender, family and sexuality with politics. The article centers its focus on the ways in which sociocultural modernization processes regarding family and sexuality challenged the Left, producing ambivalences and disputes which interwove the personal and the political. The first part of the article deals with new conceptions and practices regarding sexuality and family in the half-century, change and continuity. The second part analyzes some of the most relevant papers about left-wing armed organizations in Argentina and Uruguay, from the perspective of sexuality, family and gender. The article seeks to highlight the complexity of some of the approaches and theoretical frames used, and to map a recent research agenda, which contributes new perspectives on the global sixties.*

**Keywords:** *Left-wing armed organizations. Gender. Sexuality. Family. Cold War.*

<sup>1</sup> Maestranda en Historia Política (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay). Profesora de Historia en Enseñanza Media, graduada en el Instituto de Profesores Artigas y profesora de inglés CertTESOL por la Universidad de Trinity. E-mail: [maiteiglesias158@gmail.com](mailto:maiteiglesias158@gmail.com)

## INTRODUCCIÓN

Este artículo propone una revisión y síntesis crítica de la producción historiográfica existente sobre las izquierdas armadas de los sesenta y setenta en el Río de la Plata desde una perspectiva de la historia del género, la familia y la sexualidad en relación a lo político. El trabajo pone en diálogo libros y artículos académicos que han abordado el asunto en la región, con el fin de hacer un aporte que permita pensar el campo de las izquierdas uruguayas en un contexto más amplio de reconfiguración del entrelazamiento entre las esferas de lo personal y lo político.

Efectivamente, los años sesenta han sido estudiados a nivel global como un momento de profundas transformaciones sociales y culturales, que incluyeron cambios sustantivos en las relaciones de pareja, la familia y la sexualidad –fenómeno conocido como “*revolución sexual*”. Estos cambios permearon las culturas y afectaron a distintos sectores sociales de forma desigual, mientras que en muchos aspectos primó la continuidad. A la vez, fue el momento en que emergió en Estados Unidos la llamada segunda ola feminista, cuestionando el modelo de domesticidad vigente y poniendo en discusión la politicidad de la vida privada. Nuevos clivajes y repertorios de protesta activaron políticamente a sectores sociales que adquirieron protagonismo, especialmente las mujeres y los jóvenes, en momentos en que los Estados de bienestar aseguraban amplias condiciones de confort e incorporación a la ciudadanía.

Estos fenómenos producidos en el centro del sistema-mundo, calaron en sus periferias de una manera distinta, sometidas como estaban a una dinámica bipolar altamente competitiva por esferas de influencia y recursos entre los bloques hegemónicos de la caliente Guerra Fría. América Latina, enfrentada al agotamiento de un modelo de desarrollo económico y social ensayado desde los treinta, y a la crisis de los sistemas políticos incapaces de construir alternativas sostenibles, se vio inmersa en una etapa de creciente violencia social y política y polarización ideológica.

Las organizaciones de izquierda, unas veces a través de las urnas, y otras veces por medio de la revolución armada, se erigieron en alternativas con crecientes niveles de apoyo y en actores políticos de primer orden. El período comprendido entre el golpe de Estado en Guatemala y el de Chile (1954-1973), pasando por el auge que significó el triunfo de la Revolución Cubana, abarca un momento de desarrollo, afianzamiento y derrota de múltiples proyectos políticos de izquierda, por cualquiera de las dos vías señaladas. Los vínculos transnacionales y el acceso a recursos provenientes de la Unión Soviética jugaron un papel clave en la construcción de los mismos, mientras que las cúpulas políticas y los ejércitos nacionales alineaban su estrategia continental con el Departamento de Estado y el Pentágono. La capacidad represiva y de contrainsurgencia formada al calor de la

Doctrina de la Seguridad Nacional, arremetió con inédita virulencia contra aquellos actores antes empoderados ante la inminencia de la revolución, utilizando una retórica nacionalista y militarista pero también moralista y familiarista.

Fue durante la movilización social característica de la fase de transición a la democracia, cuando se manifestaron con vigor los subterráneos cambios sociales y culturales que se habían ido operando en las anteriores décadas, al emerger las organizaciones feministas y homosexuales con un impulso inédito. A la luz de este efervescente clima social, se afirmó que en los sesenta y tempranos setenta las urgencias de las izquierdas habían sido otras, y no se habrían cuestionado los modelos de familia, roles de género o mandatos relacionados a la sexualidad. Las fuentes, en cambio, muestran mayor atención a estos temas de la que se ha pensado, como una especial preocupación por los procesos de socialización entre los géneros y por la constitución de la familia como ámbito de reproducción política, así como discusiones acerca de los hijos, el aborto y la moral sexual, por ejemplo.

La historiografía latinoamericanista ha comenzado recientemente a ocuparse de este fenómeno, existiendo un corpus bibliográfico importante referente a las izquierdas argentinas, chilenas y brasileñas, aunque en el caso uruguayo los trabajos son muy escasos. En términos generales, se puede advertir en esta literatura una creciente complejidad en los abordajes y marcos teóricos utilizados, delineando toda una agenda de investigación propia y aportando nuevas miradas a los estudios sobre los sesenta globales. No se trata solo de estudiar cuál fue la participación de las mujeres y los roles de género adjudicados en las organizaciones de izquierda, armadas o no, o qué grado de apropiación del feminismo aquellas mujeres habían logrado y cómo lo ponían en juego, aunque ello no deje de ser fundamental. Los nuevos estudios ponen a operar el género en la forma en que ha conceptualizado esta categoría la historiadora Joan W. Scott:

El género es un elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias que distinguen los sexos y el género es una forma primaria de relaciones significantes de poder (...) Es un campo primario dentro del cual o por medio del cual el poder se articula (SCOTT, 1990, p. 44).

Así, colocando al género en la trama de relaciones sociales y en las dinámicas de significación y construcción del poder, los aportes han colaborado en varias líneas de investigación, por ejemplo:

- ❖ Los procesos de adopción de nuevas prácticas de flirteo, cortejo y noviazgo y de una nueva cultura sexual, por parte de los jóvenes, desafiando la autoridad patriarcal y el modelo de domesticidad vigente (COSSE, 2010a; COSSE 2010b; COSSE, 2006; FELITTI, 2012; MANZANO, 2017);

- ❖ La reacción conservadora suscitada por ese fenómeno, tendente a fortalecer la autoridad patriarcal y la tradicional separación de esferas, y su entrelazamiento con discursos anticomunistas (CASALS, 2020; LANGLAND, 2008; MANZANO, 2014);
- ❖ El modelo de masculinidad revolucionaria hegemónica, en relación al mito del “hombre nuevo” encarnado por *Ernesto “Che” Guevara*, quien simbolizaba para toda la izquierda el ideal del militante, cuyos atributos incluían virilidad, fuerza, valor y coraje (MALLON, 2003; SORENSEN, 2007; COSSE, 2019);
- ❖ La moral sexual y familiar en las organizaciones de la izquierda (sobre todo la izquierda armada), tanto en el plano discursivo y normativo, como en las prácticas (COSSE, 2017; OBERTI, 2004; CARNOVALE, 2011; TINSMAN, 2009);
- ❖ La especificidad de género de la participación de las mujeres en la izquierda y en la derecha, y los usos políticos y estratégicos del familiarismo y el maternalismo en el marco de la Guerra Fría (ANDÚJAR et al., 2005; ANDÚJAR et al., 2009; OBERTI, 2015; SEPÚLVEDA, 2015; GRAMMÁTICO, 2011; POWER, 2009; CHASE, 2015);
- ❖ La dimensión de género de la represión estatal y el discurso nacionalista y familiarista de las dictaduras del Cono Sur, así como de la memoria de las dictaduras (D’ANTONIO, 2013; D’ANTONIO y RODRIGUEZ AGUERO, 2019; JELIN, 2002; FILC, 1997; FRANCO, 1992; SAPRIZA, 2005; SAPRIZA, 2008; ALONSO, 2016).

Como se observa, el campo es muy vasto, y cuenta con excelentes trabajos que desafían a la historiografía en su tradicional abordaje diferenciado de la esfera pública y la privada, señalando su mutua imbricación, y proponiendo, en cambio, un enfoque sociocultural de lo político. Un recorrido por esta literatura permitirá en futuros abordajes establecer un horizonte de preguntas compartidas y utilizar la comparación como instrumento de análisis, para poner en diálogo el campo de las izquierdas uruguayas con sus pares latinoamericanas. Este estado de la cuestión no pretende agotar los cada vez más numerosos trabajos que se están produciendo en la región acerca de estos temas, sobre todo teniendo en cuenta la interconexión entre procesos locales, nacionales, regionales y globales, y las múltiples combinaciones entre las líneas de investigación mencionadas. Sin embargo, se buscar señalar y delimitar algunos temas y problemas abordados por esta literatura, haciendo énfasis en el primer y cuarto eje nombrados. Además, por motivos de espacio, se centrará la atención en la literatura especializada referida a los casos uruguayo y argentino, y solamente en los trabajos que abordan la izquierda armada. El foco estará puesto en la manera en que los procesos de modernización socio-cultural en la esfera de la familia y la sexualidad, interpelaron al campo de las

izquierdas, produciendo ambivalencias y disputas que entrelazaron lo personal y lo político. Así, una primera sección del artículo está destinada a abordar las nuevas concepciones y prácticas en torno a la sexualidad y la familia a mediados de siglo, las continuidades y rupturas. La segunda parte analiza algunos de los trabajos más relevantes acerca de las izquierdas armadas de la región, desde la sexualidad, la familia y el género.

## SEXUALIDAD Y FAMILIA EN LOS SESENTA: NUEVAS CONCEPCIONES Y PRÁCTICAS

Gran cantidad de trabajos han abordado el fenómeno caracterizado por el historiador Eric Hobsbawm (2014) como una “revolución cultural”, que implicó cambios en la familia y el hogar, en la estructura de las relaciones entre los sexos y entre las generaciones (aumento de divorcios en relación a la cantidad de matrimonios, aumento de familias monoparentales, disminución del número de hijos por mujer). Ello estuvo ligado a cambios en las actitudes públicas acerca de la conducta sexual, la pareja y la procreación (liberalización, control de la natalidad, anticoncepción y aborto, legalización de actividades homosexuales, clima de relajación sexual)<sup>2</sup>. Hobsbawm insiste en señalar que este fue un fenómeno mundial si bien afectó al tercer mundo, a Occidente y al mundo socialista de forma desigual. Paralelamente, hubo un auge de una nueva cultura juvenil global de carácter transnacional, que hizo del rock n’ roll y el *jean*, los símbolos de un grupo social independiente y con conciencia propia. Este fenómeno es indisociable del de la “revolución social” descrita por el mismo autor, que dotó de un inédito protagonismo cultural y político a los jóvenes estudiantes, quienes se vieron atraídos a nivel mundial hacia posiciones de izquierda radical. Además, la mayor inserción de las mujeres en el mercado laboral y en la educación superior, produjo un cambio en la proyección pública de las mujeres, impulsando un renacimiento de los movimientos feministas a partir de los años sesenta. De esta manera, género y generaciones se entrelazaron en un momento de transformación social y cultural a nivel global.

En el Cono Sur, estas transformaciones fueron recibidas en un clima de creciente polarización ideológica y radicalización política, con ascendentes niveles de violencia, en el marco de la caliente

<sup>2</sup> Autores referentes de estos procesos en Europa y Estados Unidos son: BAILEY, B. *Sex in the Heartland*. Cambridge: Harvard University Press, 2002; COOK, H. *The long sexual revolution: English Women, Sex and Contraception, 1800-1975*. Nueva York: Oxford University Press, 2005; GILLIS, J. R. *Youth and History. Tradition and Change in European Age Relations, 1770-Present*. Nueva York: Academic Press, 1981; HERZOG, D. *Sex after Fascism: Memory and Morality in Twentieth-Century Germany*. Princeton: Princeton University Press, 2005; MARWICK, Arthur. *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c. 1958-1974*. Nueva York: Oxford University Press, 1998; SOHN, A. M. *Age tendre et tête de bois. Histoire des jeunes des années 1960*. Paris: Hachette Littératures, 2001; WEEKS, J. *Sex, Politics and Society. The regulation of sexuality since 1800*. Londres: Longman, 1985.

Guerra Fría latinoamericana. Ello hizo que la historiografía no prestara suficiente atención al fenómeno de la modernización sociocultural en relación a la familia y la sexualidad, priorizando una agenda abocada a explicar el descaecimiento de la democracia y el ascenso del autoritarismo. Sin embargo, en los albores de este siglo se ha ido desarrollando este campo historiográfico, con la particularidad de que dialoga e interpela de forma muy potente al campo de la historia reciente y los estudios sobre la memoria. Así, por ejemplo, han sido claves los aportes de la historiadora Isabella Cosse, y su propuesta, junto a otras investigadoras entre las cuales la más destacada sea quizá Karina Felitti, para mirar los años sesenta latinoamericanos “de otra manera”. Cosse (2006, 2010a, 2010b) estudia el alcance y las particularidades que tuvo la revolución sexual en la Argentina de los sesenta, sosteniendo la tesis de que se trató de una revolución discreta. La autora identifica en los años cincuenta, luego de la transición demográfica, un apogeo del modelo de familia doméstico, asociado a las capas medias, y sostenido en dos pilares: el doble estándar sexual y la interdicción al tratamiento público de la sexualidad.

En los sesenta, como parte de una efervescencia cultural que afectó sobre todo a los y las jóvenes, esos pilares fueron atacados y emergió un nuevo mandato. Cosse identifica tres transformaciones importantes: el levantamiento de la interdicción del tratamiento público de la sexualidad, tanto a nivel académico como de medios de comunicación; la desacralización de la virginidad femenina, y la legitimación de ciertos patrones de relaciones sexuales pre y no matrimoniales. No obstante, se mantuvo la pauta heterosexual, la estabilidad de la pareja y la sexualidad unida a la afectividad. Además, hubo actores integristas y tradicionalistas que combatieron los nuevos discursos y prácticas, entrelazando la subversión del orden político con la del orden sexual y familiar, con lo cual este fue un campo enormemente disputado y contestado, cargado de connotaciones políticas, como se verá en la siguiente sección. De esta manera, sostiene Cosse, hubo cambios radicales y otros moderados, con variantes en el grado de intensidad, pero el proceso afectó a toda la sociedad.

En Uruguay, son pocos los trabajos que han tratado estos procesos. Gran parte de la producción historiográfica relativa a la historia de la familia y la sexualidad siguen la pista de la renovación que supuso la obra de José Pedro Barrán, y se centran en el novecientos, extendiéndose a lo sumo a las primeras tres décadas del siglo. En cambio, se ha consolidado una línea de investigación en el campo de la demografía histórica que aborda la fecundidad y la familia en la larga duración, donde se destacan Adela Pellegrino y Raquel Pollero. Las autoras estudian la generalización del control voluntario de la natalidad por parte de las parejas en tanto fenómeno demográfico y social, ya

que no solo impactó en el número de nacimientos, sino que produjo transformaciones en las pautas de conducta individual, la concepción de la familia, la maternidad y la paternidad (PELLEGRINO, 1998, p. 106). Generalmente, el descenso de la fecundidad ha sido un factor clave de la mentada transición demográfica y del proceso de modernización. Sin embargo, como señala Pellegrino, los tiempos y modalidades en que se produjeron estas transformaciones fueron variadas.

La autora reafirma la tesis de Barrán y Nahum (1979) sobre la atipicidad del caso uruguayo, en la medida en que la reducción de la mortalidad y la fecundidad se dio tempranamente, adaptándose rápidamente el comportamiento reproductivo de la población a los cambios económicos y sociales, y configurando una demografía de tipo “occidental”. De acuerdo a la autora, este modelo ya es observable en los tempranos años treinta (con un promedio de 3 hijos por mujer), si bien con diferencias entre la población de Montevideo y el resto del país, y de acuerdo al nivel educativo. Esta reducción de la fecundidad se habría producido sin técnicas modernas, es decir con los métodos naturales, como la abstinencia, el retiro o *coitus interruptus*, o el aborto. Concomitantemente se habría producido una expansión de la idea de planificación familiar, asentando tempranamente el ideal de la familia de dos hijos y la reducción del tamaño de las familias.

En línea con lo que plantean los estudios acerca de otros países, Pellegrino y Cabella (2015:207) sugieren que habría habido en Uruguay un modesto *baby boom* a inicios de los cincuenta, después de seis décadas de descenso sostenido de la natalidad, en consonancia con un fenómeno mundial de reforzamiento del modelo de la domesticidad y el familiarismo. A la vez, el aumento de la tasa de nupcialidad alcanzó su máximo, y los nacimientos extramatrimoniales, su mínimo. Así, el matrimonio como norma dominante gozó de buena salud hasta los años setenta, y durante los sesenta, el modelo de familia nuclear, de tamaño reducido y con fuerte base urbana era el preponderante (PELLEGRINO y CABELLA, 2015, p. 219). De todas maneras, entre 1950 y 1970 la tasa de fecundidad registró un período de estancamiento entre 2,8 y 3 hijos por mujer, cuando el promedio latinoamericano era de 6. Por lo tanto, sostiene Pellegrino, para el momento en que se generalizó el uso de métodos anticonceptivos eficientes en los sesenta, la contracepción ya estaba incorporada en el comportamiento de las parejas, por lo cual su efecto más importante no se observa en el número de hijos sino en la reducción del número de abortos y la liberalización de las actitudes hacia la sexualidad (PELLEGRINO, 1998, p. 116).

Estos cambios no pueden ser deslindados de otros que afectaron particularmente a las mujeres en los cincuenta y sesenta. En ese sentido, es muy importante tomar los aportes de la historia de las mujeres, un campo que tuvo una producción mucho más frondosa en otros países de la región en los

años noventa, mientras que para el Uruguay contamos con algunos estudios monográficos relevantes. Los cambios más significativos refieren al ingreso masivo de las mujeres al mercado de trabajo y su creciente presencia en niveles superiores del sistema educativo, el cual, al expandirse, también brindó a las mujeres la posibilidad de transferirle el cuidado de los niños y niñas. Aún así, en los cincuenta y sesenta se generalizó la superposición entre dos tipos de tareas, las domésticas y el trabajo extra doméstico remunerado, lo cual generó múltiples tensiones familiares y sociales.

Para el período tratado son muy relevantes algunos capítulos del libro escrito por la historiadora Yvette Trochón, *Escenas de la vida cotidiana. Uruguay, 1950-1973. Sombras sobre el país modelo* (2011). En consonancia con lo que arrojan los estudios de demografía histórica, desde una perspectiva de historia cultural del acontecer social, la autora identifica en los años cincuenta un auge del enaltecimiento de la maternidad, que estaría sintomáticamente poniendo de relieve la necesidad de afirmar los roles tradicionales de las mujeres ante los cambios que se avizoraban. En los medios de comunicación tales como revistas femeninas, radio y televisión, el lenguaje de la emancipación de la mujer como algo propio de la modernidad e irreversible, se utilizaba para fomentar el consumo: la simplificación de las tareas domésticas con los nuevos electrodomésticos; la moda, el maquillaje y el vestir más libremente mostrando partes del cuerpo antes tapadas; conducir un auto y leer novelas cargadas de erotismo que no eran permitidas por los padres. Como sucedía en otras partes del mundo, no se alentaban “conquistas más trascendentes que modificaran profundamente las pautas adquiridas (...) Los valores transmitidos por los medios apuntaban a la búsqueda de la belleza femenina, la heterosexualidad y la familia nuclear” (TROCHÓN, 2011, p. 166).

La reactualización del modelo de familia nuclear vino de la mano de la difusión de nuevas prácticas vinculadas a la maternidad y la paternidad, asociadas a los esfuerzos por popularizar el saber psicológico y médico: nuevos cuidados y asistencia al embarazo; generalización de las leches sustitutas; preocupación sobre cómo criar y educar a los niños y niñas, evitando traumas. Ello vino acompañado y apuntalado por algunas políticas de infancia muy significativas<sup>3</sup>, de las cuales aún falta un estudio profundo. Hacia fines de los años cincuenta se advierten algunas fisuras en el funcionamiento de las familias, especialmente en las relaciones entre padres e hijos, vinculadas con la configuración de los jóvenes como un grupo social con características propias<sup>4</sup>. Una de esas

<sup>3</sup> Por ejemplo, la creación del Consejo Central de Asignaciones Familiares en 1950, la instauración del Salario Social Infantil en 1951, ampliado con el Salario Social de Capacitación en 1964, o la reforma del Código del Niño en 1970.

<sup>4</sup> Existe un importante campo de estudios en ciernes sobre la juventud, actor de primer orden de la agitación cultural y política de los años sesenta. Se destacan para el caso argentino los trabajos de Valeria Manzano, especialmente el citado

características fue una nueva actitud hacia la sexualidad. Trochón no duda en inscribir la separación entre la sexualidad y la procreación, y la instalación del placer como eje importante de las relaciones íntimas, como una consecuencia de la píldora anticonceptiva en Uruguay, al igual que en otros países:

Las relaciones sexuales aún dentro de la pareja se encararon –en particular en amplios sectores de las clases medias– de manera diferente desde mediados de los sesenta. Muchos jóvenes –gracias a la pastilla anticonceptiva– practicaron el sexo sin culpas y gozando del mismo. La libertad sexual se convirtió en una barricada, en una actitud de rebeldía, y el culto a la virginidad se desplomó rápidamente. (TROCHÓN, 2011, p. 319).

Además, si bien el matrimonio siguió siendo la pauta predominante, se comenzó a entender de manera distinta, y el afecto se convirtió en el elemento central de las nuevas uniones, cuyas celebraciones pasaron a ser a veces más modestas (ante el Registro Civil y no por Iglesia). De acuerdo a Trochón, comenzó a existir para las mujeres una “coexistencia de códigos de género en conflicto”: uno tradicional, donde la mujer tenía un papel de sumisión frente al rol dominante del hombre, y que naturalizaba tal asimetría, código reforzado por las telenovelas; y otro código igualitario, que afectaba a un número no muy alto de mujeres, potenciado por su acceso a la educación y al mercado de trabajo, y por algunas lecturas de la segunda ola feminista<sup>5</sup>.

## LA IZQUIERDA ARMADA Y LA ‘OTRA’ REVOLUCIÓN

¿En qué medida y de qué maneras interpelaron estos cambios en la sexualidad, la familia y el género a las izquierdas en los años sesenta y setenta? En Argentina se ha conformado un activo grupo de investigadoras que exploran preguntas análogas, con varias modulaciones en las últimas dos décadas. Sus trabajos han estimulado exploraciones similares en distintos países de la región, incluyendo el nuestro. En 2005, el volumen compilado por Andrea Andújar y otras autoras, reunió los resultados de las mesas temáticas y paneles de las *I Jornadas de Historia, género y política en los 70*, organizado por el grupo de estudio e investigación “Mujer, política y diversidad en los ‘70’”. Las ponencias cubrían un amplio abanico de temas vinculados a la lucha y militancia, la sexualidad y la vida cotidiana, y la violencia. Para el caso argentino, muchas de las interrogantes refirieron a la relación conflictiva entre el movimiento feminista de los setenta y la izquierda radical, habida cuenta de que, a diferencia de en Uruguay, existieron entre 1970 y 1975 movimientos feministas (Unión

libro, *La Era de la juventud en Argentina*, y para el uruguayo, los trabajos de Vania Markarian, especialmente *El 68 uruguayo. El movimiento estudiantil entre molotovs y música beat* (BERNAL: QUILMES, 2012).

<sup>5</sup> Trochón menciona particularmente “El Segundo sexo” de Simone de Beauvoir (1949), “La mística de la feminidad” de Betty Friedan (1963) y “Miedo a volar” de Erica Jonger (1972).

Feminista Argentina, Movimiento de Liberación Femenina, Movimiento Feminista Popular, Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina). Karin Grammático estudia una serie de efectos de esta relación conflictiva, como la doble militancia, los lazos institucionales, las escisiones, y la creación de frentes de masas de mujeres en el Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP) y Montoneros en 1973. Mientras que algunas autoras centraron sus investigaciones en el derrotero del movimiento feminista de los setenta<sup>6</sup>, otras, como la propia Grammático (2011) o Alejandra Oberti (2015), dedicaron algunos trabajos a las mujeres como actores políticos, especialmente dentro de organizaciones político-militares como Montoneros y el PRT-ERP, y a las maneras en que su participación tensionó dichas organizaciones<sup>7</sup>.

Alejandra Oberti centra su atención en comprender las características que tuvo la participación de mujeres en estas organizaciones y sus consecuencias en la construcción de una subjetividad revolucionaria. La autora sostiene que ambas se moldearon mutuamente: “la militancia las transformó tanto cuanto ellas perturbaron con su género las estructuras políticas y militares donde se insertaron” (OBERTI, 2015:16). A su vez, sostiene, las mujeres estuvieron atravesadas por una universalidad que las consideraba iguales a los hombres, y una particularidad que las hacía buscar ejemplos en la figura de Eva Perón o en las mujeres de otras revoluciones (Cuba, Argelia, Vietnam). Este asunto no es menor, ya que, como señala la autora, la vida cotidiana y las relaciones afectivas se politizaron, en la medida en que la construcción de la subjetividad militante (el *hombre nuevo*) era fundamental para el éxito de los proyectos revolucionarios. Esto venía estrechamente ligado con la construcción de una moral revolucionaria, lo cual fue objeto de prescripciones y pedagogías más o menos explícitas en el seno de las organizaciones.

La autora estudia un documento del PRT-ERP, “Moral y proletarización”, el cual planteaba la moral como otro frente de lucha donde se combatía al individualismo burgués y se buscaba la construcción de una moral revolucionaria a través de la proletarización, que involucraba los valores de sencillez, humildad, heroicidad, sacrificio, tenacidad, generosidad y amor al prójimo. En cuanto al género, la autora es categórica en afirmar que el documento expresaba un “discurso conservador y prescriptivo que toma[ba] a mujeres y varones jóvenes como objetos de una pedagogía basada en las nociones generalmente aceptadas de masculinidad y feminidad” (OBERTI, 2004:7). Así, según

<sup>6</sup> Gil Lozano, Fernanda, “Surgimiento de prácticas propias”, y Vassallo, Alejandra, “‘Las mujeres dicen basta’: Feminismo, movilización y política de los setenta”, en la obra colectiva *Historia, género y política en los '70*. (ANDÚJAR et al, 2005).

<sup>7</sup> En cambio, como se ha esbozado, otras investigadoras se inclinaron por estudiar la dimensión de género del terrorismo de estado, y de la ideología y prácticas de represión y tortura.

Oberti, se defendía la pareja monogámica burguesa, y se consideraba la revolución sexual como una falsa revolución, el amor libre como una forma de esclavitud, y la libertad sexual, como cosificación. La pareja tenía como eje la actividad revolucionaria, y la familia se constituía en una célula político familiar. Tener hijos era considerado natural, y su crianza, tarea militante de todos. La autora sostiene la tesis de que el modelo de militante ideal operaba tanto para hombres como para mujeres, borrando la diferencia sexual, lo cual “contribuyó a la reproducción de la desigualdad sexista” (OBERTI, 2004:10).

En los últimos años, también Cosse ha hecho intervenciones muy enriquecedoras sobre las izquierdas armadas desde la perspectiva del género. Adoptando los desafíos lanzados a la historiografía por Scott acerca de pensar el género articulado con lo político, y por Foucault, acerca de la sexualidad como campo de disputa política, se va configurando en la región un campo de estudios potente para repensar la historia reciente. Tomando como objeto de estudio tanto al PRT-ERP como a Montoneros, y a partir de los enfoques teóricos de la masculinidad<sup>8</sup>, Cosse aporta una nueva mirada sobre dos asuntos centrales de los años sesenta, como son la violencia revolucionaria y la posición política de la clase media. Buscando trascender la mirada centrada exclusivamente en la construcción identitaria de un partido, bucea en las dinámicas de construcción de una nueva noción de masculinidad hegemónica, la virilidad guerrillera. Esta “anudaba el coraje y la entereza moral (entrega, sacrificio, ternura) con la potencia sexual, (...) [e] instalaba un proyecto biográfico contingente, riesgoso, abierto” (COSSE, 2019:837). La autora insiste en que dicha configuración fue central, dado que dio sentido a la experiencia de los hombres que se incorporaban a la militancia armada, y reafirmaba la conjunción de valor físico, conquista sexual y ternura (lo cual se asociaba tradicionalmente a lo femenino). Además, analiza el modo en que la ultraderecha buscó denigrar la virilidad guerrillera en términos de género, edad y clase, con expresiones misóginas y homófobas. Como contrapartida, sostiene Cosse, Montoneros reforzó su moralismo, por ejemplo al rechazar el ingreso del Frente de Liberación Homosexual, revelando que la izquierda estaba “entrampada en la estrategia de su contrincante y el pulso conservador que ganaba a la opinión pública” (COSSE, 2019:845).

En otro trabajo, Cosse (2017) brinda importantes claves para pensar de manera compleja la sexualidad, la familia y el género en las organizaciones de la izquierda armada argentina, configurando una muestra muy sugerente de la potencialidad del análisis sociocultural de lo político

<sup>8</sup> Un texto de referencia es CONNELL, R. W. y MESSERSCHMIDT, J. Hegemonic Masculinity. Rethinking the Concept, *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, dic. 2005.

en el marco de la Guerra Fría latinoamericana. La autora propone tres desplazamientos, que se corresponden con tres hipótesis de trabajo. El primero de ellos refiere a la propuesta de hacer una historia social de las organizaciones armadas, que eche luz sobre la heterogeneidad de experiencias en el campo de la sexualidad como arena de conflictos. El segundo desplazamiento propone la porosidad de las fronteras entre estas organizaciones y la cultura y sociedad de la época, con lo cual existieron tensiones permanentes entre las experiencias y las pautas morales establecidas por las organizaciones en los distintos momentos. El tercer desplazamiento remite justamente a una reconstrucción diacrónica del proceso político, reconociendo tres momentos distintos (matriz fundacional, crecimiento y recrudescimiento de la represión) en los modos de procesar la tensión entre experiencias y normas.

Conforme crecieron las organizaciones, esas tensiones se agudizaron, y fue cada vez más necesario para el ERP y Montoneros regular la moral sexual de sus militantes, con evidentes incongruencias y paradojas. La tesis principal del artículo es que a medida que avanzaba la escalada represiva y se instalaba el terrorismo de Estado, y estas organizaciones atravesaban un proceso de militarización y desarticulación, estrecharon la asociación entre fidelidad amoroso y lealtad política. En la experiencia de los y las militantes recuperadas por la autora, esta asociación tuvo consecuencias dolorosas, que solo son entendibles en el contexto de las prácticas represivas de las Fuerzas Armadas.

Este somero relevamiento no hace justicia a la gran proliferación de trabajos académicos que en los últimos años se han ocupado del cruce entre izquierdas armadas y género en Argentina. Sin embargo, deja en evidencia que el campo ha ampliado la pregunta acerca de las características de la participación de las mujeres en organizaciones como el ERP y Montoneros, para abordar cuestiones relacionadas también con las masculinidades, la violencia, y la moral revolucionaria, en un contexto de creciente polarización. Además, se ha complementado un enfoque demasiado centrado en la dimensión ideológica, con un abordaje más multifacético que incorpora herramientas de la historia cultural, de la historia social, y que presta atención a las prácticas. Por último, el campo de las izquierdas ha empezado a estudiar a estos actores en su dimensión relacional, haciendo un contrapunto con las dinámicas de las derechas, los sectores conservadores y las acciones represivas dirigidas por el Estado, lo cual ha echado nuevas luces sobre la comprensión del período en su totalidad.

En ese sentido, cabe destacar los aportes que ha hecho Valeria Manzano (2014 y 2017). Utilizando la categoría del sociólogo Stanley Cohen de “pánico moral”, la historiadora estudia la construcción de la imagen de la chica militante en la prensa de derecha, y la amenaza que esta figura

suponía para el orden familiar y de género. Manzano aborda la reacción social a los cambios producidos en la cultura sexual argentina que, a pesar de haber sido tibios, tuvieron a las jóvenes de los sesenta como protagonistas que desafiaron las pautas sociales arraigadas. Esto activó una serie de ansiedades, que fueron avivadas oportunamente por algunos grupos católicos y “emprendedores morales”. La autora analiza estos cambios como parte de un fenómeno global de modernización social y cultural, que tuvo una clara dimensión generacional, y que supuso un cuestionamiento a la autoridad patriarcal y al modelo de la domesticidad, generando así fuertes conflictos familiares que tomaron estado público.

La autora subraya cómo, a lo largo de los sesenta, las demandas del restablecimiento del orden patriarcal y de los ideales domésticos, se fueron asociando a las demandas de orden social cargadas de anticomunismo. El concepto del “enemigo interno” asoció estrechamente las desviaciones políticas y las sexuales, que tenían a los jóvenes como protagonistas. Haciendo uso de una retórica propia de la Guerra Fría, se argüía que la familia sería la institución que pusiera freno al terror rojo, articulando una alianza informal entre los sectores sociales conservadores que bregaban por la eliminación de la subversión y la restauración de la autoridad patriarcal en el hogar y en la nación. La figura de la mujer guerrillera condensó los temores del bloque conservador, y –como también ha estudiado Victoria Langland para el caso del 68 brasileño (2008)–, tuvo efectos trágicos sobre la dimensión de género de la represión. La representación de las mujeres militantes en la prensa masiva como hipersexualizadas tuvo efectos inmediatos y directos sobre el talante de la represión. Así lo puso de manifiesto la virulencia y saña de la tortura sexual, pero también la retórica familiarista con la cual las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional buscaron construir legitimidad.

En cuanto a las izquierdas uruguayas, se han escrito un par de trabajos generales y un puñado de trabajos específicos, pero el grupo de trabajo que más sistemáticamente ha trabajado cuestiones de género en la historia reciente se ha centrado, desde una óptica interdisciplinaria y de género, en los efectos del terrorismo de estado y las memorias<sup>9</sup>. No obstante, en un trabajo pionero, las historiadoras Ruiz y Paris (1998) planteaban importantes líneas de análisis acerca de la militancia de los sesenta. Con un enfoque muy tributario de la tercera generación de la escuela historiográfica francesa de los

---

<sup>9</sup> Los trabajos son numerosos y en general configuran una mirada interdisciplinaria sobre la memoria, desde una postura comprometida explícitamente con los derechos humanos. Dos buenos ejemplos de esto son: GONZÁLEZ BAICA, S.; RISSO FERNÁNDEZ, M. (Comps.) *Las laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo*. 1. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012; y MONTEALEGRE, N. (Coord.); SAPRIZA, G. y FOLLE, M. A. (Comps.). *El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay*. 1. ed. Montevideo: FHUCE-UDELAR, 2016. En otro registro, debe destacarse la serie de testimonios publicados bajo el título Memoria para Armar, Vol. I, II y III (Montevideo, Editorial Senda, 2001, 2002 y 2003 respectivamente), como resultado del Taller de Género y Memoria de Ex Presas Políticas.

*Annales*, su tesis central es que en los años sesenta hubo cambios importantes en la articulación entre vida pública y privada. Para las y los militantes, sostienen, lo público (entendido como la esfera de los asuntos colectivos y políticos), se convirtió en el eje de su vida, mientras que lo privado (la esfera familiar, doméstica, de las relaciones y los afectos), pasó a un segundo plano. Concluyen que esto se habría procesado de manera más cabal o relativa, según el grado de estructuración de los partidos y organizaciones.

Basándose en testimonios orales, las autoras afirman inicialmente que existe un consenso entre los y las militantes de que el centro de su desvelo era conquistar el Estado, mientras que las discusiones sobre familia, sexo, roles o aborto eran consideradas intrascendentes, con lo cual las convenciones sociales no fueron cuestionadas. Esta afirmación es relativizada posteriormente, cuando analiza cómo anclaron en estos actores los cambios sociales y culturales relacionados con la “revolución sexual”. Las autoras sostienen la idea de que las y los militantes asumieron los cambios que se estaban dando en la sociedad en relación a la pareja, el noviazgo, las relaciones sexuales prematrimoniales y la anticoncepción, de forma más rápida y franca que el resto de la sociedad. No obstante, afirman las autoras, el “código machista” fue trasladado al funcionamiento interno de grupos y partidos. Ruiz y Paris insisten sobre la idea de que a nivel de discurso se propugnaba la igualdad entre hombres y mujeres, mientras que a nivel de las prácticas esto se desconocía.

Como se mencionó anteriormente, la invitación de Ruiz y Paris a pensar la cotidianeidad de la militancia desde la vida privada, vinculando género, sexualidad y familia, fue pocas veces retomada por la historiografía uruguaya. La visión más sistemática se encuentra en el monumental trabajo de Rodrigo Vescovi, donde busca ampliar la mirada sobre el objeto de estudio al utilizar como categoría de análisis la de “luchadores sociales”, definidos como aquellos “quienes pretendiendo cambiar la realidad social se vieron enfrentados al régimen de Uruguay, y más allá de su afinidad y afiliación política, arriesgaron sus vidas por ello” (VÉSCOVI, 2003:16).

El trabajo de Vescovi reviste un interés especial dado que incluye una sección sobre género y militancia. El autor avanza en la interpretación del modelo de masculinidad encarnado en la figura del *Che Guevara*, y el modelo de feminidad, de mujer luchadora cantada por Daniel Viglietti (por ejemplo “Muchacha”, en *Canciones chuecas*, 1971). El autor recupera los debates suscitados por la participación femenina en la militancia, pero los testimonios que recoge discrepan en el grado de igualdad con que asumían distintas tareas, diferenciándose aquellas más organizativas o de lucha abierta, y otras más de sostén (comida) y contención afectiva. La principal fuente para estudiar este asunto en el Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T) es el capítulo referido a “El

papel de la mujer” de las Actas Tupamaras, donde se destaca su importancia en la realización de tareas que no levantarán sospechas o que utilizarán habilidades de seducción, en el entendido de que el enemigo era víctima de prejuicios sobre la mujer. Según Vescovi, hubo una mitificación de la guerrillera tupamara, pero también denuncias de machismo, protección a la mujer en los combates, acoso sexual, control de la pareja, y cargos de dirección monopolizados por hombres.

También resulta fundamental la tesis de Ana Laura De Giorgi (2011), quien trabaja el MLN-T, el Partido Comunista de Uruguay (PCU) y el Partido Socialista (PS) como culturas políticas que deben ser abordadas desde una perspectiva relacional<sup>10</sup>. Su trabajo contiene claves interpretativas importantes, en la medida en que analiza la vida privada como una esfera donde se ponían en juego las culturas políticas *bolche*, *lata* y *tupa*, analizadas en relación a seis dimensiones: la autoridad, las jerarquías, la disciplina, la discusión, los procesos de decisión y las características del militante. La autora alcanza la conclusión de que tener familia, pareja e hijos no era lo mismo en las tres organizaciones, y explora someramente esas diferencias. Centrándonos en el MLN-T, De Giorgi afirma que para los tupamaros, la familia, la pareja y los hijos, constituían un tema no saldado. Dado el imperativo de la entrega total a la vía armada, debía postergarse la decisión de tener hijos. La familia tradicional no era deseable ni era funcional a los objetivos políticos. Sin embargo, la pareja estaba fuertemente pautada, en relación a un código moral estricto basado en el valor de la autenticidad. A pesar de ello había un margen para la indisciplina, especialmente en el caso de los líderes como Raúl Sendic.

Es importante, a su vez, tomar en cuenta las investigaciones sobre algunas organizaciones en particular, incluyendo ponencias y artículos en revistas especializadas que las estudian desde una perspectiva de género, en ocasiones con una especial atención a las culturas juveniles. Si bien el espacio político de las izquierdas en los sesenta fue muy diverso, la producción historiográfica ha priorizado el estudio de solo algunos actores, y está bastante centrada en el MLN-T y PCU<sup>11</sup>,

<sup>10</sup> Véase también DE GIORGI, A. L. Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta. Jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y tupamaros. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 25, n. 31, p. 143-166, dic. 2012.

<sup>11</sup> No es el objeto de este artículo, pero se pueden mencionar los siguientes trabajos que abordan con perspectiva de género el PCU y la Unión de Juventudes Comunistas (UJC): LEIBNER, G. Parti de masses, parti masculinisé? Les femmes dans le Parti communiste uruguayen (1946-1968). En BERGES, K.; BURGOS, D.; LUDEC, N.; YUSTA, M. (Dir.) *Resistantes, militantes, citoyennes: L'Engagement politique des femmes aux XXe et XXIe siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015; LEIBNER, G. Women in Uruguayan Communism: Contradictions and Ambiguities, 1920s – 1960s. *Journal of Latin American Studies*, v. 50, n. 3, p. 643-672, 2018; LEIBNER, G. Nosotras (Uruguay, 1945-1953), las contradicciones de la escritura femenina comunista y sus significados sociales. En FORGUES, R.; FLORES, J. M. (Eds.) *Escritura femenina y reivindicación de género en América Latina*. Paris: Mare & Martin, 2005; LEIBNER, G. *Camaradas y compañeros. Una historia política y social de los comunistas del Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2012, especialmente el capítulo 4 sobre la UJC, “Afiliate y baila”; SILVA SCHULTZE, M. *Aquellos comunistas (1955-1973)*. Montevideo: Santillana, 2009; MARKARIAN, V. “Ese héroe es el joven comunista”: Violencia, heroísmo y cultura juvenil entre los comunistas uruguayos de los sesenta. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 21,

existiendo pocos trabajos académicos acerca del Partido Socialista y los otros partidos y movimientos surgidos en los sesenta.

En el caso del MLN-T, especial atención a las identidades y relaciones de género han prestado Marina Cardozo (2010) y Gabriela González Vaillant (2015) en artículos especializados. Marina Cardozo busca comprender las contradicciones, tensiones y paradojas presentes en los discursos y prácticas del MLN-T acerca del rol de las militantes. La autora afirma que la propia militancia de las mujeres en diversos ámbitos, al actuar en la esfera pública, subvertía la tradicional asociación de las mujeres a la esfera doméstica, y era una forma de reivindicar en la práctica la igualdad con los hombres. Sin embargo, señala que fue una paradoja que la sección “El Papel de la Mujer” de las Actas Tupamaras, asignara a las mujeres dentro del MLN-T tareas asociadas a su rol de madre, ama de casa, amante y esposa. La autora analiza así las cualidades valoradas en las mujeres, asociadas a su tradicional rol doméstico, en oposición a los valores y roles asignados a los hombres, relacionados con la acción armada.

Cardozo rastrea esta tensión entre paridad teórica y desigualdad en la práctica de las acciones armadas, que se expresaba en la composición de las dirigencias y la división de tareas. A su vez, sostiene que las mujeres militantes no tenían una agenda específica en tanto mujeres, si bien se reconocían como diferentes al resto de las mujeres de la sociedad. En ese sentido, la autora señala la noción de ruptura con la generación anterior, como un aspecto propio del contexto: “una divergencia más generacional que de opción política, en relación con la contestación de las jóvenes de la época al modelo de mujer tradicional vigente” (CARDOZO, 2010:10). De allí que la propia equiparación fuese lo transgresor. Cardozo reafirma la idea también expresada por Oberti de que, paradójicamente, sin embargo, reproducir valores y comportamientos tradicionalmente asociados a lo masculino perpetuó la diferencia sexual que las militantes buscaban negar.

En la misma dirección apuntan las conclusiones de Marisa Ruiz y Rafael Sanseviero (2012), quienes reconstruyen en *Las rehenas* las trayectorias de las once tupamaras<sup>12</sup> retenidas en condición de rehenes entre junio de 1973 y setiembre de 1976, insertándolas en su contexto social y familiar previo a su ingreso a la militancia:

Hubo rupturas porque para las tupamaras, al igual que para todas las mujeres, la militancia supuso fugar de las clausuras dentro de lo privado y doméstico para intervenir en la escena pública. Porque la lucha clandestina conllevaba

---

n. 2, p. 7-31, 2010; DE GIORGI, A. L. La otra nueva ola: jóvenes mujeres comunistas en el Uruguay de los 60. *Izquierdas*, v. 22, p. 204-226, enero 2015.

<sup>12</sup> Ellas fueron Alba Antúnez, Cristina Cabrera, Elisa Michelini, Flavia Schilling, Gracia Dri, Yessie Macchi, Lía Maciel, Maria Elena Curbelo, Miriam Montero, Raquel Dupont y Stella Sánchez.

la renuncia explícita o un fuerte cuestionamiento al rasgo más fuertemente asociado a la condición femenina tradicional, como es el mandato de maternidad. Y porque con independencia del lugar militante ocupado por cada una, la política armada implicaba la disposición a producir muerte, una «tarea» culturalmente restringida al dominio masculino. Pero en sentido estricto estas militantes parecen haber abandonado los roles políticamente asignados a las mujeres sin que necesariamente la militancia llevara a que se desarrollaran relaciones más igualitarias con sus pares hombres. (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 62)

Este es un debate que ha quedado bastante marcado por las propias interrogantes que se han planteado algunas de las militantes posteriormente –como Ana María Araújo–, interpeladas por el despertar feminista tras la experiencia de la cárcel y/o el exilio. Como se vio también en el caso argentino, la propia condición de militantes feministas de las académicas que abordan estos temas han tendido en ocasiones a redundar sobre el machismo imperante en la izquierda armada, sin ofrecer una mirada más compleja sobre el propio género y el contexto político y social. Una mirada renovadora sobre ese “matrimonio mal avenido” entre izquierdas y feminismo, ha sido aportada por el estudio de las trayectorias de las mujeres que luego de la dictadura en Uruguay, protagonizaron un segundo momento de activismo feminista (DE GIORGI, 2020). Así, destaca por una lectura a contrapelo de los testimonios y que rescata lo contingente en la historia, el trabajo de Graciela Sapriza (2021) que propone rastrear las primeras lecturas feministas (especialmente la recepción de Simone de Beauvoir) entre las adolescentes de los sesenta que a su vez eran activas militantes en las izquierdas.

Gabriela González (2015), por su parte, es crítica de esa lectura feminista según la cual el empoderamiento de las mujeres a través de modelos de militancia masculinizados o asexuados –según la interpretación–, y la búsqueda de la igualdad en tanto unicidad, eran funcionales a la reproducción del orden patriarcal. La autora afirma que tal interpretación desconoce el contexto y niega la agencia de las mujeres y su capacidad para transformar los proyectos políticos en los cuales se involucraban. Por otro lado, la noción de que, teniendo en cuenta el contexto, la equiparación de las mujeres a los hombres era de hecho liberadora, sostiene la autora, corre el riesgo de desconocer las dinámicas de poder detrás de la definición ideal del militante.

En sintonía con los planteos de Cosse antes reseñados, González avanza en varias líneas de análisis. Entendiendo el MLN-T como un caso para analizar la relación entre el género y los movimientos guerrilleros de izquierda en América Latina, su trabajo hace foco en múltiples asuntos, y no solo en las características de la participación de las mujeres y su carácter emancipador. Así, reclama para este campo de estudios una mayor atención a las masculinidades, y a la forma en que

los movimientos se vieron influidos por el contexto, pero también cómo influyeron en él. La autora sostiene que la forma en que los medios conservadores presentaron a la participación de las mujeres en las acciones armadas, demuestra en qué medida su actuación se oponía al statu quo de los sesenta, ya fuese por ofrecer una imagen des-feminizada de las mujeres del MLN-T, o por retratarlas en formas hiper-sexualizadas. En cualquiera de los dos casos, la mujer-como-hombre o la mujer-símbolo-sexual, las imágenes iban en contra del rol reservado para ellas en la sociedad, la maternidad, y así, se puede agregar con Cardozo, eran doblemente subversivas:

Esta construcción alarmada de los medios contra la “doble subversión” (residente en la contundencia y peligrosidad simultáneas de la búsqueda igualitaria respecto del varón y, por otro lado, de la “acentuación” de la diferencia respecto de éste), daba cuenta, en los hechos, de cambios y transformaciones importantes en (y desde) estas mujeres militantes, aún a pesar de las pervivencias de aspectos asimilables a un modelo tradicional anterior. (CARDOZO, 2010:15)

Por otro lado, tanto Cardozo como González refieren al tema de la pareja y la procreación como contradictorio en cuanto a los códigos morales dentro del MLN-T. Si bien no se normativizó la esfera de lo íntimo, como en el PRT-ERP, se preconizaba la fidelidad y monogamia en el marco de la heteronorma y en la afectividad. Sin embargo, la propia clandestinidad, la prisión y la inminencia de la muerte, daban lugar a prácticas que entraban en contradicción con ese mandato. En la resolución de los problemas, las decisiones referidas a lo afectivo, la pareja o los hijos, podían devenir objeto de tratamiento político, incluso porque contenía el riesgo de filtrar información reservada. Cardozo analiza cómo tener un hijo para los hombres se vinculaba más a la voluntad de prolongar el linaje y continuar la lucha, ante la posibilidad del padre de dejar el mundo en cualquier momento. Para las madres, en cambio, formaba parte de un ideal de realización percibido como privado o subjetivo. Sin embargo, el estar embarazadas o tener hijos pequeños reducía sus posibilidades de militar, con lo cual se convertían en una carga o descendía su estatus en la organización. De acuerdo a González, para las propias mujeres, dar a luz podía tener que ver con alumbrar una nueva sociedad y así construir la revolución, o podía ser una señal de debilidad y una traición a la revolución si eso no les permitía continuar militando. De allí, señala la autora, el carácter profundamente colectivo que tal decisión revestía para las militantes del MLN-T. También Graciela Sapriza ha abordado este asunto en una serie de artículos. La autora también señala el fenómeno según el cual el sacrificio de la vida personal por el proyecto político supuso moldear los cuerpos femeninos de acuerdo al discurso político dominante, en una “teatralización paródica de la masculinidad” que posponía lo íntimo frente a lo

público (Sapriza, 2005:42)<sup>13</sup>. Esta forma de referir al cuerpo habría permeado también la opción por la maternidad.

No puede dejar de mencionarse aquí, las derivas trágicas que estas experiencias supusieron. En la propia organización de la izquierda armada, de acuerdo a los testimonios que recogen las autoras, las mujeres solían asumir sus tareas estoicamente, con sus *compañeros* presos, exiliados o muertos. Pero además, la prisión política y torturas, iniciadas bastante antes del golpe de estado de junio de 1973, tuvieron desarrollos claramente marcados por el género, que acentuaron la tortura sexual como modalidad predilecta de tormento sobre mujeres en general jóvenes. No es el propósito de este artículo explorar esta cuestión, pero sí colocar en el centro de la discusión las maneras en que la sexualidad era un asunto permanentemente en disputa, un campo contencioso en la Guerra Fría latinoamericana. El adentro y el afuera de las organizaciones de izquierda no pueden pensarse como esferas autónomas, sino mutuamente compenetradas y formando parte de una misma esfera pública, donde múltiples proyectos políticos entraban en pugna por moldear las subjetividades y formar opinión pública. Para los actores conservadores, el activar ansiedades y temores en relación a lo que, clamaban, era una disrupción del orden sexual y familiar asociada a la subversión política, no fue un tema menor.

Como se ha mencionado, esta perspectiva demuestra ser muy sugerente para renovar la historia política de la región. Con un enfoque similar al de Langland y Manzano, el reciente trabajo de Marcos Rey (2021) pone en diálogo todos estos asuntos con el contexto uruguayo, como parte del proyecto de la *Historia visual del anticomunismo* coordinado por Magdalena Broquetas. El autor estudia cómo la cruzada anticomunista acusó al marxismo de corromper a la juventud, pervertir a las mujeres, promover “desviaciones sexuales” (pérdida de virilidad, homosexualidad, travestismo y pornografía), y poner en peligro a la familia –base de la nación. Las imágenes publicadas en la prensa de derecha reforzaron una visión apocalíptica de las manifestaciones de la izquierda social y política entre 1968 y 1974, profundizándose en la campaña electoral de 1971 donde se puso en juego un anticomunismo moral muy fuerte que evoca la campaña del terror en Chile 1964 (CASALS, 2020). Rey estudia cómo la idea del enemigo interno se fue asociando a la juventud de izquierda, estigmatizada en las imágenes del agitador estudiantil, el militante comunista y el *hippie* esnobista. También advierte cómo esta prensa exageró los alcances de la liberación sexual en Uruguay y denunció fervientemente la desviación de la mujer de su rol natural como abnegadas esposas y

---

<sup>13</sup> La expresión es tomada por la autora de Diamela Eltit. *Cuerpos nómades. Hispanoamérica. Revista de literatura*, año XXV, n. 75, 1996, p. 6.

madres. Las ideas de perversión sexual, degeneración moral, promiscuidad, suciedad y masculinización permearon las imágenes de las mujeres que participaban en actividades políticas, ya fueran armadas o no. Paralelamente, a los hombres se los presentaba como carentes de atributos viriles, asociando la degeneración moral del comunismo internacional con la homosexualidad, la pornografía y el travestismo. Por último, el autor destaca la idea de que la familia se encontraba en peligro, lo cual tuvo su correlato en medidas de censura, intervenciones en el ámbito de la educación, y finalmente, en la retórica familiarista utilizada por la propaganda oficial tras el golpe de Estado para presentar al nuevo régimen como una restauración del orden moral.

## CONCLUSIONES

Este trabajo ha pretendido trazar un mapa de algunos temas, problemas y discusiones presentes en la intersección entre género y militancia de izquierda armada en los años sesenta y setenta en el Río de la Plata. Una primera sección abordó las transformaciones acaecidas en la familia y la sexualidad en ese período, mientras que la segunda parte contempló las maneras en que dichos cambios y continuidades interpelaron a la izquierda armada. Vale la pena señalar que el artículo aborda el campo de la izquierda armada porque es el que más se ha estudiado en la región, muchas veces conceptualizada en términos de “nueva izquierda” por oposición a la “izquierda tradicional”<sup>14</sup>. Sin embargo, ha debido dejar afuera del análisis a actores muy relevantes, incluso a grupos menos numerosos, pero no por eso menos significativos de la izquierda armada uruguaya, como el Movimiento Revolucionario Oriental (MRO), el Frente de Avanzada Renovadora (FAR), el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), el Movimiento de Unificación Socialista Proletario (MUSP), la Resistencia Obrero Estudiantil (ROE), o los Grupos de Acción Unificadora (GAU).

Los estudios reseñados son los más destacados, pero no abarcan a todos los que han hecho contribuciones a este campo de investigación en ciernes. El artículo ha intentado dejar abiertas algunas preguntas en relación al género, la sexualidad y la familia como espacio de disputa política en el campo de una esfera pública atravesada por la caliente Guerra Fría latinoamericana.

En ese sentido, la historia política desde el género, aún tiene mucho por decir acerca de estas dinámicas contenciosas, especialmente en Uruguay. El camino recorrido por las colegas de la otra

---

<sup>14</sup> Esta categorización no está exenta de problemas, dado que, por un lado, se teorizaron en relación a procesos desarrollados en Europa y Estados Unidos, y, por otro, las particularidades de la realidad latinoamericana de los sesenta y setenta, habilitan un reconocimiento de cortes quizás más fructíferos, como el generacional. Como sostiene Markarian, el hecho de dejar fuera de la nueva izquierda a la izquierda de raigambre marxista, desconoce el peso que tuvieron estos actores en los procesos latinoamericanos (Markarian, Vania, *El 68 uruguayo*).

orilla y de toda la región se ofrece como un inspirador ejemplo en busca de nuevas preguntas. A su vez, existe en la historiografía uruguaya, un rico acumulado sobre el cual construir y discutir. En ese sentido, se ha entendido relevante contrastar una historiografía más deudora de la teoría feminista que ha cargado sus tintas en criticar la opresión de la supuesta igualdad entre militantes hombres y mujeres de las organizaciones armadas, con otra que atiende más al contexto y a los cambios en los modelos de masculinidad hegemónica.

Atendiendo a las expresiones de la prensa conservadora se puede constatar hasta qué punto la militancia de los sesenta impugnaba el statu quo del modelo de domesticidad, modelo que vivía su momento de esplendor en la posguerra, pero estaba siendo cuestionado por las nuevas generaciones. El estudio de las formas en que las ansiedades despertadas por este proceso de modernización social y cultural fueron movilizadas políticamente, en un contexto de fuerte anticomunismo y de transnacionalización cultural, es un asunto que abre nuevas preguntas acerca de las izquierdas.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, J. La prisión masiva y prolongada en perspectiva de género. Mujeres presas durante la dictadura uruguaya (1973-1985). En MONTEALEGRE, N. (Coord.); SAPRIZA, G.; FOLLE, A. M.(Comps.). **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay**. 1. ed. Montevideo: FHUCE-UDELAR, 2016.

ANDÚJAR, A.; D'ANTONIO, D.; DOMÍNGUEZ, N.; GRAMMÁTICO, K.; GIL LOZANO, F.; PITA, V. et al. (Comps.) **Historia, género y política en los '70**. 1. ed. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Feminaria, 2005.

ANDÚJAR, A.; D'ANTONIO, D.; GIL LOZANO, F.; GRAMMÁTICO, K.; ROSA, M. L. (Comps.) **De minifaldas, militancias y revoluciones. Exploraciones sobre los 70 en la Argentina**. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009.

BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **Batle, los estancieros y el Imperio Británico, tomo I: El Uruguay del novecientos**. 1. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1979.

CARDOZO, M. “Su lugar en la lucha”: Reflexiones en torno a las militantes en el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros entre comienzos de los 60 y fines de los 70 en Uruguay. Actas de las III Jornadas de Historia Género y Política en los '70, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 22–24 set. 2010. Disponible:

[https://www.academia.edu/24242437/Su\\_lugar\\_en\\_la\\_lucha\\_Reflexiones\\_en\\_torno\\_a\\_las\\_militantes\\_del\\_Movimiento\\_de\\_Liberaci%C3%B3n\\_Nacional\\_Tupamaros\\_entre\\_comienzos\\_de\\_los\\_60\\_y\\_fines\\_de\\_los\\_70\\_en\\_Uruguay](https://www.academia.edu/24242437/Su_lugar_en_la_lucha_Reflexiones_en_torno_a_las_militantes_del_Movimiento_de_Liberaci%C3%B3n_Nacional_Tupamaros_entre_comienzos_de_los_60_y_fines_de_los_70_en_Uruguay)

CARNOVALE, V. **Los combatientes. Historia del PRT-ERP**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

CASALS, M. ‘Chilean! Is This How You Want to See Your Daughter?’ The Cuban Revolution and Representations of Gender and Family during Chile’s 1964 Anticommunist “Campaign of Terror”. **Radical History Review**, v. 136, p. 111-127, enero 2020.

CHASE, M. **Revolution within the Revolution: Women and Gender Politics in Cuba, 1952-1962**. 1. ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. Hegemonic Masculinity. Rethinking the Concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, dic. 2005.

COSSE, I. Cultura y sexualidad en la Argentina de los sesenta: usos y resignificaciones de la experiencia transnacional. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 17, n. 1, p. 29-60, 2006.

\_\_\_\_\_. Una revolución discreta. El nuevo paradigma sexual en Buenos Aires (1960-1975). **Secuencia**, n. 77, p. 113-148, mayo-agosto 2010.

\_\_\_\_\_. **Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta. Una revolución discreta en Buenos Aires**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

\_\_\_\_\_ ‘Infidelidades’: moral, revolución y sexualidad en las organizaciones de la izquierda armada en la Argentina de los años 70. **Prácticas de oficio**, v. 1, n. 19, p. 1-21, jun.-dic. 2017.

\_\_\_\_\_ Masculinidades, clase social y violencia política (Argentina, 1970). **Revista Mexicana de Sociología**, v. 81, n. 4, p. 825-854, oct.-dic. 2019.

D’ANTONIO, D. Presas políticas y prácticas de control social estatal en la Argentina durante los años setenta. **Contemporánea**, año 4, v. 4, p. 13-40, 2013.

D’ANTONIO, D.; RODRÍGUEZ AGÜERO, L. M. El carácter sexo-genérico de la represión estatal en la Argentina de la década del setenta. **Sémata**, v. 31, p. 53-69, 2019.

DE GIORGI, A. L. **Historia de un amor no correspondido. Feminismo e izquierda en los 80**. 1. ed. Montevideo: Sujetos Editores, 2020.

\_\_\_\_\_ **Las tribus de la izquierda en los 60: bolches, latas y tupas. Comunistas, socialistas y tupamaros desde la cultura política**. 1. ed. Montevideo: Fin de Siglo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_ Culturas políticas rivales en la izquierda uruguaya de los sesenta. Jerarquía, autoridad y disciplina en comunistas, socialistas y tupamaros. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 25, n. 31, p. 143-166, dic. 2012.

FELITTI, K. **La revolución de la píldora. Sexualidad y política en los sesenta**. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

FILC, J. **Entre el parentesco y la política. Familia y dictadura, 1976-1983**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1997.

FRANCO, J. Gender, Death and Resistance: Facing the Ethical Vacuum. En CORRADI, J.; WEISS FAGEN, P.; GARRETÓN, M. (Eds.) **Fear at the Edge: State Terror and Resistance in Latin America**. 1. ed. California-Oxford: University of California Press, 1992.

GRAMMÁTICO, K. **Mujeres montoneras. Una historia de la Agrupación Evita, 1973-1974**. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2011.

GONZÁLEZ BAICA, S.; RISSO FERNÁNDEZ, M. (Comps.) **Las laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo**. 1. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012.

GONZÁLEZ VAILLANT, G. The Tupamaros: re-gendering an ungendered guerilla movement. **NORMA**, v. 10, n. 3-4, p. 295-311, 2015.

HOBSBAWM, E. **Historia del siglo XX**. 10. ed. Buenos Aires: Crítica, 2014.

JELIN, E. El género de las memorias. En JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. 1. ed. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

LANGLAND, V. Birth Control Pills and Molotov Cocktails: Reading Sex and Revolution in 1968 Brazil. En JOSEPH, G.; SPENSER, D. (Eds.) **In From the Cold: Latin America's New Encounter with the Cold War**. 1. ed. Durham and London: Duke University Press, 2008.

MALLON, F. E. *Barbudos, Warriors, and Rotos: The MIR, Masculinity, and Power in the Chilean Agrarian Reform, 1965–74*. En GUTMANN, M. C. **Changing Men and Masculinities in Latin America**. Londres y Durham: Duke University Press, 2003.

MANZANO, V. **La Era de la juventud en Argentina. Cultura, política y sexualidad desde Perón hasta Videla**. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.

\_\_\_\_\_. Sex, Gender and the Making of the 'Enemy Within' in Cold War Argentina. **Journal of Latin American Studies**, v. 47, n. 1, p. 1-29, 2014.

MARKARIAN, V. **El 68 uruguayo. El movimiento estudiantil entre molotovs y música beat**. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

MONTEALEGRE, N. (Coord.); SAPRIZA, G. y FOLLE, M. A. (Comps.). **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay**. 1. ed. Montevideo: FHUCE-UDELAR, 2016.

PELLEGRINO, A. Vida conyugal y fecundidad en la sociedad uruguaya del siglo XX: una visión desde la demografía. En BARRÁN, J. P.; CAETANO, G.; PORZECANSKI, T. (Dirs.) **Historias de la vida privada en el Uruguay, T. III, Individuos y soledades, 1920-1990**. 1. ed. Montevideo: Ediciones Santillana, 1998.

PELLEGRINO, A.; CABELLA, W., Población y sociedad, en CAETANO, G. (Dir.); MARCHESI, A.; MARKARIAN, V.; YAFFÉ, J. (Coords.) **Uruguay, tomo III: 1930-2010. En busca del desarrollo entre el autoritarismo y la democracia**. 1. ed. Montevideo, Mapfre-Planeta, 2015.

OBERTI, A. La moral según los revolucionarios. **Política de la Memoria, Anuario de Investigación del CeDInCI**, n. 5, p. 77-84, dic. 2004.

\_\_\_\_\_. **Las revolucionarias. Militancia, vida cotidiana y afectividad en los setenta**. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

POWER, M. **La mujer de derecha: el poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973**. 1. ed. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

REY, M. "Pánico moral" en el Uruguay autoritario: juventudes, sexualidades y géneros estigmatizados. En BROQUETAS, M. (Coord.) **Historia visual del anticomunismo en Uruguay (1947-1985)**. Montevideo: FHUCE-UDELAR, 2021.

RUIZ, M.; SANSEVIERO, R. **Las rehenas. Historia oculta de once presas de la dictadura**. 1. ed. Montevideo: Fin de Siglo Editorial, 2012.

SAPRIZA, G. Memorias del cuerpo. En ANDÚJAR, A.; D'ANTONIO, D.; DOMÍNGUEZ, N.; GRAMMÁTICO, K.; GIL LOZANO, F.; PITA, V. et al. (Comps.) **Historia, género y política en los '70**. 1. ed. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Feminaria, 2005.

\_\_\_\_\_ La dimensión de género de la represión. En RICO, A. (Coord.) **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985), tomo II**. 1. ed. Montevideo: UDELAR-CSIC-CEIU, 2008.

\_\_\_\_\_ Primeras lecturas feministas, adolescencias revolucionarias en el 68 uruguayo. En BELLUCCI, M.; SMALDONE, M. (Comps.) **El segundo sexo en el Río de la Plata**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Marea, 2021.

SCOTT, J. W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. En NASH, M.; AMELANG, J. (Eds.) **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. 1. ed. Valencia: Alfons el Magnanim, 1990.

SEPÚLVEDA, P. **Mujeres insurrectas: condición femenina y militancia en los '70**. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

SORENSEN, D. The Cuban Revolution and Che Guevara: Between Memory and Utopia. En SORENSEN, D. **A Turbulent Decade Remembered. Scenes from the Latin American Sixties**. 1. ed. California: Stanford University Press, 2007.

TINSMAN, H. **La tierra para el que la trabaja. Género, sexualidad y movimientos campesinos en la Reforma Agraria Chilena**. 1. ed. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2009.

TROCHÓN, Y. **Escenas de la vida cotidiana. Uruguay, 1950-1973. Sombras sobre el país modelo**. 1. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

VESCOVI, R. **Ecos revolucionarios: luchadores sociales, Uruguay 1968-1973**. 1. ed. Montevideo: Nóos Editorial, 2003.





Esta obra possui uma Licença

Submissão: 18/01/2023 | Aprovação: 25/03/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11383>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11383>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 51-73



## MORAL, USO DE DROGAS, Y ROLES DE GÉNERO EN LAS SOCIEDADES E INSTITUCIONES RIOPLATENSES DURANTE EL TERRORISMO DE ESTADO<sup>1</sup>

### MORALITY, DRUG USE, AND GENDER ROLES IN RIOPLATENSES SOCIETIES AND INSTITUTIONS DURING STATE TERRORISM

Rocio del Pilar DEHEZA

Universidad de la República – UDELAR (Uruguay)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artículo estudia los roles de género y los discursos en torno a las drogas durante las décadas de 1960-1970 en las sociedades e instituciones rioplatenses. El objetivo es indagar en la construcción de la moral, especialmente en los roles de género y los usos de drogas, por parte de las organizaciones de izquierda y los regímenes dictatoriales. Se trabaja desde una perspectiva de género y generaciones, entendiendo que este abordaje permite focalizar en las mujeres jóvenes durante las décadas de 1960-1970. Se remitirá a los cambios culturales y políticos acaecidos desde la década de 1960, calificados como “contraculturales” y “revolucionarios”. Se desarrollará cómo los usos de drogas constituyeron un “problema social y moral”, para organizaciones de izquierda y regímenes dictatoriales. Los resultados preliminares permiten afirmar que las mujeres usuarias de drogas en este período fueron (y siguen siendo) invisibilizadas y silenciadas.

**Palabras-clave:** Moral. Drogas. Género. Terrorismo de Estado.

**Abstract:** *This article studies gender roles and the discourses surrounding drugs during the 1960s-1970s in the Rio de la Plata societies and institutions. The objective is to investigate the construction of morality, especially gender roles and drug use, by leftist organizations and dictatorial regimes. We work from a gender and generational perspective, understanding that this approach allows us to focus on young women during the 1960s-1970s. It will refer to the cultural and political changes that took place since the 1960s, described as "countercultural" and "revolutionary". It will develop how drug use constituted a "social and moral problem" for leftist organizations and dictatorial regimes. Preliminary results allow us to affirm that women drug users in this period were (and still are) invisibilized and silenced.*

**Keywords:** *Morality. Drugs. Gender. State terrorism.*

<sup>1</sup> Financiado pela Agencia Nacional de Investigación e Innovación, Uruguay; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República.

<sup>2</sup> Maestría en Ciencias Humanas, opción Estudios Latinoamericanos (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay). E-mail: [maiteglesias158@gmail.com](mailto:maiteglesias158@gmail.com)

## **INTRODUCCIÓN. LAS DÉCADAS DE 1960-1970 EN EL RÍO DE LA PLATA; DE LA REVOLUCIÓN INMINENTE A LAS DICTADURAS CÍVICO-MILITARES.**

En la década de 1960, tras el triunfo de la Revolución Cubana, el proceso de descolonización de África y Asia, mientras se sucedía la Guerra de Vietnam, las protestas contra el racismo en Estados Unidos en plena Guerra Fría, y varios episodios de rebeldía juvenil y puntualmente estudiantil, buena parte de una generación de jóvenes latinoamericanos se insertó en la vida política de sus respectivos países a través de organizaciones de izquierda, varias de ellas armadas, desde una mirada heroica de la militancia, viendo la revolución “a la vuelta de la esquina”, con una férrea creencia en que el mundo estaba a punto de cambiar y que ellas y ellos debían empujar ese proceso de cambio social y político. Sepúlveda señala que

La razón de que la militancia de los jóvenes (y los jóvenes) se haya dado dentro de organizaciones radicalizadas de izquierda se articula con el surgimiento de lo que se denominó Nueva Izquierda. Esta sostenía que el atraso y la dependencia solo se terminarían con el advenimiento del hombre nuevo y el socialismo (SEPÚLVEDA, 2015, p. 26).

También en la década de 1960 los países de América Latina vivieron un aumento de la injerencia de Estados Unidos. Este país intensificó su presencia en la región de diversos modos; tanto en aspectos políticos, para los cuales impulsó respuestas estandarizadas para los problemas de los países latinoamericanos y promovió el autoritarismo y la militarización de sus gobiernos; como en asuntos económicos, promoviendo programas de crecimiento económico de carácter desarrollistas a fines de prevenir el surgimiento de movimientos revolucionarios e insurrecciones sociales (MARKARIAN, 2012); como así también en el plano cultural, a través de su pujante industria cultural.

Por eso, si bien las últimas dictaduras cívico-militares de los países rioplatenses transcurrieron entre los años 1973-1985 para el caso de Uruguay y 1976-1983 para el caso de Argentina, a los fines de este artículo es relevante considerar los cambios acontecidos durante la década de 1960, cuando se estaba generando el clima cultural, social y político que nos permitirá identificar ciertos procesos que cristalizaron en las décadas posteriores.

Como señalan Broquetas y Duffau para el caso uruguayo:

El golpe de Estado de 1973 no fue un acontecimiento repentino e inesperado, sino el desenlace de un largo proceso de deterioro del régimen democrático, claramente reconocible a partir de 1968, pero cuyas raíces más profundas deben ubicarse en la crisis económica de mediados de la década de 1950 y la conflictividad social derivada de esta situación (BROQUETAS y DUFFAU, 2020, p. 153).

Con respuestas autoritarias por parte del gobierno uruguayo como las medidas prontas de seguridad que dejaron suspendidas garantías constitucionales y habilitaron la violencia estatal. “Los largos años sesenta”, que estos autores sitúan entre 1959 y 1973, también estuvieron signados por la crisis de los partidos tradicionales cada vez más fragmentados, y en medio de impulsos de participación política de las fuerzas armadas, como respuesta al surgimiento de nuevos actores organizados, que se puede rastrear en el proceso de unificación de los sindicatos en una central única; en el movimiento estudiantil radicalizado y con reclamos y movilizaciones mancomunadas con las y los trabajadores; en la mayor convocatoria, adhesión y visibilidad de las ramas juveniles de partidos de izquierda como el Partido Comunista Uruguayo (PCU) y el Partido Socialista (PS); en los nuevos grupos de izquierda que optaban por el camino de la acción directa y la lucha armada, como el Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros (MLN-T) (MARKARIAN, 2012).

Para el caso argentino, la proscripción del peronismo en la década de 1950 fue seguida por un avance autoritario en la década de 1960; entre 1966 y 1973, durante la “Revolución Argentina”, el país estuvo bajo la dictadura del Gral. Onganía (1966-1970), Gral. Levingstone (1970-1971) y Gral. Lanusse (1971-1973). Como señala Cosse, el país estuvo

en un clima crecientemente represivo y moralista que no solo caracterizo a la dictadura del general Juan Carlos Onganía (1966-1970), sino que ya estaba presente en el gobierno democrático de Arturo Frondizi y fue habilitado por una opinión pública moralista y por numerosas organizaciones católicas COSSE, 2010, p.116).

Así, la proscripción del peronismo entre los años 1955 y 1973, el aumento del autoritarismo y el descontento social, fueron el caldo de cultivo de una generación que creció con el relato de sus padres y adultos mayores sobre las políticas de redistribución del peronismo entre 1945-1955 (ya fuera porque adscribieran a este partido político o porque fueran opositores), que creían en un cambio social y político, y que por lo tanto se volcaron a distintas organizaciones que apostaban por un proyecto de país con justicia social, entre ellas organizaciones de izquierda armada, como Montoneros y el Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT- ERP). El año 1969, con el Cordobazo, fue un año de irrupción en Argentina como el 68 para el caso uruguayo; significó un punto de inflexión en la realidad social y política argentina, que expresó la unión de estudiantes y trabajadoras/es contra el régimen autoritario. Por otro lado, el retorno del peronismo en el año 1973 llevó a un aumento de la polarización al interior de este partido entre sus vertientes de izquierda y de derecha, acusándose un bando a otro de estar al servicio del imperialismo, de la agencia de inteligencia de Estados Unidos y de ideologías “foráneas” ajenas a “lo argentino”;

de estar al servicio de la oligarquía. Como resume Oberti (siguiendo las investigaciones de Marina Franco), en estas décadas la violencia política fue resultado de una pluralidad de dimensiones:

La violencia política fue el producto de los discursos y prácticas gubernamentales tendientes a la construcción y persecución del “enemigo” interno, la creciente legislación represiva, y la represión clandestina hacia los “infiltrados” dentro del peronismo y también hacia el resto de la amplia izquierda política y social. Sin embargo, la articulación de consensos a favor de la represión a ese enemigo interno (“terrorista”, “infiltrado”, “subversivo”) excedía los marcos estatales y también se expresaba en diversos discursos sociales, mediáticos y políticos (OSUNA, 2016, p. 179).

Tenemos entonces que, hacia fines de la década de 1960, en ambos márgenes del Río de la Plata se conformaron nuevas organizaciones de izquierda que apostaron por la lucha armada, integradas mayoritariamente por jóvenes, en un contexto crecientemente represivo y autoritario que desembocaría años más tarde en dictaduras cívico-militares, y llevaría a estas organizaciones a actuar desde la clandestinidad. Con el apoyo del gobierno de Estados Unidos y desde la doctrina de la seguridad nacional, los regímenes dictatoriales de Argentina y Uruguay coordinaron operaciones para reprimir a quienes identificaron como sus respectivos “enemigos internos”, produciendo sistemáticas violaciones a los Derechos Humanos que incluyeron detención masiva, secuestro, trato degradante, tortura y desaparición de personas (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013).

La creación de la figura del “enemigo interno” también tuvo apoyo de ciertos segmentos de la sociedad civil (por eso hablamos de dictadura cívico-militar), y generó efectos significativos no sólo en el ámbito político sino también en el ámbito cultural. Markarian (2012) en su investigación sobre el 68 uruguayo se pregunta por el surgimiento de la juventud en tanto actor político en el seno de la izquierda, pero también busca indagar en las relaciones entre la izquierda y la juventud de estas décadas; una juventud influenciada por nuevas pautas culturales provenientes de sus coetáneos estadounidenses y europeos. En este sentido avanzaremos en el próximo apartado.

### **(CONTRA)CULTURA RIOPLATENSE EN LAS DÉCADAS DE 1960-1970; CULTURA JUVENIL, “REVOLUCIÓN SEXUAL”, USO DE DROGAS Y ROLES DE GÉNERO.**

Markarian sostiene que el campo cultural es un espacio social, si bien relativamente autónomo, atravesado por relaciones de poder que lo trascienden; durante la década de 1960, era concebido como arena de disputa, herramienta de cambio y terreno de experimentación que acompañaría lo que se creía serían cambios sociales inminentes. Las nuevas pautas culturales juveniles fueron denominadas “contracultura” (Roszak, “The Making of a Counterculture”, 1969), y entendidas como:

un conjunto de pautas culturales inicialmente producidas y consumidas por un grupo reducido que surgieron en el contexto de la sociedad de masas y se extendieron por medio de las industrias culturales y otros mecanismos del mercado al conjunto de la sociedad” (MARKARIAN, 2012, pp. 28-29).

Siguiendo a Markarian, en este trabajo buscamos discutir aquellos enfoques reduccionistas que tras la idea de “imperialismo cultural”, no dan cuenta del impacto liberador que significaron las nuevas formas culturales, incluso aquellas provenientes del Norte global. En los años sesenta, la contracultura juvenil también buscó cuestionar los supuestos de la sociedad capitalista; el hippismo, el rock, las vanguardias estéticas, se expresaron no sólo contra la moral imperante y la sociedad de consumo, sino contra toda forma de autoritarismo.

Manzano (2014-a, 2014-b, 2014-c, 2015) y Andújar (2016) ahondaron en esta línea de investigación, y se preguntaron por los puntos de encuentro y desencuentro entre estas expresiones contraculturales que buscaban conformar otra sociedad mediante búsquedas individuales en pos de la liberación, y las expresiones políticas que apostaban por los cambios sociales a través de la revolución. Siguiendo los aportes de estas autoras, a los fines de este trabajo interesa reseñar que si bien tuvieron distintos modos de expresarse y llevaron a la adopción de distintas prácticas, los cambios en el plano cultural durante la década de 1960 pueden leerse en clave generacional, y así ser entendidos como cuestionamientos de las y los jóvenes de esta década a los valores y la moral tradicionales imperantes, que rompían con diversas prácticas y discursos en torno a la sexualidad, el uso de drogas, el matrimonio, la familia, los roles de género, la religión, el trabajo, el tiempo libre, entre otros aspectos, promovieron la conformación de una identidad propia de las y los jóvenes, y construyeron su sentido de pertenencia generacional, irrumpiendo en la arena pública (MANZANO, 2014-b).

Uno de los más importantes cambios generados durante los años sesenta y setenta fue el cuestionamiento al rol de las mujeres en la sociedad, que coincidió con la llamada “segunda ola” del feminismo en el Río de la Plata y la “revolución sexual”, en tanto para muchas mujeres en esa época las profundas transformaciones sociales que requería el proceso revolucionario eran indisolubles de la emancipación de los cuerpos y de los placeres (SAPRIZA, 2020). Por esto Sepúlveda señala que:

Desde la perspectiva de género se consideró que las décadas de 1960 y 1970 constituyeron un momento en el que las categorías varón y mujer, de por sí inestables e inacabadas, se vieron movilizadas. Así, frente a las tradicionales formas de entender los roles asignados, aparecieron nuevos comportamientos que habilitaron otras relaciones entre los sexos y produjeron la emergencia de construcciones subjetivas que modificaron las prácticas de los individuos (SEPÚLVEDA, 2015, p. 63-64).

Fueron años en que aumentó la participación de las mujeres tanto en el ámbito laboral y universitario como en el ámbito de la militancia; años en que las y los jóvenes tuvieron más independencia de sus madres y padres y cuestionaron sus propios modelos de familia y la institución matrimonial; años en que comenzó a hablarse más sobre la sexualidad, se contestó al mandato virginal, se hizo uso de pastillas anticonceptivas, se realizaron abortos; entre otras acciones que rompían con los roles de género establecidos para las mujeres (DE GIORGI, 2020).

Por otro lado, la contracultura de los años sesenta y setenta asociada al hipismo, al rock, a vanguardias estéticas e intelectuales, abrió algunos senderos para la construcción de nuevas masculinidades que cuestionaron determinados aspectos de la masculinidad hegemónica. Manzano, a través del estudio y la historización de la cultura del rock en Argentina, pudo dar cuenta de nuevas formas de expresión, de vestimenta, de nuevos hábitos corporales, adoptadas por hombres jóvenes en estas décadas, como parte de una contracultura que privilegiaba la búsqueda de la libertad individual, el hedonismo, y la expresión; pese a esto, la autora también señala que persistía el machismo en estos ámbitos contraculturales (MANZANO, 2014-c).

Entre estas experimentaciones contraculturales propias de las y los jóvenes de los sesenta, encontramos el incipiente uso de drogas, como parte de estas nuevas formas de sociabilidad y consumo, que a su vez se constituía como un elemento de cuestionamiento a los mandatos tradicionales y a los ideales de decencia y respetabilidad social (MANZANO, 2014-c), y también se asociaban a búsquedas individuales de experimentación, autoconocimiento y ampliación de conciencia.

Cosse señala que diversas investigaciones en torno a los cambios culturales y en la moral acaecidos en Buenos Aires entre 1960-1975, dan cuenta de su carácter ambigüo y moderado, en tanto identifican que estos cambios estuvieron limitados a ciertos intelectuales y profesionales de sectores medios, a la vez que se desarrollaron importantes cruzadas moralistas y censura, a modo de reacción conservadora. Por eso esta autora propone que en la década de 1960 tuvo lugar una “revolución sexual discreta”:

Fue una revolución porque se erigió un nuevo mandato que ordenaba hablar abiertamente sobre la sexualidad y luchar en contra de su asociación con lo pecaminoso y lo prohibido. (...) Pero fue discreta porque se mantuvo la centralidad de la pauta heterosexual, la estabilidad de la pareja y de la sexualidad unida a la afectividad (COSSE, 2010, p. 117).

Estudios desde el ámbito de la musicología dan cuenta de que al menos en Montevideo, a finales de los sesenta, existía un movimiento contracultural importante; se hacían conciertos de rock,

espectáculos de teatro, intervenciones artísticas, performances; nacía el *candombe beat* y los espectáculos vanguardistas llamados *Musicaciones*, ambos asociados a la figura del músico Eduardo Mateo (DE ALENCAR PINTO, 2002). Pese a esto, Markarian (2012) señala una falta de investigaciones específicas que ahonden en estos cambios culturales y en la moral de los años sesenta en Uruguay, como ser la intención liberadora del cuerpo, la sexualidad y las búsquedas de emancipación de las mujeres, la experimentación artística y psíquica como parte del mismo contexto social y político.

En sintonía con Cosse (2010), quien problematiza el alcance de la “revolución sexual” durante los años sesenta en Buenos Aires y propone pensar el proceso como una revolución discreta, en este trabajo interesa ampliar la problematización a la moral asociada al uso de drogas, para indagar en las ambigüedades y contradicciones de los cambios culturales respecto a este tema. Si bien durante este período, parte de la juventud experimentaba con este tipo de sustancias, también es cierto que buena parte de la sociedad se horrorizaba frente al uso de ciertas drogas (mientras consumía otras sin grandes cuestionamientos, como ocurría con el alcohol, el cigarrillo y los tranquilizantes). Para el caso de Argentina, Manzano (2015) da cuenta de grupos de vecinos organizados que se contactaban con el Ministerio del Interior solicitando presencia policial en sus barrios ante la “amenaza” de jóvenes que participaban en “acciones subversivas”, “consumo de drogas”, “orgías sexuales”, o todo esto junto. Por parte de los regímenes autoritarios y posteriormente los regímenes militares, tanto en Argentina como en Uruguay, las drogas eran vistas como un nexo entre la liberalidad cultural y el comunismo, por eso la policía, los toxicólogos y gobernantes ubicaron el “problema de las drogas” en el marco de la seguridad nacional (MANZANO, 2014-a).

La escalada autoritaria y conservadora, emprendió una cruzada a fines de restablecer el lugar de la familia, entendida como la “célula básica de la comunidad”, y los roles de género tradicionales, en donde el hombre-padre tendría un rol de autoridad y dirección mientras que la mujer-madre tendría un rol de cuidados de la familia nuclear modelo, y ambos debían prestar especial atención a mantener la integridad moral de la familia evitando el ingreso de “ideas disolventes”, que podía darse con los componentes más débiles de esta “célula”, es decir niños y principalmente jóvenes, en tanto consideraban que a través de ellas y ellos se podía propagar el “virus” de la “subversión” (OSUNA, 2016). Según este discurso biologicista eran varios los “problemas”, asimilados a “enfermedades sociales”, a combatir para recuperar la familia y la nación: las enfermedades de transmisión sexual (como excusa para combatir la sexualidad libre, entendida como promiscuidad), la homosexualidad, el consumo de drogas, la “subversión”; todos eran considerados problemas subsumidos retóricamente

en el mismo registro desde el cual se hablaba de la violencia, la delincuencia y la guerrilla (OSUNA, 2016). Por eso, como señala Manzano:

Los jóvenes, sobre todo aquellos cuyas opciones políticas y culturales eran disonantes con el status quo, encarnan al `enemigo interno´ que los militares que impusieron la última dictadura procurarían combatir (...) La juventud representaba el eslabón más débil, ya que habría estado expuesta a las fuerzas duales del `liberalismo´-en términos de moral sexual y patrones culturales- y del `comunismo´ (MANZANO, 2014-a, p. 67-68).

Los sectores conservadores, integrados por grupos religiosos, militares y políticos de derecha, con las particularidades de cada país, iniciaron una reacción frente a estas ideas consideradas “foráneas”. En ambos países, el discurso autoritario trazó un límite entre “lo foráneo” y “lo nacional”, definiendo esto último en base a valores conservadores asociados a lo religioso, que sustentaban el orden tradicional, y entremezclando valoraciones morales que buscaban preservar la familia, la heterosexualidad y proteger a las y los jóvenes de las distintas “corrupciones morales”, con la doctrina de seguridad nacional, a fines de no permitir que las y los jóvenes sean “captados por la subversión” (SEMPOL y GRAÑA, 2012). Así, durante el terrorismo de Estado, el objetivo fue derrotar todo tipo de revoluciones, no sólo las políticas sino también las sociales, culturales y sexuales (DE GIORGI, 2020).

## **LAS MUJERES EN LAS ORGANIZACIONES DE IZQUIERDA ARMADA EN LOS SESENTA Y SETENTA.**

La militancia en organizaciones de izquierda en los sesenta, y sobre todo en organizaciones armadas, estuvo marcada por el imaginario masculino del Che Guevara y por el ideal de la conformación del “hombre nuevo” (DE GIORGI, 2020), el militante ideal, que llevó a una masculinización de la identidad militante, negando así el género y contribuyendo a la reproducción de la desigualdad al interior de la izquierda (SEPÚLVEDA, 2015). Pero a pesar de esta fuerte impronta androcéntrica, las izquierdas habilitaron ciertas transgresiones en los roles de género tradicionales.

Durante los sesenta y setenta, las mujeres se sumaron a la militancia en partidos políticos, movimientos sociales y organizaciones de izquierda armada. Oberti señala que la convocatoria a las mujeres por parte de organizaciones de izquierda osciló entre el reconocimiento de su igualdad con los hombres y una particularidad que las condicionada a ser como las mujeres de otras revoluciones

(o en la figura de Eva Perón para el caso argentino); lo cierto es que ellas sacudieron las estructuras políticas y militares de las que participaron (OBERTI, 2015).

La presencia de mujeres en estas organizaciones no puede ser entendida linealmente; Sapriza (2020) y Sepúlveda (2015) sostienen que la presencia de mujeres militantes no significó la existencia de conciencia feminista, aunque sí habilitó a identificar las tensiones a las que hombres y mujeres estaban siendo sometidos diferencialmente dentro de las organizaciones, problematizando ciertos aspectos de los roles tradicionales de género. Pero resulta pertinente el señalamiento de Cosse, indicando que:

Para las organizaciones armadas las luchas por la equidad de género y la libertad sexual eran secundarias (o debían supeditarse) frente a las necesidades de la organización y la urgencia de la toma del poder, cuando directamente no fueron entendidas como expresión de las desviaciones `pequeñoburguesas`<sup>3</sup> (COSSE, 2010, p. 125-126).

En esta línea, Oberti afirma que para las organizaciones de izquierda armada de los sesenta

la revolución sexual es calificada como falsa revolución, el amor libre como nueva forma de esclavitud para las mujeres y la libertad sexual constituiría una cosificación de las relaciones entre los sexos y la maternidad es percibida como un destino natural y además como una limitación que las mujeres deben aceptar resignadamente y los varones comprender paternalistamente (OBERTI, 2014, p. 5).

Algunas organizaciones tuvieron sus ramas femeninas, tal es el caso de la Agrupación Evita, dentro de Montoneros desde el año 1973, con el fin de formar y organizar políticamente a las mujeres peronistas, principalmente a aquellas de los sectores populares. Grammático (2016) recupera las experiencias de mujeres militantes, y concluye que allí se dieron situaciones disímiles y a veces contradictorias, en tanto algunas mujeres recuerdan que había una representación femenina devaluada al tiempo que otras consideran que hubo una incorporación plena de las mujeres; algunas señalan comportamientos machistas de los compañeros al tiempo que otras recuerdan experiencias igualitarias (GRAMMÁTICO, 2013).

La literatura que indaga en la moral de las organizaciones de izquierda armadas de los sesenta y setenta en Argentina y en Uruguay, coinciden en observar que, pese a que se trata de organizaciones de carácter revolucionario, y que por lo tanto luchaban por la construcción de una nueva sociedad, reproducían en su discurso principios fuertemente moralistas en torno a las relaciones afectivas,

<sup>3</sup> ANDÚJAR (2017) recoge uno de los cuestionamiento que circulaban entre las y los militantes para poner en tela de juicio el compromiso con la revolución; el término “pequebu”, diminutivo de pequeño-burgués, era empleado para aludir a comportamientos que remitían a los sectores de clase media o burgueses, antipopulares, comportamientos relacionados con actitudes individualistas o demandas vinculadas a la “vida personal”, el disfrute de ciertas comodidades o el desarrollo de ciertos gustos o consumos de cosas o productos culturales que desde las organizaciones de izquierda se consideraban parte del imperialismo norteamericano, y por lo tanto estaban alejados del ideal revolucionario.

familiares, la sexualidad, y otros aspectos de la vida privada de las y los militantes. Cosse afirma que la moral sexual revolucionaria era limitada y no muy alejada de la moral tradicional; estas organizaciones sólo consideraron válida la unión heterosexual, la monogamia (la entrega y la fidelidad amorosa fueron entendidas como lealtad, asimilándose a la lealtad política), una concepción judeocristinana del amor (que subordina las decisiones personales al deber social y la pasión a la moral), la familia tradicional compuesta por la pareja militante y sus hijas e hijos (entendidos como herederos de la revolución, por lo cual su crianza también era una tarea revolucionaria) y ejercieron un fuerte disciplinamiento sobre los cuerpos, de formas más o menos explícitas y con distintos grados de adhesión (COSSE, 2017). Pero esta aparente politización de la vida personal no significó una revalorización de los espacios privados, sino que, por el contrario, fue un intento de subordinar la vida privada a la política armada (OBERTI, 2014).

En las organizaciones de izquierda armadas en Argentina, específicamente en el PRT-ERP y en Montoneros, la sexualidad y las cuestiones vinculadas a las relaciones sexo-afectivas, representaron una densa arena de conflictos; a su vez, existió una tensión entre esta rígida moral de las organizaciones y las experiencias de vida de las y los militantes (COSSE, 2017). Esta moral revolucionaria se vio plasmada en documentos internos, códigos, normativa, prensa y en los tribunales de las organizaciones<sup>4</sup>, en donde se daban indicaciones sobre cómo debían ser las relaciones sexo-afectivas de sus integrantes, a fines de regular sus conductas y relaciones, y se preveían sanciones en caso de transgredirse este correcto comportamiento (OBERTI, 2014). A su vez, a medida que la represión y la militarización aumentaron, las organizaciones reformaron las medidas de regulación de la vida afectiva de sus militantes.

Para una visión integral al respecto, es importante considerar como expresa Oberti que:

si la disciplina y el encuadramiento necesitaban mostrarse de manera tan contundente es seguramente porque la adhesión a los aspectos más rígidos de la militancia no era incondicional. (...) Entonces, si bien los documentos políticos de las organizaciones tuvieron para los militantes un carácter performativo, en el sentido de que buscaban hacer, los militantes producían lecturas disímiles, desplazadas y perturbadoras (OBERTI, 2014, p. 13).

También es importante considerar que esta estricta moral de las organizaciones de izquierda armada en los setenta, se daba en un contexto de descalificación moral hacia las organizaciones de

---

<sup>4</sup> El PRT incluso tuvo un documento, titulado “Moral y proletarización”, publicado en el año 1972 en un órgano de prensa del partido, con el cual se proponía intervenir en problemas de índole personal de las y los militantes; allí se definía a la familia como una célula política y militar, formada por una pareja heterosexual y monogámica que debía dar hijos para la revolución; impugnaba la innovación en los estilos de relación y las conductas vinculadas a la revolución sexual; enaltecía la fidelidad amorosa y la vinculaba a la lealtad partidaria.

izquierda y de recuperación de discursos familiaristas a modo de reacción ante los cambios culturales de la época. Para el caso de Montoneros, por ejemplo, la derecha peronista catalogaba a las y los integrantes de esta organización como “drogadictos, homosexuales y mercenarios vernáculos y extranjeros” (COSSE, 2017, p. 12). La respuesta ante estas acusaciones por parte de Montoneros no buscaba generar cambios en la moral tradicional, sino que por el contrario parecían reafirmarla, al vivir: “no somos putos, no somos faloperos, somos los soldados de FAR y Montoneros” (COSSE, 2017, p. 12).

Para el caso de Uruguay, Sapriza (2020) da cuenta de que en las Actas Tupamaras (1971) del MLN-T, en el apartado “El rol de la mujer”, persisten fuertes estereotipos femeninos de la época, incluso cuando la organización intentaba cuestionarlos; si bien consideraban que las mujeres podían incorporarse a la lucha armada, les asignaban determinados roles a los cuales entendían que las mujeres se adaptaban por su apariencia inofensiva. Por su parte, Markarian se remite a fuentes que dan cuenta de ideas contradictorias sobre el rol de las mujeres en las organizaciones, que postulan el supuesto papel igualador al que lleva el uso de armas, hasta la utilidad de explotar los “encantos” de las mujeres para acciones específicas, y su construcción como la “compañera” vista como “mujer entera”, complementando al “hombre nuevo” (MARKARIAN, 2014). Por otro lado, si bien se solía pregonar la igualdad de derechos entre “compañeros” y “compañeras” de militancia, y criticar la moral sexual tradicional que enaltecía la virginidad, el cortejo y el matrimonio, se entendía que las relaciones de pareja debían ser heterosexuales, unidas al amor y responsables de sus consecuencias. Y como en el caso de las organizaciones argentinas, Markarian (2014) también señala que esto no significó que las experiencias de las y los militantes siguieran al pie de la letra esos modelos derivados de los documentos y prensa oficiales de las organizaciones, habiendo tensiones entre lo prescripto y lo efectivamente vivido.

## **LAS MUJERES EN LA CONSTRUCCIÓN IDEOLÓGICA DE LOS REGÍMENES AUTORITARIOS Y DICTATORIALES DE LOS SESENTA Y SETENTA.**

Al finalizar los sesenta se radicalizó la tendencia autoritaria de los gobiernos rioplatenses. Siguiendo los aportes de Kirkwood, en este trabajo entendemos que el autoritarismo del régimen dictatorial es el resultado del autoritarismo extremo de las fuerzas armadas sumado al autoritarismo subyacente en la sociedad civil (DE GIORGI<sup>2020</sup>). La reacción a los cambios políticos y culturales iniciados en los sesenta no fue gestada únicamente desde los gobiernos militares, sino también por parte del poder eclesiástico, del poder político, y del poder económico (dentro del cual ubicamos a

diversos medios de comunicación afines a los regímenes dictatoriales), en lo que Rey (2020) denomina para el caso uruguayo una “cruzada anticomunista”<sup>5</sup>, englobando bajo el rótulo de “comunismo” a las más diversas organizaciones sociales y políticas, como así también a expresiones contraculturales; en síntesis, todo lo que era considerado “subversivo”. Esta reacción incluyó la denuncia al comunismo por la supuesta difusión de prácticas y discursos que llevarían a corromper a los jóvenes y particularmente a las mujeres. Rey (2020) entiende que este “pánico moral” frente al cambio y la diferencia se tradujo en propaganda anticomunista en prensa y documentos oficiales en los cuales se deformaba a las y los militantes de izquierda y se los retrataba como jóvenes corrompidos, degenerados, violentos, alejados de los roles de género tradicionales, proclives al libertinaje sexual, desviados sexualmente (y por ende enfermos, según la cultura homofóbica dominante), drogadictos (nuevamente, enfermos).

Manzano (2015) y Sapriza (2020) entienden que el terrorismo de Estado se ejerció en el marco de relaciones de género, es decir bajo estereotipos en torno a “lo femenino” y “lo masculino” que ya circulaban en las sociedades de la época, pero fueron reforzados, siendo así el género y la sexualidad entendidos como componentes particulares del “enemigo interno” por parte de los regímenes dictatoriales de Argentina y Uruguay, adoptando formas sexuadas diferenciadas para el tratamiento de hombres y mujeres.

Jelin afirma que

La represión fue ejecutada por una institución masculina y patriarcal: las fuerzas armadas y las policías. Estas instituciones se imaginaron a sí mismas con la misión de restaurar el orden “natural” (de género). En sus visiones, debían recordar permanentemente a las mujeres cuál era su lugar en la sociedad - como guardianas del orden social, cuidando a maridos e hijos, asumiendo sus responsabilidades en la armonía y la tranquilidad familiar (JELIN, 2020, p. 534).

La propaganda anticomunista y posteriormente los regímenes dictatoriales denunciaron los cambios en los roles de género, principalmente los nuevos roles que asumieron las mujeres. A las mujeres militantes de organizaciones de izquierda se las asoció a una pérdida de la “feminidad”, a conductas masculinizadas, se las calificó como pervertidas sexuales, y se consideró que carecían de “instinto maternal”; “Desde una lectura esencialista de los roles de género, se proyectó una visión apocalíptica de la deriva de las mujeres hacia la inmoralidad y el consumo abusivo de drogas, además de exagerar los alcances de la liberación sexual” (REY, 2020, p. 2).

<sup>5</sup> “Cruzada anticomunista” también aplica al caso argentino, en tanto la fuerza represiva que persiguió, secuestro y torturó a los jóvenes militantes de organizaciones de izquierda a comienzos de los setenta se autodenominaba “Triple A”: Alianza Anticomunista Argentina.

La siguiente caricatura publicada en el periódico uruguayo de extrema derecha “Azul y Blanco” da cuenta de esta contrucción en torno a las mujeres militantes de izquierda por parte de sectores reaccionarios anticomunistas: vemos a una mujer ingresando a un Comité de Base del Frente Amplio, en donde se anunciaba una “misa roja” (en clara alusión y crítica a las personas religiosas que se vinculaban a la izquierda), quien lleva una cartera con drogas (LSD y cocaína) (REY, 2020):

Figura 1. Caricatura de mujer militante en el periódico Azul y Blanco. 19/11/1972.



Fuente: Rey, M. (2020, p. 2).  
Pánico moral: género y juventudes.

Los regímenes militares impusieron un discurso y una ideología basadas en valores “familísticos” (JELIN, 2020), a modo de “antídoto contra el comunismo”, haciendo de las mujeres guardianas de la institución familiar (MANZANO, 2015), ya que se entendía que “la misión más trascendente de la mujer es mantener vivos los valores morales de la familia, núcleo básico de la sociedad, en la que ninguna otra institución puede reemplazarla” (OSUNA, 2016, p. 297)<sup>6</sup>. En este contexto, también hubo políticas que apuntaban a cerrar una “brecha generacional” en las familias y por lo tanto fueron orientadas hacia algunos de sus integrantes, principalmente los y las jóvenes, a fines de evitar su cooptación por parte de la “subversión” (OSUNA, 2016). Respecto a las y los jóvenes, se buscó promover un modelo de juventud “sana”, esto es, despoltizada, alejada de las “depravaciones sexuales” y de las drogas, respetuosa de las tradiciones y de las autoridades. Por eso las madres debían estar atentas a que sus hijas e hijos no se alejen de esta juventud “sana”, y si

<sup>6</sup> Citando al Ministerio de Bienestar Social, “Reunión Nacional de Ministro de Bienestar Social para la aplicación del programa de colonización y centros de justicia social para el despegue de una Argentina potencia”, marzo de 1975.

advertían algún compartamiento extraño, debían solicitar la intervención del Estado para “recuperarlos”; tal es el caso de los “toxicómanos”, con quienes el Estado intervenía a través de programas de “rehabilitación” (OSUNA, 2016).

## **REPRESENTACIONES EN TORNO A LAS PERSONAS USUARIAS DE DROGAS EN LOS SESENTA Y SETENTA.**

A mediados de los sesenta ingresaron a los mercados ilegales rioplatenses nuevas sustancias psicoactivas, como ácido lisérgico - LSD - y anfetaminas, a la vez que otras continuaron en circulación, como la marihuana y la cocaína, y algunas comenzaron a escasear, tal es el caso de la heroína y otros opiáceos. Manzano encuentra que “Esos consumos fueron una pieza, quizá la más iconoclasta, de una actitud contestataria más amplia que organizó la sociabilidad y sostuvo las creencias de un segmento de los jóvenes de clase media” (MANZANO, 2014-b, p. 88). Estas vanguardias culturales que rechazaban de igual modo los embates autoritarios del gobierno de turno como los provenientes de organizaciones de izquierda, reconocían abiertamente que encontraban placer en la experimentación con drogas.

64

El uso de marihuana se fue extendiendo entre grupos de jóvenes en las décadas de 1960 y 1970, especialmente entre aquellas/os que aspiraban a llevar adelante estilos de vida por fuera de lo tradicional. Manzano encuentra que para el caso de Buenos Aires la cultura del rock (que incluía a poetas, músicos y fans, mayoritariamente varones de clase media) incursionó en su uso, como una práctica más de experimentación (MANZANO, 2014-b).

Por otro lado, señala que existían grupos de psicoanalistas (entre ellos, la entonces presidenta de la Asociación Psicoanalítica Argentina - APA - y otros profesionales de esta Asociación) que desde fines de la década de los cincuenta incluían el uso de LSD como parte de las terapias para el trabajo del inconsciente. Para este caso, la autora señala que estas experiencias involucraron a pequeños grupos de jóvenes, que contaban con los recursos económicos y socioculturales suficientes para integrarse a estas formas terapéuticas y circuitos vanguardistas (MANZANO, 2014-b).

Otras sustancias utilizadas en estos tiempos fueron las anfetaminas, que podían conseguirse en farmacias y se vendían bajo receta, lo cual generaba que socialmente no se considere a estas sustancias como una droga; había quienes las usaban para adelgazar, incluso mujeres “bien” de familia; quienes las usaban para no dormirse en largas jornadas de estudio y trabajo; quienes las usaban para quedar en una deriva náufraga nocturna por las calles de la ciudad en compañía de un instrumento o de lápiz y papel, para ampliar su productividad artística, como expresaba José Alberto

Iglesias, alias Tanguito, fundador del rock argentino, y como hacía también el músico uruguayo Eduardo Mateo<sup>7</sup>; y había quienes las usaban para pasar largas noches de tareas especiales previas a una operación clandestina, en tanto el consumo de anfetaminas era concebido como una herramienta para aumentar el rendimiento de las y los militantes, ya que mantiene a la persona activa y ayuda a sostener la concentración.

Como la mayoría de quienes formaban parte de proyectos revolucionarios latinoamericanos de la época, las y los militantes de organizaciones de izquierda armada de Argentina y Uruguay rechazaron el uso de otras drogas en base a distintas premisas, aunque el tema no se debatió en los órganos formales de los partidos. Por un lado, por razones de seguridad, ya que no podían permitir que sus militantes fueran detenidas/os por tenencia de drogas. Por otro lado, por considerar el uso de drogas como una penetración cultural, un acto de neo-colonialismo. Finalmente, porque muchos militantes se oponían al consumo de drogas por verlo como una actitud promovida por el imperialismo norteamericano, que usaría las drogas para adormecer a la juventud (MANZANO, 2014-a).

Desde la década de 1960, las fuerzas conservadoras crearon un ficticio vínculo entre juventud, drogas y subversión. De este modo, el “toxicómano” era parte de la figura del “enemigo interno” que ponía en peligro a la familia y a la nación, motivo por el cual el problema de las drogas estaba situado en la esfera de la seguridad nacional. En forma paralela, la cuestión de las drogas fue abordada desde la institución policial a través de razzias llevadas a cabo por nuevas brigadas especializadas en narcóticos, y a través de la creación de una institucionalidad específica para el abordaje de las “toxicomanías” (MANZANO, 2014-a). Un fragmento de una revista de la policía uruguaya publicada durante el terrorismo de Estado, grafica la mirada que se tenía de las personas usuarias de drogas, al afirmar que, para obtener las sustancias estupefacientes prohibidas, la persona consumidora “se envilecerá, se prostituirá si es mujer, robará, si es hombre, con el mismo fin, y en muchos casos, no vacilará en cometer un crimen para saciar su desesperada necesidad de obtener la droga” (GARAT, 2013, p. 86).

---

<sup>7</sup> Tanto Eduardo Mateo como Tanguito fueron institucionalizados en sucesivas oportunidades por su consumo de sustancias psicoactivas, particularmente de anfetaminas. Tanguito fue enviado en reiteradas oportunidades al pabellón para “toxicómanos” del Hospital Neuropsiquiátrico Borda (MANZANO, 2014-a), mientras que Mateo fue detenido y encarcelado en la cárcel de Miguelite, acusado por falsificar recetas médicas para la compra de psicofármacos (DE ALENCAR PINTOS, 2002).

## LA CONSTRUCCIÓN DEL “PROBLEMA DE LAS DROGAS” EN LAS SOCIEDADES E INSTITUCIONES RIOPLATENSES.

A fines de los sesenta, el gobierno de Estados Unidos realizó la primera intervención en América Latina, más precisamente en México, bajo el pretexto del narcotráfico. Estas intervenciones se profundizaron en los setenta, cuando el continente latinoamericano se convirtió en un punto estratégico de la “guerra contra las drogas” promovida por el gobierno estadounidense (GARAT, 2013). Broquetas y Duffau (2020) señalan que las intervenciones estadounidenses estuvieron acompañadas por cursos de entrenamiento en el país y en el exterior, la prestación de asesoría técnica y el suministro de tecnología represiva adaptada a las nuevas necesidades. En el año 1973 el gobierno estadounidense creó la Drug Enforcement Administration (DEA), para coordinar acciones, investigaciones y la represión al comercio ilícito de drogas, junto con los gobiernos nacionales y las instituciones policiales locales. También durante las décadas de 1960-1970, los países latinoamericanos suscribieron a los Convenios Internacionales sobre drogas y adecuaron su legislación nacional sobre estupefacientes, y así se plegaron a esta “guerra contra las drogas”.

Desde algunos estudios, se identifica que el “problema de las drogas” en el Cono Sur fue uno de los legados de la última dictadura cívico-militar. Mientras que otros sostienen que la creación del “problema de las drogas” precedió a los regímenes autoritarios, y aún más, ayudó a generar un consenso para la imposición de los mismos (MANZANO, 2014-a).

Argentina tuvo un rol activo en promover el discurso de “guerra contra las drogas” hacia otros países de América Latina (GARAT, 2013). Durante el gobierno de Lanusse (1971-1973), y siguiendo recomendaciones del gobierno estadounidense, se desarrolló en el país una institucionalidad ligada al “problema de las drogas”, creándose la División de Toxicomanías, Comisión Nacional de Toxicomanía y Narcóticos para luchar contra la producción y el tráfico de sustancias ilegales, y el Centro Nacional de Reeducción Social, para vigilar y controlar a los “toxicómanos” (OSUNA, 2016). La ley 20.771, promulgada en 1974, fue el primer marco normativo íntegramente dedicado a los narcóticos. Esta norma estipuló que todos los delitos relacionados con drogas fueran atendidos por la justicia federal, es decir, por el sistema judicial más alto del país, en tanto el “problema de las drogas” era entendido como un asunto de “seguridad nacional”, y los consumidores de drogas fueron considerados como actores que desafiaban la “seguridad nacional”. Por otro lado, con esta ley se penalizó la posesión de drogas aún en el caso de ser para consumo personal. Por último, la ley creó la figura del “toxicómano”, es decir, aquellas/os detractores de la norma que demostraban tener una “adicción física o psíquica a las drogas”, y que por lo tanto debían someterse a tratamientos de

rehabilitación de carácter obligatorio. Pero fue durante el terrorismo de Estado que esta legislación se puso en práctica con fuerza, cuando el régimen militar convalidó el Acuerdo Sudamericano sobre Estupefacientes y Psicotrópicos (MANZANO, 2014-a).

Para el caso de Uruguay, Silva Forné (2016) concluye que en el abordaje de las drogas existió una permanente tensión entre el Estado de Derecho y el Estado Terapéutico, es decir, entre el respeto a la autonomía personal previsto en el ordenamiento constitucional uruguayo y la disponibilidad del propio cuerpo y de la propia vida previstas en la normativa penal uruguayo, y por otro lado pulsiones de un Estado terapéutico que intentó tutelar de manera paternalista la salud de las personas, particularmente de aquellas que usan drogas, buscando construir una idea de la persona usuaria de drogas como desviada. La ley 9.692, vigente entre los años 1937 y 1974, estableció el monopolio del Estado para la importación de la coca, opio y sus extractos, morfina, cocaína, hachisch y otras sustancias con “acción estupefaciente”, a fines de garantizar su uso médico. Esta ley apenas fue utilizada como herramienta de control policial, como mecanismo de control del orden público, la “mala vida” y “los vicios sociales”, sin mayores consecuencias a nivel jurisdiccional (SILVA FORNÉ, 2016). Duffau y Rico (2012) señalan como un incipiente problema de la época al tráfico de drogas y estupefacientes. Ante este panorama, representantes de Uruguay participaron junto a representantes de otros países latinoamericanos, de diversas conferencias internacionales organizadas o respaldadas por Estados Unidos, dedicadas al “problema de las drogas”. En noviembre de 1974, es decir bajo régimen dictatorial, entró en vigencia el Decreto-ley 14.294, el cual aún brinda la estructura normativa básica de la legislación en materia de drogas en Uruguay, ya que no fue sustituido sino modificado por la legislación posterior. Silva Forné (2016) señala que no se cuentan con datos sistemáticos de la aplicación de esta ley durante el terrorismo de Estado, pese a que existió una decisión explícita del régimen dictatorial para su implementación, al crearse dependencias de control sanitario (Comisión Nacional de Lucha contra las Toxicomanías, dependiente del Ministerio de Salud Pública) y policiales (Brigada de Narcóticos, dependiente de la Dirección General de Represión del Tráfico Ilícito de Drogas, del Ministerio del Interior) con cometidos específicos en la materia, que se desenvolverían sin los límites y garantías que asegura el Estado de Derecho. Este investigador cita el balance de la aplicación del Decreto-ley 14.294 realizado por la Dra. Adela Reta al año 1981:

A partir de la sanción de la Ley N° 14.294 y en gran medida como consecuencia de la actuación de la Brigada de Narcóticos se han producido periódicas detenciones de grupos de jóvenes vinculados al consumo de drogas. Ello ha dado mérito a procesamientos y a la imposición de las medidas especiales previstas por la Ley, para el caso de meros consumidores (SILVA FORNÉ, 2016, p. 239).

## CONCLUSIONES. ¿USUARIAS DE DROGAS EN LAS DÉCADAS DE 1960-1970? LA CONSTRUCCIÓN DE UN PERFIL QUE EXCLUYE A LAS MUJERES.

Manzano (2014-a) sintetiza buena parte de la literatura sobre la historia de la prohibición de las drogas, al expresar que, en América del Norte y Europa de comienzos del siglo XX, la construcción de la figura del toxicómano estaba asociada a estereotipos étnicos-raciales, posibilitando así el control estatal sobre poblaciones no blancas y migrantes, consideradas propensas al desorden social y sexual. Y también concluye que, para el caso de la Argentina de mediados del siglo XX, “la figura del toxicómano estuvo menos asociada con las minorías étnicas o sexuales que con una categoría sociocultural basada en la edad, es decir, la juventud” (MANZANO, 2014-a, p. 53). En sintonía, Osuna indica que “en Argentina, el “problema de la droga” (...) se gestó en torno al consumo y los consumidores (representados como jóvenes, varones, y pertenecientes a los sectores medios y trabajadores de la sociedad) (OSUNA, 2016, p. 245).

Si bien las construcciones que realizan están investigadoras sobre el perfil del “toxicómano” en los años sesenta y setenta son generalizaciones, siguiendo a Scott (1990) sostenemos que sería deseable realizar un esfuerzo teórico, metodológico y analítico para incorporar el género como una categoría de análisis en la historia de esta contracultura del uso de drogas. Vimos que durante estos años las mujeres transgredieron distintos mandatos de género y fueron partícipes de importantes cambios culturales y políticos en sus respectivos países. Llama la atención que, habiendo participado de estas transformaciones, no se hayan incorporado a la experimentación con drogas, por eso nos preguntamos ¿no hubo mujeres usuarias de drogas en estas décadas? ¿Será que el uso de drogas por parte de las mujeres fue invisibilizado y silenciado? Y si las hubo, ¿por qué no tenemos información sobre ellas? ¿Por qué el uso de drogas no forma parte de sus testimonios? ¿Quiénes fueron las mujeres usuarias de drogas en esas décadas? ¿Qué violencias sufrieron por su condición de mujeres y por ser usuarias de drogas? ¿Pudieron experimentar libremente con estas sustancias como sus pares masculinos?

Oberti (2014) nos dice que un análisis desde el género nos permite re-leer la cultura y ver en ella aspectos invisibilizados que no han sido abordados antes. En ese sentido sería deseable problematizar las fisuras producidas en la lectura de la contracultura de los sesenta y setenta y así visualizar el lugar que tuvieron las mujeres en tanto usuarias de drogas.

Es importante recordar una vez más que los regímenes autoritarios y el terrorismo de Estado se ejercieron en el marco de relaciones de género. Por ese motivo, Jelin nos hace notar que “las luchas por las memorias se ven atravesadas por las relaciones de género presentes, y por la manera en que

los distintos actores del pasado son visualizados en términos de estereotipos de masculinidad y feminidad” (JELIN, 2020, p. 542). Evidentemente, dentro de “la feminidad” no se ha considerado el uso de drogas.

Romo Avilés sostiene que el género, en tanto principio estructurador de nuestras sociedades, diferencia a hombres y mujeres “en un modelo heteronormativo y patriarcal en el que están inmersas las personas que consumen drogas por hacerlo en un contexto social y cultural determinado por el género” (ROMO AVILÉS, 2020, p. 6), a la vez que entiende que:

Aplicar la perspectiva de género al ámbito de los estudios sobre los usos de drogas supone cuestionar los modelos epidemiológicos basados en las diferencias de sexo y atender a la situación de las mujeres (...) En este sentido, es una perspectiva metodológica necesitada de los datos cualitativos, de la reconstrucción de los discursos que permita cuestionar y aclarar los datos epidemiológicos (ROMO AVILES, 2006, p. 71).

Esta investigadora también destaca que en casos de países en los cuales se dispone de datos sobre el uso de drogas por parte de mujeres, se pueden realizar estudios más comprensivos, que consideren los procesos culturales y los roles de género vigentes en cada momento, y en función de eso las posibilidades de identificar a las mujeres como usuarias de determinadas drogas. Por ejemplo, en Estados Unidos, el prototipo de “usuario de drogas” en el siglo XIX ha sido descrito como “mujer blanca, de clase alta y del sur”, siendo que la cocaína, el cannabis y opiáceos fueron ampliamente prescritos para tratar los “problemas de las mujeres” (ROMO AVILES, 2006). En contraposición, tenemos que, desde mediados del siglo XX, cuando comenzó la cruzada contra las drogas, la representación femenina en el uso de drogas fue muy inferior a la de los hombres, y el discurso público acerca del uso de drogas se conformó sobre juicios condenatorios y estigmatizantes sobre el comportamiento de las mujeres (ROMO AVILES, 2006).

En un estudio sociohistórico sobre uso de drogas por parte de mujeres argentinas entre 1860 y 1930, realizado por Sánchez Antelo (2020), se presentan sólidos antecedentes sobre casos de mujeres usuarias de drogas expuestos por expertos de los ámbitos legislativo y médico-legal. Durante este periodo, los “discursos expertos” no buscaron comprender la especificidad del uso de drogas en mujeres, sino promover el tema como un problema basándose en tres prototipos de mujeres: “la víctima de un marido enfermo, la prostituta que envicia a los débiles de espíritu (criminal nata), y la joven virtuosa que contraviene la ley del padre y sucumbe en la toxicomanía. Cada figura refuerza la necesidad de intervención estatal y control social” (SÁNCHEZ ANTELO, 2020, p. 1).

No contamos con estudios de similares características para el caso de Uruguay, que rastreen casos de mujeres usuarias de drogas, y tampoco con estudios que aborden el período posterior,

particularmente el que interesa en este artículo. Menos aún testimonios de las propias mujeres usuarias de drogas, que desde sus propias voces nos permitan dar cuenta de sus experiencias de uso de drogas en determinados contextos sociohistóricos.

Los abordajes más “comprensivos” hacia la situación de las mujeres, desde una perspectiva cualitativa, revelan que muchas de las diferencias entre hombres y mujeres que usan drogas se relacionan con el género más que con el uso de sustancias; es decir, las diferencias en el uso de drogas reflejan diferencias sociales entre hombres y mujeres (ROMO AVILES, 2006, p. 77).

Para la elaboración de este breve artículo se consultaron investigaciones realizadas a partir de testimonios de mujeres que participaron en organizaciones de izquierda armada en Argentina y en Uruguay, desde una aproximación metodológica que considera a las subjetividades objetos de estudio legítimos. Se constató que determinados temas pueden ser presentados de manera ambigua e incluso contradictoria, y algunos pueden ser callados, para salir a la luz años después, en tanto el testimonio y la memoria interrogan desde el presente sobre las maneras en las que la sociedad construye su sentido del pasado, y sobre cómo se entrelaza el pasado con el presente en los actos de olvidar/recordar (SEPÚLVEDA, 2015). A partir de esta metodología de trabajo, sería deseable ahondar en una futura investigación que de voz a las mujeres usuarias de drogas en los sesenta y setenta. Y a partir de sus testimonios y relatos, dar cuenta de las múltiples vivencias, que seguramente se aparten de la imagen de la “buena mujer”, que intentaba sostener cierta parte de la sociedad e intentaba imponer el régimen autoritario, y se aparten también de la imagen de “la militante”, que debía atenerse a las estrictas normas de la organización que implicaban abandonar prácticas como la experimentación y el uso de (ciertas) drogas.

Valiéndonos de esta herramienta para interpretar la realidad, y en base a las líneas presentadas en este artículo, consideramos que sería interesante continuar profundizando en una línea de investigación en la cual abordar desde una perspectiva de género y generaciones el uso de drogas por parte de mujeres durante las décadas de 1960-1970, a través de un abordaje comprensivo hacia la situación de estas mujeres y a partir de una estrategia cualitativa, que recoja testimonios en primera persona.

## REFERENCIAS.

ANDÚJAR, Andrea. El amor en tiempos de revolución: los vínculos de pareja de la militancia de los '70. Batallas, telenovelas y rock and roll. En: VIANO, Cristina (Comp.). Dossier. Las setentistas:

género, política y revuelta cultural, **Programa Interuniversitario de Historia Política**, n. 86, 2016, pp. 1-17. [http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/setentistas\\_andujar.pdf](http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/setentistas_andujar.pdf)

BROQUETAS, Magdalena y DUFFAU, Nicolás. Una mirada crítica sobre el 'Uruguay excepcional'. Reflexiones para una historia de larga duración sobre la violencia estatal en el siglo XX. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n. 53, 2020, pp. 151-179. <https://doi.org/10.34096/bol.rav.n53.8011>

COSSE, Isabella. 'Infidelidades': Moral, revolución y sexualidad en las organizaciones de la izquierda armada en la Argentina de los años 70. *Prácticas de Oficio*. **Instituto de Desarrollo Económico y Social**, v. 19, n. 1, 2017, pp. 1-21. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/76945>

COSSE, Isabella. Una revolución discreta. El nuevo paradigma sexual en Buenos Aires (1960-1975). **Secuencia**. Revista de historia y ciencias sociales del Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, n. 77, 2010, pp. 111-148. <http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/view/1118>

DE ALENCAR PINTO, Guilherme. **Razones locas**. El paso de Eduardo Mateo por la música uruguaya. Buenos Aires: Zero Ediciones, 2002.

DE GIORGI, Ana Laura. **Historia de un amor no correspondido**. Feminismo e izquierda en los 80. Montevideo: Sujetos Editores, 2020.

DUFFAU, Nicolás y RICO, Álvaro. **El Poder Judicial bajo la Dictadura. Avances del proyecto: La Justicia en contextos autoritarios. El caso de Uruguay**. Montevideo: Ediciones del CIEJ, 2012.

GARAT, Guillermo. **Marihuana y otras yerbas**. Prohibición, regulación y uso de drogas en Uruguay. Montevideo: Editorial Sudamericana Uruguay, 2013.

GRAMMÁTICO, Karin. La hechura de la política: costuras entre la historia social y el género. **PolHis**, n. 11, 2013, pp. 44-50. [http://historiapolitica.com/datos/boletin/Polhis11\\_GRAMMATICO.pdf](http://historiapolitica.com/datos/boletin/Polhis11_GRAMMATICO.pdf)

GRAMMÁTICO, Karin. Las experiencias políticas de las mujeres de la Agrupación Evita, 1973-1974. En: VIANO, Cristina (Comp.). Dossier. Las setentistas: género, política y revuelta cultural, **Programa Interuniversitario de Historia Política**, n. 86, 2016, pp. 1-28. [http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/setentistas\\_grammatico.pdf](http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/setentistas_grammatico.pdf)

JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. En: DA SILVA CATELA, Ludmila; CERRUTTI, Marcela; PEREYRA, Sebastián (Comp). **Antología Esencial. Las tramas del tiempo: Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

MANZANO, Valeria. Política, cultura y 'el problema de las drogas' en la Argentina, 1960-1980s. **Apuntes de Investigación del Cecyp**, n. 24, 2014-a, pp. 51-78. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/45222>

MANZANO, Valeria. `Y, ahora, entre gente de clase media como uno´: culturas juveniles, drogas y política en la Argentina, 1960-1980. **Contemporánea**, n. 5, 2014-b, pp. 85-104. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/51641>

MANZANO, Valeria. `Rock Nacional´ and Revolutionary Politics: The Making of a Youth Culture of Contestation in Argentina, 1966–1976. **The Americas**, v. 70, n. 3, 2014-c, pp. 393-427. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5529166>

MANZANO, Valeria. Sex, Gender and the Making of the ‘Enemy Within’ in Cold War Argentina. **Journal of Latin American Studies**, n. 47, 2015, pp. 1-29. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/35773>

MARKARIAN, Vania. Pistas para entender una mofa entre los jóvenes uruguayos de izquierda de fines de los sesenta. **L’Ordinaire des Amériques**, n. 217, 2014, pp. 1-14. <https://journals.openedition.org/orda/1700>

MARKARIAN, Vania. **El 68 uruguayo**. El movimiento estudiantil entre molotovs y música beat. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

MONTEALEGRE, Natalia y PEIRANO, Alondra. El dispositivo de la prisión política: Resonancias y reproducción del terrorismo de Estado en Uruguay. **Revista contemporánea, Historia y problemas del siglo XX**. Año 4, v. 4, 2013, pp. 41-60. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5656896>

OBERTI, Alejandra. **Las revolucionarias**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2015.

OBERTI, Alejandra. Repensar la historia de las organizaciones revolucionarias [Argentina, años 70]. **Aletheia**, v. 5, n. 9, 2014, pp. 1-16. <http://aletheiaold.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-9/dossier-de-genero/repensar-la-historia-de-las-organizaciones-revolucionarias-argentina-anos-70>

OSUNA, María Florencia. **La intervención social del Estado Argentino entre dos dictaduras. Un estudio de los proyectos, las políticas y los actores del Ministerio de Bienestar Social/Acción Social de La Nación (1966-1983)**. Tesis presentada con el fin de cumplimentar con los requisitos finales para la obtención del título Doctora de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires en Historia. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: FiloDigital, 2016. [http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/6106/uba\\_ffyl\\_t\\_2016\\_5009.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/6106/uba_ffyl_t_2016_5009.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

REY, Marcos. **Pánico moral: género y juventud** (poster). **Proyecto CISC I+D Derechas, imágenes y anticomunismo en el Uruguay de la Guerra Fría**. 1947-1985. Montevideo: FHCE-UdelaR, 2020.

ROMO AVILÉS, Nuria. Propuestas sobre género y masculinidades en el estudio de los usos y abusos de drogas. **Revista española de drogodependencias**, v. 1, n. 45, 2020, pp. 5-9. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7350860>

ROMO AVILÉS, Nuria. Género y uso de drogas: la invisibilidad de las mujeres. **Monografías Humanitas**, n. 5, 2006, pp. 69-83. <https://www.drogasgenero.info/documento/romo-nuria-genero-uso-drogas-la-invisibilidad-la-mujeres/>

SÁNCHEZ ANTELO, Victoria. Mujeres argentinas y usos de drogas: análisis sociohistórico del uso femenino de sustancias psicoactivas en Argentina (1860-1930). **Revista Salud Colectiva**, n. 16, 2020, pp. 1-19. <https://doi.org/10.18294/sc.2020.2446>

SAPRIZA, Graciela. Dimensión de género en el terrorismo de Estado. 2020. Sin publicar, pp. 1-43.

SAPRIZA, Graciela. Primeras lecturas feministas. Adolescencias revolucionarias en el 68 uruguayo. En: BELLUCCI, Mabel y SMALDONE, Mariana (Coord.). **El segundo sexo en el Río de La Plata**. Trayectorias, críticas y legado en los movimientos feministas. Buenos Aires; Editorial La Marea, 2020, pp. 1-17.

SEMPOL, Diego y GRAÑA, Federico. Salvar a la Patria y a la Familia. Dictadura, disidencia sexual y silencio. En: GONZÁLEZ BAICA, S. y RISSO FERNÁNDEZ, M. (Comp.). **Las Laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012, pp. 85-104.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. **Mujeres insurrectas**: condición femenina y militancia en los 70. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. En: AMELANG, James (ed.) y NASH, Mary (ed.). **Historia y género**: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea. España: Institució Alfons el Magànim, 1990, pp. 23-58.

SILVA FORNÉ, Diego. **Drogas y Derecho Penal en el Uruguay**. Tolerancia – Prohibición – Regulación. Evolución del Derecho Uruguayo, su doctrina y jurisprudencia. Análisis de la Ley de Regulación y Control del Mercado de la Marihuana. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2016.





Esta obra possui uma Licença

Submissão: 18/01/2023 | Aprovação: 25/03/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11392>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11923>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 75-95



## DECIR PARA VIVIR. RELATOS DE EXPERIENCIAS DE REPRESIÓN DE MUJERES DURANTE EL TERRORISMO DE ESTADO EN URUGUAY

*SAY TO LIVE. REPORTS OF WOMEN REPRESSION EXPERIENCES DURING LAST MILITARY DICTATORSHIP IN URUGUAY*

Romina VERRUA

Universidad de la República – UDELAR (Uruguay)<sup>1</sup>

**Resumen:** Los relatos más conocidos sobre lo ocurrido durante la última dictadura militar han construido una experiencia homogénea en la cual el sujeto universal es un varón militante. Sin embargo, diferentes investigaciones dan cuenta que no existió un único modo de vivir la represión. Ésta fue diferencial entre hombres y mujeres; no sólo en relación a las torturas físicas, sino al particular doble castigo al que eran sometidas las mujeres, por subversivas políticas y subversivas al mandato de ocupación del espacio doméstico. En este artículo propongo pensar que existió un encadenamiento de silencios sobre las experiencias represivas de las mujeres durante el período de dictadura y que se mantiene a lo largo del tiempo. Asimismo, compartiré algunos hitos que dan cuenta de cómo las mujeres vivieron la represión de manera diferenciada, organizaron resistencia colectivamente y realizaron diferentes esfuerzos por comunicar públicamente las narraciones de lo vivido.

**Palabras-clave:** Experiencias, Dictadura, Feminismos, Memoria, Comunicación.

**Abstract:** Reports we know about the last military dictatorship describe a homogeneous experience, only militant men's experiences are named. However, several researches show a lot of experiences have existed. Men and women were repressed differently, not just about their bodies, women were punished in a double way: because of political subversives and subversives of the domestic order. In this research I propose to think of chaining silences about women repression tales, which began during the dictatorship but remains until today. Besides, I propose to think women lived repression in a particular way, they have organized collective resistance and they communicated publicly their own experiences.

**Keywords:** Experiences, Dictatorship, Feminism, Memory, Communication.

<sup>1</sup> Maestría en Comunicación y Cultura Contemporánea. (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay). Docente e investigadora de la Facultad de Información y Comunicación, de la Universidad de la República en Uruguay. E-mail: [romiverrua@gmail.com](mailto:romiverrua@gmail.com)

Una vez, una ex presa política montevideana que actualmente es docente, me contó que comenzaba sus clases preguntando sobre el rehenato<sup>2</sup> durante la última dictadura militar uruguaya. “¿Alguien me puede decir algún nombre de quiénes fueron rehenes?”, preguntaba. Siempre obtenía respuestas. Al menos de algunos de los más conocidos de los nueve rehenes. Sin embargo, cuando preguntaba quién podía nombrar a alguna de las rehenas un gran y pesado silencio se apoderaba del aula. No solo no podían nombrar a ninguna, sino que en la mayoría de los casos desconocían que además de los nueve rehenes, hubo 11 rehenas en iguales condiciones.

Este es solo un ejemplo de numerosas veces en las cuales los relatos de vivencias represivas durante la última dictadura cívico militar uruguaya (1973-1985)<sup>3</sup> tienen como protagonistas a varones. Los relatos más conocidos sobre el período han construido una experiencia homogénea en la cual el sujeto universal es un varón militante (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 21). Sin embargo, diferentes investigaciones dan cuenta que no existió un único modo de vivir la represión y las experiencias fueron encarnadas por diferentes cuerpos e identidades. Tampoco fueron castigados todos los cuerpos por igual, existió una represión diferencial (RICO, 2008b; ALONSO, 2016; SAPRIZA, 2009) entre hombres y mujeres<sup>4</sup>, no solo en relación a las torturas físicas -incluidos abusos y violaciones sexuales-, sino al particular doble castigo al que eran sometidas las mujeres por subversivas políticas y subversivas del mandato de ocupación del espacio doméstico (RUIZ y SANSEVIERO, 2012).

Si bien hubo torturas aplicada sin distinción de sexo (incluso muchas mujeres embarazadas fueron torturadas y perdieron sus embarazos por esta razón), diferentes investigaciones dan cuenta de que existió desde el comienzo de la represión un modo de castigo particular hacia los cuerpos de las mujeres (RICO, 2008b): torturas específicas como la exhibición de la desnudez, el manoseo, el daño a sus genitales, el abuso y la violación: “Lo que hace la diferencia, no es el método, sino el diferente impacto sobre la anatomía femenina, sobre su afectividad, y los propios condicionamientos culturales que conformaban subjetividades diametralmente opuestas” (RICO, 2008b, p. 266).

---

<sup>2</sup>Fueron presos y presas que habían estado en condición de “rehenato” en la última dictadura. Luego de haber sido detenidos las Fuerzas Represivas los mantuvieron durante años rotando por diferentes sitios de detención de manera clandestina. Todos integrantes del Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros (MLN-T), fueron 9 rehenes y 11 rehenas, aunque de ellas la historia oficial poco recuerde (RUIZ y SANSEVIERO, 2012).

<sup>3</sup>Si bien esta es la fecha en la que se reconoce la duración del período de gobierno militar, sin embargo las actuaciones ilegítimas del Estado y el recrudecimiento de la violencia por su parte comienza en 1968.

<sup>4</sup>Trabajaré sobre las experiencias y relatos de mujeres porque es el foco de mi investigación, sin embargo esto no significa que no existieron experiencias y represión diferenciadas hacia otros cuerpos e identidades no hegemónicas.

La dictadura uruguaya, así como cada una de las dictaduras latinoamericanas, tuvieron un método de tortura particular. En Uruguay, la tortura y especialmente la prisión prolongada, fueron los métodos preferenciales (RICO, 2008b). La tortura fue castigo hacia los cuerpos de las personas detenidas, pero destinada hacia toda la sociedad: se usaba para que las personas detenidas hablen y para que la sociedad calle (RICO, 2008b).

Desde el comienzo de la represión, a fines de los sesenta, el miedo y el terror fueron tiñendo las calles, las casas, los espacios educativos, las relaciones familiares. Esta construcción sedimentada a lo largo de años no desapareció en 1985 con el retorno a la democracia. Existen una serie de procesos históricos que han impulsado la consolidación de diferentes silencios; temas, momentos, experiencias sobre las que -por diferentes razones- no se puede hablar. Jimena Alonso y Mariana Risso (2015) realizan un minucioso recorrido en relación a los diversos procesos de organizaciones y movimientos, las tensiones en el ámbito político partidario y las leyes que luego de comenzada la democracia fueron relevantes para mantener el silencio y la impunidad. Las autoras, además, plantean que a partir de 1996 -con la primera Marcha del Silencio el 20 de mayo- comienza otro momento: “Este tiempo de silencio, se rompió en 1996, cuando la imponente manifestación realizada por la principal avenida de la capital –el 20 de mayo de ese año–, demostró que la dictadura cívico militar y sus consecuencias eran un tema sin cerrar para la sociedad uruguaya” (ALONSO y RISSO, 2015, p. 5). A partir de entonces surgen diferentes instancias con el objetivo de contar qué había pasado<sup>5</sup>, siendo protagonistas quienes fueran detenidas, torturadas, encarceladas, así como familiares. Cabe destacar que si bien Uruguay se distinguió por utilizar la prisión prolongada como método de tortura preferencial, siendo este el método más masivo, las ex presas y presos “estuvieron entre los últimos en organizarse y plantear sus demandas” (ALONSO y RISSO, 2015, p. 6).

Retomando esta mirada, propongo pensar que existió un encadenamiento de silencios sobre las experiencias represivas de las mujeres durante el período de dictadura, y que se mantiene a lo largo del tiempo. Pienso en una cadena en un doble sentido, por un lado, algo que sujeta y ata, limita y restringe la posibilidad de transmitir cómo fue vivida la represión por las mujeres. Por el otro, recupero la idea de los eslabones que se ligan entre sí para mantener una continuidad: algo que se transmite de generación en generación, a lo largo del tiempo. Me pregunto, al mismo tiempo, si es que no han habido relatos en los cuales las mujeres cuenten sus experiencias. Sobre esto, trabajaré en la segunda parte del texto.

---

<sup>5</sup>Nombran el nacimiento de la organización HIJOS (1996), el Encuentro de ex presas políticas (1997), la fundación de CRY SOL (1999).

## CADENAS DE SILENCIOS O EL PRIVILEGIO DE HABLAR

*“El contrato original constituye, a la vez, la libertad y la dominación. La libertad de los varones y la sujeción de las mujeres se crea a través del contrato original. (...) La libertad civil no es universal. La libertad civil es un atributo masculino y depende del derecho patriarcal”*  
(Carole Pateman, *El contrato sexual*)

Para pensar en la metáfora del encadenamiento de silencios fue útil el concepto de cuerpo de emisarios (Montealegre y Peirano, 2013) no como categoría a usar, puesto que las autoras hacen especial hincapié en analizar la prisión política como método de tortura que moldea y alecciona a presos y presas pero también a sus familias y en este diálogo entre el adentro y el afuera del recinto, reprime y alecciona a la sociedad toda; sino como inspiración en la metáfora de los diapasones: para pensar cómo los cuerpos y las experiencias portan mensajes y los transmiten a otras y otros a lo largo del tiempo, de generación en generación<sup>6</sup>.

Creo que es posible identificar distintos momentos durante la dictadura cívico militar y durante la democracia posterior y actual, como hitos que si se piensan conectados y en diálogo dan cuenta de una construcción de silencios sobre las experiencias de represión de las mujeres sistemática y sostenida en el tiempo. Daré cuenta de algunos:

Las Rehenas (1): 11 mujeres y nueve hombres, integrantes del Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros (MLN-T) que estuvieron en condición de rehenato. Estaban detenidas cuando comenzaron a ser mantenidas en cautiverio con particulares modos de tortura, trasladadas arbitrariamente a diferentes lugares de detención y de manera clandestina. Las primeras fueron las mujeres, desde junio de 1973 fueron rehenas Alba Antúnez, María Elena Curbelo, Raquel Dupont, Yessie Macchi, Flavia Schilling, Gracia Dri, Cristina Cabrera y Estela Sánchez. En 1974, se sumaron Miriam Montero y Lía Maciel. En 1975, por último, Elisa Michelini. A partir de septiembre de 1973 comenzó el rehenato de los primeros varones. Ellas fueron liberadas en 1976, y el último de ellos fue liberado en abril de 1984 (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 23).

La “ronda” -así llaman las rehenas a su condición-, comenzó en un momento en el que el régimen militar había hecho público que consideraban derrotado al MLN-T. Era un escalón de pedagogía terrorista, a través de unos pocos daba el mensaje para el resto:

las rondas interrumpieron el ciclo de la arbitrariedad represiva ya conocida: persecución-detención-tortura-prisión. (...) La ronda dirá que estar en prisión puede

<sup>6</sup>Para profundizar sobre este tema se puede revisar el trabajo de SERSOC. (1995). *Represión y olvido. Efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Montevideo: Roca Viva.

ser también un tiempo infinito de tormento, y esa presencia ominosa convertirá a las cárceles políticas uruguayas en salas de espera de un posible nuevo tiempo de torturas (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, pp. 25-26)

Después del rehenato, las presas fueron llevadas a Punta de Rieles con las demás detenidas. Sobrada literatura habla sobre los rehenes<sup>7</sup>, algunos de ellos además fueron figuras públicas nacionalmente conocidas<sup>8</sup>, sobre las rehenas casi no se conoce, incluso actualmente.

Las detenidas de Treinta y Tres (2): la dictadura atravesó todo el territorio nacional, el 18 de abril de 1975 detuvieron a 38 adolescentes de modo ilegal en Treinta y Tres: la mayoría eran mujeres y 25 eran menores de edad. Fueron llevados al Cuartel del Batallón N°10 de Infantería del Ejército en Treinta y Tres<sup>9</sup>, permanecieron ilegalmente detenidos y también sufrieron torturas. Llama la atención la gran cantidad de menores de edad detenidas pero además, la conducta que se estaba castigando:

El miércoles 30 de abril de 1975, apareció en los diarios uruguayos un comunicado del Comando General del Ejército, en donde se decía que había sido descubierta la actividad ilegal de estos jóvenes integrantes de UJC. Allí se hacía referencia a un campamento en el que, según decía el comunicado oficial, vivieron en total promiscuidad, los intercambios de parejas fueron moneda corriente y algunas jóvenes realizaron competencias de índole sexual. Para la moral provinciana de la sociedad uruguaya de la época, aquellas denuncias calaron hondo (MONTEVIDEO PORTAL, 2015).<sup>10</sup>

Asimismo, asombran las consecuencias: las niñas y adolescentes fueron acusadas de portar enfermedades venéreas, por lo que fueron perseguidas moralmente. Tampoco fue habitual -dentro de las irregularidades conocidas- el modo en que fueron liberadas: desde el cuartel fueron trasladadas a Montevideo, internadas en un hogar, y a sus madres y padres les quitaron la patria potestad<sup>11</sup>. “Los represores ya no se detuvieron ante las diferencias de sexo; transgrediendo los valores de “caballerosidad” -a los que se hacía referencia en el Informe parlamentario de 1970-. Las mujeres – las aún muy jóvenes – fueron visualizadas como enemigos potenciales, a la par de los varones” (RICO, 2008b).

<sup>7</sup>Uno de los ejemplos es que en 2018 se estrenó “La noche de 12 años”, una película coproducida con Argentina, de difusión internacional, que narra la experiencia de rehenato de Eleuterio Fernández Huidobro, José Mujica y Mauricio Rosencof. Allí se menciona solamente a los rehenes.

<sup>8</sup>Los protagonistas de “La noche de 12 años” fueron Ministro, Presidente de la República y periodista, respectivamente.

<sup>9</sup>Para más información consultar: Almada, Mauricio (2015) “Crónica de una infamia. El comunicado más vil de la dictadura”. Ed. Fin de Siglo

<sup>10</sup>Extracto del libro “Crónica de una infamia. El comunicado más vil de la dictadura”. Extraído de Montevideo Portal, 2015.

<sup>11</sup>Consultar entrevista a Liliana Pertuy, una de las víctimas: “Liliana Pertuy: “Que las nuevas generaciones puedan saber que hubo resistencia” (VERRUA, 2017)

La conferencia de prensa de 1985 (3): al finalizar la dictadura uruguaya (1973-1985) y con la liberación de presos y presas políticas comenzaron a emerger diferentes miradas y versiones sobre lo vivido durante el período militar. La investigación de Jimena Alonso y Carla Larrobla (2014) recupera la conferencia de prensa realizada en 1985 por dirigentes políticos: se realizó el día que fueron liberados los últimos presos políticos de la dictadura con el fin de contar lo que pasó. No había ninguna mujer en esa mesa, lo que produjo un gran enojo entre las ex presas. En 2018, en la presentación de un libro sobre la fuga de mujeres<sup>12</sup> Sonia Mosquera, docente y ex presa política, manifestó al respecto: “nosotras también teníamos cosas para decir, nadie armó una Conferencia (para nosotras). Tampoco a los compañeros se les ocurrió invitarnos, preguntarnos” (VERRUA, 2019). En el mismo evento y desde el público otra ex presa manifestó que no solo nadie las había invitado a ser parte de la Conferencia, sino que tampoco era importante su presencia; ella estaba con otras dos compañeras y, como no las dejaban entrar, se metieron escondidas debajo de un telar. Finalizó: “Los protagonistas eran los hombres” (VERRUA, 2019). “La conferencia de prensa de los rehenes presentados como ‘los últimos liberados’ otorgó a un grupo con un sexo, rostros, nombres y biografías la representación simbólica de un universo social compuesto por muchos miles de personas víctimas directas de la represión y el terrorismo de Estado” (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 21).

La dificultad de saber cuántas mujeres fueron detenidas (4): la *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985)* (Rico, 2008a) detalla que al revisar fuentes oficiales disponibles, los investigadores encontraron notorios errores, contradicciones, repeticiones y duplicados en números, identidad y detenciones registradas.

Fue posible construir una lista de personas detenidas que -es preciso aclarar- puede seguir incorporando nuevos casos. El listado general de presos y presas políticas que se pudo lograr contabiliza 5.925 personas, incluyendo detenidos sin fecha de aprehensión y/o liberación<sup>13</sup>. Cabe destacar que es un listado incompleto por posibles errores en los datos y porque el proceso de acceso a archivos militares continúa aún en la actualidad, por lo que no puede considerarse este como un número definitivo. El acceso a la cantidad de personas detenidas antes y durante la dictadura militar ha sido dificultoso, asimismo existe particular ausencia de datos exactos sobre la cantidad de presas políticas: “podemos determinar que cerca de novecientas mujeres fueron detenidas y procesadas durante el período militar” (ALONSO, 2016, p. 53).

<sup>12</sup>“38 Estrellas” de Josefina Licitra (2018).

<sup>13</sup>Rico, A., 2008b, p.66

Existen otros momentos que pueden incorporarse a estos hitos en los cuales podemos distinguir la represión diferenciada hacia las mujeres así como el silenciamiento o desconocimiento de sus experiencias. En ese sentido, el necesario énfasis que se viene haciendo en insistir que las experiencias masculinas de la represión durante la dictadura fueron unas, entre otros tipos de vivencias que es necesario investigar, caracterizar y divulgar. ¿Cuáles son las experiencias que circulan públicamente? ¿Cuáles quedan en el terreno de lo desconocido, muchas veces de lo privado?

Diferentes autoras que han trabajado sobre la relación entre lo público y lo privado<sup>14</sup> coinciden en que la diferencia tajante, con distancia jerárquica entre uno y otro ámbito, es una construcción histórica sostenida en el tiempo, en la cual los hombres son los habilitados o con posibilidad de formar parte del espacio público, aquel de mayor relevancia y poder en la organización social de la vida. En esta división, no solo existió un desplazamiento histórico de las mujeres al sector privado sino que además aquello que allí acontece, lo que es “la vida de las mujeres”, tradicionalmente no tiene relevancia pública. Tal como plantea Fraser (1993), qué es o no es relevante públicamente no es algo que esté dado de antemano sino que forma parte de disputas sociales permanentes.

Reflexionando sobre la cadena de silencios respecto a las experiencias de las mujeres durante la última dictadura militar uruguaya, es posible identificar el orden militar autoritario como constructor y expansor del miedo y del terror con el consecuente disciplinamiento social. Sin embargo, recuperando los hitos sobre los que he trabajado se identifica también que en los espacios de militancia de izquierda ocurre una desvalorización de la voz y experiencia de las mujeres. En un orden social patriarcal que antecede históricamente el proceso dictatorial, no resulta llamativo que la experiencia de las mujeres quede ausente y desplazada de los ámbitos públicos, acorralada en los espacios privados o íntimos y que sean social y masivamente desconocidas aunque compartidas con otras mujeres.

## DE ABUELAS, HIJAS Y NIETAS: “TODAS TENEMOS ALGO QUE DECIR”

*“Y supimos de silencios que dejaron heridas  
y que solo comenzaron a sanar cuando pudimos romperlos”*

*Azuleme (seudónimo)  
Memoria para armar III (2003, p.72)*

<sup>14</sup>Me refiero a: Pateman, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona, España, Ed. Anthropos, 1995; Pateman, Carole. “Críticas feministas a la dicotomía público privado”. En Castells, C., (Coord.) *Perspectivas feministas en teoría política*, pp. 31-52. Barcelona, España, Paidós Ibérica, 1996; Fraser, Nancy. “Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente”. *Debate Feminista*, 7, pp. 23-58. 1993.

Algunas leyendas cuentan que el tejer es un saber que se transmite de generación en generación entre las mujeres de las familias. Y que en el aprendizaje técnico de cómo anudar los hilos de manera tal de crear adornos y prendas las más viejas también enseñan palabras, historias, y afectos. Así, se puede pensar que existe cierta conexión entre los saberes del tejido, esa tarea de unir hilos con paciencia y dedicación, y las palabras y relatos que unidos pueden construir una trama. La metáfora de la urdimbre como delgados hilos que solos podrían pasar desapercibido pero juntos adquieren visibilidad y fuerza, entiendo que puede ser útil para pensar la construcción de relatos de las mujeres en torno a lo que vivieron durante el terrorismo de Estado. Así cómo es posible identificar una cadena de silencios en relación con lo que las mujeres tienen para decir respecto a lo que vivieron en el período militar, existieron instancias en las cuales se contó públicamente qué pasó.

Es posible identificar múltiples resistencias organizadas de mujeres: de diferentes maneras, a lo largo del tiempo, desde el período represivo hasta la actualidad. Dentro y fuera de la cárcel, militantes de alguna organización política o no, de izquierda o no necesariamente, creyentes o ateas. Así como se pueden identificar mojones que se encadenan históricamente y construyen un pacto de silencio, también es posible identificar las diferentes instancias de resistencia y de esfuerzos por contar lo que vivieron en la dictadura. La transmisión generacional se dio también en cultivar las estrategias de supervivencia, en contar y contarse: una herencia transmitida de madres a hijas, de abuelas a nietas y entre pares, entre compañeras. Así cómo es posible identificar el proceso de transmisión encadenada y expansiva de silencios, también han existido experiencias y saberes legados de unas a otras generacionalmente: en el proceso de crianza y de vida compartida, se legaron, como con el tejido, modos y estrategias para recolectar los múltiples relatos, anudarlos y construir una nueva trama. Heredar de unas a otros modos de cuidado, consejos, y estrategias: un linaje que existe y da fuerzas (SOSA GONZALEZ, 2019).

Compartiré algunos hitos que entiendo dan cuenta de cómo las mujeres vivieron la represión de manera diferenciada, organizaron resistencia desde sus lugares -a veces inesperados-, y realizaron diferentes esfuerzos colectivos por comunicar públicamente sus experiencias.

La vida en la cárcel (1): el proceso de detención y permanencia carcelaria forzó a las presas a compartir solamente entre mujeres. Muchas reconocieron que esta experiencia fue novedosa y les permitió conversar sobre sí mismas y compartir miradas como nunca antes. Salvo el espacio para castigo, las celdas eran colectivas y no estaban organizadas por pertenencia política, convivían y rotaban según las decisiones de militares y carceleras. En numerosos testimonios relataron que estas

decisiones arbitrarias formaban parte del castigo y que buscaban crear enemistad y tensiones entre ellas:

La coordinadora viene con un papel. Dicta quince números en voz alta. Todo el barracón detiene sus labores y escucha. Por supuesto, dos de las recién llegadas estamos en la lista. Solo dos, de las cuatro que quedaron aquí. ¿Casualidad? No. Práctica rigurosa de crear diferencias que permitan desarrollar situaciones de división. Demasiado reiterado para tomarnos de sorpresa (CONDENANZA, 2000, p. 37).

Estos esfuerzos no necesariamente se tradujeron en divisiones en el interior de los Penales. Las ex presas del Penal de Paso de los Toros relataron “de las rejas para adentro todas éramos una”, y las de Punta de Rieles “allí todas debíamos ser una”<sup>15</sup>, al compartir diferentes estrategias de sostén colectivo, redes de solidaridad y contención afectiva que desarrollaron en este proceso.

Estar en Punta de Rieles implicó labores obligatorias y cumplimiento de mandatos de conducta. María Condenanza en *La Espera* (2000) relata que eran obligadas a trabajar la tierra y a cocinar. El trabajo en cocina era cansador y arduo, los turnos eran de 15 días y el trabajo iba desde el amanecer hasta el anochecer. Al finalizar el turno de dos semanas todas habían bajado de peso, sus cuerpos quedaban agotados y maltrechos después de arduas jornadas. También eran extenuantes los trabajos de la tierra, se trabajaba sin hablar, sin mirar a otras, removiendo tierra reseca. Las dejaban al límite de sus fuerzas. La sanción era una amenaza permanente, el calabozo era el castigo. Sin embargo, ante cada avance sobre sus libertades aparecían resistencias. Si una era enviada a aislamiento, sus compañeras le hacían llegar bolsas de higiene, ropa interior, toalla. Quienes estaban en el turno de cocina intentaban mejorar la calidad de la comida para el resto: escondían regalos entre los fideos, intentaban aumentar las porciones para cada una (CONDENANZA, 2000).

Persistentemente las carceleras intentaban evitar el diálogo, insistentemente las presas inventaban modos: “en este piso hay tres sectores pero ellos no quieren que exista comunicación entre nosotras. Entonces está prohibido mirar siquiera a una compañera de otro sector. Tenés que darte vuelta” (CONDENANZA, 2000, p. 36), su saludo, entonces, era tocarse el pelo. Impedir que se crearan o mantuvieran lazos entre las detenidas era parte de deshumanizar y castigar:

Nos pasa que, al cabo de un tiempo, nuestra cucheta se convierte en nuestra cama y las compañeras son, con todo lo que cada una trae consigo, parte de nuestra vida. Por eso las llevan así. Nos mutilan (...) El enemigo lo sabe. Por eso intenta siempre destruirlo o envilecerlo. Periódicamente cambia una parte de cada sector. (...) Estudia las combinaciones, conoce los efectos y prueba el bloqueo, apuesta a la división y al desgarrar (CONDENANZA, 2000, p. 69)

<sup>15</sup>Declaraciones de Inés Manuela Castro y Ana María Lavecchia ex presas del Penal Paso de los Toros; y de Anahit Aharonian ex presa de Punta de Rieles en el marco del Seminario Terrorismo de Estado y Género. 20/03/2018. Museo de la Memoria, Montevideo.

Buscaban generar tensiones de diferentes modos, entre las viejas y las recién llegadas, entre las de un partido y una organización, asignando arbitrariamente algún privilegio o algún castigo: “Lo que pasa es peor que otras veces. Se han llevado a todas las compañeras no comunistas. No salió del sector ninguna compañera comunista. Corte de cirujano. Es un golpe más duro que el habitual” (CONDENANZA, 2000, p. 70).

Hubo presas que estuvieron detenidas con sus hijas e hijos. Las cárceles políticas especiales eran dependencias militares habilitadas en corto plazo para presas políticas y sus hijos nacidos en cautiverio, entre 1972 y 1974. Se cuentan entre ellas la enfermería del Regimiento de Caballería N°1 Blandengues de Artigas (“Blandengues”) y una parte del edificio del Instituto Militar de Estudios Superiores (IMES) -que comenzó a funcionar en 1973. En el libro *Maternidad en prisión política. Uruguay 1979-1980* (JORGE, 2010), algunas de ellas comparten sus testimonios. Relatan la complejidad de ejercer la maternidad en cautiverio y bajo condiciones de hacinamiento, las dificultades por la escasa comida y por el contagio de enfermedades. Asimismo cuentan que organizaron estrategias de maternaje colectivo: higiene del baño y de los insumos, alimentos -sobre todo fruta que era lo que recibían de sus familias-, ropa, amamantamiento de otros bebés cuando el propio salía afuera, y formas de cuidados para salvaguardar algunos bienes colectivos de las permanentes requisas. Ponían en común todo lo que recibían y luego dividían, para que la que no recibía o era sancionada accediera a lo mismo que las demás. Organizaban obras de teatro, leían y hacían juguetes para sus hijas. Asimismo relatan los esfuerzos por acompañarse, organizarse y cuidarse aunque hubiera diferencias. Estaban al tanto de las condiciones adversas de este modo de crianza (mala alimentación, falta de espacio y de luz), pero primaba el hecho de que sus niñas estuvieran los primeros años de desarrollo con ellas, durante el mayor tiempo posible. En 1974 las separaron de sus hijas y fue un momento de profundo dolor e incertidumbre.

Durante el proceso carcelario las ex presas relataron que compartieron y dialogaron como nunca antes, comenzaron a pensarse a sí mismas de otro modo:

No tenía palabras para contestarle, dejaba a mis hijos y a un hombre que quería pero estaba en juego algo que avergonzaba decir: yo, mujer de 28 años, madre, separada, había empezado a sentir que nunca antes había decidido en la vida personal más que por los modelos que de antemano se me habían construido por ser mujer. Era como el espejo de Alicia en el País de las Maravillas, el túnel iba muy hondo y comenzaba a ver que esas cosas, mías, personales, tenían algo que ver con las otras mujeres, con una historia innombrada que confinaba nuestras angustias a una celda más pequeña que la que en ese momento habitaba (CELIBERTI y GARRIDO, 1988, pp. 53-54).

El artículo *La cárcel ¿una experiencia feminista?*<sup>16</sup> publicado en 1986 en la revista Cotidiano Mujer es de los primeros textos que reflexionan sobre la experiencia del encierro para las mujeres. A un año del fin de la dictadura lanzó una pregunta inquietante en un contexto en el cual feminismo no era un concepto acuñado por las presas para sí mismas ni para sus procesos. Así como Lilián Celiberti (1988) compartió una intuición a partir de su vivencia: comenzó a darse cuenta que algunas de sus angustias como ser mujer eran compartidas con las demás, pero esto era parte de la “historia innombrada”; el texto de 1986 señalaba que durante el proceso carcelario cuando se propuso explícitamente hablar de sus experiencias de ser mujeres la respuesta fue un tajante no. Sin embargo, compartieron otras actividades y modos que hicieron de la vida carcelaria una experiencia menos hostil, incidiendo a partir de ahí en sus formas de ser y de hacer:

El panorama no era rosado (...) una característica femenina, surgida de las condiciones en que vivimos desde tiempos inmemorables, vino a convertirse en fuente vital de un comportamiento voluntario. De nuestra experiencia social más antigua nacía a raudales el don de la solidaridad esencial, de la afectividad: cantamos para nuestros niños cuando los gritos de odio y amenaza quisieron tapar nuestro diálogo. Hicimos teatro, mímica y baile cuando se nos quiso inmovilizar toda expresión humana. Abrazamos a las compañeras cuando se quiso hacer sentir la soledad como un peso de plomo para cada una (...) levantamos nosotras la protección que no tuvimos que aprender: la del afecto que hace frente a todo, la de la solidaridad (TRIAS, 1986, p. 7).

Las publicaciones de Memoria para armar (2): a partir del Encuentrazo de ex presas políticas en 1997<sup>17</sup> surgieron múltiples grupos y proyectos con diversos objetivos que funcionan, en algunos casos, hasta la actualidad. De manera irregular, más o menos numerosos, con diferentes constancias, es posible identificar diversos equipos de trabajo, con la intención de contar y difundir su historia como ex presas. Surgió la idea de crear grupos de trabajo según temas de interés: testimonios, vivencias, género y familia, cronología, salud y cine. A partir de allí, realizaron una convocatoria abierta a otras mujeres bajo la consigna: “Recuérdalo tú, recuérdalo a otros. Te invitamos a contar porque a ti también te pasó”. De esos grupos temáticos, los tres primeros trabajaron en forma de talleres, publicaron relatos y narrativas de esas experiencias. En eso consistió el proyecto ‘Memoria para armar’, en el marco del cual se publicaron tres libros: *Memoria para armar I* (2001), seguido de *Memoria para armar II: ¿Quién se portó mal?* (2002) y *Memoria para armar III* (2003).<sup>18</sup>

<sup>16</sup>Está firmado con las iniciales “I.T.”, recupero la identidad de la autora Ivonne Triás de Di Giorgi, Ana Laura, 2018.

<sup>17</sup>Primer encuentro masivo de ex presas políticas. Se realizó en Arteatro, la invitación fue de boca en boca bajo la consigna “Porque fuimos y somos parte de la historia”. Participaron cerca de 300 mujeres, se realizaron otros Encuentrazos desde entonces (Alonso y Risso, 2015; Verrua, 2020).

<sup>18</sup>Se puede ampliar sobre este trabajo en Sapriza, Graciela (2009) *Memoria para Armar. La construcción de un archivo. Relatos de mujeres sobre la dictadura en Uruguay* en III Encuentro Regional de Archivos y Derechos Humanos “El archivo y el testimonio” (p. 16-21)-

La colección *Memoria para Armar* incluye una serie de publicaciones de textos, fundamentalmente narrativos de no ficción, en los cuales las mujeres relatan experiencias de represión durante la dictadura militar uruguaya.

*Memoria para Armar Uno* (2001) reúne 238 escritos, la inmensa mayoría de los textos publicados son testimonios o experiencias autobiográficas, se destacan la pluralidad y diversidad de voces, relatos, miradas, temporalidades y espacios que forman parte del libro. Es relevante mencionar que esto es resultado de la intencionalidad de la convocatoria: “Te invitamos a contar porque a ti también te pasó (...) Todas tenemos algo que decir, cada dato que aportemos es una mirada personal a esa dictadura que no quisimos” (SAPRIZA, et. all, 2001, p. 283). Invitaron a otras mujeres a contar cómo había sido su experiencia durante la dictadura desde la cárcel, desde los barrios o localidades del interior, como familiares de presas y presos, como exiliadas o familiares de quienes se exiliaron. La propuesta a participar partió de una mirada que sostiene que toda la sociedad se vio transformada por la represión y el golpe cívico militar, y que la multiplicidad de miradas enriquece la memoria social.

La dictadura nos dejó a todos heridas que debemos descubrir, nombrar y mostrar para que cicatricen definitivamente. (...) todas las vivencias tienen hermosura y grandeza y ayudarán a las `nacientes memorias` a elaborar una historia más justa y a aprender algo más acerca de nuestra condición humana (SAPRIZA, et. all, 2001, p. 283).

Así hay diversos relatos de mujeres compartiendo su experiencia cuando niñas: visitando o buscando a familiares presas, detenidas con su padre, exiliadas, criada por su abuela y con su madre desaparecida. De madres que buscaron a sus hijos o hijas presas o desaparecidas, que se exiliaron sin poder llevarse a sus hijas, que enfrentaron a represores pidiendo el cuerpo de su hija, o quienes compartieron crianzas de otras niñas en la cárcel. Los textos recorren diferentes años y etapas de la represión, se encuentran relatos previos a la dictadura así como entrada la democracia.

En la diversidad de experiencias también aparecen miradas compartidas, el mandato femenino sobre el espacio privado como el ámbito por excelencia de las mujeres y la militancia como “una cosa de hombres” es una de ellas. La cotidianeidad en la cárcel, la organización de las tareas y los ingresos de afuera (comida, artículos de higiene) y las múltiples formas de solidaridad y resistencia creadas entre mujeres en la cárcel y entre familiares de personas detenidas afuera, también aparecen en muchos textos.

La segunda publicación, *Memoria para Armar Dos. ¿Quién se porto mal?* (2002), también fue resultado de la convocatoria abierta del Taller Género y Memoria ex-Presas Políticas pero apuntó a la publicación de relatos que narraran cómo vivieron la represión diferentes generaciones: hijas, hijos, nietas y nietos, madres, vecinos, amigos y amigas de quienes fueron detenidos/as, torturados/as, desaparecidos/as. Los 44 textos, en su mayoría testimoniales o autobiográficos, son relatos de familiares que vivenciaron detenciones o visitaron a sus padres detenidos<sup>19</sup>, de familias que se fueron al exilio o buscaron (buscan) a un familiar desaparecido. Abundan los escritos en los que aparecen las miradas de niños y niñas, cómo impactó la dictadura en sus vidas, cómo se sintieron entonces, cómo fue después. Asimismo, algunos son cartas dedicadas a hijos e hijas a quienes les cuentan qué les pasó o de hijas a sus madres, dan explicaciones y en algunos casos piden perdón. En otros, son diálogos de tres generaciones en las que aparecen las narradoras, sus madres e hijas.

Resulta relevante esta segunda publicación ya que se destacan la diversidad de experiencias vitales en las que se vivió la dictadura. Hay narraciones de las vivencias más crudas del período: las detenciones, torturas, la vida en la cárcel; sin embargo, a partir de la intencionalidad específica buscada en esta segunda publicación la mayoría de los textos dan cuenta de la magnitud de la represión y la violencia de manera transversal, en todos los ámbitos sociales y para todas las edades. En la escuela, para niñas, niños y adolescentes pero también para las maestras. En la casa, el temor de adultas, niñas y niños que fueron allanadas, pero también el miedo de las madres y abuelas que hicieron el esfuerzo para vivir y criar 'normalmente' en medio del terror. En la calle, en el trabajo y la vida sindical, también en el exilio, obligadas a construir una nueva vida sin dejar de luchar denunciando lo que sucedía en Uruguay.

Nuestras vidas han sido marcadas de esta manera y que no podemos, no debemos aflojar, que nuestra lucha sigue siempre en algún frente: en la militancia, en el trabajo dando ejemplo de capacidad y compañerismo, en el hogar, frente a los hijos, ayudándolos, tratando de resarcirlos con amor, comprendiendo sus problemas (en la gran mayoría de nuestros hijos han quedado grandes cicatrices), consecuencia de toda esa época de abandono, de terror, cárcel, huida, exilio (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 205).

Quisiera resaltar algunos rasgos sobre el rol de las mujeres que aparecen en los textos de este tomo. Hay numerosos relatos en los cuales se reconoce y valora el rol de las madres de quienes fueron detenidas o desaparecidas, politizadas o no, militantes o no, pero acompañando y siendo incondicionales. La transformación de una madre estricta y ajena a la política en activa militante; las abuelas devenidas en madres para criar a sus nietas y nietos porque sus hijas estaban presas; madres,

<sup>19</sup>De la totalidad de textos solo en un caso es el padre quien lleva a su hija a ver a la madre detenida.

en algunos casos muy ancianas, que viajaron durante largos años a visitar a sus hijos e hijas detenidas, con gran esfuerzo para armar 'el paquete' con ropa e implementos de higiene, sometidas a violentos cacheos y no pocas veces impedidas de ver a sus seres queridos porque estaban castigados o en calabozo; son algunos de los ejemplos que aparecen. En estos textos, así como en el tomo uno, es posible encontrar algunos rasgos sobre los mandatos del ser mujer, confinadas al hogar y con el acceso restringido o prohibido a la vida pública: "A Mamá<sup>20</sup> no le permitieron estudiar. Es más: ni siquiera hizo primero y segundo en una escuela, sino que los salvó con una señorita que iba a enseñarle a su casa, 'para que no estuviera en los peligros de la calle'" (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 173).

También se distingue la represión según el género: "El tratamiento para con las mujeres fue distinto, a los hombres los mataban, a las mujeres las sometían a todo tipo de vejámenes, el poder patriarcal se manifestaba en su estado más puro" (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 108).

En este sentido, es relevante destacar el relato "Para Ustedes" (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 31) de Gianella Peroni dedicado a sus hijos, en el cual cuenta lo que vivió al ser detenida. En este, como en muchos otros, especifica la tortura y malos tratos que recibió durante la reclusión, lo excepcional en su caso es nombrar que también fue violada; vejamen a lo que otras también fueron sometidas, pero es poco frecuente que sea narrado en primera persona.

En el tomo dos vuelve a aparecer lo repetidamente nombrado en el uno, la importancia de las compañeras en la vida en la cárcel, la resistencia mediante risas, cantos, las redes de solidaridad tejidas y el sostén mientras estuvieron presas; pero también lo importante que fueron para su vida a partir de ahí:

las compañeras son algo sin igual, solidarias, cariñosas y tan queridas, allí había algo que a veces no encontrás afuera, esa comprensión, ese saber que están en el momento que las necesitás, por eso cuando me fui ¡cómo las extrañé! Me pareció todo tan distinto sin ellas. ¡Te encontrás con un mundo tan hostil afuera! (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 135)

Se nombran también en este tomo, las redes de solidaridad que existían afuera de la cárcel: "Los que quedamos afuera construíamos puentes y caminos hacia ellos." (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 155). Se distingue, sin embargo, la existencia de relatos de la represión en el interior del país, los allanamientos y detenciones así como el esfuerzo de las familias por encontrar o visitar a las detenidas/os en la ciudad.

---

<sup>20</sup>Mayúsculas en original

Finalmente, *Memoria para armar III* (2003) se publicó a propósito de los 30 años del golpe de Estado. A diferencia de los anteriores no solo se publican testimonios, también escriben cuatro académicas. Este es el único de los tres libros que incluye imágenes entre los textos.

Los relatos publicados recorren desde diferentes miradas y generaciones las experiencias de represión de mujeres, tal como en los tomos anteriores. Es quizás, el ejemplar más diverso, porque contiene experiencias similares a las ya mencionadas en los tomos anteriores pero profundiza sobre algunos aspectos y menciona otros, no nombrados en las publicaciones anteriores.

Se menciona el incilio, como experiencia diferente a la cárcel y el exilio pero poco nombrado. Eran quienes quedaban “aparentemente libres” pero viviendo un contexto de terror, miedo, inseguridad: “desde el golpe nuestras casas se fueron convirtiendo en centros de protesta” (SAPRIZA, et. all, 2003, p. 187), en alusión a la música que escuchaban, cómo intercambiaban libros o los relatos sobre las experiencias represivas que compartían a niñas, niños y adolescentes. “El canto popular fue una luz de vida y de esperanza en medio del horror y de la muerte, por la capacidad de convocatoria, la combatividad, la creatividad, la protesta, el entusiasmo, el humor y la alegría” (SAPRIZA, et. all, 2003, p. 197).

Otros relatos cuentan cómo el terror se colaba en espacios culturales, de trabajo, en el vecindario pero aparecen también memorias sobre algunas de las primeras conquistas en el espacio público: la Marcha de la Sonrisa, un 27 de junio por Av. 18 de Julio con la consigna de ir a sonreír entre todos. La primera marcha permitida, el 1º de mayo de 1983, podían ir en silencio y solo se permitían banderas uruguayas. Un río de libertad, en 1984, y el retorno de niñas, niños y adolescentes del exilio.

Quisiera mencionar especialmente el texto “Mujeres que espantan demonios” de Graciela Saprizza (SAPRIZA, et. all, 2003, p. 9), que destaca la participación organizada de las mujeres en dictadura, politizando los espacios privados y constituyéndose en protagonistas de esta etapa: propone pensar que el movimiento de mujeres se constituye en un movimiento revolucionario en este período.

La denuncia colectiva de mujeres por crímenes sexuales (3): No fue sino hasta 2006 que hubo las primeras condenas por delitos de lesa humanidad en Uruguay, sin embargo, años después se seguía debatiendo si los delitos de la última dictadura debían prescribir o considerarse de lesa humanidad, y por ende imprescriptibles (ALONSO y RISSO, 2015). Los debates fueron a nivel social y político y también internacionalmente: se interpelaba a Uruguay para que respetara sus acuerdos internacionales y -yendo a contrapelo de la Ley de Caducidad nacional- y planteara la imprescriptibilidad de los crímenes del terrorismo de Estado.

En 2010, mujeres que habían sido detenidas comenzaron a organizarse con el objetivo de denunciar los crímenes sexuales a los que habían sido sometidas. Trabajaron con el acompañamiento de una asistente social y psicóloga. El 28 de octubre de 2011, 28 ex presas políticas realizaron la primera denuncia grupal y realizada exclusivamente por mujeres de crímenes sexuales inflingidos por las Fuerzas Armadas durante el terrorismo de Estado (GONZALEZ CABANO, 2015, p. 7).

Resulta relevante destacar que en este contexto, surgió una original iniciativa que involucró a diferentes organizaciones y personas vinculadas en defensa de los derechos humanos. Bajo la consigna “Yo me hago cargo” se organizó una “Acción ciudadana de denuncia masiva de delitos de lesa humanidad”, la cual fue difundida y convocada mediante correos electrónicos, redes sociales y un blog<sup>21</sup>. La propuesta era novedosa en muchos aspectos: invitaba a denunciar masiva y simultáneamente en las oficinas de justicia y comisarías barriales; proponía que pudieran denunciar familiares o testigos, no solo víctimas directas; no involucraba directamente a partidos políticos. Esta modalidad logró que se presentaran 180 casos de violación a los Derechos Humanos que no habían sido presentados hasta entonces.

Si bien muchas de las denuncias fueron desestimadas o continúan recorriendo el largo camino judicial, recupero la mirada de Alonso y Risso sobre la relevancia del proceso: “Las acciones de denuncia de octubre 2011 expresaron niveles de malestar de las víctimas que no solo refieren a la carencia o insuficiencia de políticas de justicia y reparación, si no que visibilizan críticas a la hegemonía discursiva en el campo de las reivindicaciones políticas y sociales de los Derechos Humanos” (ALONSO y RISSO, 2015, p. 12).

Audiovisuales que recuperan las experiencias de represión de ex presas políticas (4): quisiera destacar producciones audiovisuales en las que las ex presas han participado activamente en su diseño y en los que recogen relatos sobre lo que vivieron durante el terrorismo de Estado. *Memoria de Mujeres* (2005) fue ideado por ex presas y dirigido por Virginia Martinez<sup>22</sup>. Las imágenes del comienzo son del Encuentrazo del 2004<sup>23</sup>, se ve la celebración y la alegría. Son relatos en primera persona de ex presas políticas de Punta de Rieles en los cuales narran algunas experiencias represivas pero sobre todo destacan la resistencia y lo aprendido juntas en ese contexto: “entre las que estuvimos presas juntas hay algo que no se da con nadie más”. “Las mujeres estuvimos en grupo, y eso nos facilitó la contención”.

<sup>21</sup>Blog de las Jornadas ciudadanas de denuncia de delitos de lesa humanidad: <http://denunciaportodos.blogspot.com>

<sup>22</sup>Se encuentra disponible en Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=-VPU6EUaZOo>

<sup>23</sup>Luego del primer Encuentrazo en 1997 se realizaron otros encuentros de características similares años siguientes (VERRUA, 2020).

Por otra parte, el proyecto interdisciplinario *Sujetas Sujetadas*<sup>24</sup>, llevado adelante actualmente por diferentes servicios de la Udelar, en el que participan docentes y estudiantes en trabajo con ex presas políticas “busca revisitarse la experiencia y la memoria de las mujeres ex presas políticas en relación con las reivindicaciones feministas actuales, articulando las tareas de enseñanza, extensión e investigación”. Como parte de las tareas han realizado audiovisuales breves en los cuales las ex presas comparten algo de su experiencia y sus reflexiones. Sobre estos spots que difunden por redes sociales sostienen que “Liberar la palabra permite a las mujeres ser sujetas de la historia, en un acto individual y colectivo. Las ex presas políticas nos narran sus experiencias de dolor, lucha y resistencia. Nos convocan a tomar la palabra y acompañar la lucha para que esta historia no se repita. Ampliemos las voces”. Hay, al momento 15 audiovisuales publicados, en los que diferentes mujeres se expresan sobre lo que vivieron. Recupero un fragmento de uno de los spots: “liberar la palabra no es solo poder hablar de algo que está adentro, es poder hablar y sentir que la otra persona te va a ayudar y luchar para que eso no vuelva a pasar”<sup>25</sup>.

Web Memoria para armar<sup>26</sup> (5): finalmente, quería recuperar este espacio virtual, lanzado en 2017, en el cual se ordenan y difunden para libre descarga los tres tomos de Memoria para Armar (agotados ya en su edición de papel) y otros libros vinculados a la memoria sobre el pasado reciente. Así como los libros que llevan el mismo nombre, este proyecto se impulsa desde los talleres de género de las ex presas políticas pero involucra palabras y testimonios de muchas otras mujeres. De esta propuesta me interesa destacar dos rasgos que me parecen relevantes, por una parte la intención explícita de las ex presas políticas de involucrar las voces de otras que vivieron la represión y resistieron desde sus diferentes lugares, una convocatoria que busca incluir las miradas de muchas intentando ordenar y publicar sin jerarquizar, va a contrapelo de los modos hegemónicos de contar la historia. Por otra, el deseo de contribuir al tejido de la memoria para legar experiencias, aprendizajes y resistencias, y para que no vuelva a pasar lo que pasó. Para que las otras sepamos que la historia no arranca con nosotras sino que nos inscribimos en linajes, heredamos aquello que otras se esforzaron por dejarnos: en susurros, en papeles, en imágenes, en voces. De boca en boca, en documentos, en publicaciones. Así lo hicieron saber en la presentación de Memoria para armar I:

Este no es un libro más, aquí pensamientos y sentimientos de muchas mujeres se conjugan para recomponer el pasado, para reafirmar con orgullo o con modestia, que tenemos que dejar para las generaciones venideras las vivencias de aquellos años dolorosos, y valientes, ejemplo y protección en el futuro. Estamos convencidas que este libro, en el que hemos puesto nuestro amor y nuestra confianza, también será

<sup>24</sup>El sitio del proyecto es <https://sujetassujetadas.fic.edu.uy/>

<sup>25</sup>“Liberar la palabra” de Ivonne Klingler.

<sup>26</sup>El sitio es <https://memoriaparaarmar.uy/>

leído así, así se releera, se regalará, se prestará, **EN UNA SIEMBRA SIN FIN.** (SAPRIZA, et. all, 2021) <sup>27</sup>

A lo largo del texto, intenté dar cuenta de la represión diferencial que sufrieron las mujeres durante el terrorismo de Estado. Las ex presas fueron violentadas por ser militantes de izquierda y también por ser mujeres, otras vivieron el terror expandido hacia todos los intersticios de muchas maneras: las madres buscando a sus hijos que no aparecían, las abuelas haciéndose cargo de nietos y nietas porque sus progenitores estaban clandestinos, las maestras recibiendo órdenes y sanciones por desobedecer, familias enteras ordenando la economía doméstica para armar los paquetes<sup>28</sup> y hacer las visitas al penal, y muchas, muchas más. Asimismo, señalé cómo existió un gran silencio sobre lo acontecido durante un largo período luego de comenzada la democracia pero que los relatos hegemónicos sobre lo ocurrido durante el período de dictadura tienen un solo sujeto como protagonista universal: varones militantes de izquierda. Si bien durante la dictadura y a partir de 1985 existieron diferentes esfuerzos por contar y compartir las experiencias de represión, a partir de 1996 se multiplican las organizaciones y las acciones para visibilizar lo que pasó y las luchas por Verdad, Memoria, Justicia y Nunca Más. Sin embargo, intenté también presentar por qué entiendo que sigue existiendo un encadenamiento de silencios sobre las experiencias de mujeres y otras identidades no hegemónicas: no son consideradas como parte de la historia digna de ser contada. ¿Quiénes deciden cuáles son las experiencias válidas para ser compartidas y circulan en el espacio público? Es una construcción histórica y, como tal, está en permanente disputa (Fraser, 1993); sin embargo, patriarcado mediante, sabemos que los varones blancos nos llevan varios años de ventaja (PATEMAN, 1995; 1996).

Existieron otras experiencias que vivieron la represión, de otros modos, en otros lugares. El terror fue social y masivo, tuvo muchos rostros, diversas voces, habitó cada vínculo, cada familia, cada espacio social, cultural, partidario. Ocurrió en Montevideo y en cada población del territorio uruguayo. Como susurros de una a otra, primero, pero siendo cada vez más, contándose más, abrazándose y cuidándose, tendiendo redes así como se tendieron las resistencias durante el tiempo oscuro; así, las mujeres crearon una voz ancha que alberga múltiples relatos de las experiencias represivas. Con encuentros, brindis y lágrimas se contaron lo que les pasó y se animaron a gritarlo públicamente: en libros, en videos, en entrevistas, en cartas, en denuncias. Porque precisaron crear

<sup>27</sup>Mayúsculas y destacado en original.

<sup>28</sup>Así se le decía al conjunto de objetos, ropa, comida, artículos de higiene, que familiares llevaban a los penales para dejar a las presas y presos.

una historia en la que ellas tuvieran lugar, un mundo que las alojara material y simbólicamente, y supieron que eso no se podía pedir prestado. Había que amarse, primero, y armarse después: de palabras, de poesía, de deseos y dejar el lugar asignado -el privado- para conseguir el lugar deseado. Luchar con susurros, palabras y gritos por el lugar propio. Luchar, y enseñar a las que vienen, que no están solas y que hay lugar para todas.

## REFERENCIAS

ALONSO, Jimena. “La prisión masiva y prolongada en perspectiva de género. Mujeres presas durante la dictadura uruguaya (1973-1985)”. En Montealegre Alegría, N. (Coord.), Sapriza Torres, G., y Folle Chavannes, M. A.(Comp.) **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay..** Montevideo, Uruguay, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2016, pp 53-74.

ALONSO, Jimena y LARROBLA, Carla. “Memorias femeninas en el uruguay pos-dictadura”, **Aletheia**, octubre 2014, Volumen 5, nro 9. Disponible en: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.6417/pr.6417.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6417/pr.6417.pdf)

ALONSO, Jimena y RISSO, Mariana, “‘Una acción contra el silencio’ Nuevas formas de denuncia de delitos de lesa humanidad en Uruguay. Una reflexión a partir de octubre de 2011”, **Contenciosa**, segundo semestre 2015, Año III, nro.5. Disponible en: [https://www.fhuce.edu.uy/images/Ciencias\\_Historicas/Historia\\_Americana/cv/Una\\_accin\\_contra\\_el\\_silencio.pdf](https://www.fhuce.edu.uy/images/Ciencias_Historicas/Historia_Americana/cv/Una_accin_contra_el_silencio.pdf)

CELIBERTI, Lilián y GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda.** 1988. Disponible en: [https://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/pub\\_celda.pdf](https://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/pub_celda.pdf)

CONDENANZA, María. **La Espera.** North Nakota, Estados Unidos, Frand Forks, 2000, p. 37.

DI GIORGI, A. L. **Democracia en el país, en la casa y en la cama. El feminismo de izquierda en el Uruguay de los ochenta.** Tesis de doctorado. Universidad General Sarmiento, Buenos Aires, 2018.

FRASER, Nancy. “Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente”. **Debate Feminista**, 7, pp 23-58. 1993. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/i40097550>

GONZÁLEZ CABANO, Victoria. **Violencia sexual en el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985).** Aproximación a la experiencia del colectivo de mujeres que realizó denuncia penal. Trabajo Final de Grado. Facultad de Psicología, Universidad de la República, Montevideo, 2015. Disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7736/1/Gonz%C3%A1lez%20Cabano%20Victoria.pdf>

JORGE, Graciela. (Coord.). **Maternidad en prisión política.** Uruguay 1979-1980. Montevideo, Uruguay, Trilce, 2010.

MARTINEZ, Virginia. **Memoria de Mujeres**. 2005. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=-VPU6EUaZOo>

MONTEVIDEO PORTAL, “Novedad editorial: libro de Mauricio Almada”, Montevideo Portal, 2015-05-18, Disponible en: <https://www.montevideo.com.uy/Tiempo-libre/Novedad-editorial-libro-de-Mauricio-Almada-uc271535>

MONTEALEGRE, Natalia. y PEIRANO, Alondra. “El dispositivo de la prisión política: Resonancias y reproducción del terrorismo de Estado en Uruguay”. **Revista contemporánea**, Historia y problemas del siglo XX. 2013, Año 4, Volumen 4, Disponible en: [http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2015/09/02\\_montealegreypeirano.pdf](http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2015/09/02_montealegreypeirano.pdf)

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Barcelona, España, Ed. Anthropos, 1995.

PATEMAN, Carole. “Críticas feministas a la dicotomía público privado”. En Castells, C., (Coord.) **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona, España, Paidós Ibérica, 1996, pp 31-52.

RICO, Álvaro. **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985). Tomo I**. Montevideo, Uruguay, Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC). Universidad de la República (UDELAR). (2008a). Disponible en: [http://dedicaciontotal.udelar.edu.uy/adjuntos/produccion/666\\_academicas\\_academicaarchivo.pdf](http://dedicaciontotal.udelar.edu.uy/adjuntos/produccion/666_academicas_academicaarchivo.pdf)

RICO, Álvaro. **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985). Tomo II**. Montevideo, Uruguay, Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC). Universidad de la República (UDELAR). (2008b). Disponible en : [http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/11/TOMO-2-digital\\_Rico.pdf](http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/11/TOMO-2-digital_Rico.pdf)

RUIZ, Marisa y SANSEVIERO, Rafael. **Las rehenas. Historia oculta de once presas de la dictadura**. Montevideo, Uruguay, Editorial Fin de Siglo, 2012, p. 21.

SAPRIZA, Graciela. “Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973/1985). Violencia/cárcel/exilio.” **DEP. Deportate, esuli, profughe. Revista telematicadi studi sulla memoria femminile**, 11, 2009, pp. 64-80. Disponible en: [https://www.unive.it/media/allegato/dep/n\\_1speciale/05\\_Sapriza.pdf](https://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf)

SOSA GONZÁLEZ, María Noel. “Las hijas de las madres. Linajes feministas más allá, contra y más allá de la orfandad impuesta por la mediación patriarcal”. **LL Journal**, Vol. 14, Núm. 1, Primavera 2019.

SAPRIZA, Graciela. et, all. *Memoria para armar uno. Testimonios coordinados por el Taller de Género y Memoria ex- Presas Políticas*. Uruguay, Editorial Senda, 2001.

SAPRIZA, Graciela. et, all. *Memoria para armar dos ¿Quién se portó mal? Selección de testimonios coordinados por el Taller de Género y Memoria - ex Presas Políticas*. Uruguay, Editorial Senda, 2002.

SAPRIZA, Graciela. et, all. *Memoria para armar tres. Testimonios coordinados por el Taller de Género y Memoria ex- Presas Políticas*. Uruguay, Editorial Senda, 2003.

TRÍAS, Ivonne. “La cárcel ¿una experiencia feminista?”. **Cotidiano Mujer**, 1,5, 1986, marzo, p 7.

VERRUA, Romina. “Liliana Pertuy: Que las nuevas generaciones puedan saber que hubo resistencia”. **Amigos Mume** 2017,08/10 Disponible en: <https://amigosmume.org/uy/liliana-pertuy-que-las-nuevas-generaciones-puedan-saber-que-hubo-resistencia/>

VERRUA, Romina. “Uruguay: 24 marchas y queda tanto silencio” **La Tinta**, 2019. Disponible en: <https://latinta.com.ar/2019/05/uruguay-24-marchas-y-queda-tanto-silencio/>

#### Páginas web:

Jornadas ciudadanas de denuncia de delitos de lesa humanidad:  
<http://denunciaportodos.blogspot.com>

Memoria para Armar: <https://memoriaparaarmar.uy/>

Proyecto Sujetas sujetadas: <https://sujetassujetadas.fic.edu.uy/>





Esta obra possui uma Licença

Submissão: 24/11/2022 | Aprovação: 25/03/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11387>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11387>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 97-117



## LA GUERRA NO CONTADA: MEMORIAS DE MUJERES EN EL CONFLICTO ARMADO COLOMBIANO<sup>1</sup>

*THE UNTOLD WAR: MEMORIES OF WOMEN IN THE COLOMBIAN ARMED CONFLICT*

Erika Johanna LARA-VARGAS 

Universidad de la República – UDELAR (Uruguay)<sup>2</sup>

**Resumen:** El entrecruzamiento constante, y en algunas ocasiones conflictivo, entre historia y memoria, ha dado lugar a la construcción de una memoria colectiva institucionalizada que reproduce un discurso oficial vinculado a una memoria referida al sujeto masculino y su experiencia en el conflicto armado colombiano únicamente, haciendo una generalización de la experiencia de los varones como aquella correspondiente a ambos géneros y dejando de lado las vivencias de las mujeres que estuvieron implicadas en el conflicto, bien sea con su participación dentro de grupos armados o como víctimas de la guerra interna entre el Estado y dichos grupos. En este sentido, es clara la importancia de visibilizar aquellas memorias “débiles” correspondientes a la memoria tejida desde las mujeres sobre la confrontación interna que vive el país desde hace varias décadas, permitiendo la construcción de una memoria colectiva mucho más plural y representativa de la realidad colombiana.

**Palabras-clave:** Memoria. Mujeres víctimas. Conflicto armado colombiano. Mujeres militantes.

**Abstract:** *The constant, and sometimes conflicting, intersection between history and memory, has led to the constructions of an institutionalized collective memory that reproduce an official speech associated to the memory of the male subject and his experience in the Colombian armed conflict, generalizing the male experience as the one that corresponds to both genders and leaving aside the experiences of women who were involved in the conflict, either with their participation in armed groups or as victims of the internal war between the State and those groups. In this sense the importance of making visible those “weak” memories that corresponds to the memory woven from the women on the internal confrontation that the country has been experiencing for several decades is clear, allowing the construction of a collective memory much more plural and representative of the Colombian reality.*

**Keywords:** *Memory. Women victims. Colombian armed conflict. Militant women.*

<sup>1</sup> Agencia Nacional de Investigación e Innovación - Uruguay

<sup>2</sup> Maestría en Comunicación y Cultura Contemporánea. (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Uruguay). Docente e investigadora de la Facultad de Información y Comunicación, de la Universidad de la República en Uruguay. E-mail: [erika.larav@hotmail.com](mailto:erika.larav@hotmail.com)

Una vez, una ex presa política montevideana que actualmente es docente, me contó que comenzaba sus clases preguntando sobre el rehenato<sup>3</sup> durante la última dictadura militar uruguaya. “¿Alguien me puede decir algún nombre de quiénes fueron rehenes?”, preguntaba. Siempre obtenía respuestas. Al menos de algunos de los más conocidos de los nueve rehenes. Sin embargo, cuando preguntaba quién podía nombrar a alguna de las rehenas un gran y pesado silencio se apoderaba del aula. No solo no podían nombrar a ninguna, sino que en la mayoría de los casos desconocían que además de los nueve rehenes, hubo 11 rehenas en iguales condiciones.

Este es solo un ejemplo de numerosas veces en las cuales los relatos de vivencias represivas durante la última dictadura cívico militar uruguaya (1973-1985)<sup>4</sup> tienen como protagonistas a varones. Los relatos más conocidos sobre el período han construido una experiencia homogénea en la cual el sujeto universal es un varón militante (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 21). Sin embargo, diferentes investigaciones dan cuenta que no existió un único modo de vivir la represión y las experiencias fueron encarnadas por diferentes cuerpos e identidades. Tampoco fueron castigados todos los cuerpos por igual, existió una represión diferencial (RICO, 2008b; ALONSO, 2016; SAPRIZA, 2009) entre hombres y mujeres<sup>5</sup>, no solo en relación a las torturas físicas -incluidos abusos y violaciones sexuales-, sino al particular doble castigo al que eran sometidas las mujeres por subversivas políticas y subversivas del mandato de ocupación del espacio doméstico (RUIZ y SANSEVIERO, 2012).

Si bien hubo torturas aplicada sin distinción de sexo (incluso muchas mujeres embarazadas fueron torturadas y perdieron sus embarazos por esta razón), diferentes investigaciones dan cuenta de que existió desde el comienzo de la represión un modo de castigo particular hacia los cuerpos de las mujeres (RICO, 2008b): torturas específicas como la exhibición de la desnudez, el manoseo, el daño a sus genitales, el abuso y la violación: “Lo que hace la diferencia, no es el método, sino el diferente impacto sobre la anatomía femenina, sobre su afectividad, y los propios condicionamientos culturales que conformaban subjetividades diametralmente opuestas” (RICO, 2008b, p. 266).

---

<sup>3</sup>Fueron presos y presas que habían estado en condición de “rehenato” en la última dictadura. Luego de haber sido detenidos las Fuerzas Represivas los mantuvieron durante años rotando por diferentes sitios de detención de manera clandestina. Todos integrantes del Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros (MLN-T), fueron 9 rehenes y 11 rehenas, aunque de ellas la historia oficial poco recuerde (RUIZ y SANSEVIERO, 2012).

<sup>4</sup>Si bien esta es la fecha en la que se reconoce la duración del período de gobierno militar, sin embargo las actuaciones ilegítimas del Estado y el recrudecimiento de la violencia por su parte comienza en 1968.

<sup>5</sup>Trabajaré sobre las experiencias y relatos de mujeres porque es el foco de mi investigación, sin embargo esto no significa que no existieron experiencias y represión diferenciadas hacia otros cuerpos e identidades no hegemónicas.

La dictadura uruguaya, así como cada una de las dictaduras latinoamericanas, tuvieron un método de tortura particular. En Uruguay, la tortura y especialmente la prisión prolongada, fueron los métodos preferenciales (RICO, 2008b). La tortura fue castigo hacia los cuerpos de las personas detenidas, pero destinada hacia toda la sociedad: se usaba para que las personas detenidas hablen y para que la sociedad calle (RICO, 2008b).

Desde el comienzo de la represión, a fines de los sesenta, el miedo y el terror fueron tiñendo las calles, las casas, los espacios educativos, las relaciones familiares. Esta construcción sedimentada a lo largo de años no desapareció en 1985 con el retorno a la democracia. Existen una serie de procesos históricos que han impulsado la consolidación de diferentes silencios; temas, momentos, experiencias sobre las que -por diferentes razones- no se puede hablar. Jimena Alonso y Mariana Risso (2015) realizan un minucioso recorrido en relación a los diversos procesos de organizaciones y movimientos, las tensiones en el ámbito político partidario y las leyes que luego de comenzada la democracia fueron relevantes para mantener el silencio y la impunidad. Las autoras, además, plantean que a partir de 1996 -con la primera Marcha del Silencio el 20 de mayo- comienza otro momento: “Este tiempo de silencio, se rompió en 1996, cuando la imponente manifestación realizada por la principal avenida de la capital –el 20 de mayo de ese año–, demostró que la dictadura cívico militar y sus consecuencias eran un tema sin cerrar para la sociedad uruguaya” (ALONSO y RISSO, 2015, p. 5). A partir de entonces surgen diferentes instancias con el objetivo de contar qué había pasado<sup>6</sup>, siendo protagonistas quienes fueran detenidas, torturadas, encarceladas, así como familiares. Cabe destacar que si bien Uruguay se distinguió por utilizar la prisión prolongada como método de tortura preferencial, siendo este el método más masivo, las ex presas y presos “estuvieron entre los últimos en organizarse y plantear sus demandas” (ALONSO y RISSO, 2015, p. 6).

Retomando esta mirada, propongo pensar que existió un encadenamiento de silencios sobre las experiencias represivas de las mujeres durante el período de dictadura, y que se mantiene a lo largo del tiempo. Pienso en una cadena en un doble sentido, por un lado, algo que sujeta y ata, limita y restringe la posibilidad de transmitir cómo fue vivida la represión por las mujeres. Por el otro, recupero la idea de los eslabones que se ligan entre sí para mantener una continuidad: algo que se transmite de generación en generación, a lo largo del tiempo. Me pregunto, al mismo tiempo, si es que no han habido relatos en los cuales las mujeres cuenten sus experiencias. Sobre esto, trabajaré en la segunda parte del texto.

---

<sup>6</sup>Nombran el nacimiento de la organización HIJOS (1996), el Encuentro de ex presas políticas (1997), la fundación de CRY SOL (1999).

## CADENAS DE SILENCIOS O EL PRIVILEGIO DE HABLAR

*“El contrato original constituye, a la vez, la libertad y la dominación. La libertad de los varones y la sujeción de las mujeres se crea a través del contrato original. (...) La libertad civil no es universal. La libertad civil es un atributo masculino y depende del derecho patriarcal”*  
(Carole Pateman, *El contrato sexual*)

Para pensar en la metáfora del encadenamiento de silencios fue útil el concepto de cuerpo de emisarios (Montealegre y Peirano, 2013) no como categoría a usar, puesto que las autoras hacen especial hincapié en analizar la prisión política como método de tortura que moldea y alecciona a presos y presas pero también a sus familias y en este diálogo entre el adentro y el afuera del recinto, reprime y alecciona a la sociedad toda; sino como inspiración en la metáfora de los diapasones: para pensar cómo los cuerpos y las experiencias portan mensajes y los transmiten a otras y otros a lo largo del tiempo, de generación en generación<sup>7</sup>.

Creo que es posible identificar distintos momentos durante la dictadura cívico militar y durante la democracia posterior y actual, como hitos que si se piensan conectados y en diálogo dan cuenta de una construcción de silencios sobre las experiencias de represión de las mujeres sistemática y sostenida en el tiempo. Daré cuenta de algunos:

Las Rehenas (1): 11 mujeres y nueve hombres, integrantes del Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros (MLN-T) que estuvieron en condición de rehenato. Estaban detenidas cuando comenzaron a ser mantenidas en cautiverio con particulares modos de tortura, trasladadas arbitrariamente a diferentes lugares de detención y de manera clandestina. Las primeras fueron las mujeres, desde junio de 1973 fueron rehenas Alba Antúnez, María Elena Curbelo, Raquel Dupont, Yessie Macchi, Flavia Schilling, Gracia Dri, Cristina Cabrera y Estela Sánchez. En 1974, se sumaron Miriam Montero y Lía Maciel. En 1975, por último, Elisa Michelini. A partir de septiembre de 1973 comenzó el rehenato de los primeros varones. Ellas fueron liberadas en 1976, y el último de ellos fue liberado en abril de 1984 (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 23).

La “ronda” -así llaman las rehenas a su condición-, comenzó en un momento en el que el régimen militar había hecho público que consideraban derrotado al MLN-T. Era un escalón de pedagogía terrorista, a través de unos pocos daba el mensaje para el resto:

las rondas interrumpieron el ciclo de la arbitrariedad represiva ya conocida: persecución-detención-tortura-prisión. (...) La ronda dirá que estar en prisión puede

<sup>7</sup>Para profundizar sobre este tema se puede revisar el trabajo de SERSOC. (1995). *Represión y olvido. Efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Montevideo: Roca Viva.

ser también un tiempo infinito de tormento, y esa presencia ominosa convertirá a las cárceles políticas uruguayas en salas de espera de un posible nuevo tiempo de torturas (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, pp. 25-26)

Después del rehenato, las presas fueron llevadas a Punta de Rieles con las demás detenidas. Sobrada literatura habla sobre los rehenes<sup>8</sup>, algunos de ellos además fueron figuras públicas nacionalmente conocidas<sup>9</sup>, sobre las rehenas casi no se conoce, incluso actualmente.

Las detenidas de Treinta y Tres (2): la dictadura atravesó todo el territorio nacional, el 18 de abril de 1975 detuvieron a 38 adolescentes de modo ilegal en Treinta y Tres: la mayoría eran mujeres y 25 eran menores de edad. Fueron llevados al Cuartel del Batallón N°10 de Infantería del Ejército en Treinta y Tres<sup>10</sup>, permanecieron ilegalmente detenidos y también sufrieron torturas. Llama la atención la gran cantidad de menores de edad detenidas pero además, la conducta que se estaba castigando:

El miércoles 30 de abril de 1975, apareció en los diarios uruguayos un comunicado del Comando General del Ejército, en donde se decía que había sido descubierta la actividad ilegal de estos jóvenes integrantes de UJC. Allí se hacía referencia a un campamento en el que, según decía el comunicado oficial, vivieron en total promiscuidad, los intercambios de parejas fueron moneda corriente y algunas jóvenes realizaron competencias de índole sexual. Para la moral provinciana de la sociedad uruguaya de la época, aquellas denuncias calaron hondo (MONTEVIDEO PORTAL, 2015).<sup>11</sup>

Asimismo, asombran las consecuencias: las niñas y adolescentes fueron acusadas de portar enfermedades venéreas, por lo que fueron perseguidas moralmente. Tampoco fue habitual -dentro de las irregularidades conocidas- el modo en que fueron liberadas: desde el cuartel fueron trasladadas a Montevideo, internadas en un hogar, y a sus madres y padres les quitaron la patria potestad<sup>12</sup>. “Los represores ya no se detuvieron ante las diferencias de sexo; transgrediendo los valores de “caballerosidad” -a los que se hacía referencia en el Informe parlamentario de 1970-. Las mujeres – las aún muy jóvenes – fueron visualizadas como enemigos potenciales, a la par de los varones” (RICO, 2008b).

<sup>8</sup>Uno de los ejemplos es que en 2018 se estrenó “La noche de 12 años”, una película coproducida con Argentina, de difusión internacional, que narra la experiencia de rehenato de Eleuterio Fernández Huidobro, José Mujica y Mauricio Rosencof. Allí se menciona solamente a los rehenes.

<sup>9</sup>Los protagonistas de “La noche de 12 años” fueron Ministro, Presidente de la República y periodista, respectivamente.

<sup>10</sup>Para más información consultar: Almada, Mauricio (2015) “Crónica de una infamia. El comunicado más vil de la dictadura”. Ed. Fin de Siglo

<sup>11</sup>Extracto del libro “Crónica de una infamia. El comunicado más vil de la dictadura”. Extraído de Montevideo Portal, 2015.

<sup>12</sup>Consultar entrevista a Liliana Pertuy, una de las víctimas: “Liliana Pertuy: “Que las nuevas generaciones puedan saber que hubo resistencia” (VERRUA, 2017)

La conferencia de prensa de 1985 (3): al finalizar la dictadura uruguaya (1973-1985) y con la liberación de presos y presas políticas comenzaron a emerger diferentes miradas y versiones sobre lo vivido durante el período militar. La investigación de Jimena Alonso y Carla Larrobla (2014) recupera la conferencia de prensa realizada en 1985 por dirigentes políticos: se realizó el día que fueron liberados los últimos presos políticos de la dictadura con el fin de contar lo que pasó. No había ninguna mujer en esa mesa, lo que produjo un gran enojo entre las ex presas. En 2018, en la presentación de un libro sobre la fuga de mujeres<sup>13</sup> Sonia Mosquera, docente y ex presa política, manifestó al respecto: “nosotras también teníamos cosas para decir, nadie armó una Conferencia (para nosotras). Tampoco a los compañeros se les ocurrió invitarnos, preguntarnos” (VERRUA, 2019). En el mismo evento y desde el público otra ex presa manifestó que no solo nadie las había invitado a ser parte de la Conferencia, sino que tampoco era importante su presencia; ella estaba con otras dos compañeras y, como no las dejaban entrar, se metieron escondidas debajo de un telar. Finalizó: “Los protagonistas eran los hombres” (VERRUA, 2019). “La conferencia de prensa de los rehenes presentados como ‘los últimos liberados’ otorgó a un grupo con un sexo, rostros, nombres y biografías la representación simbólica de un universo social compuesto por muchos miles de personas víctimas directas de la represión y el terrorismo de Estado” (RUIZ y SANSEVIERO, 2012, p. 21).

La dificultad de saber cuántas mujeres fueron detenidas (4): la *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985)* (Rico, 2008a) detalla que al revisar fuentes oficiales disponibles, los investigadores encontraron notorios errores, contradicciones, repeticiones y duplicados en números, identidad y detenciones registradas.

Fue posible construir una lista de personas detenidas que -es preciso aclarar- puede seguir incorporando nuevos casos. El listado general de presos y presas políticas que se pudo lograr contabiliza 5.925 personas, incluyendo detenidos sin fecha de aprehensión y/o liberación<sup>14</sup>. Cabe destacar que es un listado incompleto por posibles errores en los datos y porque el proceso de acceso a archivos militares continúa aún en la actualidad, por lo que no puede considerarse este como un número definitivo. El acceso a la cantidad de personas detenidas antes y durante la dictadura militar ha sido dificultoso, asimismo existe particular ausencia de datos exactos sobre la cantidad de presas políticas: “podemos determinar que cerca de novecientas mujeres fueron detenidas y procesadas durante el período militar” (ALONSO, 2016, p. 53).

<sup>13</sup>“38 Estrellas” de Josefina Licitra (2018).

<sup>14</sup>Rico, A., 2008b, p.66

Existen otros momentos que pueden incorporarse a estos hitos en los cuales podemos distinguir la represión diferenciada hacia las mujeres así como el silenciamiento o desconocimiento de sus experiencias. En ese sentido, el necesario énfasis que se viene haciendo en insistir que las experiencias masculinas de la represión durante la dictadura fueron unas, entre otros tipos de vivencias que es necesario investigar, caracterizar y divulgar. ¿Cuáles son las experiencias que circulan públicamente? ¿Cuáles quedan en el terreno de lo desconocido, muchas veces de lo privado?

Diferentes autoras que han trabajado sobre la relación entre lo público y lo privado<sup>15</sup> coinciden en que la diferencia tajante, con distancia jerárquica entre uno y otro ámbito, es una construcción histórica sostenida en el tiempo, en la cual los hombres son los habilitados o con posibilidad de formar parte del espacio público, aquel de mayor relevancia y poder en la organización social de la vida. En esta división, no solo existió un desplazamiento histórico de las mujeres al sector privado sino que además aquello que allí acontece, lo que es “la vida de las mujeres”, tradicionalmente no tiene relevancia pública. Tal como plantea Fraser (1993), qué es o no es relevante públicamente no es algo que esté dado de antemano sino que forma parte de disputas sociales permanentes.

Reflexionando sobre la cadena de silencios respecto a las experiencias de las mujeres durante la última dictadura militar uruguaya, es posible identificar el orden militar autoritario como constructor y expansor del miedo y del terror con el consecuente disciplinamiento social. Sin embargo, recuperando los hitos sobre los que he trabajado se identifica también que en los espacios de militancia de izquierda ocurre una desvalorización de la voz y experiencia de las mujeres. En un orden social patriarcal que antecede históricamente el proceso dictatorial, no resulta llamativo que la experiencia de las mujeres quede ausente y desplazada de los ámbitos públicos, acorralada en los espacios privados o íntimos y que sean social y masivamente desconocidas aunque compartidas con otras mujeres.

## DE ABUELAS, HIJAS Y NIETAS: “TODAS TENEMOS ALGO QUE DECIR”

*“Y supimos de silencios que dejaron heridas  
y que solo comenzaron a sanar cuando pudimos romperlos”*

*Azuleme (seudónimo)  
Memoria para armar III (2003, p.72)*

<sup>15</sup>Me refiero a: Pateman, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona, España, Ed. Anthropos, 1995; Pateman, Carole. “Críticas feministas a la dicotomía público privado”. En Castells, C., (Coord.) *Perspectivas feministas en teoría política*, pp. 31-52. Barcelona, España, Paidós Ibérica, 1996; Fraser, Nancy. “Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente”. *Debate Feminista*, 7, pp. 23-58. 1993.

Algunas leyendas cuentan que el tejer es un saber que se transmite de generación en generación entre las mujeres de las familias. Y que en el aprendizaje técnico de cómo anudar los hilos de manera tal de crear adornos y prendas las más viejas también enseñan palabras, historias, y afectos. Así, se puede pensar que existe cierta conexión entre los saberes del tejido, esa tarea de unir hilos con paciencia y dedicación, y las palabras y relatos que unidos pueden construir una trama. La metáfora de la urdimbre como delgados hilos que solos podrían pasar desapercibido pero juntos adquieren visibilidad y fuerza, entiendo que puede ser útil para pensar la construcción de relatos de las mujeres en torno a lo que vivieron durante el terrorismo de Estado. Así cómo es posible identificar una cadena de silencios en relación con lo que las mujeres tienen para decir respecto a lo que vivieron en el período militar, existieron instancias en las cuales se contó públicamente qué pasó.

Es posible identificar múltiples resistencias organizadas de mujeres: de diferentes maneras, a lo largo del tiempo, desde el período represivo hasta la actualidad. Dentro y fuera de la cárcel, militantes de alguna organización política o no, de izquierda o no necesariamente, creyentes o ateas. Así como se pueden identificar mojonos que se encadenan históricamente y construyen un pacto de silencio, también es posible identificar las diferentes instancias de resistencia y de esfuerzos por contar lo que vivieron en la dictadura. La transmisión generacional se dio también en cultivar las estrategias de supervivencia, en contar y contarse: una herencia transmitida de madres a hijas, de abuelas a nietas y entre pares, entre compañeras. Así cómo es posible identificar el proceso de transmisión encadenada y expansiva de silencios, también han existido experiencias y saberes legados de unas a otras generacionalmente: en el proceso de crianza y de vida compartida, se legaron, como con el tejido, modos y estrategias para recolectar los múltiples relatos, anudarlos y construir una nueva trama. Heredar de unas a otros modos de cuidado, consejos, y estrategias: un linaje que existe y da fuerzas (SOSA GONZALEZ, 2019).

Compartiré algunos hitos que entiendo dan cuenta de cómo las mujeres vivieron la represión de manera diferenciada, organizaron resistencia desde sus lugares -a veces inesperados-, y realizaron diferentes esfuerzos colectivos por comunicar públicamente sus experiencias.

La vida en la cárcel (1): el proceso de detención y permanencia carcelaria forzó a las presas a compartir solamente entre mujeres. Muchas reconocieron que esta experiencia fue novedosa y les permitió conversar sobre sí mismas y compartir miradas como nunca antes. Salvo el espacio para castigo, las celdas eran colectivas y no estaban organizadas por pertenencia política, convivían y rotaban según las decisiones de militares y carceleras. En numerosos testimonios relataron que estas

decisiones arbitrarias formaban parte del castigo y que buscaban crear enemistad y tensiones entre ellas:

La coordinadora viene con un papel. Dicta quince números en voz alta. Todo el barracón detiene sus labores y escucha. Por supuesto, dos de las recién llegadas estamos en la lista. Solo dos, de las cuatro que quedaron aquí. ¿Casualidad? No. Práctica rigurosa de crear diferencias que permitan desarrollar situaciones de división. Demasiado reiterado para tomarnos de sorpresa (CONDENANZA, 2000, p. 37).

Estos esfuerzos no necesariamente se tradujeron en divisiones en el interior de los Penales. Las ex presas del Penal de Paso de los Toros relataron “de las rejas para adentro todas éramos una”, y las de Punta de Rieles “allí todas debíamos ser una”<sup>16</sup>, al compartir diferentes estrategias de sostén colectivo, redes de solidaridad y contención afectiva que desarrollaron en este proceso.

Estar en Punta de Rieles implicó labores obligatorias y cumplimiento de mandatos de conducta. María Condenanza en *La Espera* (2000) relata que eran obligadas a trabajar la tierra y a cocinar. El trabajo en cocina era cansador y arduo, los turnos eran de 15 días y el trabajo iba desde el amanecer hasta el anochecer. Al finalizar el turno de dos semanas todas habían bajado de peso, sus cuerpos quedaban agotados y maltrechos después de arduas jornadas. También eran extenuantes los trabajos de la tierra, se trabajaba sin hablar, sin mirar a otras, removiendo tierra reseca. Las dejaban al límite de sus fuerzas. La sanción era una amenaza permanente, el calabozo era el castigo. Sin embargo, ante cada avance sobre sus libertades aparecían resistencias. Si una era enviada a aislamiento, sus compañeras le hacían llegar bolsas de higiene, ropa interior, toalla. Quienes estaban en el turno de cocina intentaban mejorar la calidad de la comida para el resto: escondían regalos entre los fideos, intentaban aumentar las porciones para cada una (CONDENANZA, 2000).

Persistentemente las carceleras intentaban evitar el diálogo, insistentemente las presas inventaban modos: “en este piso hay tres sectores pero ellos no quieren que exista comunicación entre nosotras. Entonces está prohibido mirar siquiera a una compañera de otro sector. Tenés que darte vuelta” (CONDENANZA, 2000, p. 36), su saludo, entonces, era tocarse el pelo. Impedir que se crearan o mantuvieran lazos entre las detenidas era parte de deshumanizar y castigar:

Nos pasa que, al cabo de un tiempo, nuestra cucheta se convierte en nuestra cama y las compañeras son, con todo lo que cada una trae consigo, parte de nuestra vida. Por eso las llevan así. Nos mutilan (...) El enemigo lo sabe. Por eso intenta siempre destruirlo o envilecerlo. Periódicamente cambia una parte de cada sector. (...) Estudia las combinaciones, conoce los efectos y prueba el bloqueo, apuesta a la división y al desgarrar (CONDENANZA, 2000, p. 69)

<sup>16</sup>Declaraciones de Inés Manuela Castro y Ana María Lavecchia ex presas del Penal Paso de los Toros; y de Anahit Aharonian ex presa de Punta de Rieles en el marco del Seminario Terrorismo de Estado y Género. 20/03/2018. Museo de la Memoria, Montevideo.

Buscaban generar tensiones de diferentes modos, entre las viejas y las recién llegadas, entre las de un partido y una organización, asignando arbitrariamente algún privilegio o algún castigo: “Lo que pasa es peor que otras veces. Se han llevado a todas las compañeras no comunistas. No salió del sector ninguna compañera comunista. Corte de cirujano. Es un golpe más duro que el habitual” (CONDENANZA, 2000, p. 70).

Hubo presas que estuvieron detenidas con sus hijas e hijos. Las cárceles políticas especiales eran dependencias militares habilitadas en corto plazo para presas políticas y sus hijos nacidos en cautiverio, entre 1972 y 1974. Se cuentan entre ellas la enfermería del Regimiento de Caballería N°1 Blandengues de Artigas (“Blandengues”) y una parte del edificio del Instituto Militar de Estudios Superiores (IMES) -que comenzó a funcionar en 1973. En el libro *Maternidad en prisión política. Uruguay 1979-1980* (JORGE, 2010), algunas de ellas comparten sus testimonios. Relatan la complejidad de ejercer la maternidad en cautiverio y bajo condiciones de hacinamiento, las dificultades por la escasa comida y por el contagio de enfermedades. Asimismo cuentan que organizaron estrategias de maternaje colectivo: higiene del baño y de los insumos, alimentos -sobre todo fruta que era lo que recibían de sus familias-, ropa, amamantamiento de otros bebés cuando el propio salía afuera, y formas de cuidados para salvaguardar algunos bienes colectivos de las permanentes requisas. Ponían en común todo lo que recibían y luego dividían, para que la que no recibía o era sancionada accediera a lo mismo que las demás. Organizaban obras de teatro, leían y hacían juguetes para sus hijas. Asimismo relatan los esfuerzos por acompañarse, organizarse y cuidarse aunque hubiera diferencias. Estaban al tanto de las condiciones adversas de este modo de crianza (mala alimentación, falta de espacio y de luz), pero primaba el hecho de que sus niñas estuvieran los primeros años de desarrollo con ellas, durante el mayor tiempo posible. En 1974 las separaron de sus hijas y fue un momento de profundo dolor e incertidumbre.

Durante el proceso carcelario las ex presas relataron que compartieron y dialogaron como nunca antes, comenzaron a pensarse a sí mismas de otro modo:

No tenía palabras para contestarle, dejaba a mis hijos y a un hombre que quería pero estaba en juego algo que avergonzaba decir: yo, mujer de 28 años, madre, separada, había empezado a sentir que nunca antes había decidido en la vida personal más que por los modelos que de antemano se me habían construido por ser mujer. Era como el espejo de Alicia en el País de las Maravillas, el túnel iba muy hondo y comenzaba a ver que esas cosas, mías, personales, tenían algo que ver con las otras mujeres, con una historia innostrada que confinaba nuestras angustias a una celda más pequeña que la que en ese momento habitaba (CELIBERTI y GARRIDO, 1988, pp. 53-54).

El artículo *La cárcel ¿una experiencia feminista?*<sup>17</sup> publicado en 1986 en la revista Cotidiano Mujer es de los primeros textos que reflexionan sobre la experiencia del encierro para las mujeres. A un año del fin de la dictadura lanzó una pregunta inquietante en un contexto en el cual feminismo no era un concepto acuñado por las presas para sí mismas ni para sus procesos. Así como Lilián Celiberti (1988) compartió una intuición a partir de su vivencia: comenzó a darse cuenta que algunas de sus angustias como ser mujer eran compartidas con las demás, pero esto era parte de la “historia innombrada”; el texto de 1986 señalaba que durante el proceso carcelario cuando se propuso explícitamente hablar de sus experiencias de ser mujeres la respuesta fue un tajante no. Sin embargo, compartieron otras actividades y modos que hicieron de la vida carcelaria una experiencia menos hostil, incidiendo a partir de ahí en sus formas de ser y de hacer:

El panorama no era rosado (...) una característica femenina, surgida de las condiciones en que vivimos desde tiempos inmemorables, vino a convertirse en fuente vital de un comportamiento voluntario. De nuestra experiencia social más antigua nacía a raudales el don de la solidaridad esencial, de la afectividad: cantamos para nuestros niños cuando los gritos de odio y amenaza quisieron tapar nuestro diálogo. Hicimos teatro, mímica y baile cuando se nos quiso inmovilizar toda expresión humana. Abrazamos a las compañeras cuando se quiso hacer sentir la soledad como un peso de plomo para cada una (...) levantamos nosotras la protección que no tuvimos que aprender: la del afecto que hace frente a todo, la de la solidaridad (TRIAS, 1986, p. 7).

Las publicaciones de Memoria para armar (2): a partir del Encuentrazo de ex presas políticas en 1997<sup>18</sup> surgieron múltiples grupos y proyectos con diversos objetivos que funcionan, en algunos casos, hasta la actualidad. De manera irregular, más o menos numerosos, con diferentes constancias, es posible identificar diversos equipos de trabajo, con la intención de contar y difundir su historia como ex presas. Surgió la idea de crear grupos de trabajo según temas de interés: testimonios, vivencias, género y familia, cronología, salud y cine. A partir de allí, realizaron una convocatoria abierta a otras mujeres bajo la consigna: “Recuérdalo tú, recuérdalo a otros. Te invitamos a contar porque a ti también te pasó”. De esos grupos temáticos, los tres primeros trabajaron en forma de talleres, publicaron relatos y narrativas de esas experiencias. En eso consistió el proyecto ‘Memoria para armar’, en el marco del cual se publicaron tres libros: *Memoria para armar I* (2001), seguido de *Memoria para armar II: ¿Quién se portó mal?* (2002) y *Memoria para armar III* (2003).<sup>19</sup>

<sup>17</sup>Está firmado con las iniciales “I.T.”, recupero la identidad de la autora Ivonne Trías de Di Giorgi, Ana Laura, 2018.

<sup>18</sup>Primer encuentro masivo de ex presas políticas. Se realizó en Arteatro, la invitación fue de boca en boca bajo la consigna “Porque fuimos y somos parte de la historia”. Participaron cerca de 300 mujeres, se realizaron otros Encuentrazos desde entonces (Alonso y Risso, 2015; Verrua, 2020).

<sup>19</sup>Se puede ampliar sobre este trabajo en Sapriza, Graciela (2009) *Memoria para Armar. La construcción de un archivo. Relatos de mujeres sobre la dictadura en Uruguay* en III Encuentro Regional de Archivos y Derechos Humanos “El archivo y el testimonio” (p. 16-21)-

La colección *Memoria para Armar* incluye una serie de publicaciones de textos, fundamentalmente narrativos de no ficción, en los cuales las mujeres relatan experiencias de represión durante la dictadura militar uruguaya.

*Memoria para Armar Uno* (2001) reúne 238 escritos, la inmensa mayoría de los textos publicados son testimonios o experiencias autobiográficas, se destacan la pluralidad y diversidad de voces, relatos, miradas, temporalidades y espacios que forman parte del libro. Es relevante mencionar que esto es resultado de la intencionalidad de la convocatoria: “Te invitamos a contar porque a ti también te pasó (...) Todas tenemos algo que decir, cada dato que aportemos es una mirada personal a esa dictadura que no quisimos” (SAPRIZA, et. all, 2001, p. 283). Invitaron a otras mujeres a contar cómo había sido su experiencia durante la dictadura desde la cárcel, desde los barrios o localidades del interior, como familiares de presas y presos, como exiliadas o familiares de quienes se exiliaron. La propuesta a participar partió de una mirada que sostiene que toda la sociedad se vio transformada por la represión y el golpe cívico militar, y que la multiplicidad de miradas enriquece la memoria social.

La dictadura nos dejó a todos heridas que debemos descubrir, nombrar y mostrar para que cicatricen definitivamente. (...) todas las vivencias tienen hermosura y grandeza y ayudarán a las `nacientes memorias` a elaborar una historia más justa y a aprender algo más acerca de nuestra condición humana (SAPRIZA, et. all, 2001, p. 283).

Así hay diversos relatos de mujeres compartiendo su experiencia cuando niñas: visitando o buscando a familiares presas, detenidas con su padre, exiliadas, criada por su abuela y con su madre desaparecida. De madres que buscaron a sus hijos o hijas presas o desaparecidas, que se exiliaron sin poder llevarse a sus hijas, que enfrentaron a represores pidiendo el cuerpo de su hija, o quienes compartieron crianzas de otras niñas en la cárcel. Los textos recorren diferentes años y etapas de la represión, se encuentran relatos previos a la dictadura así como entrada la democracia.

En la diversidad de experiencias también aparecen miradas compartidas, el mandato femenino sobre el espacio privado como el ámbito por excelencia de las mujeres y la militancia como “una cosa de hombres” es una de ellas. La cotidianeidad en la cárcel, la organización de las tareas y los ingresos de afuera (comida, artículos de higiene) y las múltiples formas de solidaridad y resistencia creadas entre mujeres en la cárcel y entre familiares de personas detenidas afuera, también aparecen en muchos textos.

La segunda publicación, *Memoria para Armar Dos. ¿Quién se porto mal?* (2002), también fue resultado de la convocatoria abierta del Taller Género y Memoria ex-Presas Políticas pero apuntó a la publicación de relatos que narraran cómo vivieron la represión diferentes generaciones: hijas, hijos, nietas y nietos, madres, vecinos, amigos y amigas de quienes fueron detenidos/as, torturados/as, desaparecidos/as. Los 44 textos, en su mayoría testimoniales o autobiográficos, son relatos de familiares que vivenciaron detenciones o visitaron a sus padres detenidos<sup>20</sup>, de familias que se fueron al exilio o buscaron (buscan) a un familiar desaparecido. Abundan los escritos en los que aparecen las miradas de niños y niñas, cómo impactó la dictadura en sus vidas, cómo se sintieron entonces, cómo fue después. Asimismo, algunos son cartas dedicadas a hijos e hijas a quienes les cuentan qué les pasó o de hijas a sus madres, dan explicaciones y en algunos casos piden perdón. En otros, son diálogos de tres generaciones en las que aparecen las narradoras, sus madres e hijas.

Resulta relevante esta segunda publicación ya que se destacan la diversidad de experiencias vitales en las que se vivió la dictadura. Hay narraciones de las vivencias más crudas del período: las detenciones, torturas, la vida en la cárcel; sin embargo, a partir de la intencionalidad específica buscada en esta segunda publicación la mayoría de los textos dan cuenta de la magnitud de la represión y la violencia de manera transversal, en todos los ámbitos sociales y para todas las edades. En la escuela, para niñas, niños y adolescentes pero también para las maestras. En la casa, el temor de adultas, niñas y niños que fueron allanadas, pero también el miedo de las madres y abuelas que hicieron el esfuerzo para vivir y criar 'normalmente' en medio del terror. En la calle, en el trabajo y la vida sindical, también en el exilio, obligadas a construir una nueva vida sin dejar de luchar denunciando lo que sucedía en Uruguay.

Nuestras vidas han sido marcadas de esta manera y que no podemos, no debemos aflojar, que nuestra lucha sigue siempre en algún frente: en la militancia, en el trabajo dando ejemplo de capacidad y compañerismo, en el hogar, frente a los hijos, ayudándolos, tratando de resarcirlos con amor, comprendiendo sus problemas (en la gran mayoría de nuestros hijos han quedado grandes cicatrices), consecuencia de toda esa época de abandono, de terror, cárcel, huida, exilio (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 205).

Quisiera resaltar algunos rasgos sobre el rol de las mujeres que aparecen en los textos de este tomo. Hay numerosos relatos en los cuales se reconoce y valora el rol de las madres de quienes fueron detenidas o desaparecidas, politizadas o no, militantes o no, pero acompañando y siendo incondicionales. La transformación de una madre estricta y ajena a la política en activa militante; las abuelas devenidas en madres para criar a sus nietas y nietos porque sus hijas estaban presas; madres,

<sup>20</sup>De la totalidad de textos solo en un caso es el padre quien lleva a su hija a ver a la madre detenida.

en algunos casos muy ancianas, que viajaron durante largos años a visitar a sus hijos e hijas detenidas, con gran esfuerzo para armar `el paquete´ con ropa e implementos de higiene, sometidas a violentos cacheos y no pocas veces impedidas de ver a sus seres queridos porque estaban castigados o en calabozo; son algunos de los ejemplos que aparecen. En estos textos, así como en el tomo uno, es posible encontrar algunos rasgos sobre los mandatos del ser mujer, confinadas al hogar y con el acceso restringido o prohibido a la vida pública: “A Mamá<sup>21</sup> no le permitieron estudiar. Es más: ni siquiera hizo primero y segundo en una escuela, sino que los salvó con una señorita que iba a enseñarle a su casa, `para que no estuviera en los peligros de la calle´” (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 173).

También se distingue la represión según el género: “El tratamiento para con las mujeres fue distinto, a los hombres los mataban, a las mujeres las sometían a todo tipo de vejámenes, el poder patriarcal se manifestaba en su estado más puro” (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 108).

En este sentido, es relevante destacar el relato “Para Ustedes” (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 31) de Gianella Peroni dedicado a sus hijos, en el cual cuenta lo que vivió al ser detenida. En este, como en muchos otros, especifica la tortura y malos tratos que recibió durante la reclusión, lo excepcional en su caso es nombrar que también fue violada; vejamen a lo que otras también fueron sometidas, pero es poco frecuente que sea narrado en primera persona.

En el tomo dos vuelve a aparecer lo repetidamente nombrado en el uno, la importancia de las compañeras en la vida en la cárcel, la resistencia mediante risas, cantos, las redes de solidaridad tejidas y el sostén mientras estuvieron presas; pero también lo importante que fueron para su vida a partir de ahí:

las compañeras son algo sin igual, solidarias, cariñosas y tan queridas, allí había algo que a veces no encontrás afuera, esa comprensión, ese saber que están en el momento que las necesitás, por eso cuando me fui ¡cómo las extrañé! Me pareció todo tan distinto sin ellas. ¡Te encontrás con un mundo tan hostil afuera! (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 135)

Se nombran también en este tomo, las redes de solidaridad que existían afuera de la cárcel: “Los que quedamos afuera construíamos puentes y caminos hacia ellos.” (SAPRIZA, et. all, 2002, p. 155). Se distingue, sin embargo, la existencia de relatos de la represión en el interior del país, los allanamientos y detenciones así como el esfuerzo de las familias por encontrar o visitar a las detenidas/os en la ciudad.

---

<sup>21</sup>Mayúsculas en original

Finalmente, *Memoria para armar III* (2003) se publicó a propósito de los 30 años del golpe de Estado. A diferencia de los anteriores no solo se publican testimonios, también escriben cuatro académicas. Este es el único de los tres libros que incluye imágenes entre los textos.

Los relatos publicados recorren desde diferentes miradas y generaciones las experiencias de represión de mujeres, tal como en los tomos anteriores. Es quizás, el ejemplar más diverso, porque contiene experiencias similares a las ya mencionadas en los tomos anteriores pero profundiza sobre algunos aspectos y menciona otros, no nombrados en las publicaciones anteriores.

Se menciona el incilio, como experiencia diferente a la cárcel y el exilio pero poco nombrado. Eran quienes quedaban “aparentemente libres” pero viviendo un contexto de terror, miedo, inseguridad: “desde el golpe nuestras casas se fueron convirtiendo en centros de protesta” (SAPRIZA, et. all, 2003, p. 187), en alusión a la música que escuchaban, cómo intercambiaban libros o los relatos sobre las experiencias represivas que compartían a niñas, niños y adolescentes. “El canto popular fue una luz de vida y de esperanza en medio del horror y de la muerte, por la capacidad de convocatoria, la combatividad, la creatividad, la protesta, el entusiasmo, el humor y la alegría” (SAPRIZA, et. all, 2003, p. 197).

Otros relatos cuentan cómo el terror se colaba en espacios culturales, de trabajo, en el vecindario pero aparecen también memorias sobre algunas de las primeras conquistas en el espacio público: la Marcha de la Sonrisa, un 27 de junio por Av. 18 de Julio con la consigna de ir a sonreír entre todos. La primera marcha permitida, el 1º de mayo de 1983, podían ir en silencio y solo se permitían banderas uruguayas. Un río de libertad, en 1984, y el retorno de niñas, niños y adolescentes del exilio.

Quisiera mencionar especialmente el texto “Mujeres que espantan demonios” de Graciela Sapriza (SAPRIZA, et. all, 2003, p. 9), que destaca la participación organizada de las mujeres en dictadura, politizando los espacios privados y constituyéndose en protagonistas de esta etapa: propone pensar que el movimiento de mujeres se constituye en un movimiento revolucionario en este período.

La denuncia colectiva de mujeres por crímenes sexuales (3): No fue sino hasta 2006 que hubo las primeras condenas por delitos de lesa humanidad en Uruguay, sin embargo, años después se seguía debatiendo si los delitos de la última dictadura debían prescribir o considerarse de lesa humanidad, y por ende imprescriptibles (ALONSO y RISSO, 2015). Los debates fueron a nivel social y político y también internacionalmente: se interpelaba a Uruguay para que respetara sus acuerdos internacionales y -yendo a contrapelo de la Ley de Caducidad nacional- y planteara la imprescriptibilidad de los crímenes del terrorismo de Estado.

En 2010, mujeres que habían sido detenidas comenzaron a organizarse con el objetivo de denunciar los crímenes sexuales a los que habían sido sometidas. Trabajaron con el acompañamiento de una asistente social y psicóloga. El 28 de octubre de 2011, 28 ex presas políticas realizaron la primera denuncia grupal y realizada exclusivamente por mujeres de crímenes sexuales inflingidos por las Fuerzas Armadas durante el terrorismo de Estado (GONZALEZ CABANO, 2015, p. 7).

Resulta relevante destacar que en este contexto, surgió una original iniciativa que involucró a diferentes organizaciones y personas vinculadas en defensa de los derechos humanos. Bajo la consigna “Yo me hago cargo” se organizó una “Acción ciudadana de denuncia masiva de delitos de lesa humanidad”, la cual fue difundida y convocada mediante correos electrónicos, redes sociales y un blog<sup>22</sup>. La propuesta era novedosa en muchos aspectos: invitaba a denunciar masiva y simultáneamente en las oficinas de justicia y comisarías barriales; proponía que pudieran denunciar familiares o testigos, no solo víctimas directas; no involucraba directamente a partidos políticos. Esta modalidad logró que se presentaran 180 casos de violación a los Derechos Humanos que no habían sido presentados hasta entonces.

Si bien muchas de las denuncias fueron desestimadas o continúan recorriendo el largo camino judicial, recupero la mirada de Alonso y Risso sobre la relevancia del proceso: “Las acciones de denuncia de octubre 2011 expresaron niveles de malestar de las víctimas que no solo refieren a la carencia o insuficiencia de políticas de justicia y reparación, si no que visibilizan críticas a la hegemonía discursiva en el campo de las reivindicaciones políticas y sociales de los Derechos Humanos” (ALONSO y RISSO, 2015, p. 12).

Audiovisuales que recuperan las experiencias de represión de ex presas políticas (4): quisiera destacar producciones audiovisuales en las que las ex presas han participado activamente en su diseño y en los que recogen relatos sobre lo que vivieron durante el terrorismo de Estado. *Memoria de Mujeres* (2005) fue ideado por ex presas y dirigido por Virginia Martínez<sup>23</sup>. Las imágenes del comienzo son del Encuentrazo del 2004<sup>24</sup>, se ve la celebración y la alegría. Son relatos en primera persona de ex presas políticas de Punta de Rieles en los cuales narran algunas experiencias represivas pero sobre todo destacan la resistencia y lo aprendido juntas en ese contexto: “entre las que estuvimos presas juntas hay algo que no se da con nadie más”. “Las mujeres estuvimos en grupo, y eso nos facilitó la contención”.

<sup>22</sup>Blog de las Jornadas ciudadanas de denuncia de delitos de lesa humanidad: <http://denunciaportodos.blogspot.com>

<sup>23</sup>Se encuentra disponible en Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=-VPU6EUaZOo>

<sup>24</sup>Luego del primer Encuentrazo en 1997 se realizaron otros encuentros de características similares años siguientes (VERRUA, 2020).

Por otra parte, el proyecto interdisciplinario *Sujetas Sujetadas*<sup>25</sup>, llevado adelante actualmente por diferentes servicios de la Udelar, en el que participan docentes y estudiantes en trabajo con ex presas políticas “busca revisitarse la experiencia y la memoria de las mujeres ex presas políticas en relación con las reivindicaciones feministas actuales, articulando las tareas de enseñanza, extensión e investigación”. Como parte de las tareas han realizado audiovisuales breves en los cuales las ex presas comparten algo de su experiencia y sus reflexiones. Sobre estos spots que difunden por redes sociales sostienen que “Liberar la palabra permite a las mujeres ser sujetas de la historia, en un acto individual y colectivo. Las ex presas políticas nos narran sus experiencias de dolor, lucha y resistencia. Nos convocan a tomar la palabra y acompañar la lucha para que esta historia no se repita. Ampliemos las voces”. Hay, al momento 15 audiovisuales publicados, en los que diferentes mujeres se expresan sobre lo que vivieron. Recupero un fragmento de uno de los spots: “liberar la palabra no es solo poder hablar de algo que está adentro, es poder hablar y sentir que la otra persona te va a ayudar y luchar para que eso no vuelva a pasar”<sup>26</sup>.

Web Memoria para armar<sup>27</sup> (5): finalmente, quería recuperar este espacio virtual, lanzado en 2017, en el cual se ordenan y difunden para libre descarga los tres tomos de Memoria para Armar (agotados ya en su edición de papel) y otros libros vinculados a la memoria sobre el pasado reciente. Así como los libros que llevan el mismo nombre, este proyecto se impulsa desde los talleres de género de las ex presas políticas pero involucra palabras y testimonios de muchas otras mujeres. De esta propuesta me interesa destacar dos rasgos que me parecen relevantes, por una parte la intención explícita de las ex presas políticas de involucrar las voces de otras que vivieron la represión y resistieron desde sus diferentes lugares, una convocatoria que busca incluir las miradas de muchas intentando ordenar y publicar sin jerarquizar, va a contrapelo de los modos hegemónicos de contar la historia. Por otra, el deseo de contribuir al tejido de la memoria para legar experiencias, aprendizajes y resistencias, y para que no vuelva a pasar lo que pasó. Para que las otras sepamos que la historia no arranca con nosotras sino que nos inscribimos en linajes, heredamos aquello que otras se esforzaron por dejarnos: en susurros, en papeles, en imágenes, en voces. De boca en boca, en documentos, en publicaciones. Así lo hicieron saber en la presentación de Memoria para armar I:

Este no es un libro más, aquí pensamientos y sentimientos de muchas mujeres se conjugan para recomponer el pasado, para reafirmar con orgullo o con modestia, que tenemos que dejar para las generaciones venideras las vivencias de aquellos años dolorosos, y valientes, ejemplo y protección en el futuro. Estamos convencidas que este libro, en el que hemos puesto nuestro amor y nuestra confianza, también será

<sup>25</sup>El sitio del proyecto es <https://sujetassujetadas.fic.edu.uy/>

<sup>26</sup>“Liberar la palabra” de Ivonne Klingler.

<sup>27</sup>El sitio es <https://memoriaparaarmar.uy/>

leído así, así se releera, se regalará, se prestará, **EN UNA SIEMBRA SIN FIN.** (SAPRIZA, et. all, 2021)<sup>28</sup>

A lo largo del texto, intenté dar cuenta de la represión diferencial que sufrieron las mujeres durante el terrorismo de Estado. Las ex presas fueron violentadas por ser militantes de izquierda y también por ser mujeres, otras vivieron el terror expandido hacia todos los intersticios de muchas maneras: las madres buscando a sus hijos que no aparecían, las abuelas haciéndose cargo de nietos y nietas porque sus progenitores estaban clandestinos, las maestras recibiendo órdenes y sanciones por desobedecer, familias enteras ordenando la economía doméstica para armar los paquetes<sup>29</sup> y hacer las visitas al penal, y muchas, muchas más. Asimismo, señalé cómo existió un gran silencio sobre lo acontecido durante un largo período luego de comenzada la democracia pero que los relatos hegemónicos sobre lo ocurrido durante el período de dictadura tienen un solo sujeto como protagonista universal: varones militantes de izquierda. Si bien durante la dictadura y a partir de 1985 existieron diferentes esfuerzos por contar y compartir las experiencias de represión, a partir de 1996 se multiplican las organizaciones y las acciones para visibilizar lo que pasó y las luchas por Verdad, Memoria, Justicia y Nunca Más. Sin embargo, intenté también presentar por qué entiendo que sigue existiendo un encadenamiento de silencios sobre las experiencias de mujeres y otras identidades no hegemónicas: no son consideradas como parte de la historia digna de ser contada. ¿Quiénes deciden cuáles son las experiencias válidas para ser compartidas y circulan en el espacio público? Es una construcción histórica y, como tal, está en permanente disputa (Fraser, 1993); sin embargo, patriarcado mediante, sabemos que los varones blancos nos llevan varios años de ventaja (PATEMAN, 1995; 1996).

Existieron otras experiencias que vivieron la represión, de otros modos, en otros lugares. El terror fue social y masivo, tuvo muchos rostros, diversas voces, habitó cada vínculo, cada familia, cada espacio social, cultural, partidario. Ocurrió en Montevideo y en cada población del territorio uruguayo. Como susurros de una a otra, primero, pero siendo cada vez más, contándose más, abrazándose y cuidándose, tendiendo redes así como se tendieron las resistencias durante el tiempo oscuro; así, las mujeres crearon una voz ancha que alberga múltiples relatos de las experiencias represivas. Con encuentros, brindis y lágrimas se contaron lo que les pasó y se animaron a gritarlo públicamente: en libros, en videos, en entrevistas, en cartas, en denuncias. Porque precisaron crear

<sup>28</sup>Mayúsculas y destacado en original.

<sup>29</sup>Así se le decía al conjunto de objetos, ropa, comida, artículos de higiene, que familiares llevaban a los penales para dejar a las presas y presos.

una historia en la que ellas tuvieran lugar, un mundo que las alojara material y simbólicamente, y supieron que eso no se podía pedir prestado. Había que amarse, primero, y armarse después: de palabras, de poesía, de deseos y dejar el lugar asignado -el privado- para conseguir el lugar deseado. Luchar con susurros, palabras y gritos por el lugar propio. Luchar, y enseñar a las que vienen, que no están solas y que hay lugar para todas.

## REFERENCIAS

ALONSO, Jimena. “La prisión masiva y prolongada en perspectiva de género. Mujeres presas durante la dictadura uruguaya (1973-1985)”. En Montealegre Alegría, N. (Coord.), Sapriza Torres, G., y Folle Chavannes, M. A.(Comp.) **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay..** Montevideo, Uruguay, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2016, pp 53-74.

ALONSO, Jimena y LARROBLA, Carla. “Memorias femeninas en el uruguay pos-dictadura”, **Aletheia**, octubre 2014, Volumen 5, nro 9. Disponible en: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.6417/pr.6417.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6417/pr.6417.pdf)

ALONSO, Jimena y RISSO, Mariana, “‘Una acción contra el silencio’ Nuevas formas de denuncia de delitos de lesa humanidad en Uruguay. Una reflexión a partir de octubre de 2011”, **Contenciosa**, segundo semestre 2015, Año III, nro.5. Disponible en: [https://www.fhuce.edu.uy/images/Ciencias\\_Historicas/Historia\\_Americana/cv/Una\\_accin\\_contra\\_el\\_silencio.pdf](https://www.fhuce.edu.uy/images/Ciencias_Historicas/Historia_Americana/cv/Una_accin_contra_el_silencio.pdf)

CELIBERTI, Lilián y GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda**. 1988. Disponible en: [https://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/pub\\_celda.pdf](https://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/pub_celda.pdf)

CONDENANZA, María. **La Espera**. North Nakota, Estados Unidos, Frand Forks, 2000, p. 37.

DI GIORGI, A. L. **Democracia en el país, en la casa y en la cama. El feminismo de izquierda en el Uruguay de los ochenta**. Tesis de doctorado. Universidad General Sarmiento, Buenos Aires, 2018.

FRASER, Nancy. “Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente”. **Debate Feminista**, 7, pp 23-58. 1993. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/i40097550>

GONZÁLEZ CABANO, Victoria. **Violencia sexual en el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)**. Aproximación a la experiencia del colectivo de mujeres que realizó denuncia penal. Trabajo Final de Grado. Facultad de Psicología, Universidad de la República, Montevideo, 2015. Disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7736/1/Gonz%C3%A1lez%20Cabano%20Victoria.pdf>

JORGE, Graciela. (Coord.). **Maternidad en prisión política**. Uruguay 1979-1980. Montevideo, Uruguay, Trilce, 2010.

MARTINEZ, Virginia. **Memoria de Mujeres**. 2005. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=-VPU6EUaZOo>

MONTEVIDEO PORTAL, “Novedad editorial: libro de Mauricio Almada”, Montevideo Portal, 2015-05-18, Disponible en: <https://www.montevideo.com.uy/Tiempo-libre/Novedad-editorial-libro-de-Mauricio-Almada-uc271535>

MONTEALEGRE, Natalia. y PEIRANO, Alondra. “El dispositivo de la prisión política: Resonancias y reproducción del terrorismo de Estado en Uruguay”. **Revista contemporánea**, Historia y problemas del siglo XX. 2013, Año 4, Volumen 4, Disponible en: [http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2015/09/02\\_montealegreypeirano.pdf](http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2015/09/02_montealegreypeirano.pdf)

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Barcelona, España, Ed. Anthropos, 1995.

PATEMAN, Carole. “Críticas feministas a la dicotomía público privado”. En Castells, C., (Coord.) **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona, España, Paidós Ibérica, 1996, pp 31-52.

RICO, Álvaro. **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985). Tomo I**. Montevideo, Uruguay, Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC). Universidad de la República (UDELAR). (2008a). Disponible en: [http://dedicaciontotal.udelar.edu.uy/adjuntos/produccion/666\\_academicas\\_academicaarchivo.pdf](http://dedicaciontotal.udelar.edu.uy/adjuntos/produccion/666_academicas_academicaarchivo.pdf)

116

RICO, Álvaro. **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985). Tomo II**. Montevideo, Uruguay, Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC). Universidad de la República (UDELAR). (2008b). Disponible en : [http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/11/TOMO-2-digital\\_Rico.pdf](http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/11/TOMO-2-digital_Rico.pdf)

RUIZ, Marisa y SANSEVIERO, Rafael. **Las rehenas. Historia oculta de once presas de la dictadura**. Montevideo, Uruguay, Editorial Fin de Siglo, 2012, p. 21.

SAPRIZA, Graciela. “Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973/1985). Violencia/cárcel/exilio.” **DEP. Deportate, esuli, profughe. Revista telematicadi studi sulla memoria femminile**, 11, 2009, pp. 64-80. Disponible en: [https://www.unive.it/media/allegato/dep/n\\_1speciale/05\\_Sapriza.pdf](https://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf)

SOSA GONZÁLEZ, María Noel. “Las hijas de las madres. Linajes feministas más allá, contra y más allá de la orfandad impuesta por la mediación patriarcal”. **LL Journal**, Vol. 14, Núm. 1, Primavera 2019.

SAPRIZA, Graciela. et, all. *Memoria para armar uno. Testimonios coordinados por el Taller de Género y Memoria ex- Presas Políticas*. Uruguay, Editorial Senda, 2001.

SAPRIZA, Graciela. et, all. *Memoria para armar dos ¿Quién se portó mal? Selección de testimonios coordinados por el Taller de Género y Memoria - ex Presas Políticas*. Uruguay, Editorial Senda, 2002.

SAPRIZA, Graciela. et, all. *Memoria para armar tres. Testimonios coordinados por el Taller de Género y Memoria ex- Presas Políticas*. Uruguay, Editorial Senda, 2003.

TRÍAS, Ivonne. “La cárcel ¿una experiencia feminista?”. **Cotidiano Mujer**, 1,5, 1986, marzo, p 7.

VERRUA, Romina. “Liliana Pertuy: Que las nuevas generaciones puedan saber que hubo resistencia”. **Amigos Mume** 2017,08/10 Disponible en: <https://amigosmume.org/uy/liliana-pertuy-que-las-nuevas-generaciones-puedan-saber-que-hubo-resistencia/>

VERRUA, Romina. “Uruguay: 24 marchas y queda tanto silencio” **La Tinta**, 2019. Disponible en: <https://latinta.com.ar/2019/05/uruguay-24-marchas-y-queda-tanto-silencio/>

#### **Páginas web:**

Jornadas ciudadanas de denuncia de delitos de lesa humanidad:  
<http://denunciaportodos.blogspot.com>

Memoria para Armar: <https://memoriaparaarmar.uy/>

Proyecto Sujetas sujetadas: <https://sujetassujetadas.fic.edu.uy/>





Esta obra possui uma Licença

Submissão: 18/01/2023 | Aprovação: 15/04/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11400>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11400>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 119-140



## ¿DÓNDE ESTÁ LA MINERA? MEMORIAS DE PRISIÓN Y LUCHA, DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO

WHERE IS THE MINING?

MEMORIES OF PRISON AND STRUGGLE, FROM A GENDER PERSPECTIVE

Eliana Pissano REPETTO 

Universidad de la República – UDELAR (Uruguay)<sup>1</sup>

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo analizar una sección del testimonio del libro de Domitila Barrios “Si me permiten hablar” en especial el capítulo ¿Dónde está la minera? Una mujer aymara de las minas de Bolivia que relata de forma desgarradora todo lo que vivió junto a su pequeña hija durante los días en prisión, bajo el régimen militar del general René Barrientos luego de ocurrida la masacre de San Juan. El propósito consiste en apreciar cómo a través de la voz y el relato de una mujer, se denuncia la represión y la tortura de la que ella fue víctima siendo además un discurso que se entreteje con la memoria larga indígena. A través de sus palabras intento analizar cómo se conecta y cómo influye en las dolorosas vivencias que narra, su condición de género, su rol de madre y de líder sindical. Es por ello que se acude a la recopilación de fuentes y el análisis del testimonio desde la perspectiva metodológica.

**Palabras-clave:** Memoria. Género. Testimonio. Prisión. Maternidad.

**Abstract:** *This article was written with the objective of analyzing part of the testimony presented in the book “Let Me Speak!”, especially the chapter called “Where is the Miner Woman?”, where Domitila Barrios, an aimara woman from the Bolivian mines, narrates a heartbreaking story about what she lived together with her small daughter during their days imprisoned by the military regime of General René Barrientos, after San Juan Massacre. The aim of this article is to portray how repression and torture are exposed through this woman’s voice. Her discourse interweaves with the natives’ memories, and it can be seen how her gender condition, her role as a mother and a union leader and her painful experiences relate to the natives’ experience. This is the reason why source compilation and testimony analysis are the methodologies chosen for this work.*

**Keywords:** *Memory. Gender. Testimony. Prison. Maternity.*

<sup>1</sup> Universidad de la Republica Uruguay Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación: Montevideo. E-mail: [elianapissanorepetto@gmail.com](mailto:elianapissanorepetto@gmail.com)

## INTRODUCCIÓN

¿Dónde está la minera?, forma parte de una sección del testimonio de Domitila Barrios, una mujer de las minas de Bolivia, nacida en la comunidad de Catavi cercana a la Mina Siglo XX, esposa de un minero, madre de siete hijos, ama de casa, descendiente de indígena. Su vida, desde su infancia, se resume en un sinfín de peripecias que su condición de clase, género y etnia le hacen vivir. Pobreza, discriminación, explotación, negación a la educación, desempeño de tareas domésticas y de cuidados, asignados naturalmente a su rol femenino, son narrados a través de su testimonio titulado: “Si me permiten hablar” (VIEZZER, 2005).

El mismo, surge a partir de su intervención en la Tribuna del año Internacional de la mujer, organizada por las Naciones Unidas en México, en el año 1975. Moema Viezzer, recopila el material obtenido de estas intervenciones, así como también de entrevistas, exposiciones, charlas y diálogos que Domitila mantuvo con obreros, estudiantes universitarios, habitantes de barrios populares, exiliados latinoamericanos, representantes de la prensa, hasta el momento de su convocatoria a la Tribuna.

A partir de 1963, integró el Comité de Amas de Casa, iniciando así una vida sindical efervescente, cargada de represión, por parte de los gobiernos dictatoriales de turno, pero además debiendo enfrentar las burlas y cuestionamientos de sus propios maridos, quiénes ven con recelo su accionar en asuntos sindicales que, hasta el momento, habían sido solo de dominio masculino. Si bien logran romper el silencio, el nombre que le asignan al Comité: “Amas de Casa”, da cuenta del rol atribuido históricamente a las mujeres en las sociedades patriarcales, poniendo en evidencia cómo ese modelo construido socialmente, fue calando hondo en la conformación de su subjetividad, interiorizando roles que también son reflejo de las relaciones de poder ante las que están sometidas desde la interna de su hogar.

Es justamente aquí, en esta sección de su testimonio, donde Domitila narra el momento en el cual fue apresada, durante el gobierno dictatorial de Barrientos, luego de sus dichos y reclamos expresados durante el entierro de cientos de muertos, víctimas de la masacre de San Juan. Allí mismo, responsabiliza al gobierno de esta atrocidad y los desafía a dirigirse a las montañas a enfrentarse con hombres que sí estaban armados, refiriéndose al movimiento guerrillero que estaba activo en ese momento en Bolivia. En sus dichos, los exhorta a avergonzarse por atacar a la clase trabajadora que, aunque desarmada como se encontraba, no temía hacerles frente.

Sus declaraciones, hicieron sospechar al gobierno sobre una posible vinculación del movimiento minero con la guerrilla, por lo que dos días después de ocurrida la masacre llegaron a su

casa para llevarla presa, acusándola de haber asesinado a un teniente en la noche de San Juan, frente a la puerta del sindicato. (VIEZZER, 2005).

## CONTEXTO HISTÓRICO

La masacre de San Juan, tuvo lugar el 23 de junio de 1967, en la comunidad minera de Siglo XX, fecha festiva para el pueblo boliviano, que celebra la llegada de la noche más fría, en medio de fogatas, comidas y bebidas típicas del lugar. Ese fue justamente el momento elegido por el general Barrientos, para atacar a la comunidad minera de Siglo XX, totalmente desprevenida. Fue un ataque brutal y sorpresivo, que demostró el éxito de la estrategia militar y también exacerbó la cobardía de un gobierno que no dudó en terminar con la vida de niños, mujeres, hombres y ancianos. El año 1967, se convirtió así, en un año difícil de olvidar, como lo será también en general, la década del sesenta para toda América Latina, que se vio sacudida por una ola de revoluciones, seguidas por fuertes regímenes militares instalados con el propósito de erradicar al “enemigo interno”, un enemigo que surge en el marco de la Guerra Fría a nivel mundial.

Al respecto, Loris Zanatta, al igual que muchos otros historiadores, plantea que, con la Revolución Cubana, se inició en América Latina un ciclo revolucionario, que se extenderá por 20 años. (ZANATTA, 2012). Los procesos internacionales con gran influencia en el continente, como la Guerra Fría y todo el conflicto ideológico que trajo consigo; los cambios a nivel social generados en la posguerra y en el plano regional, como indica el historiador, el peso del militarismo y el populismo, generaron en esta década: “utopías revolucionarias, pero también violentas contrarrevoluciones” (ZANATTA, 2012, p. 161). El socialismo real, aplicado en Cuba; a nivel económico, la teoría de la dependencia aplicada en todo el continente, fue dando lugar a una toma de consciencia, sobre las contradicciones y también las desigualdades que reproduce el sistema global. Como señala Zanatta: “Revolución devino en palabra clave para la época, reclamada por todos los sectores para legitimar el propio pensamiento y la propia acción, el horizonte hacia el cual parecía deber dirigirse la región entera” (ZANATTA, 2012).

Revolución, que, para el caso particular de Bolivia, tuvo lugar en el año 1952, liderada por el partido: Movimiento Nacionalista Revolucionario la cual contó con “(...) una participación central de los mineros en lo que respecta al triunfo popular contra la oligarquía dominante” (CAJIAS, 1992). Cabe preguntarse, entonces cómo es posible un golpe militar de esta índole, en medio de un proceso revolucionario que había tenido su comienzo en 1951, Miguel Azurduy explica al respecto que:

Lo que ocurrió el 4 de noviembre en el Palacio Quemado, no fue la expulsión de un partido revolucionario, sino el entierro de un partido que en su momento provocó el clamor popular. Con el Golpe de Estado se traslada el poder político de la derecha civil a manos de la derecha militar, se entabla abiertamente la lucha de clases entre aquella pequeña burguesía movimentista, incapaz de defender la institucionalidad de clase y los proletarios en proceso de fortalecimiento y formación (AZURDUY, 1985, p. 16).

Para entender su tesis, debemos recordar que, en los últimos años de la revolución, el MNR había adoptado medidas de clara tendencia derechista, y había incluso reprimido a aquellos sectores que lo habían llevado al poder, visto de esta manera, no resulta para nada extraño el desenlace final. Barrientos, cuenta además con un claro apoyo de EEUU, lo que demuestra que el destino de Bolivia, así como también de los países latinoamericanos, no se establece dentro de sus propias fronteras, siendo que además viene condicionado, por procesos externos como la ya mencionada Guerra Fría. Magdalena Cajías señala al respecto, que el MRN se coloca al frente de la revolución, con un proyecto político, que a pesar de su radicalismo tenía una ideología nacionalista, antes que socialista. (CAJÍAS, 1992).

Orientación ésta, que demuestra la existencia de diferentes posiciones acerca del carácter y alcance que deberían tomar las medidas planteadas. Estas diferencias, se irán acrecentando y significarán la pérdida de los sectores de apoyo más importantes, llegando así al segundo período presidencial del MRN con la fractura del movimiento minero y el deterioro de las relaciones de éste con el gobierno. Ruptura, que se explica, en parte, por la aplicación de la “Estabilización monetaria”, que trae consigo grandes prejuicios al sector obrero. (CAJÍAS, 1992). Se abre así, un período de intensas luchas sociales, entre 1960 y 1964, concentradas sobre todo en la comunidad minera de Siglo XX, que como señala la autora, se había convertido en una trinchera de posiciones radicales de izquierda, iniciando movimientos huelguísticos, que recibían el apoyo de la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia. Dichos movimientos, sostiene Cajías, se radicalizaron aún más cuando el gobierno encabezado por Paz Estenssoro, adopta el llamado Plan Triangular, que tenía el apoyo financiero del BID y de los gobiernos de EEUU y Alemania. Este plan, traía consigo duras medidas, por ejemplo, el descongelamiento de la pulpería barata, fuerte disciplina laboral, disminución de mano de obra, disminución del poder obrero y de sus sindicatos, lo que llevó a que las protestas se radicalizaran terminando -hacia el fin del gobierno de Estenssoro- todos los sindicatos mineros desvinculados del MRN. La revolución Nacional que se inició en 1952 llega a su fin el 4 de noviembre de 1964. (CAJÍAS, 1992).

En los primeros meses de asunción de Paz Estenssoro como presidente, comenzaron a gestarse los primeros conflictos sociales, entre los que se destacan las huelgas de maestros, las movilizaciones de profesores y estudiantes, que fueron fuertemente reprimidas. También se vuelve cada vez más radical, la represión contra centros mineros muy combativos como lo son Siglo XX, Huanani y Catavi, donde se denuncian apariciones de focos guerrilleros. Azurduy, destaca fechas relevantes como el 29 de octubre de 1964, donde se gesta una gran oposición al gobierno, en el marco de la Marcha de la Libertad, organizado por el Comité de la Defensa de las Libertades Democráticas, estudiantes universitarios, obreros, campesinos desfilan por las calles e incendian el Ministerio de Salubridad, generándose un enfrentamiento con la policía que termina con un estudiante muerto y varios manifestantes heridos. El 2 y 3 de noviembre fechas previas al golpe, el ejército asalta una emisora de radio “El Condor”, un local sindical ferroviario, varias casas de líderes sindicales y se gesta un enfrentamiento con mineros. (AZURDUY, 1985).

El 4 de noviembre de 1964 dentro del mismo seno del MRN, tiene lugar el golpe Militar de René Barrientos Otuño, y digo dentro del mismo seno del partido, ya que éste había sido electo el 6 de agosto de 1964 con la fórmula presidencial: Paz Estenssoro- Barrientos.

El golpe ya era un hecho, lo que seguía ahora era la institucionalización de esa dictadura, que como sostiene Azurduy, comienza con el apresamiento del máximo dirigente de la Central Obrera Boliviana, tras lo cual la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia, decretó una huelga general. Huelga, a la cual hace referencia en su testimonio Domitila. Una huelga que llevo a la calle a los trabajadores, pero que tuvo un desenlace muy cruel a mano de los militares que reprimieron sin piedad, llevando el horror por varios centros mineros. Domitila, fue testigo de tales atrocidades y se encargó de detallar cuidadosamente en las páginas de su testimonio, el horror, el miedo y la crueldad de militares que no dudaron en utilizar toda su fuerza contra poblaciones totalmente indefensas.

## “EL TESTIMONIO DE LOS SIN VOZ”<sup>2</sup>.

### MEMORIA Y GÉNERO

Como mencioné anteriormente ¿Dónde está la minera?, forma parte del testimonio de Domitila Barrios, entrando así dentro de la categoría que utiliza Jelin: “El testimonio de los sin voz”

---

<sup>2</sup> El subtítulo de este apartado fue extraído de la siguiente obra: JELIN, E. Los trabajos de la Memoria. 2da ed. España: Siglo veintiuno, 2002. 146 p. Disponible en: <http://www.centroprodh.org.mx/impunidadayerhoy/DiplomadoJT2015/Mod2/Los%20trabajos%20de%20la%20memoria%20Elizabeth%20Jelin.pdf>

para designar tanto al testimonio de Domitila, así como también el de Rigoberta Menchú. En palabras de la autora:

Se trata de textos elaborados a partir de una colaboración entre alguien que va a testimoniar -y que tiende a ser representante de alguna categoría social desposeída (o del Tercer Mundo)- y un/a mediador/a privilegiado/a, generalmente de otro mundo cultural. El objetivo, desde “buena conciencia” del/la mediador/a, es mostrar al mundo algo que estaba oculto, hacer visible lo invisible y silenciado por el poder, al mismo tiempo que servir como medio para concientizar y tomar conciencia de las condiciones de explotación. (JELIN, 2002, p. 89).

Jelin, destaca un aspecto central que comparten ambos testimonios, tanto el de Domitila como el de Rigoberta, que consiste en la forma que ambas utilizan para contar su historia. Si bien ambas relatan desde la primera persona del singular, ese “yo” se identifica, con un colectivo que representan y que vuelven visible a lo largo de sus páginas. Como sostiene la autora, parece existir en ambos testimonios un sujeto plural, que excluye al lector, lo vuelve ajeno a la experiencia de un pueblo que habla.

En el caso del testimonio de Domitila, se puede ver claramente cuando expresa:

La historia que voy a relatar, no quiero en ningún momento que la interpreten solamente como un problema personal. Porque pienso que mi vida está relacionada con mi pueblo (...) Por eso digo que no quiero hacer nomás una historia personal. Quiero hablar de mi pueblo. Quiero dejar testimonio de toda la experiencia que hemos adquirido a través de tantos años de lucha en Bolivia, y aportar un granito de arena con la esperanza de que nuestra experiencia sirva de alguna manera para la generación nueva, para la gente nueva (VIEZZER, 2005, p. 9).

Continuando con el planteo de Jelin, aquí entrarían en juego dos cuestiones centrales, la primera tiene que ver con la verdad histórica, ya que se puede sobre entender que en la medida que se identifican con un sujeto plural y se centran en narrar las experiencias de su pueblo, pueden contar sucesos que no hayan vivido personalmente. Este aspecto, resulta más visible en el testimonio de Rigoberta y no así en el caso de Domitila, donde lo narrado se expresa como experiencia personal de la protagonista. (JELIN, 2002).

Sin embargo, de no ser así, la autora destaca igualmente, la relevancia de interpretar los textos partiendo siempre del contexto en el que fue elaborado, así como también el contexto en el cual será recibido y los aspectos políticos que engloba lo que se narra. En segundo lugar, sostiene Jelin, los textos en primera persona deben ser leídos en plural como expresión de experiencias, lo cual vuelve nula la distinción, en cuanto a relevancia, entre aquellos que vivieron o presenciaron los acontecimientos y aquellos que no lo hicieron. (JELIN, 2002).

El hecho de que sea una intelectual, en el caso de Domitila Barrios, Moema Viezzer, quién ayude a poner en palabras y organizar lo que quiere narrar la protagonista, en definitiva, para ampliar la repercusión de este testimonio, muestra como señala Jelin, que el diálogo forma parte esencial del testimonio, reflejando su necesidad para poner en palabras lo vivido. También, ayuda a comprender la diferencia que existe entre la autobiografía individualizada y el testimonio, que encarna un “yo” en plural, que da cuenta de la existencia, las peripecias y la lucha social y política llevada adelante por el pueblo minero. Por otro lado, la autora sostiene, que, si bien hay una complicidad con el lector, no es un texto que invite a la identificación con quién habla, en la medida que relata condiciones muy particulares de vida y de lucha. En este sentido, Jelin identifica que lo dicho y lo no dicho, los silencios, las fracturas de ese relato se vuelven “necesarios” para marcar la alteridad con el lector. (JELIN, 2002).

Por un lado, está la mediadora, Moema Viezzer que le da voz al subalterno y por otro lado está Domitila, que carga con el sufrimiento de un pueblo explotado, quién recrea escenarios de lucha, resistencia, masacres, prisión para dar cuenta de la opresión. Volvemos así nuevamente, al hecho de que esa voz, no es solo la voz de Domitila, sino que da cuenta de un contexto social y de una manera de entender el mundo que es propia del momento histórico que vive, pero también de su condición de clase, etnia y género a la que pertenece. Como sostiene Jelin, la memoria se construye socialmente. Para explicarlo, la autora recurre a Halbwachs, quién refiere a la noción de marco o cuadro social, (JELIN, 2002) que, en el caso de Domitila, se hallaría en la pertenencia al pueblo minero oprimido, y a la necesidad de un mundo diferente, basándose para ello en la necesidad de un cambio de sistema, y por ende a la conformación de una sociedad socialista que reconozca sus derechos como pueblo.

La visión de Domitila es la visión de un pueblo oprimido, no debemos olvidar que ella jugó un rol muy relevante como líder sindical, de un Comité al cual decidieron llamarle Amas de Casa, integrado únicamente por mujeres, que llevó a cabo una función muy relevante en cuanto a la liberación de algunos de sus esposos y líderes sindicales de su pueblo, que habían sido apresados durante el gobierno de Barrientos. Su visión, lejos está de ser la oficial. Esto, en última instancia nos demuestra que no se debe necesariamente ser un intelectual para formar una visión de la realidad en la que se vive: “Todos somos capaces de reflexionar sobre nuestras propias condiciones de existencia, sobre nuestras necesidades. Ahora bien, no todos empleamos los mismos recursos, porque cada uno se vale de aquellos con los que ha sido formado y que le permiten ofrecer una respuesta propia” (GRAMSCI, 2004, p. 37).

Ella entendió que su deber -luego de crear consciencia- era hablarle al pueblo boliviano y lo hizo; Moema Viezzer le ofreció la oportunidad de hablar y contar su historia y la de su pueblo. Su testimonio logró “romper” con una tradición colonial, en la medida que ofreció la posibilidad de hablar a un “otro” que ha sido largamente silenciado. En este sentido, no es que el subalterno “no pueda hablar”, como sugiere la famosa frase de Gayatri Spivak, habla mucho (la oralidad es a menudo una de sus características), lo que ocurre, sin embargo, es que lo que tiene que decir no posee autoridad cultural o epistemológica en parte precisamente porque está circunscrito a la oralidad. (BEVERLEY y ACHÚGAR, 1992)

De allí la relevancia que adquiere el testimonio, confiriéndole importancia a la cultura oral, manteniendo las formas y expresiones del protagonista, que se caracteriza por poseer un nivel primario de alfabetización que explicaría el léxico coloquial que caracteriza al mismo. Como sostienen los autores: ‘El testimonio privilegia las técnicas de la narrativa oral en contra de procesos de modernización cultural que han hecho de la palabra escrita y la literatura culta el patrón cultural de lo nacional’. (BEVERLEY y ACHÚGAR, 1992, p. 10)

126 Resulta interesante al respecto, el planteo de los autores Mariluz Dominguez y Luis Oquendo, quienes se encargan de analizar en su testimonio, el uso de los pronombres en las tramas discursivas ya que, a su entender, a través de ellos se pueden evidenciar las relaciones de poder por parte de quien escribe, su pertenencia a un grupo, su distanciamiento con otros, etc. En este sentido, Domitila ya en el prólogo habla en primera persona del singular, identificándose con una clase social particular: el pueblo minero, la clase trabajadora. Sin embargo, los autores señalan, que Domitila en ningún momento de su testimonio, se identifica en su condición de mujer como ser autónomo. (DOMINGUEZ y OQUENDO, 2002)

Sin embargo, el hecho de no identificarse claramente como mujer, no quiere decir que no considere las diferencias de género en la que se encuentra inmersa, en la medida que siempre habla desde el espacio doméstico. Al respecto, resulta esclarecedora la tesis de Echenique quien sostiene que:

Al privilegiar el espacio doméstico como sitio desde el cual enuncia su narración, Barrios se ubica en un lugar estratégico en el que se interceptan variables de clase y de género. (...) su discurso consigue articular su visión de la opresión de la clase minera boliviana y la de la condición de mujer de clase trabajadora, denunciando de esa manera no solo la violencia ejercida sobre la comunidad, sino también la violencia a que están sometidas las mujeres de clase trabajadora en una cultura patriarcal machista. (ECHENIQUE, 2004, p. 275).

La autora, de esa forma, analiza el testimonio de Domitila, viendo como cuenta su historia desde el espacio de su casa humilde, precaria, y ajena y cómo ésta se convierte así en un símbolo de

la opresión de quiénes viven dentro: la mujer y los hijos, frente a la figura del hombre, jefe del hogar. Al mismo tiempo, representa una metáfora para referirse a otros espacios opresivos ya que es, además, una casa diferente a la casa hegemónica, que reivindica los valores de la modernidad burguesa, en la medida que esta casa, en lugar de servir como espacio de protección y confort para la mujer, es un espacio de carencia, de oscuridad, un espacio reducido, húmedo y frío, pero sobre todo un espacio que no les es propio, en tanto les pertenece a los dueños de las minas. Es una casa que le recuerda su diferencia de clase, y que mucho menos le genera espacio para hablar de un “nosotras mujeres”. Paradójicamente ese es el espacio que socialmente le han asignado, su condición de ama de casa se hará presente a lo largo de su historia. (ECHENIQUE, 2004).

Al igual que la casa fría, oscura y ajena, la mina se presenta también, sostiene la autora, como otro símbolo de opresión en la medida que le pertenece a una burguesía que explota estos recursos y al trabajador. Pero a su vez, esa subordinación crece y está presente a nivel Estatal, cuando las propias casas de los mineros se convierten en cárceles, por la presencia de soldados del gobierno que reprimen su lucha, y los masacran. Las cárceles también se convierten en casas, al contar con la presencia de líderes sindicales como Domitila junto a su hija. La tortura sufrida en la cárcel, que desarrollaré en las páginas que siguen, es la que obliga a Domitila a abortar a su bebé, de esta forma: “La imagen del niño desalojado del vientre de la madre sintetiza el horror de la violencia social al que ya nos acerca la narradora a través de la descripción de desalojos, allanamientos e invasiones del espacio privado de la casa”. (ECHENIQUE, 2004, p 281)

Una vez más, podemos ver que son todas estas categorías de clase, etnia y género las que conforman el testimonio de Domitila, y es precisamente en esta última categoría, la de género sobre la cual he decidido centrar el análisis de su relato.

A diferencia de lo ocurrido en el Cono Sur, para el caso de Bolivia, no podemos hablar de una dictadura, sino de un período de sucesivos gobiernos militares que van desde 1964 hasta 1982 con solo tres interrupciones de gobiernos civiles, con características bien diferentes, encarnando cada uno de ellos, distintos proyectos políticos y sociales. (ZAVALA, R. 2015, p. 382). Más allá de las diferencias que presenta Bolivia, se pueden distinguir aspectos que comparten con los procesos dictatoriales del Cono Sur, entre los cuales se destaca el apoyo recibido por EEUU a estos regímenes, así como también el adoctrinamiento que recibieron los militares en el marco de la Doctrina de la Seguridad Nacional, la dura represión, prisión, tortura, desaparición de aquellos que se enfrentaron al régimen, pero principalmente comparten, la impunidad que al día de hoy, salvo muy pocas excepciones, siguen gozando los responsables de las violaciones a los Derechos Humanos.

En las páginas que siguen, me detendré en la memoria de Domitila, quién relata su recuerdo desde el momento que fue apresada, por el gobierno de Barrientos, tomando para ello cuatro ejes temáticos: en primer lugar, el momento de la prisión, tortura y resistencia, en segundo lugar: la maternidad durante la prisión y, en tercer lugar: su rol como militante y líder sindical en ese contexto, cada una de las temáticas será analizada tomando como eje transversal, la categoría de análisis: género.

## MEMORIAS DE PRISIÓN Y TORTURA

Domitila comienza su relato contando sobre la violenta y abrupta entrada de los militares a su hogar, de forma muy similar a lo que ocurrió durante las dictaduras del cono Sur, los militares entraron a su casa a altas horas de la noche, rompiendo una ventana, revisando todo y acusándola de haber asesinado a un teniente durante la masacre de San Juan, también la llaman “jefa de las mujeres”, “doble sueldo” y “comunista”, la empujan, y maltratan a su hija que despierta por los ruidos

Todo lo que yo tenía de valor: papeles, documentos del Comité, lo juntaron en una sábana. Y a mí me sacaron. Y a mi compañero también lo llevaron, así como estaba sin calzados. Lo amarraron a la camioneta del ejército con las manos atrás. (...) Y subimos a la movilidad. Allí estaban algunos dirigentes de Siglo XX. Hasta ese momento yo no había sentido temor. Cuando llegamos a la salida de Llallagua, allí había un camión caimán lleno de presos ataucados unos a otros, sus caras ensangrentadas. Alumbraron con la linterna para que subiera y vi la sangre chorreando. Pensé que allí mismo los habían fusilado. Y me dije: me van a matar. Pensé en mis hijos huérfanos... Recién sentí mucho miedo. (VIEZZER, 2005, p. 94)

Es claro en el relato de Domitila, el contraste de género del cual hace referencia Jelin, en la medida que los militares, se identifican con la masculinidad expresadas a partir de la agresividad y dominación, la demostración de poder, a partir del uso de las armas y la violencia, dejando en una situación de total vulnerabilidad, sumisión, y pasividad, no solo a Domitila como mujer a quién se le asigna por su condición, todas esas características, sino también al hombre del hogar, jefe de familia, que frente a tal atropello, se ve imposibilitado de actuar. En palabras de Jelin: “La polarización entre lo masculino/femenino, activo/pasivo estaba naturalizada entre los militares. También lo estaba en los grupos guerrilleros y en la sociedad como un todo” (JELIN, 2002, p. 103). Por otro lado, también se puede ver, como a partir de ese momento, el miedo, la incertidumbre, serán los sentimientos que predominarán para todos, pero con mayor intensidad en Domitila, cuyo sufrimiento se verá incrementado por su condición de madre, recayendo en ella todo el peso social de lo que esto significa.

Por otro lado, también se puede ver, otra de las características comúnmente utilizada en los procesos dictatoriales, señalados por Alonso, que consiste en la prisión masiva y prolongada, que, en el caso uruguayo, fue tan característico del régimen. Al respecto, Domitila relata:

Esperamos bastante tiempo en Llallagua, hasta que el caimán se llenó con unos cuarenta o cincuenta detenidos y entonces nos llevaron al cuartel de Miraflores. Nos metieron en un cuarto vacío. Nos dijeron que desde ese momento éramos presos políticos, que estábamos prohibidos de hacer cualquier cosa y que, si intentábamos escapar, nos iban a aplicar la ley de fuga. Y salieron. (VIEZZER, 2005, p. 94)

Su relato, da cuenta, de lo común que resultaba ser, tomar a tanta gente prisionera y trasladarlos tanto a centros destinados a ese fin, así como también a lugares clandestinos sin darles las mínimas garantías. Domitila relata la larga espera que realizaron hasta llegar finalmente a La Paz donde fueron conducidos; momento en el cual fue separada de su marido, pero también da cuenta, del cansancio, la soledad e incluso el hambre de su pequeña hija que iba con ella. A esto, luego se le suma las condiciones del interrogatorio, en el cual hubo gritos, insultos, acusaciones. Como se puede leer en el testimonio de Domitila: “Ayudando a guerrilleros, ¿eh? Ahora vas a ver... Me insultaron horrores. Yo no aguantaba más... tenía miedo. Mi hijita lloraba, y trataba yo de calmarla”. (VIEZZER, 2005, p. 96)

Los recuerdos de Domitila, resultan muy similares a las características que Alonso cita, haciendo referencia al informe final de la Comisión investigadora, donde al igual que lo vivido por Domitila, se destaca el sufrimiento, miedo, malos tratos a mujeres incluso embarazadas y niños. (ALONSO, 2016).

Posteriormente, a Domitila la vuelven a interrogar, le tapan los ojos y la llevan a un edificio del Servicio de Inteligencia, los agentes venían a asustarla a hostigarla, mientras tanto nadie sabía de su paradero. En este sentido, resultan esclarecedoras las palabras de Sapriza:

La masculinidad de los torturadores se afirmaba en su poder absoluto de producir dolor y sufrimiento. La tortura era parte de una ceremonia iniciática en los cuarteles y en las casas clandestinas donde eran llevados los/as prisioneros/as políticos/as. (Durante largos períodos permanecieron desaparecidos para sus familiares -forma efectiva de hacer correr la represión en el cuerpo social-). Allí se despojaba a la persona de todos sus rasgos de identidad. La capucha, la venda en los ojos impedía la visión generando mayor inseguridad. Para los torturadores significaba no ver rostros, castigar cuerpos anónimos, castigar subversivos. (ALONSO, 2016, p. 63)

Por otra parte, como sostiene Rocío Zavala su testimonio: “denuncia discreta pero evidentemente la violencia gubernamental del discurso machista centrado en el cuerpo ‘pecaminoso’ de la mujer” que la autora afirma que se puede evidenciar cuando un militar hijo de un coronel entra

ebrio a la celda de Domitila amenazando con violarla ya que a su entender una mujer tan “revoltosa” como ella solo debía estar buscando eso. (ZAVALA, 2015).

Como sostiene Jelin, el cuerpo femenino se convirtió en un objeto especial para la tortura, en este sentido, resulta desgarrador el relato de Domitila, cuando es conducida por segunda vez a prisión, encontrándose en un estado avanzado de embarazo, la encerraron, vendaron sus ojos, la mantuvieron aislada en una celda fría y húmeda, sin siquiera un colchón donde dormir, después de una brutal paliza que la deja inconsciente, entra en trabajo de parto, dando a luz su bebé ya sin vida. La mantuvieron desnuda, la lavaron con baldes de agua fría y la dejaron allí sin más. Este duro testimonio, no hace más que demostrar lo que Sapriza denomina como la existencia de una “asimetría de poderes de varones y mujeres. Se planteó en crudo la relación entre poder, cuerpo, género femenino e ideología”. (ALONSO, 2016, p. 63). Cabe mencionar que después de vivenciar todo ese sufrimiento, fue ayudada por un sargento quién dijo que antes de interrogarla era necesario ayudarla, dado que en las condiciones en las que se encontraba iba a morir muy pronto. Sin embargo, mientras la estaba ayudando al mismo tiempo le decía: “A qué te atienes, ¿hija? Vos, siendo mujer, estando embarazada, ¿por qué no te callas? ¿Para qué has hecho eso al hijo del coronel? ¿A qué te atienes? Las mujeres, ¿por qué son así de rebeldes?” (VIEZER, M, 2005, p. 121) Al respecto Zavala explica que:

La apelación al silencio como atributo femenino, la convicción de una “esencia femenina” que supone discreción y resignación, aparece en la voz de esta alma caritativa bajo la forma de una garantía de integridad física y psicológica para las mujeres. Este discurso piadoso, paternalista y moralizador de quien auxilia a Domitila, es un llamado al orden patriarcal que salvaría de la violencia a quienes se le someten. “Si me permiten hablar...” es –desde el título, no exento de ironía– una crítica permanente de tal “silencio femenino” por parte de quien –desde su lugar subalterno y explotado– no deja de alzar su voz y, por ende, de cuestionar y de desestabilizar tal esencialismo, y particularmente mediante el relato de la estupefacción de sus opositores. (ZAVALA, 2015, p. 389)

## MATERNIDAD Y RESISTENCIA EN PRISIÓN

A lo largo del relato de Domitila, su rol de madre se encuentra muy presente, su hija menor se encuentra con ella en prisión.

Desde un primer momento, se puede observar la dedicación a sus hijos y como ellos están siempre ocupando un rol central en su vida, condicionándola en todo momento, al punto de generar así un choque entre su condición de ama de casa y por otro lado su rol sindical. Como sostiene Jelin,

las fuerzas armadas, “se imaginaron a sí mismas con la misión de restaurar el orden natural de género”. (JELIN, 2002, pp. 106-107).

En sus misiones, debían recordar permanentemente a las mujeres cuál era su lugar en la sociedad “como guardianas del orden social, cuidando a sus maridos e hijos, asumiendo sus responsabilidades en la armonía y tranquilidad familiar”. (JELIN, 2002, p. 107). Siguiendo este planteo, Domitila se encontraba cometiendo una falta grave, en la medida que no conforme con el lugar que debía ocupar en la sociedad, referido al ámbito privado, al trabajo doméstico y al rol de los cuidados, se ponía al frente de una lucha sindical, para reclamar por sus derechos. Los agentes, a lo largo de su testimonio, la llaman la “jefa de las mujeres”, “la que encabeza a las mujeres”, despreciando así su accionar sindical. Pese a ello, su condición de madre, fue utilizada permanentemente por los militares para sacarle información, se valieron de su preocupación por el afuera, por el estado de sus hijos, que se encontraban solos, sin sus padres, para hacerla tomar decisiones y acciones que los beneficiara.]

No solo debió enfrentar estas extorsiones, sino que además debió soportar los malos tratos hacia su hija de dos años, las malas condiciones de vida en prisión y sobre todo el hecho de que fuera utilizada como botín de guerra, en palabras de Alonso: “se dieron casos extremos como el de utilizar a los niños para la colaboración con los militares” (ALONSO, 2016, p. 67).

Así lo relata Domitila:

En pleno camino a Oruro se embromó la movilidad. Entonces me hicieron bajar y sentar en el suelo. Parapetados con metrallas, pero bien cubiertos con frazadas estaban los soldados, cosa que no se notaban que estaban armados. Y a nosotros nos dijeron: Mucho cuidado. Aquí estamos apuntando contra la niña y su madre. Y si cualquiera intenta hacer algo, pedir socorro o escapar, vamos a disparar, empezando por la niña y luego su madre. (VIEZZER, 2005, p 95)

Las extorsiones a las cuales hice referencia anteriormente, estuvieron centradas en sus hijos, un agente le contó, mientras ella estaba en prisión e incomunicada, que había escuchado que sus hijos habían sido encerrados en un sótano, sin comida, ni agua, su propósito era convencerla de llamar al Consejo del Menor, para que éste los cuidara hasta el momento en que fuera liberada, finalmente le dijo que debía salvar la vida de sus hijos, para hacerlo más convincente. Tomar esa decisión le costaba en gran medida, se encontraba desesperada por creer que sus hijos estaban sufriendo y que su destino estaba en sus manos. Sin embargo, también entraba en juego su posición como líder sindical. Junto a ella, se encontraba presa una mujer brasileña, quién se solidariza con Domitila:

Bueno señora, yo pienso que usted, sabiendo, se ha metido en una camisa de once varas.

Algo de bueno ha debido ver su gente en usted para darle el cargo que tiene, pues. Usted no debe pensar solamente como madre, usted tiene que pensar como dirigente que es lo más importante en este momento, usted no se debe solamente a sus hijos, usted se debe a una causa y esta causa es la causa de sus compañeros, de su pueblo. Eso tiene que pensar.

Entonces yo le dije: Bueno, sí... ¿Pero si matan a mis hijos? ¿Y si mueren? Si mueren, señora, viva usted, pues para vengar la muerte de sus hijos. (VIEZZER, 2005, p. 99)

Domitila se está enfrentando así, a una de las decisiones más difíciles de su vida, debiendo afrontar la incompatibilidad que parecía tener el hecho de ser mujer, madre y líder sindical. Aunque tomo la decisión correcta, ya que sus hijos no corrían ninguno de los riesgos de los que había hablado el agente, apostó por su pueblo. Más allá de haber tomado la decisión correcta, los días que siguieron fueron los más duros de su vida, ya que no conformes con hacerla sufrir con esa mentira, le sumaron insultos y todo tipo de reproches por haber decidido no firmar un papel en blanco que además llevaba el membrete del DIC. (VIEZZER, 2005).

-Ay... gritó una de ellas. Te dije, te dije. Si así son esas herejes, así son esas comunistas... Oiga me decía Mire las fieras, los leones, los animales feroces, con sus vidas defienden a sus cachorros... Oiga salvaje – Y me agarraron de aquí, me jalieron, me pellizaron, ¿no? Qué clase de madre es usted que no quiere defender a sus hijos Ay que barbaridad, qué horror, que asco de mujer... Su marido va a saberlo, le vamos a mandar avisar que usted ha sentenciado a muerte a sus hijos. (VIEZZER, 2005, p. 102)

Claramente los días que siguieron fueron de mucha angustia y dolor, se declaró ella y su hija en huelga de hambre. Esta situación, se mantuvo hasta que Domitila se encontró cerca de la puerta de la cual salían los agentes, se fue hasta la portería donde se encontraba una señora con su bebé y la convenció de que llevara, una nota escrita por ella en una hoja de cigarrillos, en la cual decía que estaba presa, que posiblemente había perdido a sus hijos en un momento de desesperación y que ella lo único que había hecho era denunciar las injusticias contra su pueblo, que estaba presa en las celdas del DIC de La Paz, le pidió que por favor publicara la carta. Luego de insistir varias veces, pidiéndole solidaridad, ya que al igual que ella, la señora también era esposa de un trabajador minero, acepta finalmente y su marido entrega la carta en la universidad, volviéndose pública la noticia de que ella estaba presa al igual que su marido y varios dirigentes más. A partir de entonces, la presión social, comienza a crecer y desencadena la liberación de Domitila. (VIEZZER, 2005).

Este último aspecto, nos introduce en lo que Alonso denomina las “pequeñas resistencias llevadas colectivamente por los hombres y las mujeres que permanecieron detenidos. (...) Lo brutal,

bestial e inhumano de esa vida en el centro de tortura tuvo su contracara: la solidaridad”. (ALONSO, 2016).

En el caso de Domitila, esa solidaridad estuvo presente, en el consuelo que recibió de la brasileña con la que se encontraba compartiendo celda, una vez que se decidió a no firmar el documento en blanco, impulsada por el ánimo y la opinión que ella, momentos antes le había dado, ofreciéndole en todo momento su apoyo, consolando su tristeza por el desgraciado destino que pensaba habían tenido sus hijos. Siempre alentándola a continuar con su causa:

-Ni yo Domitila hubiera hecho lo que tú has hecho. Ni yo... Has pasado la prueba de fuego. Yo me decía: ¿cómo es que un pueblo tan grande se va a equivocar en elegir a sus dirigentes? Y veo que ese pueblo tenía razón en elegirte Domitila. Y lloraba ella también. Las dos lloramos mucho. Y me decía ella que se sentía feliz de estar conmigo en aquel momento y que yo debía vivir para vengar la muerte de mis hijos. (VIEZZER, 2005, p. 102)

Esas muestras de solidaridad, también las recibió al momento de su llegada a la prisión, luego de ser reconocida como Domitila, recibió el apoyo de sus compañeros, quiénes le entregaron alimentos para su hija y palabras de apoyo, que le hicieron sentir que no estaba sola, y al menos así, volvía un poco más llevadero su sufrimiento.

## SER LÍDER SINDICAL Y MUJER EN LOS SESENTA

Como señale en páginas anteriores, Domitila, formó parte del Comité de Amas de Casa, desde allí emprendió su lucha sindical, este comité nace a partir del año 1961 luego de una brutal persecución contra el movimiento obrero de las minas, quiénes reclamaban: aumento salarial, un sistema de salubridad, y sobre todo el congelamiento de los precios del arroz, azúcar, carne y pan, medidas éstas que involucraban directamente a las amas de casa y que según Lagos y Escobar, fue generando su consciencia política. En el marco de estas luchas, muchos de los líderes sindicales de la comunidad minera de siglo XX fueron apresados, lo cual generó una fuerte indignación. (LAGOS y ESCOBAR, 2006)

Las esposas e hijos de los líderes sindicales presos, se dirigieron en múltiples oportunidades a La Paz, con el objetivo de obtener su liberación. Sin embargo, el gobierno del MNR hacía caso omiso a sus reclamos, esto llevó a que las mujeres de Siglo XX, decidieran organizarse con el objetivo de generar más presión. “(...) La mujer tomó la iniciativa de organizarse, como instrumento auxiliar del movimiento sindical, para luchar por las justas reivindicaciones proletarias. Es así que un 21 de junio de 1961 se organizó un comité ad hoc destinado a sentar las bases de lo que posteriormente sería el Comité de Amas de Casa”. (LAGOS y ESCOBAR, 2006, p. 34)

Con muchas dificultades desde sus inicios, el Comité ad hoc, obtuvo finalmente el apoyo sindical de los mineros y organizaron una comisión para ir a La Paz, allí llevaron a cabo una huelga que duró 10 días y pese a que las primeras respuestas del gobierno fue la represión, consiguieron con el apoyo de otras centrales obreras, lograr la liberación de sus compañeros regresando con ellos a Siglo XX. A partir de este suceso, se creará el Comité de Amas de Casa. Siempre fueron esposas de mineros quienes conformaron el comité, ellas conocían bien de cerca la realidad por la que luchaban. (ARDAYA, 1986)

los objetivos que las amas de casa, se plantean en sus inicios son aquellos relativos al mejoramiento de las condiciones de vida de los trabajadores y sus familias y al acompañamiento que debían hacer las mujeres con la lucha que libaban los trabajadores, es decir sus esposos. En ese sentido, empezaron a cumplir una serie de tareas de apoyo político a la lucha que llevaba adelante el sindicato y por otro lado, la tarea reivindicativa en la lucha por la mejora de los bienes de consumo colectivo (pulpería, sanidad, escuela, vivienda, servicios higiénicos, agua potable, etc.) que la empresa minera estatal otorgaba en condiciones deficitarias como salario indirecto a los trabajadores y sus familias. (ARDAYA, 1986, p. 10-11)

Por otro lado, el Comité de amas de casa, ya con el liderazgo de Domitila, se valió de la condición de clase, para explicarles a mujeres que se oponían a él, al sindicato minero, o a sus propios esposos, cómo luchaban por los mismos intereses. Para las mujeres del Comité, éste representaba un instrumento de lucha, que correspondía a su forma de participación en la producción. La opresión que vive la mujer, como sostiene Domínguez y Oquendo, se manifiesta de diferentes formas, una de ellas es la asignación del trabajo doméstico, el cual permite la reproducción de la fuerza de trabajo. El bajo salario del minero, lleva a que la mujer deba realizar más tareas en el hogar y fuera de él para complementar ese bajo salario, lo que, en definitiva, se convierte en más beneficios para el sistema capitalista que mantiene invisible el valor económico de todas estas tareas. De esta manera, el Comité no solo entra en conflicto con la matriz dominante, en tanto reivindica mejoras en los salarios y en las condiciones de los trabajadores, así como también soluciones de vivienda, educación y salud para la comunidad minera y respuestas a problemas como el desabastecimiento de las pulperías, sino que además entra en conflicto con el propio sindicato del cual forma parte, incluso con la comunidad minera de Siglo XX en general, con el resto de las mujeres que no forman parte de él y también con sus propios esposos que no ven con buenos ojos la participación sindical de “sus” mujeres, por considerar que su lugar es en el hogar, desempeñando el trabajo doméstico, pese a que defienden los intereses de todos y que en los momentos más críticos que vivió la comunidad, fue necesaria su activa participación. (DOMÍNGUEZ y OQUENDO, 2002)

Al respecto, Rocío Zavala, al estudiar el testimonio desde las categorías de análisis de género y clase, retoma un pasaje del mismo en el cual Domitila relata como muchas de las compañeras que participan de forma muy esporádica en algunas de las luchas sindicales cuando vuelven a sus casas sus maridos las golpean y les dicen que “ellas eran amas de casa y que no tenían nada que ver con la política y que su obligación era estar en la casa”. (VIEZER, 2005, p. 60)

En palabras de la autora:

La opresión genérica que sale de los episodios narrados, aparece aminorada por la gravedad de la explotación o de la persecución militar o policial, porque ésta en última constituyó en los hechos un peligro inminente de encarcelamiento, exilio o llanamente la muerte. La violencia física de género aparece en repetidas ocasiones en relación a su medio e igualmente por parte de su propio marido. (ZAVALA, 2015, p. 384)

Una vez que sale de prisión y liberan también a su marido, las dificultades siguieron, ya que, debido a sus acciones sindicales, el marido de Domitila queda sin empleo, alegando que la culpable de esa situación era “su mujer”:

—Mira. Te estamos retirando de la empresa por culpa de tu mujer, porque tú eres un cornudo que no sabes amarrarte los pantalones. Ahora vas a aprender a dominar a tu mujer. Primero: tu mujer ha estado presa, y en vez de estar callada, ha vuelto peor: sigue agitando, sigue metiendo cizaña entre la gente. Por eso te estamos retirando de la empresa. No es por vos, es por culpa de tu mujer. Segundo: Mira, ¿Para qué vas a necesitar tú de una mujer política? Anda, pues, bótala por ahí... y yo te voy a devolver tu trabajo. Una mujer así no sirve para nada. Digamos que mañana, con el sacrificio de tu trabajo vas a conseguirte una casita —¿quién no sueña en hacerse una casita?—. Pues te compras una. Pero, como tu mujer es política, pasado mañana el gobierno la va a confiscar. Entonces, tu casita, para nadie la tienes, ni para ti. ¿Por qué eternamente vas a estar arruinado con esa mujer? Ahora que estás retirado, no tienes quien te mantenga. Pues, a ver si escarmienta esa mujer. ¡Es demasiado esa mujer! Ni parece una mujer. (VIEZZER, 2005, p. 110)

Nuevamente aquí se puede ver, el rol asignado a las mujeres en la sociedad y como Domitila rompe con la pasividad característica del género femenino, se insiste en que su marido tenga control sobre ella o que la deje, haciendo referencia a las mujeres como objetos de los que sus maridos pueden deshacerse, cuando lo consideren conveniente. Al mismo tiempo, la sociedad patriarcal está muy arraizada en Bolivia y sobre todo en ese contexto, las mujeres de los mineros, necesitan de sus maridos para poder solventarse económicamente, incluso para poder tener una casa, la cual se las presta la empresa mientras trabaje en la mina, una vez que ya no pueda hacerlo, o que muera a causa de la insalubridad de las propias condiciones de trabajo, tanto la esposa como sus hijos deberán abandonar dicha vivienda.

Por otro lado, también se duda de su condición de mujer, en la medida que como sostiene Jelín, se masculinizaba la figura de las mujeres que optaban por la lucha sindical o incluso la guerrilla.

Siguiendo el planteo de la autora, eran incluso ellas

quienes tenían la culpa de las trasgresiones de sus hijos, también de subvertir el orden jerárquico natural entre hombres y mujeres”. Los militares apoyaron e impusieron un discurso y una ideología basadas en valores familísticos. La familia patriarcal fue más que la metáfora central de los regímenes dictatoriales, también fue literal. (JELIN, 2001, 107)

Si hay algo que se puede apreciar a lo largo del testimonio de Domitila y particularmente a lo largo de esta sección, es el compromiso y la entrega por la causa, su total convencimiento de que una sociedad más justa era posible, sobre todo si se elegía el camino hacia el socialismo. Esta entrega y compromiso, es un rasgo que comparte Domitila con las características que presentan los militantes en general, de la década de los 60, con la diferencia, a mi modo de entender, de que esa entrega, resulta ser la esperanza para mejorar sus condiciones de vida caracterizadas por la extrema pobreza y explotación de la que son objeto. La falta de alimentos para sus hijos, de educación, de vivienda, las malas condiciones de trabajo de sus esposos mineros, las represiones y masacres de las que son víctimas, llevados a cabo por su propio gobierno. En suma, su condición de clase los impulsa a actuar, los conduce a la lucha.

136

Pese a las diferencias que se pueden encontrar, si se compara con los militantes de los 60 en Uruguay, donde la mayoría de ellos pertenecía a la clase media-alta, siendo la mayor parte de ellos jóvenes estudiantes, obreros, intelectuales, el artículo de Ruiz y París “Ser militante en los sesenta”, aporta insumos para comprender la lucha y los ideales de Domitila y de su pueblo, más allá de las diferencias respecto a las condiciones y lugares donde se analizan.

Cuando Domitila llega a prisión y se encuentra con sus compañeros, además de ofrecerle alimentos para su niña, le dijeron lo siguiente: “Valor compañera. No estás sola, nuestra causa es muy grande” (VIEZZER, 2005, p. 118)

Al respecto, sostiene Ruiz y Paris, la década del 60 se había convertido en el “tiempo de soñar con la sociedad perfecta”, había llegado el momento de cambiar el mundo. (RUIZ y PARIS, 1983, p 263)

Militancia y Revolución se convirtieron, para muchos hombres y mujeres de aquellos años, en palabras de orden. Al calor de ellas se difundieron nuevas formas de fe, evangelios de contenidos renovados, que exigieron entregas absolutas, sacrificios totales, al mismo tiempo que ofrecieron la alegría esperanzada de que todos los cambios eran posibles. (RUIZ y PARIS, 1983, p. 268)

Según las autoras, hay una noción de totalidad, que genera el compromiso militante y que se refleja en todos los ámbitos de la vida, tanto público como privado, así como también el

convencimiento de que la opción elegida triunfará sin lugar a dudas. Se genera así, una entrega total, la cual implica, siguiendo a las autoras, el abandono de sí mismo, el sacrificio por la causa por un proyecto global que traerá consigo un mundo mejor. (RUIZ y PARIS, 1983)

La noción de entrega total y de sacrificio puede verse reflejado en el caso de Domitila, cuando ve a su hija pasar hambre y frío y trata de explicarle a sus compañeros, que ese sufrimiento valdrá la pena para que ella luego, tome conciencia de las injusticias del mundo en el que vive, o cuando debe “elegir” entre su condición de madre salvando a sus hijos, quiénes estaban supuestamente encerrados en un sótano, como se mencionó en páginas anteriores, o elegir su causa y la de su pueblo resistiendo y luchando, opción finalmente elegida.

Llegamos a la Paz. Mi hijita se moría de frío. Ella tenía dos años. Y todos decían cómo a la wawa ella no tiene culpa. Algunos, más sensibles, se ponían a llorar. Entonces yo trataba de calmarlos, diciéndoles que de todo eso mi hija no se olvidaría nunca. Y que era bueno para ella que se forje y que se dé cuenta de la injusticia desde su infancia. (VIEZZER, 2005, p. 95)

Por otro lado, y en forma similar a lo ocurrido en Bolivia, las autoras hacen referencia a la no existencia de un cuestionamiento de la familia tradicional e incluso de los roles sociales asignados a cada género, por parte de estos militantes de los sesenta.

todo conduce a creer que al no cuestionarse la familia el asalto al cielo de estos militantes de izquierda pasó, sobre todo, por conquistar el Estado para terminar con un sistema valorado como caduco y culpable de todos los males sociales. “No se pensaba en cambiar las relaciones de género, ni de pareja, (sino)... las formas de propiedad y el dominio del Estado”. (RUIZ y PARIS, 1983, p. 273)

En este sentido, podemos observar que, en el caso del comité de amas de casa, al cual pertenece Domitila y acciona en esta década, como líder sindical, presenta una posición clara con respecto a la familia, pero fundamentalmente a su condición de mujeres. Domitila, dejó muy en claro esa concepción en la Tribuna del Año Internacional de la Mujer, realizado en México para la cual fue convocada en el año 1975, pese a las constantes reivindicaciones por el lugar de las mujeres en la sociedad que hace a lo largo de su testimonio, no se siente representada por el feminismo, en la medida que lo cataloga de burgués, poco ajustado a las necesidades de mujeres latinoamericanas, pobres, indígenas quiénes debían resolver otras necesidades como la opresión de su pueblo, para luego si resolver la opresión femenina, con la clara convicción de que el propio pasaje al Socialismo resolvería sin más esas diferencias.

En palabras de Domitila:

Lo que yo pienso es que el socialismo, en Bolivia como en cualquier país, será el mecanismo que creará las condiciones para que la mujer alcance su nivel. Y lo hará a través de su lucha, a través de su participación. Y será obra de ella misma también

su liberación. Pero yo pienso que en este momento es mucho más importante pelear por la liberación de nuestro pueblo junto con el varón. No es que yo acepte el machismo, no. Sino que yo considero que el machismo es también un arma del imperialismo, como lo es el feminismo. Por lo tanto, considero que la lucha fundamental no es la lucha entre sexos, es una lucha de la pareja. Y al hablar de la pareja, hablo yo también de los hijos, de los nietos, que tienen que integrarse, desde su condición de clase, a la lucha por la liberación. Yo creo que es lo primordial ahora. (VIEZZER, 2005, p. 7)

Es así que Domitila realiza una intervención en la Tribuna del Año Internacional de la Mujer en México, con respecto a este tema, que se recuerda hasta el día de hoy, reclamando a las mujeres que dirigen dicha tribuna, el hecho de no poder hablar de igual a igual, en tanto que las diferencias entre ambas son muy notorias y marcadas. En cierto sentido, Domitila invita a problematizar la existencia de un sujeto femenino universal, y a reconocer las diferencias, las cuales generan intereses y necesidades diversas. (KIRKPATRICK, 1995).

Pero al mismo tiempo, esa visión que insiste en que las desigualdades vividas por las mujeres dejarán de existir al momento que se concrete la victoria del proletariado deja entrever como sostiene Zavala que:

Su testimonio da las claves del itinerario de una minera que, fundamentando la historia de sus luchas en el antagonismo de clases, constituye una subjetividad de resistencia y de denuncia política. Su contacto con las teorías feministas es nulo y, por otra parte, su interiorización de convencionalismos familiares y sociales estructurados fuertemente por la Iglesia católica, la conducen a la idea del rol central de la mujer como esposa y madre. Es así que, en 1975, tras la experiencia del régimen masacrador del general Barrientos Ortuño (1964-1965; 1966-1969), y posteriormente del general Bánzer Suárez (1971-1978), Domitila Chungara llega a México, cargando en la espalda la urgencia de una denuncia y una demanda de solidaridad hacia un pueblo sometido. La percepción monolítica de la narradora en relación al feminismo, en el marco de lo que ella descubrió en dicha Tribuna internacional, revela la soledad de esta voz de la subalternidad en la intersección de otras explotaciones además de las de género. Esta soledad con relación a otras voces de mujeres en diversas intersecciones de la dominación, habla de la desconexión de las palabras de reivindicación y lucha. (ZAVALA, 2015, p 386)

## CONSIDERACIONES FINALES

A lo largo de estas páginas, se ha podido comprobar cómo el cuerpo femenino, se convirtió en un objeto especial para la tortura, durante los regímenes dictatoriales (JELIN, 2002) en los cuales se presentó como una constante, la polarización entre lo femenino y lo masculino, encarnado este último, por los militares, quienes la expresaban por medio de la agresividad y dominación de los

cuerpos de los prisioneros, tanto de hombres como de mujeres, quiénes se veían sumidos en una situación de total vulnerabilidad y pasividad.

A partir del relato de Domitila, no solamente podemos dar cuenta de ello, sino que además podemos entender cómo se refuerza esa asimetría de poderes, al leer el desgarrador relato de los días en prisión con su hija y detenernos en la tortura a la que fue sometida. Se puede interpretar cómo a los ojos del torturador, Domitila debía ser castigada, no solo por incumplir con los deberes socialmente impuestos: no asumir ese rol pasivo y sumiso, sino que, por el contrario, encabezar una lucha sindical, y, además, no cumplir con su rol de madre y esposa poniendo en riesgo la vida de sus hijos al oponerse al régimen. A lo largo de todo su testimonio se hace presente la incompatibilidad que parece existir entre el hecho de ser mujer, ser madre y ser líder sindical. Sin embargo, como en muchas otras vivencias de prisioneros/as políticos, fueron las pequeñas resistencias y la solidaridad colectiva, las que daban fuerzas para continuar.

## REFERENCIAS

ALONSO, J. **La prisión masiva y prolongada en perspectiva de género. Mujeres presas durante la dictadura uruguaya 1973-1985.** En: MONTEALEGRE, N. **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay**, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad de la República, 2016. Disponible en: [https://www.fhuce.edu.uy/images/genero\\_cuerpo\\_sexualidad/Publicaciones/FHCE\\_MPL\\_2016-11-14-LR\\_web.pdf](https://www.fhuce.edu.uy/images/genero_cuerpo_sexualidad/Publicaciones/FHCE_MPL_2016-11-14-LR_web.pdf)

ARDAYA, G. **La mujer en la lucha del pueblo boliviano: Las Brazolas y el Comité de Amas de Casa**, Nueva Sociedad, N° 65, marzo- abril, 1983.

AZURDUY, M. **Bolivia: El poder militar y la lucha popular.** México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 1985.

BEVERLEY, J, ACHÚGAR, H. **La voz del otro: Testimonio, Subalternidad y Verdad Narrativa.** Guatemala: Edición Latinoamericana, 1992

CAJÍAS, M. **Los mineros en la revolución nacional. La identidad minera y su accionar sindical y político.** Bolivia: Casa de siglo XX, Asociación Alicia por Mujeres Nuevas, Plural, 1992.

DOMINGUEZ M., OQUEANDO, L. **Si me permiten hablar...**, Revista del Centro del Lenguaje, N° 26, julio-diciembre de 2002, pp. 51-66

DOMÍNGUEZ, M. OQUENDO, L. **Si me permiten hablar.** Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje, Número 26, julio-diciembre de 2002, pp. 51-65.

ECHENIQUE, M., **La casa y la domesticidad como metáforas de la opresión social: el testimonio de Domitila Barrios**, Revista Iberoamericana, Vol LXX, N° 206, Enero Marzo, 2004, pp. 275-283

JELIN, E. **Los trabajos de la Memoria**. España: Siglo veintiuno, 2002. Disponible en: <http://www.centroprodh.org.mx/impunidadayerhoy/DiplomadoJT2015/Mod2/Los%20trabajos%20de%20la%20memoria%20Elizabeth%20Jelin.pdf>

KIRKPATRICK, G. **El feminismo en los tiempos del Cólera**. Revista de Crítica Literaria Latinoamericana, Año XXI, N 42, Lima, 1995.

LAGOS, M. ESCOBAR, E. **Nos hemos forjado así al rojo vivo y a puro golpe. Historias del Comité de Amas de Casa Siglo XX**. Bolivia: Plural Editores, 2006.

RUIZ, E. Y PARIS, J. **Ser militante en los sesenta**. Disponible en: [http://eva.fhuce.edu.uy/pluginfile.php/19300/mod\\_resource/content/0/Sert\\_Militante\\_en\\_los\\_60\\_1\\_.pdf](http://eva.fhuce.edu.uy/pluginfile.php/19300/mod_resource/content/0/Sert_Militante_en_los_60_1_.pdf) Sociedad, N° 65, Marzo- Abril, 1983.

SACRISTAN, M. **Antología Antonio Gramsci**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

VIEZZER, M, **Si me permiten hablar...” Testimonio de Domitila. Una mujer de las minas de Bolivia**. Bolivia: Siglo XXI Editores S.A, 2005. Disponible en: [http://www.cmpa.es/datos/6816/VIEZZE-Memorias\\_de\\_Domitila60.pdf](http://www.cmpa.es/datos/6816/VIEZZE-Memorias_de_Domitila60.pdf)

ZANATTA, L. **Historia de América Latina. De la Colonia al siglo XXI**. Buenos Aires: Grupo Editorial Siglo XXI, 2012.

ZAVALA, R. *Si me permiten hablar...: la subjetivación plural en el relato testimonial de Domitila Chungara*. Avatares del testimonio en América Latina. **Kamchatka**, 6 diciembre 2015. págs. 379-392. Disponible en: <https://ojs.uv.es/index.php/kamchatka/article/download/7078/7706>



Esta obra possui uma Licença

Submissão: 18/01/2023 | Aprovação: 15/04/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/13736>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.13736>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 141-163



## MIRADA DE LA FOTOGRAFÍA DE LAS MUJERES EN ANUARIO FOTOGRAFICO CHILENO: AFI Y LA LUCHA POR LA MEMORIA

LOOK AT THE PHOTOGRAPHY OF WOMEN IN THE CHILEAN PHOTOGRAPHIC  
YEARBOOK: AFI AND THE STRUGGLE FOR MEMORY

Augusto SARMENTO-PANTOJA    
Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>

**Resumen:** El presente artículo se propone a investigación de la mirada de mujeres, que compusieron los dos Anuarios Fotográficos Chilenos, publicado en diciembre de 1981 y noviembre de 1982, desarrollados por la Asociación de fotógrafos Independientes (AFI). El primero elige el tema “Presencia del hombre”. Contó con la participación de ocho fotografías de mujeres y cuarenta e cinco de hombres, con un total de tres mujeres y veinte e cuatro hombres. El segundo, no utilizó un tema definido, más su publicación contó con ciento e deseaseis fotografías, treinta de mujeres y ochenta e seis de hombres. Mi proposición, fundamentase en la percepción de rastros de la presencia del estado dictatorial una mirada de las mujeres fotógrafas y sus percepciones de los cuerpos femeninos en oposición a percepción masculina. Las mujeres fotógrafas figuran con extremo activismo e resistencia al terrorismo de estado de modo especialmente particular.

**Palabras-clave:** Mirada de Mujeres. AFI. Dictadura en Chile. Memoria.

**Abstract:** *This article proposes to investigate the look of women, who composed the two Chilean Photographic Yearbooks, published in December 1981 and November 1982, developed by the Association of Independent Photographers (AFI). The first chooses the theme "Presence of man." It had the participation of eight photographs of women and forty-five of men, with a total of three women and twenty-four men. The second, did not use a defined theme, but its publication had one hundred and six photographs, thirty of women and eighty-six of men. My proposal, based on the perception of traces of the presence of the dictatorial state, a view of women photographers and their perceptions of female bodies in opposition to male perception. Women photographers appear with extreme activism and resistance to state terrorism in a particularly particular way.*

**Keywords:** *Women's Look. AFI. Dictatorship in Chile. Memory.*

<sup>1</sup> Doutor em Teoria e História Literária (UNICAMP). Docente de Literatura - Faculdade de Letras (FALE), Instituto de Letras e Comunicação (ILC) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). E-mail: [augustos@ufpa.br](mailto:augustos@ufpa.br)

## Guión dictatorial en Chile

### Un río de sangre

(...)

Un río de sangre corre  
 Por los contornos del mundo  
 Y un grito surge iracundo  
 De todas las altas torres  
 No habrá temporal que borre  
 La mano de la injusticia  
 Que con crecida malicia  
 Profanó al negro lumumba,  
 Su cuerpo se halla en la tumba  
 Y su alma clama justicia.

(...)

(Violeta Parra, 1975)

La canción de Violeta Parra *Un río de sangre*, fuera lanzado en Chile nos primeros años de la dictadura (1973-1990), esta canción, mesmo que no sea composta durante su período de excepción reverbera mui bien otros acontecimientos que nos mostraban los efectos de la guerra fría e de las estrategias de terrorismo de estado producido en el mundo. Violeta Parra, presenta los gritos contra la injusticia creciente en un mundo polarizado y repleto de extremismo. Sin embargo, la asociación de la canción de Parra con la fotografía de la AFI es pertinente, puesto que tenemos en ambas las realizaciones un sentimiento de indignación delante de los horrores del autoritarismo financiado por la guerra fría.

De ese modo, los antecedentes del golpe cívico-militar, del 11 de septiembre de 1973 fueron marcados por el resurgimiento de la rivalidad política entre izquierda y derecha. Antes de 1973, en Chile, había un estatus de tradición democrática, con respeto a una cierta independencia del estado. Mário Góngora, con su *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX* (1981) construye una tesis de que los antecedentes del golpe de 1973, pueden ser inscritos de lo período de las grandes planificaciones globales (1964-1980), descritos por como:

Si contemplamos en una mirada de conjunto el período que se inicia en 1964, se percibe una diferencia muy fuerte con las décadas anteriores. A la política más empírica, a las combinaciones partidarias, a las tentativas de tratar el problema de la inflación desde puntos de vista puramente monetarios y fiscales, incluso a la tentativa de la industrialización marcada por la CORFO -de largo alcance pero parcial, sucede otro momento histórico que denominamos de “las planificaciones globales”. (GÓNGORA, 1981, pp. 137-138)

En una mirada anterior, tenemos tres gobiernos en Chile que prepararon las planificaciones globales son entre 1958 hasta 1973, una vez que estuvieron en poder la derecha, lo centro y la izquierda (Jorge Alessandri, 1958-1964; Eduardo Frei, 1964-1970; y Salvador Allende, 1970-1973).

La llegada de la izquierda en poder, con Salvador Allende, provocó un profundamente del proyecto globalista, fomentado pela guerra fría, pensada desde los años 60 por los americanos, ya que “planteaba el Presidente Kennedy su 'Alianza para el Progreso', como plan de conjunto para todo el Hemisferio Occidental, para romper la imagen de los Estados Unidos aliados constantemente a las clases dominantes 'tradicionales de América Latina” (GÓNGORA, 1981, pp. 126-127).

Más la preparación para tal modelo de planificación globales se preparó con la creación de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) y de la Organización de Estados Americanos (OEA), ambas en 1948, como asevera Mário Góngora:

Una política económica hispanoamericana, fundada en la noción de “Desarrollo” de economistas europeos. Hispanoamérica quedó clasificada como 'subdesarrollada' ... Para salir del subdesarrollo era necesaria la acción concertada del Estado, en primer lugar, con todos los sectores “progresistas” de la sociedad ... pues el desarrollo no se produciría aquí como en los países nórdicos, por el despliegue espontáneo de las fuerzas productivas, sino que tendría que ser 'un proceso inducido' por medios directos e indirectos que forzaban a racionalizar la producción, comercialización y consumo, venciendo todos los obstáculos que pusiera la mentalidad 'tradicional' de origen hispánico o indígena. (1981, p. 126)

Sin embargo, fue en el gobierno Salvador Allende (izquierda), en medio de las investidas norteamericanas y del contexto de Guerra Fría, que los militares chilenos dejaron de lado su neutralidad político-partidista y pasaron a intervenir directamente en las instituciones del Estado democrático. Góngora reporta o gobierno de Frei, como la primera fase, una vez que:

Desde que sube a la presidencia Eduardo Frei (1964), gobernando exclusivamente con su partido Demócrata Cristiano, la política chilena toma un nuevo estilo, caracterizado por la influencia de los científicos sociales y de los puntos de vista de la CEPAL. (1981, p. 127)

Otrosí, esos años, también marcó el crecimiento significativo de la izquierda, que estuvo representada en la candidatura de Salvador Allende por el "Frente de Acción Popular" (FRAP), que luego dio origen a la "Unidad Popular" (UP), una coalición de partidos y movimientos sociales de izquierda, que incluye el Partido Socialista (PS) y el Partido Comunista de Chile (PCC). La situación política de Chile, fuera temida por los Estados Unidos (EE. UU.), que temía el surgimiento de una nueva Cuba en América Latina. Así, para las elecciones de 1964, EE. UU. apoyó económicamente al candidato de centroderecha Eduardo Frei, del Partido Demócrata Cristiano (PDC), su victoria barrió una ascensión de la izquierda al poder. Durante ese gobierno, Chile recibió cerca de mil millones de dólares en ayuda exterior de Estados Unidos. Bajo la promesa de realizar reformas estructurales. Si no fuera la inversión norteamericana en 1964, podría se confirmar o crecimiento de la izquierda y o inicio de la dictadura en Chile podría tener su inicio bien antes.

Frei está entre el discurso de combatir la inflación y avanzar en la reforma agraria. Logró insertarse en el movimiento sindical e intervenir en FRAP (Frente de Acción Popular) junto a los trabajadores urbanos y rurales. La “chilenización” de las minas de cobre, es otra estrategia para que el PDC busque romper con el dominio de los partidos de izquierda entre los sectores populares. Había presión de la derecha, al radicalizarse con grupos paramilitares, mientras se intensifica el malestar social. La victoria de la izquierda con Salvador Allende fue con 36% de los votos válidos, de hecho, el expresidente conservador Jorge Alessandri, con 34% de los votos. Una consecuencia, con el Congreso Nacional sin mayoría, no consigue ratificar su plan de gobierno. La posesión de Allende, se da adelante un “Estatuto de Garantías Democráticas”, exigiendo que se respete la Constitución Federal, las garantías políticas y civiles, la existencia de los partidos políticos, la libertad de prensa y la autonomía. (ANGELL, 2015).

La CIA (*Central Intelligence Agency*), promoviendo un caos político, financió a grupos de extrema derecha para el secuestro del comandante y jefe de las Fuerzas Armadas, el general René Schneider, que murió en la acción. Al mismo tiempo, la banca internacional y el empresariado nacional procedieron a la fuga de capitales y la interrupción del crédito o financiamiento al Estado. Entonces Salvador Allende anunció en su toma de posesión su disposición a negociar, una vez que “no tenemos ni podríamos tener ningún propósito pequeño de venganza, tampoco, de ninguna manera, vamos a claudicar, a comerciar el programa de la Unidad Popular que fue la bandera del primer gobierno auténticamente democrático, popular, nacional y revolucionario en la historia de Chile” (ALLENDE, 1970).

Además, los oponentes trataron de caracterizar el gobierno de Allende como autoritario, antidemocrático, comunista y subversivo. Entonces la Unidad Popular pasa a implementar las reformas, entre ellas: aumento general de los salarios; control de precios; distribución el suministro gratuito de leche a las familias con niños en edad escolar; la nacionalización de las minas de cobre; la nacionalización de empresas en sectores estratégicos, la reforma agraria (ANGELL, 2015). O deseo de Allende en su discurso no puede ser atento, puesto que “Sólo quiero realizar ante la historia el hecho trascendental que ustedes han realizado, derrotando la soberbia del dinero, la presión y la amenaza; la información deformada, la campaña de terror, de la insidia y la maldad. Cuando un pueblo ha sido capaz de esto, será capaz también de comprender que sólo trabajando más y produciendo más podremos hacer que Chile progrese y que el hombre y la mujer de nuestra tierra, la pareja humana, tengan derecho auténtico al trabajo, a la vivienda, a la salud, a la educación, al descanso, a la cultura y a la recreación.” (ALLENDE, 1970)

Sin embargo, la “revolución” de Allende avanzó con extrema dificultad sea por cuenta de la política de inversión social, sea por cuenta del “boicot” de las exportaciones de cobre, por los estadounidenses en el mercado internacional (ANGELL, 2015). Internamente, la actuación de los medios y opositores, inviabilizan muchas de las medidas adoptadas por la UP. Las fuentes de financiamiento externo fueron agotadas, o que produjo en Congreso Nacional, el bloqueó de la reforma fiscal y se detuvieron deliberadamente las inversiones del sector privado interno. En ofensiva, Allende en conmemoración del primer año de la victoria popular discurso en Estadio Nacional para el pueblo chileno y destacó:

Hoy vengo a manifestar que, lenta pero firmemente, hemos ido conquistando el poder, y hemos ido realizando los cambios revolucionarios establecidos en el Programa de la Unidad Popular.

El pueblo de Chile ha recuperado lo que le pertenece. Ha recuperado sus riquezas básicas de manos del capital extranjero. Ha derrotado los monopolios pertenecientes a la oligarquía. Ambas actitudes son los únicos medios y caminos para romper las cadenas que nos atan al subdesarrollo, único medio de acabar con la violencia institucionalizada, que castiga y castigaba más fuertemente a la inmensa mayoría del país.

Es por eso que estamos aquí, para señalar que hemos avanzado en el área social, base del programa económico, fundamento del poder para el pueblo. (ALLENDE, 1971)

Otro sin, la subida de la inflación, asociado el “comercio paralelo” de productos básicos y también el radicalismo de derecha se tornaran un estopín para constantes actos de sabotaje y amenazas de “huelga patronal”. De hecho, la “parada de los camioneros”, en octubre de 1972, fue un gran golpe contra el gobierno de Allende. Este paro general fue convocado por dirigentes opositores del PDC, luego de negociaciones entre camioneros, organizados en asociaciones profesionales denominadas “gremios”, con empresarios. Otros sectores siguieron inmediatamente la decisión de paro. En respuesta, grupos de trabajadores, partidarios del gobierno, se organizaron en los llamados “Cordones” y, frente a la parálisis económica total, ocuparon unas 250 fábricas en un solo día (ANGELL, 2015).

Pero la reacción llegó demasiado tarde, ya que el golpe de Estado creció entre los políticos civiles opuestos a la UP y entre los principales mandos militares. El derrocamiento del gobierno elegido democráticamente ya había comenzado.

En 1973 se autorizó a la CIA a gastar unos ocho millones de dólares para derrocar a Allende (ANGELL, 2015). El entonces comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, General Carlos Prats, renunció, ya que se negaba a sumarse al golpe de Estado. Cuando asumió el general Augusto Pinochet, las Fuerzas Armadas se levantaron.

El 11 de septiembre de 1973 fue cercado y bombardeado el palacio presidencial de La Moneda. Sólo resistió la pequeña guardia personal de Allende. El “Grupo de Amigos Personales” (GAP), encargado de la seguridad del presidente, estaba integrado por simpatizantes y militantes del ala radical de la UP, y quienes no lograron escapar al exilio tras el golpe terminaron muertos en acción o torturados de inmediato. Después Salvador Allende también fue asesinado por militares, pero la versión oficial fue suicidio. O discurso que realizó, en la radio Magallanes en medio al bombardeo de la fuerza aérea en la Moneda, conforma esta proposición de asesinato, puesto:

Ante estos hechos sólo me cabe decirle a los trabajadores: Yo no voy a renunciar. Colocado en un tránsito histórico pagaré con mi vida la lealtad del pueblo. Y les digo que tengo la certeza que la semilla que entregamos a la conciencia digna de miles y miles de chilenos no podrá ser cegada definitivamente. Tienen la fuerza, podrán avasallarnos, pero no se detienen los procesos sociales ni con el crimen, ni con la fuerza. La historia es nuestra y la hacen los pueblos. (ALLENDE, 1973)

Hay muchos otros elementos que alimentan la tesis de asesinato, más su discurso es ejemplar de una resistencia y no de una postura de desistencia. Sin embargo, la muerte de Allende fue definitiva, puesto que políticamente la izquierda de Chile estaba soterrada por la caída y destrucción de La Moneda. En consecuencia, el General Pinochet concentró el poder de las Fuerzas Armadas, y también fue jefe del Poder Ejecutivo de la Dictadura Cívico-Militar chilena.

El régimen dictatorial instalado buscó acabar con los movimientos políticos y sociales en Chile, utilizando procedimientos conocidos en otras dictaduras, como la abolición de todos los partidos de izquierda como los de derecha y centro, aunque estos últimos sean apoyadores del golpe.

Hay en el gobierno una intensa presencia de los civiles a través de empresarios y economistas que componen el Consejo de Estado. Como en otros ejemplos latinoamericanos, la dictadura de Pinochet buscó legitimarse a través de una política económica completamente nueva, fundamentados en los ideales neoliberales, que fue un gran experimento de neoliberalismo económico en el siglo XX.

Las presiones sociales, contra la dictadura de Pinochet, residían en las tasas de inflación aún en torno al 300% entre 1974 y 1975 (ANGELL, 2015). De esta manera, a partir de 1975, los economistas, llamados “Chicago Boys”, aplicaron su “tratamiento de choque” a la economía chilena. El proyecto, encabezado por el ministro Sergio de Castro, consistió en una combinación de fuerzas de libre mercado, máxima austeridad en las cuentas públicas y privatización radical.

De otro modo, permitieron que las “leyes” del libre mercado regulen los salarios, privatizando el sector público, para socavar los sindicatos y, así, alejar el socialismo. En los primeros tres años del gobierno militar de Pinochet, Chile recibió más de 300 millones de dólares en préstamos e inversiones

del exterior, frente a los 15 millones que recibió el gobierno de Allende durante los tres años anteriores.

Las presiones sonaban a la desvalorización de los salarios y al aumento del desempleo. Las privatizaciones, como de costumbre, fueron muy favorables para unos pocos conglomerados capaces de adquirir activos estatales, lo que proporcionó una alta concentración de rienda en sólo cinco conglomerados económicos, que controlaban el 53% de todo el capital chileno.

Asimismo, la reforma agraria sufrió importantes reveses. Ante la falta de acceso a crédito y asistencia técnica, los campesinos que trabajaban las tierras redistribuidas tuvieron que venderlas. Las tasas de gasto social per cápita, principalmente en salud, educación y seguridad social, se redujeron a las peores de toda América Latina, a pesar de la situación de grande penuria, los datos fueron disfrazados por el gobierno y las medidas aplicadas fueron desfavorables a las inversiones, estimulando sólo el capital especulativo. (ÁNGEL, 2015)

Estos datos son relevantes para destacar cómo el arte fotográfico se posicionó adelante en la situación económica de Chile. Una vez que era necesario denunciar que había muchas verdades a ser reveladas. Sin embargo, las imágenes del anuario publicadas en 1981 y 1982 fueron una centella sobre la historia del Chile, en una mirada femenina.

## LAS FOTOGRAFÍAS DE MUJERES EN PRIMERO ANUARIO DE LA AFI

### Oda al mar

Padre mar ya sabemos  
cómo te llamas, todas  
las gaviotas reparten  
tu nombre en las arenas,  
ahora pórtate bien,  
no sacudas tus crines  
no amenes a nadie,  
no rompas contra el cielo  
tu bella dentadura,  
déjate por un rato  
de gloriosas historias,  
dános a cada hombre  
a cada  
mujer y a cada niño  
un pez grande o pequeño  
cada día,  
sal por todas las calles  
del mundo  
a repartir pescado,

(Pablo Neruda, 1954, pp. 46-47)

La búsqueda por un pan, por un lugar para nutrirse, sea físicamente o en el alma es el principio del pensamiento revolucionario. La busca por un espacio de identificación con el mundo, con la

patria, con su país. En forma de una presa Pablo Neruda llama por todas las calles, que si posa cada hombre, cada mujer o cada niño tendrá como nutrirse, sea un pan o un pez, como en la parábola bíblica.

De cierto, intentamos poner nuestros ojos en la fotografía chilena mediada por mujeres fotógrafas que participaron da historia de la Asociación de Fotógrafos Independiente de Chile (AFI) e compusieron o primero anuario em 1981, o cual fuera formado por ocho fotografías de mujeres y cuarenta e cinco de hombres, elle contó con un tema definible: “Presencia del hombre”. Una temática *sui generis*, una vez que sería este o primero proyecto de la asociación, creada en junio 1981, diente de una reacción de los fotógrafos por cuenta de la censura impuesta a una fotografía de desnudo masculino de la fotógrafa Paz Errázuriz, realizada en el Instituto Chileno-Norteamericano de Santiago.

A pesar de que el evento criador de la AFI, haber sido una expresión del arte y la mirada femenina, el libro contó con la participación de solamente cuatro mujeres: Paz Errazuriz, Inés Leiva, Leonora Vicuña y Gabriela Ampuero. En este análisis seguiremos la secuencia en que las fotos son dispuestas en el anuario.

**Imagen 1:** Los compañeros



**Fuente:** Paz Errazuriz, Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p.6)

Acima, se puede mirar una expresión de la sociedad chilena, que por más que se tenga una lectura de las malas condiciones económicas y sociales, estas amparadas por una felicidad singular, supuesto a necesidad de encubrir la real condición de su pueblo a delante o gobierno dictatorial. En estos términos, su mirada es marcada por una situación social de enorme fragilidad, en especial para

las vidas de los trabajadores o quienes no apoyaron el golpe cívico-militar. Sin embargo, salir a la calle con una cámara no sería difícil encontrar la realidad oscurecida por la dictadura, quien quisiera captar la realidad del subempleo y de la vinieren. Otra cuestión muy preciosa es la destreza de Paz Errázuriz con la percepción de los sentimientos más sublimes, puesto que su fotografía ambiguamente revela, de un lado, a sobrevivencia delante a desdicha, de otro, nos permite adentrar a la simplicidad de los gestos humanos, de la amistad e do compañerismo, con gran alegría, mesmo cuando ella es efímera.

Las imágenes que componen el Primer Anuario Fotográfico Chileno hay solamente la identificación de la autoría, nada más. No se permite ninguna explicación, epígrafe, rasura. La ausencia de otra información sobre las fotografías hace que tengamos que construir lecturas cada vez más subjetivas, que incluso pueden estar equivocadas. En este sentido, nos tomamos una licencia poética para realizar las interpretaciones que exploramos en este texto.

Supuesto, encontramos en seguida otra expresión de Paz Errazuriz que nos intriga, puesto que a imagine de lo hombre se trata de un niño, que se posta adelante dos mujeres que están en traje de circo, vestidas con collar, corbata de moño, tacones alto, delante de un pasadizo. La posición de las mujeres con largo sonrisa, sujetando una cortina a la entrada de un ruedo, se las confunde con prostitutas que invitan al placer. Como es un niño, el placer representa conocer las maravillas del espectáculo que aún no conoce y que está siendo seducido a participar, como un llamado a la iniciación sexual y la exploración del cuerpo femenino.

**Imagen 2:** Niño a mirar dos mujeres



**Fuente:** Paz Errazuriz, Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p. 7)

O que nos llama atención nuestra foto es o fato de que lo tema, del hombre es borrado pela presencia de un niño, un pequeño hombre, una muestra de que la mirada de Paz Errazuriz es intrigante, puesto que nos lleva a reflexionar sobre los desarrollos de una sociedad masculinizada y sexualizada, cuando hay muchas necesidades, entre ellas están del arte e del amor.

Vejamos abajo a tercera foto que es postada en el anuario:

**Imagen 3:** Dos hombres en bar



**Fuente:** Leonora Vicuña, Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p.8)

La foto es de Leonora Vicuña y se trata de un interesante contraste entre dos hombres, que en posiciones contrarias expresan mui bien la contradicción pertinente al estado de excepción instalado en Chile, en un bar, a beber una soda o una cerveza podemos encontrar un distinto caballero en negro de espaldas para lo segundo, que o vemos frontalmente:

El primer hombre expresa una condición social y económica superior a lo segundo, una vez que su traje a rayas grisáceo nos permite leer una apariencia de origen humilde. Contrastando las dos personas vemos una ausencia de mirada, de espaldas, frente a la mirada equidistante, desolada, sin perspectiva. Uno de pie, altivo y el otro sentado, apoyado en el mostrador sosteniendo su maletín, como si buscara trabajo, pero sin encontrarlo.

Casi dando continuidad a la fotografía anterior, tenemos la presencia de la consternación ante las dificultades económicas que vive la población de Chile, dado que en la fotografía de Paz Errázuriz tenemos el contraste entre un letrero con anuncios de comidas en un restaurante en contraste a dos personas un joven y un anciano sentados frente a los anuncios. No sabemos cuál sería la relación real entre las personas, ni siquiera lo que miran, pero sí sabemos que encontramos en su actuación

evidencias de que la vida en la ciudad de Santiago no era fácil. La ropa que viste el joven proyecta una relación laboral, pues viste delantal, botas y gorro de cocina. Mientras que el mayor lleva consigo un paquete de papel.

**Imagen 4:** Hombre y joven sentados en una intersección.



**Fuente:** Paz Errázuriz, Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p. 25)

Estas cuatro fotografías pueden leerse desde dos perspectivas sobre esta memoria de Chile, las dos primeras dispuestas como formas de encontrar la felicidad y el placer. Cuando tenemos cuerpos dispuestos a expresar esta alegría, aún frente a un estado de excepción latente producido por la censura y la violencia estatal. En la primera foto de Paz Errázuriz, los cuerpos masculinos se contorsionan en gestos de camaradería, que pueden articularse en una embriaguez de satisfacción de los tres hombres. En la segunda foto, del mismo fotógrafo, vemos que la satisfacción se expresa en las sonrisas de dos mujeres que, posan como actrices, invitan y quieren cautivar al público, en cierto modo, llamándolo al placer y la felicidad del circo, del arte. Las chicas son observadas atentamente por un chico que, de espaldas a la cámara, parece encantado con las mujeres que tiene delante. En estas imágenes tendríamos la posibilidad de encontrar salidas, utopías para seguir con la vida, aún frente a los horrores de la dictadura. El fotógrafo nos lleva a mirar la cotidianidad chilena con la esperanza de mejores días.

En la secuencia, podemos tener otra perspectiva en la lectura de las siguientes imágenes. Los cuerpos, todos masculinos, esta vez, revelan el malestar de la sociedad ante los problemas económicos y sus efectos. Sentimos en la fotografía de Leonor Vicuña y Paz Errázuriz la melancolía que provoca una ausencia de perspectiva, un cansancio por la realidad histórica dictatorial.

Las imágenes quinta y sexta que se publicaron en el anuario pertenecen a Inés Leiva, como decíamos, no hay descripciones, pero nos parece claro que pertenecen a la misma secuencia. Se trata de dos fotografías que describen el oficio de pescar:

**Imagen 5:** Los pescadores en acción



**Fuente:** Inés Leiva. Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p. 27)

En la primera tenemos un contraste muy claro de dos planos cortados por la mitad por una red de pesca que se sitúa en el centro de la imagen separando a los hombres que en la playa recogen los peces que quedaron atrapados en la red tras una red de arrastre. La imagen no se preocupa de identificar estos cuerpos, el encuadre de la imagen favorece la acción de esos hombres, por eso aparecen sus brazos y piernas. El contraste se hace con un espejo formado por arena mojada que desvanece su existencia en un reflejo borroso. Leemos esta estrategia como una forma de que el fotógrafo entienda el trabajo de esos hombres como fundamental, pero invisibilizado, desvalorizado, colocado en sombras obtusas.

Compuesta a modo de secuencia, la siguiente fotografía, de Inés Leiva, revela otra perspectiva del trabajo pesquero, nos remite a otro lugar. Ya no tenemos hombres trabajando, pescando como la imagen anterior, tenemos una niña, que recoge peces dejados en la arena, la imagen tiene dos planos en competencia, el primero y la niña agachada recogiendo el pez, como si estuviera recogiendo los restos dejados por los adultos. En el fondo de la imagen, a cierta distancia, se encuentra el principal instrumento de esta obra, la hamaca, tendida y abandonada, dispuesta como una ola perdida en el fondo. El efecto estético de estas imágenes se vuelve aterrador, ya que nos parece que en muchos casos la supervivencia se da a través de restos y sobras.

**Imagen 6:** Una pesca de la niña

**Fuente:** Inés Leiva. Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p. 30)

Paz Errázuriz participa en el anuario con otra fotografía, la cual nos hace pensar en cómo el abandono de las personas, en especial de los ancianos, se convierte en una preocupación, la fotografía expone a una persona muy anciana que se encuentra posicionada frente a la confluencia de dos paredes al fondo. extremo derecho de la imagen, como si el fotógrafo nos dijera que la persona no tiene salida, no tiene perspectiva, no tiene posibilidad de futuro.

**Imagen 7:** Nos ve en la esquina de la pared

**Fuente:** Paz Errázuriz, Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p. 31)

El contraste del aislamiento presente en la imagen es la presencia de un camino, muy improbable e inaccesible, una ventana colocada muy alta en relación con el suelo, ya que la persona

de la imagen puede necesitar el doble de la altura de un adulto para llegar a la ventana. No es que esta ventana haya sido buscada por la persona, pero existe la posibilidad de una salida. Si notamos que hay una mancha negra muy intensa más cerca de la persona que de la ventana, nos parece que metafóricamente esa mancha representa el estado de horror que vive Chile, ya sea por el abandono de su gente, o por las incertidumbres de un futuro.

Al no tener salida también se puede leer en la imagen “Casa en escombros”. Algo que ocurre en imágenes anteriores y que también se aprecia en la imagen de Gabriela Ampuero. Una casa aparentemente en mal estado, pero no al punto de ser abandonada. vemos posibles habitantes frente a la casa, pero también vemos escombros de piedras, escombros de construcción o deslizamientos de tierra. La fotografía es afinada por los tonos oscuros en contraste con los tonos claros de los detalles de la fachada y los escombros que ocupan todo el frente de la casa, como si tuviéramos allí una expresión de la decadencia y el sufrimiento que se impuso a los chilenos. sociedad.

La presencia de personas es casi imperceptible, por el contraste en blanco y negro, pero están ahí como sobrevivientes de esas ruinas. Como vestigios de la ausencia del poder público, que ahora está mucho más preocupado por ser un modelo de estructura neoliberal que por crear las condiciones económicas para que el bienestar se perciba tanto en las imágenes de las personas como en los espacios. Entre las fotografías femeninas, en “Casa en escombros”, el espacio se convierte en un protagonista más efectivo, dejando de lado a las personas, que fueron la tónica del "Primer Anuario Fotográfico Chileno".

**Imagen 8:** Casa en escombros



**Fuente:** Gabriela Ampuero, Primer Anuario Fotográfico Chileno (1981, p. 38)

Las ocho fotografías femeninas que componen el primer anuario fotográfico chileno se presentan con una mirada un poco diferente a la mayoría de las imágenes del proyecto estético del libro, realizadas por hombres y con el tema: "Presencia del Hombre". Los cuerpos masculinos no se evidencian como modelos de una sociedad fracturada, empobrecida y eclipsada. De las 45 fotos masculinas encontradas en el anuario, sólo treinta de ellas enfocan el cuerpo masculino, sea niño, joven o viejo. En este sentido, encontramos un predominio de fotografías en las que se retratan cuerpos masculinos y sus actuaciones, en la calle, en el trabajo, en espacios públicos y privados. La fijación de la mirada hacia otras estructuras e individuos no masculinos solo aparece expresivamente en 16 fotografías, de éstas, sólo una femenina, que titulé "Una pesca de la niña" (imagen 6), a pesar de entender que podría tratarse de una anciana en "Nos ve en la esquina de la pared" (Imagen 7), porque a pesar de parecer mujer es posible que también sea hombre, pero no estamos seguros, así que no lo contamos.

Sin embargo, aunque encontramos una gran cantidad de fotografías en las que se evidencia la imagen de los hombres, las fotógrafas realizan elecciones estéticas que pueden componer un escenario importante para cuestionar los discursos desarrollistas producidos por la dictadura chilena. Esto hace que esta primera experiencia colectiva de la AFI pueda convertirse en un documento tanto artístico como histórico de denuncia de los males de la sociedad chilena. La memoria de AFI se entrelaza con la memoria de Chile y hace eco de la necesidad de evidenciar formas de sufrimiento y resistencia de su población.

A continuación, nos ocuparemos del "Segundo Anuario Fotográfico Chileno", con el fin de observar en la fotografía femenina una ampliación del número de artistas y el mantenimiento de un trabajo reflexivo sobre la memoria del pueblo chileno.

## SEGUNDO ANUARIO FOTOGRAFICO CHILENO: MÁS REPRESENTATIVIDAD Y PLURALIDAD DE VOCES

**No hablo de héroes**  
Hablo de mujeres  
que prenden barricadas  
¿Puedo pedir que mi última vista  
sea mi calle?  
Esa es una guerra  
Entre los pacos y mis hermanas  
entre jaguares y águilas  
donde los neumáticos  
no son más que adornos  
Daniela Catrileo (2018, p. 162)

La poesía de Daniela Catrileo recorre un camino sumamente importante para contextualizar el Segundo Anuario Chileno de Fotografía, organizado por AFI y publicado en noviembre de 1982, pues la concepción de este segundo libro, más amplio y plural, pasa por la instancia pensada por Catrileo, ya que en la medida en que no selecciona sólo una fotografía de cada autor, da mucho más importancia al colectivo y reduce las asimetrías encontradas en el primer libro, que contaba con un número menor de fotógrafos, pero que favorecía a unos autores en detrimento de otros.

La poesía "No hablo de héroes" presenta un perfil femenino de intensa lucha y resistencia política, una resistencia temática, inmanente y de existencia (SARMENTO-PANTOJA, 2022), que es importante para el lugar de discurso de las mujeres, que arman barricadas y se opone a la invisibilización que viene sufriendo desde hace años, sobre todo cuando se trata de acciones de lucha, los héroes son casi siempre hombres. Por lo tanto, es necesario no hablar de héroes, sino de personas.

Nos proponemos hablar de la mirada de las mujeres fotógrafas de AFI, y lo haremos, pero debido al tamaño de este texto, en esta segunda parte del estudio nos limitaremos a analizar ocho fotografías, seleccionadas según dos criterios, el primero Se debe a la necesidad de repetir los mismos autores que estaban en el primer libro, tratando de comprender los matices de estos dos momentos.

El segundo criterio fue la adhesión de las fotografías a la lucha contra el estado dictatorial, ya que el segundo libro tiene una mayor pluralidad de temas, lugares y técnicas, pues no son solo fotografías de Chile, sino de profesionales que trabajan en Chile o que son chilenos más trabajan en otros países. En esta edición, la selección de fotografías estuvo a cargo de un jurado integrado por nueve personas, entre ellas: fotógrafos, artistas, publicistas y periodistas.

De esta forma, seleccionamos a las siguientes artistas de las 30 fotografías de mujeres, siguiendo la secuencia en que fueron publicadas: Carmen Durney, Leonora Vicuña, Julia Toro, Jimena Prieto, Paz Errázuriz, Inés Leiva, Helen Hughes y Angela Aguado.

Iniciamos el análisis de las fotografías del Segundo Anuario Fotográfico Chileno con "Mujer desmayada", imagen que expresa la consternación ante una sociedad arruinada durante la dictadura. La imagen de la puerta de una antigua mansión, en la que una mujer está acostada en el umbral. Hay una particularidad instigadora en esta puerta. La madera del centro de esta puerta es más oscura y permite observar una cruz, lo que permite dar a la imagen un aire sagrado, uniéndose al deterioro del espacio en ruinas, la presencia de una mujer como si se hubiera desmayado o caído, asociado a una prenda clara y sencilla, como aludiendo a los efectos de la dictadura en la vida de los chilenos.

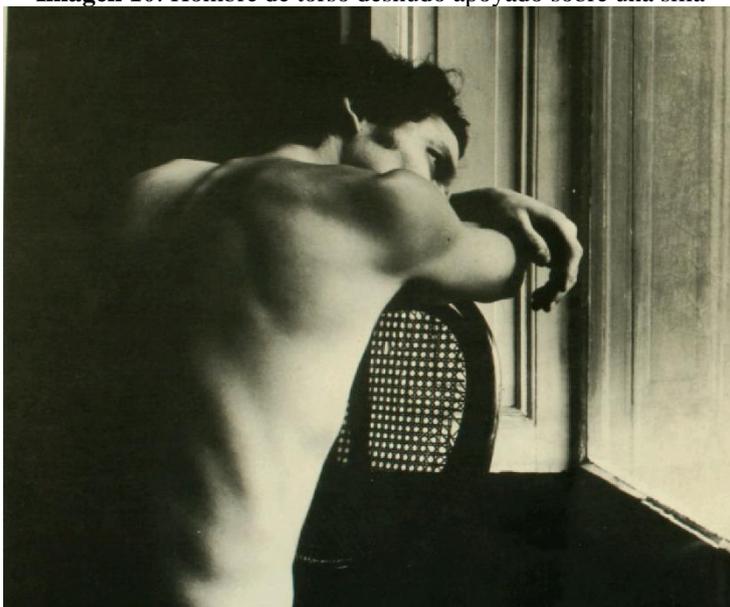
**Imagen 9:** Mujer desmayada

**Fuente:** Carmen Durney. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 15)

Iniciamos el análisis de las fotografías del Segundo Anuario Fotográfico Chileno con "Mujer desmayada", imagen que expresa la consternación ante una sociedad arruinada durante la dictadura. La imagen de la puerta de una antigua mansión, en la que una mujer está acostada en el umbral. Hay una particularidad instigadora en esta puerta. La madera del centro de esta puerta es más oscura y permite observar una cruz, lo que permite dar a la imagen un aire sagrado, uniéndose al deterioro del espacio en ruinas, la presencia de una mujer como si se hubiera desmayado o caído, asociado a una prenda clara y sencilla, como aludiendo una vez más a los efectos de la dictadura en la vida de los chilenos.

La siguiente fotografía de Leonor Vicuña, quien también publicó en el primer libro con la foto "Dos hombres en bar" (Imagen 3), hay un contraste entre dos personas, una de espaldas a la otra. Ahora en "Cuerpo desnudo" (Imagen 10), la artista utiliza un efecto visual similar, el trabajo con la sombra sobre un solo cuerpo masculino expresa el desánimo que se encuentra en ambas fotografías, pero con funciones distintas. En la primera foto, nos parece que el contraste se debe a cuestiones económicas, mientras que la segunda se debe mucho más a cuestiones emocionales, sin descartar la lectura de problemas económicos, pero el fotógrafo intenta abstraerse mucho del personaje retratado, ahora una reflexión e non una descripción visual de los abismos sociales.

**Imagen 10:** Hombre de torso desnudo apoyado sobre una silla



**Fuente:** Leonora Vicuña. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 16)

Julia Toro, en “Santiago” nos permite observar una metáfora de esa época de profunda opresión y oscurantismo, cuando las calles se vacían y hay una profunda tensión en el aire. La fotografía propone una mirada nublada, miope, brumosa sobre la calle y el personaje central, oscurecidos por el efecto estético de la foto en blanco y negro. No podemos dejar de entender la relación directa con las incertidumbres de una época en la que no hay manera de definir perfectamente lo que está ante nuestros ojos.

**Imagen 11:** Santiago



**Fuente:** Julia Toro. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 17)

La fotografía que sigue, es sin duda mi favorita del segundo libro y logra correlacionar el impacto visual y la sutileza de la actuación del niño retratado. Jimena Prieto, nos brinda con una imagen poderosa, ya que el niño retratado nos conmueve agarrando la alambrada.

**Imagen 12:** Nuevo amanecer, Santiago



**Fuente:** Jimena Prieto. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 35)

El primer plano de la imagen son los dedos de su mano bajo el alambre, que corta la fotografía a la altura de la nariz, teniendo al niño en fondo. La expresividad de la mirada, la seriedad, la complexión pesada y la indumentaria nos llevan a comprender que los horrores de la dictadura producen consecuencias aterradoras, contra los más frágiles, especialmente los niños, las mujeres y los ancianos. Esta es una tendencia del trabajo en este segundo libro, encontramos un buen número de fotografías en las que el niño es el personaje central (14 fotografías), así como también creció la presencia de mujeres fotografiadas (30 fotografías), no quisiera decir aquí que estos personajes forman el tema central, pero nos damos cuenta de que esta formulación representa una mayor preocupación a la hora de retratar a estos grupos menos visibles.

En este camino de rastrear a través de la fotografía otra historia y otra memoria de lo que vivió Chile en los años ochenta, nos topamos con la siguiente fotografía de Paz Errázuriz, que llamamos “La manzana de Adán, Evelin: doble reflejo”, una referencia a un ensayo fotográfico titulado “La manzana de Adán”, que inicialmente en 1981, Errazuriz trató realizar sobre las prostitutas de los prostíbulos de Santiago, pero por temor a las represalias de la dictadura las mujeres no aceptaron posar para la artista, salvo una de ellas, Evelyn, quien no solo posó mientras indicaba a otras mujeres transexuales para realizar la prueba.

El resultado de este trabajo fue publicado con el fin de la dictadura en 1990 en sociedad con Claudia Donoso, con el mismo título del ensayo. Como dijimos antes, esta fuera otra vivencia de Paz Errázuriz con la censura, como ocurrirá en su primera exhibición censurada en 1980 que generará la creación de AFI, pero más allá de eso, la artista nos presenta un tema completamente sumergido, escondido, suprimido de las páginas históricas unir dos capas oscurecidas, prostitución y transexualidad.

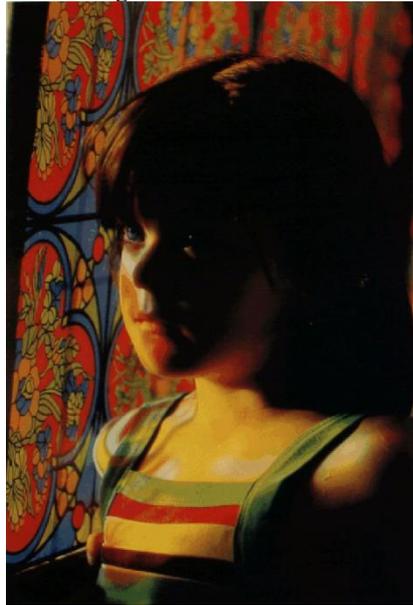
**Imagen 13:** La manzana de Adán, Evelyn: doble reflejo



**Fuente:** Paz Errázuriz. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 41)

La fotografía “La manzana de Adán, Evelin: doble reflejo”, nos muestra la preocupación de la artista por llevar un doble efecto a su cámara con la inserción del espejo como forma de producir el doble de los personajes, la persona y la artista, utilizando escenas domésticas, como el dormitorio y la cama sin ninguna connotación sexual, sino más bien desviada, cuando la mujer travesti se expone y se esconde en la segunda imagen, más lejana y menos evidente, fijada en un segundo plano con su identidad de género.

A continuación tenemos dos fotografías que analizaremos en conjunto, son dos fotografías en las que el protagonista son los niños, pero tienen grandes diferencias entre ellas. Observemos la primera, llamada "Nina matizada" por nosotros, es una foto de Inés Leiva que también publiqué en el primer anuario, una foto de una niña, que estaba recogiendo los restos de la pesca de los adultos (Imagen 6). Miremos la foto de segundo anuario:

**Imagen 14:** Niña matizada

**Fuente:** Inés Leiva. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 52)

Ahora nos tenemos una fotografía en la que la autora también retrata a una niña, pero esta vez explora los colores, las sombras y la luz para proponer que los colores que presenta el gobierno autoritario de Pinochet, en realidad, deben leerse como un enmascaramiento del realidad política y social de Chile, la niña fotografiada en "Niña matizada" tiene un aire taciturno, como en una infancia dictatorial, que a pesar de los colores que iluminan y componen la infancia, se ve oscurecida por la dictadura, como también a vemos en la foto a seguir:

161

**Imagen 15:** Santiago, El deseo de un chico.

**Fuente:** Helen Hughes. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 86)

Esta fotografía de Helen Hughes "Santiago, El deseo de un chico", tenemos la materialización de la penuria que vive la capital chilena, que genera la escena de un niño en la ventana de un restaurante casi avanzando sobre los clientes, mendigando las migajas de los bocadillos de los clientes. La naturalidad de las escenas de la imagen 6 y la imagen 15 nos exponen a la inseguridad alimentaria como uno de los elementos más destacados por las fotografías de estas mujeres en los dos anuarios, una realidad cruel, pero que necesita ser denunciada por el arte.

Finalizamos el análisis de las fotografías del segundo anuario con la siguiente imagen, de Ángela Aguado:

**Imagen 16:** Manos atadas



**Fuente:** Angela Aguado. Segundo Anuario Fotográfico Chileno (1982, p. 118)

Notamos que el primer plano realizado por el artista para buscar los detalles de las manos de un hombre, aparentemente sentado, revela varios aspectos que ya han sido desarrollados en este estudio, una vez más, tenemos la figura oscurecida del anciano., quien, ante las acciones demoledoras del Estado represor y dictatorial que se cierne sobre Chile, deja a los pueblos sin caminos, sin alternativas, invisibilizados y muchas veces olvidados. La elección de esta fotografía se debió a la emblemática metáfora de las manos atadas, que imposibilitan la resistencia de grupos históricamente subalternos y que, en medio de los horrores de la dictadura, no tienen nada que hacer, no pueden luchar y son reprimidos de sus vidas.

## CONCLUSIONES

Los dos libros que cuentan una parte significativa de la historia y memoria de la Asociación de Fotógrafos Independientes de Chile, revelan algunas cuestiones interesantes para ser retomadas. El primer tema se refiere al importante papel de los fotógrafos en la construcción de la AFI y la lectura de la sociedad y la memoria de la dictadura en Chile. La segunda pregunta involucra los temas que se debaten en las fotografías femeninas, contrario a lo que pudo haber pasado el primer anuario, con solo cuatro fotografías presentes ahí, hay un número considerable de fotografías que durante la dictadura produjeron con una mirada sumamente reflexiva el presente de Chile y que trajo con una sensibilidad cautivadora temas de extrema relevancia para la denuncia de los males sociales, los problemas económicos y la censura y el prejuicio, que está incrustado en la vida cotidiana de Chile, producido y fomentado principalmente por la dictadura de Pinochet.

De cara a la llegada del año 2023, tendremos numerosos eventos alusivos a los 40 años del golpe de Estado del 11 de septiembre de 1987 y este texto se propone contribuir con estas reflexiones sobre cómo es necesario quitar el velo que cubre la importante Rol de las fotografías en la construcción de la historia de resistencia a la dictadura chilena, con los clics de la cámara oscura.

## REFERENCIAS:

ANGELL, Alan. Chile, 1958-c. 1980. In. BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**. Vol. IX. A América latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas, São Paulo: EDUSP, 2015.

CATRILEO, Daniela. **Guerra florida Rayülechi malon**. Santiago de Chile: Del Aire. 2018.

GÓNGORA, Mário. **Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX**. Santiago: Editores La Ciudad, 1981.

NERUDA, Pablo. **Los versos más populares de Pablo Neruda**. Santiago de Chile, Ed. Austral, 1954.

QUIJADA, Gonzalo Leiva. **Multitudes en sombras, AFI**. Santiago: Ocho libros editores, 2008.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. Resistência das existências: leituras de existências femininas apagadas. **Revista Moara**, n. 61, ago-dez 2022, pp. 148-164. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v0i61.13869>





Esta obra possui uma Licença

Submissão: 30/11/2022 | Aprovação: 01/04/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11430>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11430>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 165-185



## EN LA PLAZA Y EN LA CÁRCEL: CÓMO LAS MATERNIDADES SE MANIFESTARON EN LAS EXPERIENCIAS DE LAS MUJERES EN EL MARCO DE LA RESISTENCIA POLÍTICA EN LOS 60'

*AT THE SQUARE AND IN PRISON: HOW MATERNITIES WERE MANIFESTED IN THE EXPERIENCES OF WOMEN IN THE FRAMEWORK OF POLITICAL RESISTANCE IN THE 1960s*

Gabriela Veras IGLESIAS 

Universidad de la República (UDELAR - Uruguay)<sup>1</sup>

**Resumen:** El texto aborda las diferentes formas en que las mujeres encarnaron sus maternidades durante la dictadura cívico-militar en Argentina y Uruguay. Nos preguntamos cómo estas mujeres atravesaron sus maternidades, resistiendo en las calles y en las cárceles, entre distintas generaciones de madres e hijas. Para trabajar el tema discutimos brevemente el caso argentino de las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo, donde podemos visualizar cómo el binomio madre-hija operó desde la potencia y creación de un accionar político que ha marcado la construcción de la memoria social y por los reclamos por justicia y no impunidad. Por otro lado, abordamos la realidad de las ex presas políticas en Uruguay poniendo énfasis sobre cómo transitaban sus maternidades y cómo se tejió la trama entre mujeres. El texto se enmarca en los estudios de mi tesis de maestría en la cual investigo a las maternidades feministas.

**Palabras-clave:** Maternidades, feminismos, política femenina.

**Abstract:** *The text addresses the different ways in which women embodied their maternity wards during the civic-military dictatorship in Argentina and Uruguay. We wonder how these women got through their maternity wards, resisting on the streets and in prisons, between different generations of mothers and daughters. To work on the subject, we briefly discuss the Argentinian case of the Mothers and Grandmothers of Plaza de Mayo, where we can visualize how the mother-child binomial operated from the power and creation of a political action that has marked the construction of social memory and for the demands for justice and not impunity. On the other hand, we address the reality of former political prisoners in Uruguay, emphasizing how they went through their maternity wards and how the plot was woven between women imprisoned. The text is part of the studies of my master's thesis in which I investigate feminist maternity wards.*

**Keywords:** Maternity wards, feminisms, female politics.

<sup>1</sup> Licenciada en Ciencias Sociales, USP-Brasil. Maestranda en Ciencias Humanas por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Profesora en Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio, Universidad de la República de Uruguay. Montevideo, Uruguay. E-mail: [gv.iglesias@gmail.com](mailto:gv.iglesias@gmail.com)

## INTRODUCCIÓN

El texto aborda las diferentes formas en que las mujeres encarnaron sus maternidades durante la dictadura cívico-militar en el cono sur, especialmente en Argentina y Uruguay. Nos preguntamos cómo atravesaron sus maternidades, resistiendo en las calles y en las cárceles, entre distintas generaciones de madres e hijas. Para trabajar el tema discutimos brevemente el caso argentino de las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo, donde podemos visualizar cómo el binomio madre-hija<sup>2</sup> operó desde la potencia y creación de un accionar político que ha marcado la construcción de la memoria social y por los reclamos por justicia y no impunidad. Por otro lado abordamos la realidad de las ex presas políticas en Uruguay poniendo énfasis sobre cómo transitaban sus maternidades o no-maternidades y cómo se tejió la trama entre mujeres.

Las condiciones de esas mujeres se diferencian por su carácter generacional y el lugar desde donde se paran: mientras las madres resisten afuera, en la plaza, las hijas resisten adentro, encerradas. Sin embargo, es la práctica del Terrorismo de Estado que las llevan a esos lugares de lucha, un trazo que las unen y marca la imagen de la historia de ese periodo.

La idea fue establecer un diálogo con mi investigación de maestría, que tiene como tema las maternidades feministas. Las herramientas teóricas que nos brinda el debate abierto por los feminismos sobre las maternidades, nos permiten mirar estas experiencias desde distintas claves. Buscamos resaltar la potencia de la politicidad femenina, aunque no hayan nombrado desde estos lugares en su momento.

Para estructurar el texto en un primer apartado trabajamos algunas nociones abiertas por los feminismos sobre las maternidades. Luego aterrizamos en el contexto de los 60' preguntándonos por las concepciones de familia y sexualidad que circulaban entre las mujeres militantes políticas y los puntos de contacto y distanciamientos con los feminismos de su tiempo.

En un segundo apartado abordamos brevemente el caso de las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo de Argentina, seguido por la experiencia de las ex presas políticas que sufrieron el encierro prolongado, fenómeno que ha caracterizado la dictadura cívica-militar de Uruguay. En ambas situaciones nos interesa pensar cómo ha operado la maternidad en clave de potencia, o sea, cómo ese rol ha corroborado al despliegue de acciones políticas y de resistencia.

---

<sup>2</sup> Utilizamos como criterio el genérico femenino y el pronombre neutro X para combatir el sexismo en el lenguaje.

Consideramos que mucho se ha hablado sobre sus mandatos y aspectos de subordinación implícitos en la sociedad patriarcal, los cuales haremos referencia. Pero nos parece relevante mirar la maternidad en clave de experiencia más allá de su aspecto institucionalizado, como forma de aportar nuevos colores que componen esas viejas imágenes (RICH, 1996). Se trata de un ejercicio teórico con la pretensión de acercarse al tema y ensayar reflexiones que puedan ser posteriormente profundizadas.

## CLAVES FEMINISTAS PARA MIRAR LAS MATERNIDADES

Las diferentes corrientes feministas desarrollaron un importante debate acerca del rol simbólico de la madre y de la maternidad como una representación social y cultural de “lo femenino”. A partir de la segunda ola del feminismo<sup>3</sup> marca el momento en que la maternidad pasa a ser núcleo del debate y de la reivindicación. Simone de Beauvoir (2018) es una importante representante de la corriente que “desarticula el modelo de la -buena madre-”, la autora rechaza la equiparación entre mujer y madre y reflexiona acerca de su sujeción al rol de madre por su condición natural: “La mujer es presa de la especie, la naturaleza le impone sus propias leyes. Éste es el conflicto individuo-especie que se batalla en el cuerpo femenino y en el que la mujer aparece como enajenada y esclavizada por su organismo.” (IMAZ, 2010, p. 78). Beauvoir (2018) denuncia a la maternidad forzosa como un destino femenino en el contexto del modelo de la familia burguesa. Cuestiona la igualación entre mujer y madre, dado que no se trata de una esencia femenina sino un conjunto de representaciones simbólicas producidas por la cultura. El mito del instinto maternal refuerza el rol de la madre relacionándolo a una conducta bajo principios inmutables y ahistórico. La mitificación de la maternidad está compuesta por diversos factores vinculados al cuerpo femenino, a la lactancia y en los deberes maternos de la crianza (SALETTI, 2008). Esta perspectiva refuerza el argumento de Beauvoir donde los rasgos biológicos femeninos son utilizados para naturalizar el rol de la mujer como madre adjudicándole un lugar social, en este contexto el mito del amor maternal opera como parte del sistema de la heterosexualidad obligatoria.

Monique Wittig (2006) plantea la diferencia sexual como base que sostiene la heterosexualidad obligatoria, es decir que se naturaliza ese rasgo biológico para definir las conductas culturales entre los seres humanos. Para Wittig (2006) la institución “casamiento” concreta el contrato

<sup>3</sup> La segunda ola del feminismo surge en el contexto de los años sesenta cuando las reivindicaciones feministas pasan a ir más allá del debate de los reclamos por la igualdad civil, algo que marcó el feminismo de la igualdad que protagonizó en la primera mitad del siglo XX y donde el personal pasa a ser político.

por lo cual la mujer pasa a “pertenecer a su marido” y seguir una serie de conductas pertinentes a su posición. Las mujeres que no están vinculadas a un matrimonio igual viven bajo regla social masculinizada, donde están “disponibles” para los varones (CURIEL, 2017). Las feministas radicales plantean la maternidad como alienación de la mujer, interpretan las diferencias biológicas como la raíz de la desigualdad social entre los sexos, lo que sustenta la opresión femenina y la consecuente dominación masculina. Para las feministas radicales el desarrollo científico acerca de la reproducción artificial y los métodos anticonceptivos vendrían a ser parte de la liberación femenina.

Adrienne Rich (1996) da un salto analítico y propone una “transvaloración que considere la maternidad como fuente de un placer, conocimiento y poder específicamente femeninos” (citado por Gamba, 2010: 208), marcando un hito para el debate. Rich señala que es importante diferenciar la institución maternidad y la experiencia de la maternidad: “Me propongo distinguir entre dos significados superpuestos de maternidad: la relación potencial de cualquier mujer con su capacidad de reproducción y con los hijos; y la institución, cuyo objetivo es que este potencial -y todas las mujeres- permanezcan bajo control masculino” (RICH, 1996, p. 47). La autora vincula la institución como una serie de costumbres, tradiciones, convenciones, creencias, actitudes, reglas, leyes, preceptos, y multitud de otras racionales e irracionales normas sobre cómo cuidar y atender a los niños (IMAX, 2010). Reflexiona cómo estas representaciones culturales son centrales para el sostén del patriarcado y refuerzan el sistema de la heterosexualidad obligatoria. Por otro lado, ubica la ‘experiencia de la maternidad’ como una retomada del control de la mujer sobre su propio cuerpo y potencial liberación de los mandatos maternos. La autora propone la retomada del vínculo madre-hija como forma de trabajar el sentimiento de rechazo de las mujeres hacia el embarazo y hacia su propia madre. Ubica el cuerpo femenino como un lugar generador de conocimiento y de poder creador.

El pensamiento patriarcal ha limitado la biología femenina a sus propias y estrechas especificaciones. La visión feminista se ha apartado de la biología femenina por estas razones; pero creo que debemos considerar nuestro físico como un recurso, en lugar de un destino. A fin de vivir una vida humana plena, no solamente exigimos el control de nuestros cuerpos (...), debemos captar la unidad y resonancia de nuestro cuerpo, nuestro vínculo con el orden natural, el fundamento físico de nuestra inteligencia” (RICH, 1996, p. 81)

Pone centralidad en el cuerpo como potencial vía de acceder a conocimientos femeninos a partir de la recuperación de los vínculos entre mujeres y su transmisión de conocimientos. Se trata de reconstruir la genealogía femenina donde rijan nuevos órdenes simbólicos:

Afirmar que nacemos de mujer se convierte en el principio básico de interpretación de las relaciones entre mujeres, puesto que su vinculación ha sido escindida en el orden simbólico del patriarcado; todos nacemos de mujer, y sin embargo la voz de las mujeres no ha sido escuchada. El aporte de esa postura feminista es el uso político de lo silenciado y censurado: la relación con el cuerpo de la madre (SALETI, 2008, p. 179).

Hace una apuesta en recuperar los vínculos entre mujeres como forma de pensar nuevos códigos sociales y prácticas políticas. A partir de los planteos de Rich se abre una nueva vía de interpretación de la maternidad por el movimiento feminista.

### **ALGUNOS PARADIGMAS DE GÉNERO EN LAS MILITANTES DE LOS 60' DESDE EL SUR**

El discurso médico ha operado históricamente para normativizar a los cuerpos femeninos, controlar la natalidad y diagnosticar enfermedades atribuidas a las mujeres. La influencia del pensamiento positivista y neomalthusiano en los países del Cono Sur ha llevado al incentivo de políticas eugenistas que visaba controlar la cantidad de nacimientos sobre todo de las clases populares<sup>4</sup> (SAPRIZA, 2002). La domesticación de los cuerpos femeninos tuvo una clave moralizadora que buscaba consolidar el modelo de familia tradicional cuestionado por algunos discursos feministas de su tiempo.

en el impulso de conquistar el cuerpo femenino como campo de experimentación médica, instauraron el culto a la invalidez femenina, cuya culminación fue la histeria. Más adelante ayudaron a construir el estereotipo de "madre", la única función verdaderamente 'natural' de la mujer (SAPRIZA, 2002, p. 58)

El pensamiento de Beauvoir (2018) que contrapone a este discurso médico cobra poca influencia en su momento entre las mujeres uruguayas en los 60', para contextualizar esa afirmación es interesante mencionar el trabajo de Sapriza (2021) cuando se pregunta por el impacto de su libro "El Segundo Sexo"<sup>5</sup> en las militantes de los 60'. Sapriza (2021) señala que el contexto político latinoamericano marca la mirada de estas mujeres. No se puede hacer un paralelismo inmediato entre la revuelta juvenil de mayo de 68 europeo; el despliegue del movimiento feminista de los 70' en el norte, con los temas que movilizaban a las jóvenes del sur. Acá el impacto de la Revolución cubana

<sup>4</sup> Para profundizar sobre la temática ver tesis Sapriza, Graciela. "Primeros discursos de la eugenesia rioplatense" IN La utopía eugenista. Raza, sexo y género en las políticas de población en Uruguay (1920-1945). Tesis de maestría en Ciencias Humanas opción Estudios Latinoamericanos Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UDeLaR, Universidad de la República, Uruguay. 2002.

<sup>5</sup> "El Segundo Sexo" escrito por la filósofa francesa Simone de Beauvoir, publicado en 1949. Marca un hito en el pensamiento de la época y tiene gran difusión a nivel internacional.

y la inminencia del golpe militar estaban sobre la mesa, la lucha estuvo centrada en la posibilidad de la revolución y resistir a la dictadura. Entre las feministas entrevistadas por Sapriza (2021), la mayoría tuvieron contacto posterior con la obra de Beauvoir. Los temas feministas eran considerados secundarios en el ámbito de la militancia política, la lucha estaba centrada en otro lugar:

la condición de mujer no era la preocupación central, no estaba en su horizonte, por el contrario, todas mencionaron el “mito” de la igualdad de la mujer en Uruguay. La reflexión sobre el sexismo experimentado en carne propia se hizo posteriormente. (SAPRIZA, 2021, p. 15).

La clave de igualdad siguió al patrón masculino, los cuerpos de las mujeres militantes pasaron por un proceso de masculinización a la interna de los grupos militantes como forma de ganarse el respeto de sus compañeros varones. La lucha de las mujeres operaba bajo el paraguas del “hombre nuevo”. Sin duda fueron tiempos convulsionados, de grandes transformaciones pero la energía estaba puesta en la entrega y sacrificio por la revolución.

La familia, sus valores y su futuro, «*era un problema que no nos planteábamos*»-recordó una ex integrante del MLN-. Y agregó: Esas discusiones las espantábamos como temas demasiado laterales y secundarios para la importante tarea que teníamos a corto y mediano plazo que era la de realizar la revolución. Tal vez una pauta para comprender esa actitud se encuentre en la reflexión de otra exmilitante comunista: «*La revolución era un acto mágico que iba a resolver todos los problemas*», para qué perder el tiempo en discusiones sobre familia, sexo, roles o aborto. «*Había que tomar el poder y después veríamos*», sostuvo una ex tupamara, resumiendo de alguna manera la mentalidad existente en esos sectores. (PARIS y RUIZ, 1998, p. 278)

La revolución aparece como clave central para pensar el cambio social. El ámbito privado no se vuelve político y subyace a lo público. Ahí vemos un distanciamiento con algunas ideas feministas que circulaban en el norte<sup>6</sup> que buscaban dar vuelta a esa clave cuando plantean la consigna “lo personal es político”. Esta idea propone un desplazamiento del pensamiento político estadocéntrico para politizar otras dimensiones de la vida social que operan desde el ámbito privado.

El partido y los grupos militantes ocupan un espacio de familismo sin necesariamente cuestionar los roles tradicionales de la nuclear. “Abandoné mi vida privada, familiar, por la militancia en el grupo -sostuvo una integrante del FER68-, ahí estaban los amigos, las parejas, arreglábamos el mundo, compartíamos las diversiones y las barricadas” (RUIZ y PARIS, 1998, p. 281). La militancia ocupa un lugar de familia ampliada y eso genera cierto movimiento en las estructuras morales entre

<sup>6</sup> Esta consigna es planteada por la corriente de las feministas radicales, aparece por primera vez en el texto escrito por Carol Hanisch intitulado “Lo personal es Político” de 1969, con las editoras Shulamith Firestone y Anne Koedt. Fue traducido al español por las Feministas Lúcidas, ver In: [http://www.diariofemenino.com.ar/documentos/lo-personal-es-politico\\_final.pdf](http://www.diariofemenino.com.ar/documentos/lo-personal-es-politico_final.pdf)

generaciones, sobre todo respecto a la sexualidad y el rito del casamiento, lo que se expresó de distintas maneras, dada la realidad de cada sector social.

Se trata de una generación bisagra, cuestionan algunos elementos a la vez que reproducen aspectos tradicionales en torno a la heterosexualidad obligatoria y a la monogamia. (SAPRIZA, 2021; RUIZ y PARIS, 1998) -dígase de paso hasta hoy no pudimos superarlos socialmente-. La ambivalencia hace parte de los procesos de cambios culturales, pero claramente hay un ímpetu por lo nuevo. Son legados que conectan generaciones de mujeres desde los feminismos.

Los efectos de la revolución sexual atraviesan a los cuerpos de las jóvenes. La píldora anticonceptiva fue una herramienta relevante que desdibujó la igualdad mujer-madre, ya que habilitó separar la sexualidad de la reproducción. Elemento que posibilitó a estas mujeres cierto poder sobre la elección en torno a la maternidad (SAPRIZA, 2021). “La práctica prematrimonial -que siempre se había ocultado- se asumió cada vez más dejando paulatinamente de lado la culpa y disfrutando de una relación más plena” (RUIZ y PARIS, 1998, p. 286). Esas prácticas resonaban sobre todo en las parejas más jóvenes, entre los militantes mayores los valores conservadores operaban con más peso. Para la sexóloga Elvira Lutz “la famosa revolución sexual de los 60 en Uruguay fue una revolución leída, de la boca más que real. Acá intelectualmente éramos todos muy libres, pero prácticamente seguíamos siendo conservadores. Sobre todo a nivel familiar y de costumbres sexuales” (RUIZ y PARIS, 1998, p. 286).

En el ambiente militante se adoptó el término “compañera/o” para las relaciones de pareja, lo que subyace la idea de “compañera de vida”, que abarca el proyecto político compartido. El rito del casamiento se mantuvo, aunque haya sido simplificado en algunos aspectos. Es planteado por algunas militantes como estrategia para mantener la discreción ante un escenario persecutorio, “se casaban solo aquellos que necesitaban proporcional un local de funcionamiento, tener una apariencia de una familia normal, que permitiera continuar la vida clandestina” (RUIZ y PARIS, 1998, p. 289). Acá vemos ciertas discrepancias entre las críticas elaboradas por las feministas acerca de la heterosexualidad obligatoria, donde el casamiento es visto como un contrato que sostiene uno de los elementos centrales de la subordinación de la mujer. Aunque esa discusión no haga eco entre las militantes, el casamiento de cierta forma sufre un leve desplazamiento en relación a su rol estrictamente tradicional, siendo volcado hacia el proyecto político revolucionario.

De forma paradójica el convertirse en madre para muchas militantes fue una elección, se trataba de contribuir con la revolución, materner se convierte en un acto heroico, son los hijos de la revolución. No se habla de sus trazos patriarcales, sus mandatos y las desigualdades que generan para

las mujeres, lo ven como un lugar de salvación para un mundo nuevo. Tomemos prestado un testimonio utilizado por Sapriza (2005) que nos ilustra ese sentido para algunas mujeres militantes: “Es cierto que en las condiciones en que vivíamos no era conveniente tener un hijo, pero teníamos muchísimo deseo de tenerlo. Y en esa lucha loca entre la vida y la muerte, sabíamos el peligro que corríamos, pero a su vez queríamos que viviera y fuera feliz con nosotros”<sup>7</sup>. Celeste Zerpa, militaba en el MLN, ante la persecución y el peligro inminente de prisión opta por tener hijos desde una clave del deseo.

El embarazo es buscado, ubicado en un lugar de lucha, no está vinculado a los parámetros estrictos de una vida ordinaria, está inscripto en lo nuevo. Podemos evocar las claves que nos regala Rich para visibilizar que a través de nuevas vidas nacen nuevos proyectos políticos. No se trata de abdicar la maternidad, sino de vivirla desde otros lugares. La frontera entre la “institución” y la “experiencia” de la maternidad se desvanece, son cuerpos que circulan de un lado a otro, pero que tienen claro dónde quieren llegar, donde quieren criar a sus hijos.

Desde la vertiente anarquista la experiencia uruguaya de la Comunidad del Sur puso en cuestión los roles de la familia nuclear y ensayan otras formas de vivir. La Comunidad se conforma en los 50’ y a lo largo de los años elaboran un proyecto político integrando la vida productiva y reproductiva. El sostén económico se daba tanto por el auto sustento de la producción en el terreno (huerta, carpintería, talleres, mermeladas, vino) como por las actividades de una imprenta. Una vez consolidada la vida comunitaria en un ambiente común, en mediados de los 60’ inician la propuesta de comunitarización de lxs niñxs. Propuesta que desdibuja los roles de las madres y padres biológicos pasando a un proceso de crianza colectiva de lxs niñxs. Ahí las figuras de la madre y del padre son ampliadas, tal como señala testimonio de un ex integrante “teníamos una idea de más que una familia, una tribu, somos todos padres de todos los niños, somos todas madres de todos los niños (...) Se hablaba de la paternidad compartida, que todos los hijos son hijos suyos” (VERAS IGLESIAS, 2013, p. 27). Las tareas de cuidados eran compartidas entre distintos integrantes del colectivo, sin embargo protagonizadas por las figuras femeninas. La experiencia de comunitarización fue sistemáticamente evaluada en las asambleas y generó ciertos dilemas a la interna del colectivo en torno a los vínculos filiales, algunos niñxs mencionan la sensación de sucesivas pérdidas, luego de la partida de adultos referentes, cuando se iban de la organización. Sin embargo, es una experiencia única que llevó a cabo de forma radical la propuesta de desarmar la idea de familia nuclear. El proyecto político de la

<sup>7</sup> Entrevista a Celeste Zerpa realizada por Clara Aldrichi en 1999 para su trabajo “La izquierda armada” Montevideo. Trilce. 2001.

Comunidad del Sur sufre sucesivos cambios cuando se van de exilio en 1976 a Perú y luego a Suecia (VERAS IGLESIAS, 2013).

La película “El edificio de los chilenos”, retrata la propuesta llevada a cabo por un grupo de militantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, que rompen con el ideario de familia tradicional y plantean el Proyecto Hogares. Se trata de un modelo de vida comunitaria entre lxs niñxs y adultos, integrantes de la organización. La idea es elaborada cuando integrantes exiliados en Europa deciden volver a Chile, contexto inapropiado para sus hijxs. La propuesta se consolida en Cuba a fines de los años 70’, cuando más de 80 personas (60 niñxs y 20 adultos) pasan a habitar el edificio destinado a la experiencia propuesta por los chilenos. Se organizan conjugando distintos núcleos familiares conformados por niñxs y padres sociales (duplas de adultos responsables). El contacto con los familiares biológicos (cuando vivos) se mantenían a través de cartas cuidadosamente transportadas. La experiencia se termina cuando el contexto político de Chile demuestra la imposibilidad de llevar a cabo la revolución, llevando al mutuo desafío de (re)integración entre lxs niñxs y sus familiares biológicos.

## RESISTENCIAS DESDE LOS MATERNAJES

Es relevante analizar los lugares maternos desde otros rincones, desde otros paisajes. Nos interesa mirar formas de resistencias que se desplegaron a partir del binomio madre-hijx, yendo más allá de los mandatos patriarcales circunscritos socialmente. La historia recién nos muestra cómo algunas mujeres se agarraron de sus vínculos filiales para resistir y desplegar una lucha política ante la detención/desaparición de sus hijxs y el largo pasaje por la cárcel.

Los regímenes militares del Cono Sur dejaron una huella en la memoria colectiva y cambiaron significativamente la vida de muchas familias. Hubieron mujeres que sufrieron persecución, prisión prolongada, tortura y muerte. Otras tantas fueron víctimas indirectas, como las abuelas, madres, esposas, tías, hermanas e hijas que acompañaron y sufrieron las marcas dejadas por las botas duras y frías de la dictadura (JELIN, 2002). No obstante, desde la ausencia y el dolor, sostenidas por su amor y afecto, reinventaron la propia existencia dándole significados políticos a los roles tradicionales de cuidados. Es cuando lo personal se vuelve político y el dolor singular se vuelve lucha colectiva. El encuentro con otras que pasaban lo mismo, les posibilitaron dar otros significados a los modos operantes de las obligaciones familiares y de cuidados trascendiendo a la vida cotidiana llevada hasta entonces.

Resistiendo a las consecuencias trágicas de la dictadura cívico-militar, las mujeres se vuelven sujetas políticas activas, protagonizando distintas organizaciones del movimiento de derechos humanos. En las calles, salen a protestar por la desaparición de sus hijxs y a exigir que se haga justicia “las mujeres dirigen las organizaciones de derechos humanos que reclaman justicia y son las más visibles en las manifestaciones callejeras de apoyo y de júbilo por la detención.” (JELIN, 2002, p. 99). Las memorias de lucha construidas por las Madres y Abuelas de la plaza de mayo son un hito que lograron incidir en el paisaje de la dictadura argentina. Fueron fundamentales para cambiar los imaginarios sociales sobre la dictadura. Corroboraron con los juicios posteriormente llevados a cabo contra genocidas de la política del terrorismo de Estado. Movidas a partir de la quiebra del vínculo filial, el restablecimiento del binomio madre-hijx pasa a ser inspiración de su lucha contra la impunidad.

Mientras en Argentina el genocidio ha sido el método recurrente del terrorismo de Estado, en Uruguay, las prácticas de detenciones prolongadas marcaron su particularidad. Las presas políticas cambiaron el escenario de los penales. Pasaron largos periodos de sus vidas desafiando los dispositivos carcelarios e resistiendo a las opresiones de la vida cotidiana del encierro. Este dispositivo de control también tuvo resonancias en “diversos espacios sociales «extramuros»”, afectando al modo en que los familiares estuvieron expuestos y vieron sometidos sus cuerpos en distintos niveles “al régimen de sanciones penitenciarias” (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2014, p. 44). En esos casos el vínculo madre-hijx fueron vividos desde distintos lugares, tanto a través de encuentros (i)regulares por medio de las visitas, como por una maternidad intensiva compartiendo el encierro en sus primeros años de vida. A la interna de las cárceles muchas mujeres gestaron y parieron, materner en la cárcel fue una dura realidad que tuvieron que enfrentar. Nos interesa enfocarnos en cómo esas mujeres pudieron hacer de ese vínculo filial clave para sobrellevar la experiencia del encierro prolongado.

También nos interesa explorar las nociones ampliadas de maternidad que se dieron en ambos casos, es decir, cómo los vínculos entre mujeres fue otro eje central de sostén y complicidad rompiendo con los valores patriarcales de enemistad y competencia entre las mujeres. Tema abierto por los feminismos y que podemos visualizar en la convivencia forzada por los destinos cruzados de esas mujeres.

## MADRES Y ABUELAS CAMBIAN LA PLAZA

Las madres y Abuelas de la Plaza de Mayo rompen el silencio de la dictadura argentina. Transgreden el orden al habitar la plaza semanalmente y hacer público su duelo, reivindicando la aparición de sus hijxs y nietxs. En 1977 hacen sus primeros recorridos y ponen a jugar su rol materno en la escena política. Dan un giro a los mandatos maternos ubicándolos en un lugar “inapropiado” del no-privado, tomando el ámbito público como local estratégico para sus acciones. No niegan su dolor, lo canalizan hacia una acción más allá de su núcleo familiar.

Desde un nosotras socializan sus maternidades y pasan a ser madres de todos los desaparecidos, “las integrantes de la Asociación (Madres de la Plaza de Mayo) no luchamos por nuestro propio hijo, sino por todos los que dieron su vida por esta patria. En esta lucha colectiva, nuestros hijos son los 30.000” (Asociación Madres plaza de Mayo)<sup>8</sup>. Rompen con el aspecto individualizado y solitario del mandato patriarcal implícito en la familia nuclear. Su búsqueda solo tiene sentido en un compartir con otra, desde la producción de un maternaje común. Toman la lucha de sus hijxs como propias, miran hacia atrás, se apropian de los sentidos políticos de la generación anterior, los mantienen vivos para seguir adelante y construir el futuro:

Las Madres de Plaza de Mayo sabemos que nuestros hijos no están muertos; ellos viven en la lucha, los sueños y el compromiso revolucionario de otros jóvenes (...) encontramos a nuestros hijos en cada hombre o mujer que se levanta para liberar a sus pueblos. (Asociación Madres plaza de Mayo)<sup>9</sup>.

Al enunciar su dolor visibilizan el sistema represivo del Estado, haciendo evidente la lucha de la generación de sus hijxs. Se trata de una imagen borrosa de la maternidad que buscamos explorar distintos enfoques. Por un lado, es cierto tal como lo menciona Jelin (2002), que legitimando la expresión pública del duelo y dolor las Madres reproducen estereotipos y visiones tradicionales, pero al encarnar la imagen de la Mater Dolorosa, de forma paradójica hacen explícito los límites impuestos a las propias mujeres. Enfrentan persecuciones y pérdida de compañeras, convierten sus maternidades en un hacer político, “las Madres y su movimiento también resaltó la desaparición de muchas mujeres de la vida pública Argentina y las sacó del closet doméstico. Al verse forzadas a ir más allá de los roles tradicionales, han hecho evidente cuan restringidos y opresivos habían sido esos roles hasta entonces” (TAYLOR, s/f, p. 04).

<sup>8</sup> In: Asociación Madres plaza de Mayo, <https://madres.org/index.php/consignas/> (accedido en 27 de septiembre 2020)

<sup>9</sup> Idem.

Se apoyan en los marcos legales de la lucha de los derechos humanos e irrumpen la escena pública encarnando el papel simbólico y la memoria social de esa lucha. Se consolidan como portavoces de las violaciones que ambas generaciones sufrieron. Para Jelin (2002, p. 115) “su performatividad y su papel simbólico tienen también una carga ética significativa que empuja los límites de la negociación política, pidiendo lo ‘imposible’”. La presencia regular de las Madres en la Plaza de Mayo visibiliza la ausencia de los desaparecidos y restablece la relación filial que la política de terrorismo de Estado buscó aniquilar, “a través de su cuerpo, logran hacer visible la ausencia de todos aquellos que habían desaparecido sin dejar rastro, sin dejar un cuerpo (...) portándolos (como posters) o vistiéndoles (como prendas)” (MOSQUERA, 2019, p. 24).

Además de manejar la ausencia de sus hijxs, hay una doble pérdida cuando pensamos en lxs nietxs apropiados. El Estado terrorista argentino tuvo una práctica constante de secuestrar a lxs niñxs llevados con los padres y de apropiarse de los bebés nacidos en cautiverio. En esos casos, a la madre se la mantenía con vida hasta el nacimiento y luego desaparecida. Trazo mórbido de la historia argentina pero que ha llevado al surgimiento de la organización de las Abuelas de la Plaza de Mayo. La búsqueda por sus nietxs y la restitución de su verdadera identidad filial ha sido uno de sus objetivos centrales. (MOSQUERA, 2019)

Mosquera identifica distintos imaginarios sociales generados a partir de las estrategias utilizadas por las Abuelas. Durante el primer periodo estuvieron centradas en la búsqueda por sus nietxs secuestrados y en la denuncia de la apropiación como un delito. Tal proceso abrió un debate público en torno a los límites de los derechos de la familia biológica y se puso en cuestión los daños psicológicos generados a lxs nietxs por una ‘segunda’ separación de las familias apropiadoras, ante la posibilidad de restitución.

En ese imaginario social instituido se oponen dos visiones de ‘la familia’: aquella que, estando vinculada con los desaparecidos, reclama el niño/a; y los ‘otros’, la familia adoptante (y/o apropiadora) que pretende representar ‘el orden’, ‘el bien’ y los ‘buenos antecedentes’. Pero que oculta el modo como se hace cargo de ese hijo (MOSQUERA, 2019, p. 29).

Para desarmar estas nociones, hicieron un esfuerzo en discutir la diferenciación entre apropiación y adopción, poniendo en juego la costumbre de tratarlo como sinónimos. Con su accionar político consolidan la idea de “apropiación ilegal como crimen” denunciando y haciendo público su carácter criminal. En un segundo periodo tras 1996 las Abuelas centran su estrategia en el planteo de la identidad en clave de duda. Lanzan la pregunta “Y vos, sabés quién sos?” acompañada por campañas que incentivan a los jóvenes nacidos en el periodo de la dictadura a preguntarse por la

veracidad de su vínculo parental. Con la campaña “Resolvé tu identidad ahora” invitan a los jóvenes nacidos en el periodo y que tenían dudas sobre sus orígenes a que se acercaran. Abordan la necesidad de tratar a los niños como sujetos de derecho y no como objetos, tal como los trataron la política dictatorial.

Toman la clave de derecho a la restitución de la identidad como eje de la lucha y camino para liberarlos. Sensibilizan a la sociedad abordando distintos aspectos acerca de los derechos de los niños, jóvenes y familiares: derecho a conocer su propio origen, derecho a restituir su identidad y derecho a las familias a recuperar sus familiares. La discusión que se abre a partir de los derechos les permiten avanzar en los marcos jurídicos con la creación de la CONADI<sup>10</sup> y la elaboración de un Banco de Datos Genéticos<sup>11</sup> donde la muestra de sangre pasa a ser válida como prueba en los juicios. Con el apoyo de estudios realizados en otros países logran desarrollar la identificación genética de parentesco saltando una generación. Aportan a los avances científicos y dan respuestas a sus necesidades y a la memoria social “crean una cadena genética e histórica. En lugar del olvido oficial, inscribieron el tiempo y las fechas de las desapariciones” (TAYLOR, s/f. p. 03).

De la misma manera que las Madres, las Abuelas disputaron el concepto familia en pro de su lucha, reafirmando su aspecto tradicional, donde lo biológico corrobora para la elaboración de la identidad de los integrantes de una familia, que había sido desarmada. Mosquera apunta lo contradictorio de ese discurso ya que los militares también se utilizaron de lo ideal de familia tradicional para acusar los “subversivos” como personas incapaces para atender los roles esperados de cuidado:

Así depositaban en la familia la ‘falta de cuidado de los hijos’, la ausencia de autoridad de ‘los padres’ y la necesidad de erigir dicho ‘modelo de familia’ como es sostén del orden social, mientras que las Abuelas lo utilizaron para mostrar que sus familias habían sido rotas y que el propio concepto de familia se estaba poniendo en peligro (MOSQUERA, 2019, p. 27).

Cada persona encontrada y restituida les dio fuerza y respeto social. La noción de una maternidad ampliada también se hace presente, “las abuelas dicen que encontrar al nieto de una de

---

<sup>10</sup> La Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (CONADI) fue creada en 1992 por la Ley 25457. “Es el Organismo dependiente de la Secretaría de Derechos Humanos responsable de garantizar el cumplimiento de la Convención Internacional por los Derechos del Niño, en lo referente al derechos a la identidad (artículo 7, 8 y 11)” En: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/conadi>

<sup>11</sup> Según Sonia Mosquera el Banco de Datos Genéticos es “donde se conservan las muestras de sangre de los familiares de los casos denunciados por las abuelas para la realización de pruebas genéticas, y de la Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (CONADI), dependiente del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Su función consiste en solicitar la documentación en los lugares que intervinieron en la inscripción de los bebés y, en caso que así lo requieran, el análisis de ADN al Banco Nacional de Datos Genéticos”. (MOSQUERA, 2019, p. 26)

ellas es como encontrar al nieto de todas” (MOSQUERA, 2019, p. 29), tal como las Madres, salen de la unidad familiar aislada y alimentan un sentido de familia común.

Actualmente tienen gran visibilidad y relevancia en el escenario político argentino y han contribuido con el devenir de la memoria recién del país. Sin lugar a duda su lucha fue un aporte fundamental hacia el giro de política gubernamental que pasaran a formalizar el terrorismo de Estado. Con la condena de los crímenes ocurridos, especialmente sobre el “plan sistemático de robo de niños y niñas”, dejan sus huellas en la construcción de una narrativa en la nueva política de la memoria (MOSQUERA, 2019, p. 35).

## LOS MATERNAJES EN LA CÁRCEL

Para pensar las prácticas de resistencia que se desplegaron en las calles tomamos el caso argentino, ahora nos interesa mirar la realidad uruguaya, particularmente la experiencia de las ex presas políticas que maternaron y resistieron en la cárcel durante la dictadura cívico-militar. La noción de maternidad en general está restringida a la filiación biológica madre-hijx, no obstante tomamos la idea de maternar en su sentido amplio, en clave de cuidados. Así, nos proponemos a pensar cómo las mujeres cuidaban a sus niñxs pero también a sus compañeras durante el encierro. Cuidados esos que ubican la reproducción de la vida como eje central para soportar y sobrellevar la vida en la cárcel.

La experiencia de las presas políticas en Uruguay pasa a ser escrita posteriormente al relato construido por los protagonistas varones, que elaboran una narrativa luego haber sido liberados y marcaron un hito en la memoria social que contraponía la historia oficial de la subversión (De Giorgi, 2015). La historia de las ex presas políticas se va componiendo de a poco. Uno de los primeros relatos que marca la construcción de esa narrativa es el diálogo entre Lucy Garrido y Lilán Celiberti “Mi habitación, mi celda” (1991), la experiencia relatada da cuenta de la realidad dura que una mujer militante transita a solas y con otras, aborda distintos temas que compusieron y sostuvieron ese tránsito por la cárcel y los dilemas enfrentados. La maternidad atraviesa ese relato, sus luces y sombras componen esa obra.

El proceso de construcción de una voz propia de las mujeres fue parte de un proceso colectivo, descentrado del relato hegemónico y heroico, con una lupa enfocada en las singularidades de una vida común y compartida (aunque no elegida), elaboran “Memorias para Amar” en 2001. La iniciativa parte de una convocatoria de las ex presas, permitiendo construirlo desde distintas miradas, tonos y colores (VERRUA, 2020). Otra obra fruto de una acción colectiva fue “Maternidad en prisión

política” (JORGE, 2010), una composición con muchos testimonios que permitió rellenar un vacío de la memoria colectiva sobre la experiencia maternal de las ex presas políticas (DE GIORGI, 2015).<sup>12</sup>

Durante la dictadura uruguaya, hubo pocos casos de apropiación de niñxs, se institucionalizó la convivencia de lxs hijxs de las mujeres detenidas en la cárcel hasta los primeros años de sus vidas<sup>13</sup>, “la experiencia de la maternidad en prisión, como vivencia específica femenina, fue compartida por varias detenidas, desde vivir su embarazo en prisión hasta dar a luz en el hospital militar” (ALONSO, 2016, p. 66).

A las mujeres que les tocó estar embarazadas cuando cayeron presas, enfrentaron un doble desafío: preservar la vida de sus compañeros afuera, bajo el mandato militante de no delatar a nadie en los interrogatorios, mientras preservaba la vida de su propio hijo llevado en el vientre, “Así LM recordaba preguntarse así misma: “¿cómo me defiendo de esta situación y cómo defiendo la vida de mi hijo? Yo no quería hablar, tampoco quería que mataran a mi hijo” (DE GIORGI, 2015, p. 212). La condición de embarazadas les otorgaba cierta vulnerabilidad, que los militares hacían uso en los momentos de tortura y malos tratos, llevando en varias ocasiones a pérdidas y abortos.

Transitar el embarazo en esas condiciones no ha sido una experiencia que encontramos en los manuales tradicionales de “buenas madres”. A los ojos de los imaginarios sociales conversadores sufrieron la doble moral de ser madres y militantes. En general los partos eran realizados en el Hospital Militar, son relatados como un momento crucial donde se ponía en riesgo la vida de ambos, dada las condiciones precarias y situaciones donde les quedaba claro quienes tenían las prioridades, como vemos en relato de Rosa Barreix:

antes del parto me llevaron a la sala de maternidad de oficiales, en ese momento aparece la esposa de un oficial que iba a tener familia, discuten entre ellos y me hacen bajar a la sala de tropa, pero tampoco podía estar con las mujeres de la tropa. Me meten en un cubículo que había sido una cocina y no entraba una cama. A esa altura estaba con contracciones, bastante avanzado mi proceso, traen una reposera de jardín donde por fin me acuestan (ALONSO, 2016, p. 66)

<sup>12</sup> Para profundizar en la temática sobre la construcción de la voz colectiva de las ex presas y construcción de una narrativa publica ver: Verrua (2020) “Porque fuimos y somos parte de la historia” Creaciones colectivas de ex presas políticas (1997-2017) Intersecciones en Comunicación. Facultad de Ciencias Sociales UNICEN. Argentina. Accedido en 28/09/20 <https://www.soc.unicen.edu.ar/index.php/categoria-editorial/48-intersecciones-en-comunicacion/4113-a01n15>

<sup>13</sup> Sobre la cantidad de niñes que habitaron la cárcel, Jimena Alonso señala “según el informe del equipo de historiadores de la secretaría de Derechos Humanos para el pasado reciente, cerca de 66 niños permanecieron detenidos juntos a sus madres en este período”. La autora plantea que entre 1972 y 1977, las mujeres detenidas que estaban embarazadas fueron llevadas al Regimiento de Caballería N.º 1 (Blandengues) y al Instituto Militar de Estudios Superiores (IMES), posteriormente fueron concentradas en el Establecimiento Militar de Reclusión N.º 2 Punta Rieles. (Alonso, 2016: 66/67)

El maltrato, clima hostil, falta de apoyo médico, “problemas de desnutrición y crisis asmáticas” (DE GIORGI, 2005, p. 217) fueron una constante en la realidad que las madres y sus hijxs enfrentaron. Condición que las llevaron a protagonizar la construcción de una voz propia a la interna de los penales, reclamando por mejores condiciones de higiene y salud. La necesidad del cuidado del otro, ha llevado a varias mujeres a cuidar exitosamente a sus hijxs marcando una experiencia carcelaria singular mientras estaban acompañadas. Los relatos estuvieron centrados en los desafíos cotidianos de la crianza: buena alimentación, salud, afecto y diversión, aspectos que de cierta manera las protegía de los trazos de violencia y locura, muy común en experiencias de encierro “ese mundo privado se tornaba una salvación y las militantes encontraban refugio político en su condición de madres.” (DE GIORGI, 2005, p. 217).

No ha sido una experiencia que han transitado de forma aislada, el apoyo de sus compañeras de celdas o pabellón les permitieron colectivizar los cuidados generando cierta condición de familia ampliada. Las compañeras participaron de forma activa en la crianza ante situaciones cotidianas y extraordinarias. En el testimonio de Rosa Barreix se nota que sus hijxs reconocían la presencia de sus tías políticas:

La verdad es que las compañeras fueron padre y madre de ella porque se lo tomaron a pecho en todo sentido. Le cantaba las «nanas de la cebolla» y se reían de mí porque las canciones que la hacían dormir a la beba no eran canciones infantiles, le cantaban canciones de los Quilapayún y la niña dormía divinamente. (ALONSO, 2016, p. 67).

La convivencia con los familiares se daba los sábados cuando se les permitía llevar a los niñxs por el día. Para las mujeres detenidas en el IMES<sup>14</sup>, la separación y entrega definitiva del hijx a los familiares fue abrupta, sin tomar en cuenta la necesidad de un periodo transitorio y de adaptación, tanto para las madres como para lxs niñxs, que pasarían a tener una nueva rutina junto a nuevos tutores. La separación se dio de un día al otro, las separan y las trasladan al Penal de Punta de Rieles. Se rompe con la convivencia cotidiana y el vínculo madre-hijx pasa a ser mediado por las visitas semanales de una hora.

El tema de la maternidad es amplio y no estuvo restringido a las que maternaron, de alguna manera les atravesó a todas las mujeres que vivieron la experiencia del encierro prolongado, tanto las que cayeron siendo madres, como las que nunca pudieron serlo. En su relato Lilián Celiberti comparte reflexiones sobre la culpa y el sufrimiento que le generaba vivir el distanciamiento de sus hijos. Relata cómo los largos momentos en soledad la llevó a desarmar los sentidos acerca de su supuesta decisión

<sup>14</sup> Instituto Militar de Estudios Superiores.

autónoma sobre convertirse en madre “No había hecho más que cumplir con el destino de mujer que la sociedad me había impuesto” (CELIBERTI y GARRIDO, 1990, p. 52). No se trata de un asunto que pasa desapercibido, comparte las preocupaciones que le generaba el tema entre sus compañeras y decide trabajar la obra de teatro “Yerma” como forma de abrir el diálogo:

La mayoría de nosotras seguíamos pensando como mujeres, en los mismos términos en que lo hacíamos años atrás, y entonces se trataba de hacer algo para reflexionar sobre algunos temas presentes en nuestra vida pero reprimidos en su expresión, como la “no maternidad” por ejemplo, que pesaba en muchas porque, por supuesto, no podían hacer una elección libre de ser o no madres, estando presas. Y estaba también el tema del tiempo, que hacía que muchas pensaran que ya no serían madres sin que siquiera se reflexionara acerca de que vos podés ser mujer y sentirte plena aunque no hayas tenido hijos. (...) - ¿Y con “Yerma” lograron que las compañeras hablaran sobre el tema de la no-maternidad? No, no sirvió para lo que queríamos (...) las barreras eran más altas de lo que habíamos pensábamos y los mecanismos de defensa más fuertes.” (CELIBERTI y GARRIDO, 1990, pp. 100; 105)

Aunque la organización y presentación de la obra haya sido un suceso, Celiberti plantea las dificultades de trabajar la temática. Entrar a cuestiones profundas e íntimas no fue algo sencillo, no estuvo habilitado y fluido. Tampoco era fácil abordar experiencias maternas que salieran de los parámetros manejados socialmente. De Giorgi señala los silencios producidos en relatos posteriores sobre el caso de la niña Paloma, que nace seis años tras su madre ser presa. Claramente se trató de una maternidad buscada y deseada, situación poco comprendida en su momento por sus compañeras.

en esta maternidad posiblemente se anuda lo que no pudo ser pensado, visitado y relatado: tal vez el amor, sin dudas la sexualidad y una decisión buscada de la maternidad que transgredió los mandatos militantes y también los de género al instrumentalizar la maternidad como herramienta política. (DE GIORGI, 2015, p. 219).

Sin lugar a duda se trata de un tema que ha movido corazones, angustias, extrañamientos pero, sobre todo podemos visualizar las prácticas de apoyo mutuo y de sostén entre las mujeres como una forma de resistir a la cotidianidad de la cárcel y atravesar las maternidades presentes, ausentes y las no maternidades. El ejercicio de maternar entre las propias compañeras estuvo presente y alimentó un entre mujeres (MENÉNDEZ, 2018). El acto genuino de cuidado de la otra, fue una práctica fundamental que sostuvo la vida común. Para ilustrar esa idea nos sirve la imagen que Verrua (2020) plantea cuando propone:

pensar la experiencia de la cárcel como el espacio en el cual a partir de la convivencia forzada entre presas comenzó a gestarse un particular modo femenino de construcción, que no estuvo estructurado por la pertenencia a organizaciones o partidos de los cuales formaban parte -como cuando estaban afuera. Rasgo que no se constituyó en obstáculo para construir relaciones políticas cotidianas, de convivencia, cuidado y resistencia. (VERRUA, 2020, p. 13)

Esa politicidad femenina opera como un aguante de las tensiones propias de un ambiente opresor y violento, abre una puerta hacia la creatividad para adaptarse permitiéndose sentir disfrute y fortalecerse antes los momentos difíciles. Desafío constante de reinventar la propia vida: romper las incomunicaciones, crear un ambiente familiar y humanizado, contar con la solidaridad en pequeños gestos, el regalo de una mirada cómplice que rompía con la soledad y aislamiento, las bienvenidas y las despedidas. Esos y otros abundantes gestos hicieron la vida un poco más tierna bajo las paredes frías de los penales.

Es cierto que las experiencias de las ex presas políticas no transgreden el relato de la maternidad como destino natural de las mujeres (CELIBERTI y GARRIDO, 1990; DE GIORGI, 2016). Sin embargo, las actuales discusiones desde los feminismos, nos permite visitar esos relatos con otros lentes, mirando lo político intrínseco al acto de maternar en la cárcel. Más allá de la maternidad como institución (RICH, 1996) la estamos mirando desde el deseo, desde la vivencia singular y colectiva de ese entre mujeres que les permitió vivir la maternidad desde una experiencia.

## CONSIDERACIONES FINALES

182

La ambivalencia estuvo atravesada en el relato construido, cuando hablamos de maternidad tocamos un eje complejo que tiene muchas imágenes y colores, imposible de plasmarla en una foto que no se mueva, que no sea borrosa. Las críticas abiertas por las feministas a partir de la segunda ola siguen vigentes. Nos sirven como herramientas para tejer otra forma de vivir y mirar la vida y los vínculos maternales. Las mujeres militantes de los 60' ensayaron y se arriesgaron. Supieron romper costumbres y deshacerse de normas mientras seguían vestidas de algunos valores conservadores. Ubicaron la maternidad en un lugar político revolucionario, sin politizar lo personal. Transitaron entre "buenas y malas madres" bajo la consigna de un futuro mejor. Miramos el pasado con los lentes del presente y nos permitimos recomponer los colores, vemos politicidad en esos gestos, vemos maternidades políticas desplegadas.

Si tomamos la reproducción de la vida como eje prioritario, valoramos lo reproductivo y las politicidades que se despliegan desde esos espacios. Nos permite mirar desde un punto distinto, mirar cosas poco valoradas anteriormente, darnos cuenta de la importancia del entre mujeres y de la interdependencia para sostener la lucha. Vimos que la maternidad operó también como un lugar de sostén.

Durante las dictaduras del Cono Sur, las mujeres fueron objetos de represión y persecución, tanto por sus propias acciones como por ser “mujeres y/o madres de”. Desde el rol de cuidadoras habitaron lugares cargados de culpa por ser responsabilizadas, ante el imaginario social, por la “mala conducta o desvíos” de sus hijxs (JELIN, 2002, p. 102). Las ex presas cargaron con un castigo doble: por militantes y por correrse de los mandatos de femineidad. Si bien cargaron esos pesos y esas culpas, pudieron moverse de esos lugares para crear nuevas imágenes y sacar otras fotos en que sus maternidades fueran también motor de su lucha.

Las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo dejan una marca singular en el accionar materno cuando salen de la unidad doméstica y lo viven desde lo público y lo político. Pasan a ser protagonistas de la lucha de sus hijxs. Amplían la noción individualizada del vínculo filial y se ubican como “Madres de los 30 mil desaparecidos” y “Abuelas de todos lxs nietxs restituidos”. Arman una gran familia, restituyen una tribu, desvanece la familia nuclear burguesa. Viven una maternidad política.

La experiencia de las ex presas políticas en Uruguay, aunque muy relatada e investigada en los últimos años, todavía siguen a la sombra de los relatos personalizados de los varones. Es relevante seguir escuchándolas e iluminando sus voces, así como ha señalado Verrua:

¿Por qué a 35 años del fin de la dictadura cívico militar y luego de frondosas investigaciones y gran cantidad de productos comunicacionales realizados por las ex presas, las experiencias de represión de las mujeres durante la dictadura son poco conocidas, “anecdóticas” o menos valoradas? El régimen patriarcal privilegia la versión y vivencias masculinas como universales (HARAWAY, 1997), sin embargo esto no significa que es el único relato que existe. (VERRUA, 2020, p. 37)

Maternar en la cárcel puede sonar algo anecdótico y reforzar la imagen del destino natural de las mujeres, no obstante nos interesa robustecer su carácter de sostenimiento de la vida y reforzar lo borroso de la imagen. Maternar a lxs hijxs y a las compañeras fue parte del hilo que tejieron juntas, dando nuevos colores y significados a la experiencia.

Las ex presas políticas supieron reinventar la vida en el encierro yendo más allá de sus diferencias provenientes de sus organizaciones. Domesticaron y humanizaron la cárcel. Atribuir politicidad a los pequeños gestos de la vida cotidiana de las mujeres que transitaban por la cárcel, hace parte de politizar lo personal y tomar otros caminos que no van por los grandes hechos políticos (Alonso, 2016). Los cuidados se vuelven potencia cuando nos sirven para reconocer los límites del individualismo y darnos cuenta de la interdependencia que nos rodea. Acá podemos evocar a Rich (1996) para comprender cómo esas madres e hijas buscaron romper con la máquina de la institución maternal para crear otras experiencias, vinculándola a un proyecto político:

es necesario que los cambios influyan en cada una de las áreas del sistema patriarcal. Destruir la institución no significa abolir la maternidad, sino propiciar la creación y el mantenimiento de la vida en el mismo terreno de la decisión, la lucha, la sorpresa, la imaginación y la inteligencia consciente, como cualquier otra dificultad, pero como tarea libremente elegida” (RICH, 2018, p. 356).

## REFERENCIAS

ALONSO, Jimena. La prisión masiva y prolongada en perspectiva de género. Mujeres presas durante la dictadura uruguaya (1973-1985). In: MONTEALEGRE (coord.), SAPRIZA y FOLLE (comp.) **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay**. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República: 2016

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda**. Montevideo: Editorial Arca, 1990

CURIEL, 2017. Intervenciones en estudios culturales, (4): 41-61. Disponible en: [https://intervencionesec.files.wordpress.com/2017/07/n4\\_art03\\_curiel.pdf](https://intervencionesec.files.wordpress.com/2017/07/n4_art03_curiel.pdf)

DE BEAUVOIR, Simone. **El segundo Sexo**. 17aed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Debolsillo, 2018

184

DE GIORGI, Ana Laura. Entre el pasado y el presente. Entre lo personal y lo político: Narrativas y apuestas de las ex presas políticas en Uruguay. **Tiempo e Argumento**, Florianópolis, 2015, v. 7, n.15, pp. 202-228.

IMAZ, Elixabete. **Convertirse en Madre**. Etnografía del tiempo de gestación. Madrid, Ediciones Cátedra: 2010.

JELIN, Elizabeth. **Género y memoria**. Los trabajos de la memoria. España: S. XXI Editores: 2002

ORGE, Graciela (coord.) **Maternidad en prisión política**. Uruguay 1979-1980. Grupo de trabajo: Díaz, N; Fiori, S; Malcuoi, M; Valdez, G. Montevideo, Uruguay. Trilce, 2010.

MENÉNDEZ, Mariana. Entre mujeres: Nuestro deseo de cambiarlo todo. Apuntes sobre el re emerger feminista en el Río de La Plata. **El Apantle**, 3. SOCCE, México: 2018

MONTEALEGRE, Natalia y PEIRANO, Alondra. El dispositivo de la prisión política: resonancias y reproducción del Terrorismo de Estado en Uruguay. **Revista Contemporánea**, No 4, Montevideo, 2014

MOSQUERA, Sonia. Interpelando identidad/es cuando se rompen las genealogías: hijos de padres uruguayos apropiados por las dictaduras del Cono Sur posteriormente localizados. **Encuentros Uruguayos**, 12(1), 23-38, 2019. Disponible en: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/encuru/article/view/1018>

PARIS, Juana y RUIZ, Esther. "Ser militante en los sesenta". IN **Historias de la vida privada en el Uruguay III. Individuo y soledades 1920-1990**, Taurus, Montevideo: 1998

SALETTI CUESTA, Lorena. Propuestas teóricas feministas en relación al concepto de maternidad **Clepsydra**, 2008, pp. 168-183.

SAPRIZA, Graciela. Primeros discursos de la eugenesia rioplatense. In. **La utopía eugenista**. Raza, sexo y género en las políticas de población en Uruguay (1920-1945). Tesis de maestría en Ciencias Humanas opción Estudios Latinoamericanos Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UDeLaR, Universidad de la República, Uruguay: 2002.

SAPRIZA, Graciela. Palabras y silencios sobre el terrorismo de estado. En *Encuentros Latinoamericanos 2*, Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos "Profesora Lucía Sala" (FHCE-UdelaR), Montevideo: 2008.

SAPRIZA, Graciela. Primeras lecturas feministas, adolescencias revolucionarias en el 68 uruguayo. In: (org) Bellucci y Smaldone. Marea, Buenos Aires: 2021.

RICH, Adrienne. **Nacemos de Mujer**. La maternidad como experiencia e institución. Madrid, Cátedra: 1996.

TAYLOR, Diana. **El espectáculo de la memoria: trauma, performance y política NYU**. Disponible en: [https://www.academia.edu/11025731/El\\_espectC3%A1culo\\_de\\_la\\_memoria\\_trauma\\_performance\\_y\\_polC3%ADtica\\_Diana\\_Taylor](https://www.academia.edu/11025731/El_espect%C3%A1culo_de_la_memoria_trauma_performance_y_pol%C3%ADtica_Diana_Taylor) . Accedido en 20/09/20.

VERAS IGLESIAS, Gabriela. Género y resistencia política en una comunidad anarquista uruguaya en el período predictadura: La experiencia de la Comunidad del Sur. **Revista Encuentros Latinoamericanos**. CEIL/CEIU. V: VII 12-48 Montevideo: 2013. Accedido en 20/09/20. Disponible en: <http://enclat.fhuce.edu.uy/images/revistas/anteriores/vol-VII-nro2.pdf>

VERRUA, Romina. Porque fuimos y somos parte de la historia. Creaciones colectivas de ex presas políticas (1997-2017). **Intersecciones en Comunicación**. Facultad de Ciencias Sociales UNICEN. Argentina: 2020. Accedido en 28/09/20 <https://www.soc.unicen.edu.ar/index.php/categoria-editorial/48-intersecciones-en-comunicacion/4113-a01n15>

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Editorial Egales. Madrid: 2006

### Páginas web

Abuelas de la Plaza de Mayo  
<https://www.abuelas.org.ar/>  
accedido en 26 de septiembre de 2020

Asociación Madres de la Plaza de Mayo  
<https://madres.org/>  
accedido en 26 de septiembre de 2020

## Filmografía

AGUILÓ, Macarena. El edificio de los chilenos. 2010. Disponible en: <https://cinechile.cl/pelicula/el-edificio-de-los-chilenos/>. Accedido en 29 de septiembre de 2020.





Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11401>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11401>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 187-203

Submissão: 28/11/2022 | Aprovação: 11/04/2023



## “ASÍ DE RARA ES LA VIDA”: INÉS BORTAGARAY Y LA EPOPEYA NEGATIVA DE LA DICTADURA MILITAR URUGUAYA

“ASÍ DE RARA ES LA VIDA”: INÉS BORTAGARAY AND THE NEGATIVE EPIC OF THE URUGUAYAN MILITARY DICTATORSHIP

Livia Prado MARTINS

Universidad de la República (UDELAR - Uruguay)<sup>1</sup>

**Resumen:** Este artículo se propone analizar, en el marco de los estudios sobre la segunda generación de víctimas del terrorismo de Estado, un capítulo de la obra ficcional “Cuántas aventuras nos aguardan”, de la escritora uruguaya Inés Bortagaray. Apoyándonos en las tesis sobre el cuento de Ricardo Piglia, argumentamos que el capítulo, en el cual se relata un violento juego entre dos grupos de niñas contrincantes, las “guerrilleras” vs. las “milicas”, logra plasmar y problematizar las múltiples dimensiones de la afectación social del terrorismo de Estado. Proponemos que la elección de Bortagaray por construir el relato desde la perspectiva de una niña aporta positivamente al esfuerzo de recordar la condición de víctimas directas de la dictadura de niños y adolescentes, a la vez que contribuye a contrarrestar el efecto de banalización que la reiteración de testimonios sobre episodios de tortura cometidos por el aparato dictatorial puede llegar, involuntariamente, a producir.

**Palabras-clave:** Literatura. Terrorismo de Estado. Segunda generación de víctimas.

**Abstract:** This article aims to analyze, within the framework of studies on the second-generation victims of State terrorism, a chapter of the novel “Cuántas aventuras nos aguardan,” by the Uruguayan writer Inés Bortagaray. Based on Ricardo Piglia’s “Theses on the short story,” we argue that Bortagaray’s chapter, which describes a violent game between two opposing groups of girls, the “guerrilla fighters” vs. the “military,” manages to capture and problematize the multiple dimensions of the social affectation produced by State terrorism. We hypothesize that the author’s choice to narrate the story from the perspective of a young girl contributes positively to the effort of recognizing children and adolescents as direct victims of State terrorism, while countering the trivialization effect that may be involuntarily triggered by the reiteration of testimonies of those who were tortured by the dictatorial apparatus.

**Keywords:** Literature. State terrorism. Second-generation victims.

<sup>1</sup> Magíster en Estudios Latinoamericanos. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República: Montevideo, Uruguay. E-mail: [lpradomartins@gmail.com](mailto:lpradomartins@gmail.com)

## HISTORIA VISIBLE, HISTORIA SECRETA

Un cuento siempre cuenta dos historias: es esa la primera de las doce tesis sobre el cuento formuladas por Ricardo Piglia. Es, se podría argumentar, la única tesis, que las demás desarrollan y ejemplifican. Para el escritor argentino, el cuento se caracteriza por la escisión fundamental entre un relato visible (la historia 1) y un relato secreto (la historia 2) —este último “narrado de un modo elíptico y fragmentario” (PIGLIA, 1986, p. 106). El texto que nos proponemos a analizar en esta instancia<sup>2</sup> no es, *a priori*, un cuento; tampoco se lo podría categorizar con propiedad como un capítulo del “difícilmente clasificable” libro *Cuántas aventuras nos aguardan*, de la escritora uruguaya Inés Bortagaray (Salto, 1975), que “no llega a ser ni una novela ni una colección de cuentos” (DACATO, 2018). Su estructura se aproxima, sin embargo, a la forma de un cuento, en la medida en que es un relato autocontenido, que podría ser leído y comprendido fuera del libro/mosaico del que forma parte. Particularmente, obedece a las reglas del “arte de la elipsis” descritas por Piglia: el capítulo/cuento contrabandea una segunda historia en los intersticios de la primera. La historia visible es un juego brutal entre dos grupos de niñas; la historia secreta es, en alguna medida, la propia historia de catástrofe social<sup>3</sup> que supuso la dictadura cívico-militar uruguaya (1973-1985).

Según Piglia, el relato visible y el relato secreto no corren en paralelo, sino que los puntos de cruce entre ellos son el propio fundamento de la construcción del cuento. De manera análoga, es imposible comprender la crueldad desplegada en el juego narrado por Bortagaray sin el trasfondo de la represión militar contra el cual se desarrolla, y que se va dilucidando de a poco en las páginas del texto. La historia visible se inicia *in media res*:

Sandra yace en el suelo del patio de la casa de Rosamaría. Las baldosas de hormigón parecen derretirse bajo su cuerpo. El sol de verano es implacable. El pelo negro de Sandra zigzaguea alrededor de su rostro. Como una corona. Una venda de trapo le tapa los ojos. La boca amordazada. La remera sucia trepa por el torso y deja ver el espiral del ombligo. Le han bajado el vaquero hasta las rodillas y está de bombacha. Piolín guiña un ojo desde la bombacha de Sandra. Dos esferas hacen un bulto debajo de la tela. Meto la mano y saco dos pelotas de ping pong mugrientas. Le pusieron

<sup>2</sup> Este artículo se refiere al capítulo no numerado que se extiende de las páginas 69 a 77 del libro *Cuántas aventuras nos aguardan*, de Inés Bortagaray, publicado por Criatura Editora en 2018.

<sup>3</sup> El concepto de “catástrofe social” es relevante para nuestro análisis en la medida que da cuenta de la violencia simbólica de la pérdida de referencias resultante de situaciones-límite, como lo es la vivencia del terrorismo de Estado. Ese concepto, según Graciela Sapriza, “nos permite nominar/decodificar/los acontecimientos acaecidos durante las dictaduras de los ‘70y ‘80 del Cono Sur que con la violación sistemática a los derechos humanos arrasaron y aniquilaron los sistemas imaginarios y simbólicos que daban sentido a las instituciones sociales y a la transmisión transgeneracional”; aún de acuerdo a Sapriza, las “catástrofes sociales” aluden a “situaciones que afectan las bases de acuerdo en las que se construye sentido, identidad y acción en un contexto social dado y que activan, en consecuencia, mecanismos especiales de reconstrucción de esas instancias”. (SAPRIZA, 2015, p. 274).

unos testículos. Qué desubicadas. Sandra tiene las manos inmóviles: un repasador mojado y retorcido las ata con un nudo doble. Los tobillos están atados. (BORTAGARAY, 2018, p. 69)

Así, sin más preámbulos que una breve descripción del local y del clima, el lector es arremetido a una escena de simulación de tortura. El relato aparece encajado entre un capítulo — llamémoslo así— donde una voz adulta refleja sobre la vejez, que en nada nos prepara para lo que viene en la secuencia, y un relato sobre las peripecias alrededor de un par de alianzas. Desprevenido, el lector posiblemente solo empiece a desconfiar que el sujeto lírico súbitamente se transformó en una niña por la mención *en passant* a la bombacha con el personaje infantil Piolín, cuya aparición yuxtapuesta a los ojos vendados, la boca amordazada, las manos y tobillos atados de Sandra refuerza el carácter abyecto de la escena. La mención a las “desubicadas” sugiere la existencia de un grupo enemigo, responsable de la “rendición” de “la rehén, nuestra compañera de lucha” (BORTAGARAY 2018, p. 69), que, junto a la referencia a “nuestra trinchera” algunas líneas después, podría hacernos suponer que el juego consiste en la simulación de una escena de guerra:

Estamos en un rincón del patio, bajo un gomero, al lado de la piletta de lavar la ropa y de nuestra trinchera, el escritorio del abuelo de Rosamaría y Gabriela. Hay que atravesar todo el patio y subir una escalerita para llegar al cobertizo, la trinchera de las milicas. (BORTAGARAY 2018, p. 69)

Esa impresión, sin embargo, empieza a desdibujarse ante la mención a la “trinchera de las milicas”: si el bando enemigo es definido, por oposición, como el de “las milicas”<sup>4</sup>, eso debe significar que las del bando de la narradora no lo son. Se trata, pues, de otro tipo de enfrentamiento, pese al vocabulario bélico. La referencia a “las milicas” es, por tanto, la llave que permite empezar a entreabrir —nunca abrir del todo— la puerta de la historia secreta por detrás del violento juego de las niñas. Con estos elementos, el lector que conozca la historia reciente de Uruguay probablemente ya sospeche que el juego es en realidad una simulación de las sesiones de tortura infligidas por los agentes del terrorismo de Estado a sus presuntos enemigos. La sospecha se confirma cuando la narradora se refiere a su grupo como el de las “guerrilleras”. El lector también pronto aprende que “las milicas” son identificadas como “las grandes”, en referencia a su edad. Ya sea pretendida o no por la autora, resulta significativa la coincidencia de que sea el grupo de las “grandes” —quienes presumiblemente deberían encargarse de *cuidar* a las más chicas— el que emule la violencia que, en una inversión tétrica de su papel, el Estado uruguayo ejerció contra los ciudadanos a quienes tiene el deber constitucional de proteger.

<sup>4</sup> Término coloquial y despectivo para referirse a miembros de las fuerzas de seguridad del Estado.

## NARRAR, PESE A TODO

El filósofo francés Paul Ricoeur (1996) considera que la relación entre ficción e historia es simbiótica: una solo puede realizar todas sus potencialidades cuando toma prestados elementos de la otra. En particular, atribuye a la literatura el importante papel de registrar e individualizar situaciones de horror, como en el caso-límite del holocausto en la Segunda Guerra Mundial:

Fusionándose así con la historia, la ficción conduce a ésta a su origen común en la epopeya. Más exactamente, lo que la epopeya había hecho en la esfera de lo admirable, la leyenda de las víctimas lo hace en la de lo horrible. Esta epopeya, en cierto sentido negativa, preserva la memoria del sufrimiento, a escala de los pueblos, como la epopeya y la historia en sus comienzos habían transformado la gloria efímera de los héroes en memoria duradera. En los dos casos, la ficción se pone a servicio de lo inolvidable. Permite a la historiografía emparejarse con la memoria. De hecho, una historiografía puede no tener memoria cuando está animada por la sola curiosidad. Se cambia, entonces, en exotismo. (RICOEUR, 1996, p. 912)

Ricoeur sostiene, por tanto, que la literatura actúa como un enlace entre la historiografía y la memoria, especialmente en los casos donde esta se vea bajo la amenaza de ser extirpada de la escritura de la historia. Designa a la ficción la tarea de preservar memorias colectivas, una vez que “tal vez haya crímenes que no se deben olvidar” y “víctimas cuyo sufrimiento pide menos venganza que narrativa” (RICOEUR, 1996, p. 912). Por otra parte, su planteamiento de que “solo la voluntad de no olvidar puede hacer con que estos crímenes no vuelvan nunca más” (Ídem) se aproxima de consignas como “nunca más” y “recordar para no repetir”, características de los movimientos latinoamericanos que demandan la dilucidación de los crímenes cometidos durante los regímenes cívico-militares de la región en las décadas de 1960 a 1980. Para Ricoeur, parece no haber límites al reino de la ficción, que no solo estaría autorizada a abordar cualquier tema concerniente a lo humano, ya sea heroico o terrible, sino que tendría una especie de *deber civilizacional* de hacerlo.

Más cautelosa ante el tema se muestra la crítica literaria británica Jean Franco, quien dedica un capítulo de su libro *The Decline and Fall of the Lettered City* (2002) a la “memoria obstinada”, que opone a la narrativa oficial de la historia. El capítulo, centrado en las políticas de la memoria en las sociedades postdictatoriales, plantea la incómoda pregunta: ¿es posible convertir la tortura en materia literaria? Esa pregunta es transportada a los textos de los argentinos Juan Gelman, Luisa Valenzuela y Tununa Mercado; y de la chilena Diamela Eltit, que le proporcionan la conclusión de que la literatura permite “pensar más allá del duelo”, al ofrecer la posibilidad de “compartir la

memoria con quienes no sufrieron el trauma" (PAGNI, 2004, p. 3). El hecho de que los textos analizados por Franco aborden el tema de la tortura podría sugerir que la pregunta que anima su investigación es retórica; sin embargo, el ejercicio que hace está imbuido de lecciones, la más importante siendo, tal vez, la inadecuación del lenguaje frente a la necesidad de expresar el sufrimiento extremo. Esa insuficiencia del lenguaje, afirma Franco, es sobremanera visible en los lacónicos testimonios de las víctimas publicados por organizaciones de derechos humanos: la imposibilidad de expresar el horror en su totalidad frecuentemente resulta en que su narrativa se vuelva *algo banal* (SAPRIZA, 2005, p. 7). A ese respecto, se pregunta la historiadora uruguaya Graciela Sapriza:

Marcados por la pobreza del lenguaje que se paraliza ante el umbral del horror, los testimonios de las torturas pueden convertirse en lo opuesto a la intención de denuncia que los anima. ¿Cómo sortear la consignación banal de una anatomía recorrida por el dolor? ¿Cómo evitar el voyeurismo mercantilizado, o aún la asociación con la pornografía de un cuerpo exhibido en "la plenitud del dolor"? (SAPRIZA, 2005, p. 8)

En definitiva, aun aceptando la premisa de Ricoeur de que es deber de la ficción narrar las "epopeyas negativas" de la historia, a fin de impedir su repetición, nos debemos enfrentar al problema de cómo hacerlo sin recaer en la banalidad. Si los testimonios en primera persona de las víctimas directas de la represión y la tortura se ven recortados por la inadecuación del lenguaje para expresar lo terrible, ¿qué caminos puede tomar la literatura para plasmar y hacer recordar lo que —coincidimos con Ricoeur— debe ser recordado, sin incurrir en los indeseables efectos de banalización o incluso voyeurismo del dolor? Argumentaremos que Bortagaray cumple ambos propósitos al elegir escribir su narrativa desde la perspectiva de un grupo de víctimas directas del terrorismo de Estado normalmente olvidado: la llamada "segunda generación de víctimas"<sup>5</sup>.

## LOS HEREDEROS DE UNA GUERRA QUE NO LO FUE

Una vez terminada la última dictadura militar en Argentina (1973-1985), desde el gobierno de transición se difundió, como eje explicativo de la violencia del período anterior, la idea de que dos bandos armados —los guerrilleros, por un lado; las Fuerzas Armadas, por el otro— se habían enfrentado en una "guerra sucia", en la cual la mayoría inerte de la población se vio involucrada

<sup>5</sup> En la defición de Montealegre y Peirano, la expresión "segunda generación de víctimas directas" se refiere a "niños y adolescentes nacidos y socializados bajo el terrorismo de Estado", período que en el caso uruguayo corresponde a los años de 1968 a 1985. (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 42).

contra su voluntad. Llamada peyorativamente de “teoría de los demonios”, esa interpretación simplista de los hechos buscaba mitigar las demandas por la verdad respecto a los crímenes cometidos por los agentes del terrorismo de Estado y de justicia para sus víctimas. La premisa para desautorizar estas demandas es la de que ambos lados cometieron crímenes o excesos y que sería necesaria la amnistía mutua para lograr la conciliación y reconstrucción nacional.

Esa teoría ha sido duramente criticada por los movimientos de derechos humanos de los países del Cono Sur por dos razones principales. Por un lado, exenta la población en general de cualquier participación en los fenómenos conducentes al golpe de Estado y en los eventos del subsiguiente régimen cívico-militar; por otro lado, intenta presentar como equivalentes dos tipos de agresión muy distintas en naturaleza y grado, sirviendo en última instancia para justificar la represión ejercida contra ciudadanos desde el Estado. En las palabras de la socióloga argentina Elizabeth Jelin:

El gobierno de la transición construyó una interpretación basada en un escenario de fuerzas violentas en lucha (los “dos demonios”), que dejaba en el medio a quienes querían la paz y la vida democrática —una mayoría supuestamente ajena y ausente de esas luchas, que solamente sufría las consecuencias pero no era agente activo de la confrontación, y que podía en consecuencia identificarse con la expresión “por algo será”, que implícitamente llevaba a justificar los actos represivos del aparato militar. (JELIN, 2002, p. 72)

En Uruguay ha prosperado una versión local de la teoría de los dos demonios, que contrapone la acción del aparato represivo estatal a la actuación de la guerrilla tupamara. Durante la transición democrática, ha sido especialmente impulsada por el ex presidente Julio María Sanguinetti (1985-1990; 1995-2000), quien “hiló finamente la urdimbre para aplicar con éxito la teoría de los dos demonios que establecía candados para evitar una vuelta atrás de la Ley [de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado]” (BURIANO y DUTRÉNIT, 2017, p. 358). Más allá de su adopción con fines presuntamente conciliatorios en el discurso oficial uruguayo, la teoría de los dos demonios “alcanzó una difusión tal que se constituye como explicación casi axiomática” del período de excepción y “ha resultado, hasta el momento, exitosa como marco referencial para varios sectores de la población” (ALBISTUR, 2009, p. 15), impregnando, además, “los ámbitos académicos donde es muy frecuente encontrarla como marco explicativo” (DEMASI, 2003, p. 71).

En el ensayo “Pequeños demonios: Niños entre el terrorismo de Estado, la memoria y el olvido” (2009), cinco hijos de presos políticos durante la dictadura militar uruguaya hacen una valoración crítica de la buena recepción que tuvo la teoría de los demonios en el país, en oposición a la poca difusión de las explicaciones estructurales que, si bien hacen un mejor esfuerzo en dar cuenta de la realidad, difícilmente logran trascender los círculos académicos. Sostienen que la popularidad

de la teoría de los dos demonios se debe, por un lado, a su extrema simplicidad: es una explicación dicotómica de fácil asimilación, que opone el “bien” (la sociedad, las instituciones políticas, etc.) al “mal” (los militares y la guerrilla). Por otro lado, apuntan, es exitosa porque “funciona como elemento que permite eludir responsabilidades manifiestas en la explicación estructural” (ALBISTUR, 2009, p. 15):

Frente a la simplicidad de la explicación doctrinaria “de los dos demonios”, fácilmente comunicable a través de los formatos masivos de difusión, y en virtud de la utilidad política que la misma ha tenido, la mirada estructural posee además una segunda desventaja para la aceptación: distribuye responsabilidades entre múltiples actores políticos y sociales, incluidos los partidos tradicionales y la misma sociedad. La “doctrina” en cambio, responsabiliza a la guerrilla en primer lugar, y a los militares por los “excesos” al momento de contener a quienes atentaron contra las instituciones de un país que vivía en paz y democracia. (ALBISTUR *et al* 2009, 16)

Los argumentos esgrimidos para dismantelar la falsa equivalencia, propuesta por la teoría de los dos demonios, entre los actos de violencia llevados a cabo por las organizaciones guerrilleras y aquellos desplegados por el aparato estatal pueden, por un lado, referirse al *grado* de la represión ejercida desde el Estado, que abarcó una parcela de la población mucho más amplia que aquella conformada por los grupos guerrilleros<sup>6</sup>. Pueden, por otro lado, señalar que los dos tipos de agresión son distintos en su *esencia*, considerándose la condición del Estado de detentor legítimo del uso de la fuerza: la subversión (!) de las finalidades de los medios de represión en manos del poder público, que los transformó en mecanismos para torturar y matar los mismos ciudadanos que debería proteger, es una grave violación de Derecho y de derechos, contradictoria a las mismas leyes que regulan la existencia de dicho Estado.

Los autores del ensayo, todos representantes de la llamada “segunda generación” de víctimas del terrorismo de Estado, denuncian el maniqueísmo de la teoría de los demonios que, por su gran resonancia social, resulta en la prevalencia de una explicación binaria, en el imaginario colectivo, para el golpe de Estado en Uruguay y la subsiguiente dictadura. Con la intención de desafiar esa visión predominante —que consideran no solo inadecuada, sino además parte de un proyecto político de impunidad— y restituir a las explicaciones sobre el proceso cívico-militar su complejidad y sus contradicciones, ofrecen su *memoria* en tanto víctimas infantiles de la represión militar. Consideran

---

<sup>6</sup> El poeta argentino Juan Gelman ha declarado en una entrevista: “Lo que demuestra que la teoría de los dos demonios no funciona es el hecho de que haya habido 30 mil desaparecidos. Según un estudio del coronel Florencio García y del ejército había a lo sumo mil quinientos guerrilleros, sumando todos los grupos guerrilleros en el país. De manera que suponiendo que todos esos guerrilleros hubieran sido aniquilados por las fuerzas armadas, todavía cabe preguntar qué pasó con los 28 mil quinientos que no eran guerrilleros y que incluso no estaban a favor, sino en contra de la lucha armada como salida del problema del país”. Entrevista a Juan Gelman por Felipe Pigna. Disponible en: <https://www.elhistoriador.com.ar/juan-gelman/>

que la teoría de los dos demonios —que denominan *doctrina*— “continúa cumpliendo en la postdictadura la función que antes cumplió el terrorismo de Estado en Uruguay: excluir, separar, limitar, silenciar” y que las experiencias de niños y adolescentes silenciadas por dicha teoría deben ser recuperadas, una vez que son “la más elocuente negación de las interpretaciones binarias y maniqueas [sobre la dictadura]” (ALBISTUR, 2009, p. 11).

La reivindicación de la experiencia de estos niños y adolescentes tiene el potencial de invalidar la teoría de los dos demonios al menos de dos maneras. En primer lugar, sacando de su condición de invisibilidad a innúmeras víctimas del terrorismo de Estado que en general no aparecen en las estadísticas sobre el período ni en el imaginario social: “cuando se habla de víctimas directas del terrorismo de Estado, se piensa generalmente en personas adultas” (ALBISTUR, 2009, p. 17). De ahí la importancia de recordar que el régimen dictatorial sistemáticamente violó los derechos de estos niños y adolescentes, cuya condición de víctimas directas es negada por la teoría de los dos demonios. En segundo lugar, la existencia de estos niños que, sin haber sido “agentes activos de la confrontación”, igualmente fueron víctimas directas del terrorismo de Estado, inhabilita el uso de la expresión que, según Jelin, implícitamente justifica los actos de violencia por parte del aparato militar: uno no puede sencillamente afirmar que, si estos niños —frecuentemente bebés— fueron víctimas de la represión del Estado, “por algo será”.

Hacer irrumpir en la historia la memoria de aquellos que fueron víctimas del terrorismo de Estado en tanto niños y adolescentes se nos presenta, por todo lo anterior, como un camino posible para *desbanalizar* la violencia del período. La dictadura militar “generó efectos de subjetivación en toda la sociedad uruguaya”, efectos de pérdida de referencias y alteración del marco que rige la vida cotidiana, una vez que “el Estado cae como organizador simbólico y garante del cumplimiento de derechos” (ALBISTUR, 2009, p. 19). Dicha alteración, sentida por el tejido social como un todo, más allá de las alegaciones del tipo “no viví la dictadura”, muchas veces “sobrepasa las posibilidades de los sujetos para comprender y significar las vivencias, precipitando sentimientos de profundo dolor e incompreensión” (Ídem).

La dificultad de elaborar y procesar las vivencias violentas ha sido presumiblemente más profunda en el caso de niños y adolescentes que tuvieron miembros de la familia personalmente perseguidos por el terrorismo de Estado, quienes “debieron afrontar una experiencia para la cual ellos carecían de representaciones y que modificó radicalmente sus condiciones de existencia y la de sus familias” (ALBISTUR, 2009, p. 20). Respecto de la experiencia de estos niños —que ha sido su propia experiencia—, se preguntan los autores de *Pequeños demonios*:

¿Cuáles fueron nuestras fantasías, las de los niños? ¿Cómo jugó la imaginación y la creatividad para dar cuenta de los hechos: el allanamiento de tu casa, por las noches el temor a la repetición del secuestro, la desaparición, el exilio? ¿Cuáles fueron los mecanismos que utilizamos para sobrellevar la vida cotidiana en tales condiciones de brutalidad? ¿Podimos pasar de la pasividad y la impotencia, a ser sujetos activos frente a esas circunstancias? ¿Cómo hace el niño para transitar por aquellos sentimientos que disparan las experiencias traumáticas: el abandono, la ira, la impotencia, el miedo? (ALBISTUR, 2009, p. 20)

En el texto de Bortagaray, el procesamiento del dolor se hace transformándolo en juego. Sin la posibilidad de ser elaborado a nivel del discurso, el terror es, literalmente, *representado*: es recreado, repetido, apropiado por las niñas. Trabajando con testimonios de miembros de la segunda generación de víctimas de la dictadura uruguaya, Montealegre y Peirano observan que la “afectación social” de este grupo “se manifiesta en una amplia gama de procesos de elaboración” (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 57). Bortagaray parece sugerir en su texto que el escape lúdico es uno de los posibles procesos de elaboración de la afectación. Se podría desear que las niñas del cuento lleguen, con el paso de los años, a la instancia de “la reconstrucción colectiva que, desde la reelaboración y politización de lo vivido, les permit[a] situarse como agentes en las ‘batallas por la memoria’” (Ídem). En el momento del relato, sin embargo, las encontramos en la medula de los eventos, un punto en el cual “no se logra trascender la victimización, reproduciéndola, demostrando la potencia de los mecanismos de resonancia del terrorismo de Estado y sus efectos” (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 57). En el texto literario la pregunta “¿cómo jugó la imaginación y la creatividad para dar cuenta de los hechos: el allanamiento de tu casa, por las noches el temor a la repetición del secuestro, la desaparición, el exilio?” (ALBISTUR, 2009, p. 20) se responde con la *mise-en-scène*, en forma de juego, de estos mismos eventos traumáticos. Si bien no experimentaron en sus cuerpos la tortura que simulan en las compañeras, es concebible que las protagonistas de la historia sí hayan vivido un episodio de allanamiento como el que reproducen:

Las milicas vienen a nuestra trinchera, nos desordenan todo, tiran libros al piso y nos confiscan los bastones, los trapos, un frasquito de agua oxigenada que tenemos en el botiquín de primeros auxilios y el misal de la abuela de Rosamaría y Gabriela, nuestro manifiesto capital. (BORTAGARAY, 2018, p. 72)

En el pantanoso territorio de la elaboración “lúdica” del horror, se ofuscan las fronteras entre realidad y juego, entre la tortura y su mímica. En definitiva, son reales las huellas —físicas y psicológicas— para las protagonistas del relato:

Las grandes son sádicas en la tortura. Una vez quisieron sacarme una muela con una pinza. Después dijeron que era una broma, que solo estaban haciendo una mímica.

A mí no me pareció ninguna broma. Recuerdo el gusto a hierro en la boca, y la tierra. (...) Me quedó doliendo la boca varios días. Soñé con una muela que parecía una medusa, sus tentáculos la ataban a mi boca y mi boca era una caverna. (BORTAGARAY, 2018, p. 71)

Esa cruda demostración del conocimiento, por las niñas, de los métodos de tortura utilizados por el aparato represivo del Estado se repite en más de una ocasión:

A Rosamaría la habían amordazado y atado a una silla, con tanta fuerza que la cara le había quedado con moretones y se había rasguñado la piel de las muñecas. A Sandra le hacían siempre lo de la grasera: un trapo empapado en la grasera, frotado por la cara. Sandra vomitaba y después se desmayaba. (BORTAGARAY, 2018, p. 71)

Aunque ficcionales, las interacciones entre las protagonistas de la historia, así como entre sus familias, apuntan a la complejidad intrínseca a los períodos de catástrofe social —una complejidad tal que cualquier teoría binaria y omisa cuanto a la participación de la sociedad como un todo en sus procesos será incapaz de abarcar.

## UNA HISTORIA, MÚLTIPLES HISTORIAS

196

De regreso al texto de Ricardo Piglia, nos encontramos con una observación sobre la anécdota de Chejov que usa de pretexto para desarrollar sus tesis sobre el cuento: “la intriga se plantea como una paradoja” (PIGLIA, 1986, p. 105). El autor se refiere a la escisión fundamental entre las dos historias contadas por el cuento, al papel que tiene lo inesperado en tanto motor de la trama. En el texto de Inés Bortagaray aquí analizado, hay una paradoja fundamental que siembra la intriga, y es que Gabriela, “la milica más mala del grupo”, la que arenga las compañeras a excederse en el “juego” de la tortura, es hija de un detenido desaparecido por el régimen militar —presumiblemente víctima, él mismo, del tipo de tortura que la hija reproduce en sus compañeras. Intriga que la autora haya atribuido a ese personaje, y no a Gustavo, cuyo padre es jefe de Policía, el papel de principal “torturadora”. La inversión de papeles se complementa con la presentación de Gustavo —y no de Gabriela o su hermana Rosamaría— como el “traumado”:

A mí me da miedo Gustavo. Es mayor que yo, pero cuando me lo encuentro en los recreos me asusta dándose vuelta los párpados. Me mira con esa cara de buey que tiene y con los párpados dados vuelta y yo quedo sin palabras. No sé cómo lo hace. Rosamaría dice que lo hace porque está traumado. Su padre es jefe de Policía. Gustavo ha de haber visto muchas cosas, si acompaña a su padre al trabajo. Se debe de haber traumado y por eso se da vuelta los párpados. (BORTAGARAY, 2018, p. 74)

Similarmente, contra toda expectativa, es el hijo del jefe de Policía el que le da "pena" a la voz lírica; y no las dos hermanas cuyo padre está desaparecido:

Me da miedo, Gustavo, pero también me da pena. Debe de ser horrible ser hijo del jefe de Policía. Tal vez haya visto al padre de Rosamaría y de Gabriela en la cárcel. Dicen que estuvo preso unos días. La madre de Rosamaría y de Gabriela lo está buscando. Y la madre del padre, la dueña del misal, también. (BORTAGARAY, 2018, p. 74)

La manera cómo Bortagaray construye el relato en la voz de una niña dialoga con un dato concreto de la dictadura uruguaya: "en el caso de la prisión política en Uruguay era efectivamente 'la familia [toda el] objeto de la represión dictatorial'" (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 44). La desaparición del padre de Rosamaría y Gabriela lanza a su madre y a su abuela a la ardua tarea — efectivamente llevada a cabo por un sinnúmero de familiares de presos políticos de las dictaduras del Cono Sur— de demandar la aparición del ente querido desaparecido forzosamente por el Estado. La inevitable "afectación" de la vida de las hijas se traduce en los juegos violentos que veníamos describiendo. A su vez, el abuelo de Rosamaría y Gabriela "estaba demasiado triste por lo que había pasado con su hijo" y había muerto porque "la gente, así como las vacas, se muere de tristeza" (BORTAGARAY, 2018, p. 74).

Sin embargo, aquellos que se ven directamente afectados por la prisión y presumible tortura de una persona en el contexto de la dictadura no se restringen al ámbito de la familia, en la medida que "el dispositivo de la prisión política, como 'régimen social productor de subjetividad', fue construyendo sus propios canales expansivos del terror buscando ramificar sus efectos represivos" (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 45). Operando como "una suerte de diapasones" del terror social, los familiares de la víctima del terrorismo de Estado comunican, voluntaria o involuntariamente, el mensaje represivo emitido por el aparato militar a todos aquellos que conforman el entramado de sus relaciones sociales<sup>7</sup>. Es así como la narradora, aun sin tener un familiar detenido, entiende que "Gustavo ha de haber visto muchas cosas, si acompaña a su padre al trabajo" (BORTAGARAY, 2018, p. 74). El hecho de que la arbitrariedad y la tortura encuentren lugar en un

<sup>7</sup> Siguiendo la conceptualización de "diapasones" del terror social de Montealegre y Peirano con respecto a la red de contactos de los presos políticos en Uruguay: "existen, por tanto, diferentes niveles en los que opera este dispositivo desde los que se producen las resonancias necesarias para cumplir con el objetivo de someter e imponer obediencia a la población. Una suerte de diapasones. Uno que se genera a partir del preso que desencadena nuevas ondas expansivas que se transmiten a partir de cada uno de los «visitantes». Podríamos pensar también en diapasones más sutiles, como los funcionarios carcelarios y los vecinos de los barrios en los que se encuentran las prisiones. Cada uno de estos ejemplos se erige como un vértice, un conductor dentro de la red a través de la cual resuena y se expande el terror". (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 45).

relato y aun en un juego infantil es un testimonio demasiado claro de la afectación de *todo* el tejido social por la dictadura.

La prisión, la tortura y la desaparición forzada de opositores, reales o presuntos, del régimen militar han sido, así, el punto extremo de un amplio espectro represivo. El efecto “disciplinador” de la población ha sido impuesto de inúmeras maneras. Si es cierto que “el proceso punitivo constituye una respuesta necesaria a las exigencias del mercado” (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 44), concretamente a la necesidad de disciplinar la fuerza de trabajo, también abundan las evidencias de que esa ha sido una relación bidireccional; en los regímenes cívico-militares en el Cono Sur, también el ambiente laboral ha sido un difusor y amplificador del terror diseminado desde el Estado. En el texto de Bortagaray, ha sido ese el caso de la madre de la narradora:

Hace dos años destituyeron a mi madre de su trabajo. Un día llegó una carta y le dijeron que no fuera más a dar clases de literatura en el liceo. (...) Desde que destituyeron a mamá hay un nombre prohibido en casa. Zully Corbo. Zully Corbo es la mujer que puso a mamá en una lista de sediciosos. A todos los que estaban en esa lista les mandaron después la carta. (BORTAGARAY, 2018, p. 75)

Es significativo el rol desempeñado por Zully Corbo, la inspectora del liceo donde trabajaba la madre de la narradora, de “operadora” local de la maquinaria represiva del Estado. Reproduce, en el espacio institucional donde ejerce su autoridad, la lógica dicotómica e intransigente de los militares en el poder: o si colabora con el régimen, o si es enemigo del régimen —y, por extensión, del país. No hay medias tintas:

Antes de publicar la lista de sediciosos, Zully Corbo llamó a mamá a su oficina y le dijo que podía ponerla en la lista o sacarla, dependiendo de su colaboración. Si colaboraba, no era sediciosa. Si no colaboraba, era. Mi madre no colaboró. (BORTAGARAY, 2018, p. 75)

El doble gesto de, por un lado, llamar a “colaborar” y, por otro lado, amenazar y/o punir aquellos que fallen en atender dicho llamado encuentra su equivalente en la vida de la propia narradora. Las figuras de la inspectora y del liceo, componentes del ambiente de disciplinamiento de la madre, se encuentran simétricamente reflejadas en la figura de autoridad y en la institución responsables del disciplinamiento de la hija: la escuela y la maestra:

A veces la maestra nos dice que tenemos que ser buenos compañeros y delatar a quien intente copiarnos una prueba, por ejemplo. Dice que es mejor, porque entonces estamos ayudando al compañero para que recapacite y se dé cuenta de cuál es el camino. No entiendo esa idea de que uno es buen compañero si quema a los demás. Yo creo que eso no es ser buen compañero. Eso es ser una persona horrible. (BORTAGARAY, 2018, p. 76)

El gesto de la madre, que se niega a “colaborar” con la inspectora y así evitar ser clasificada como sediciosa, se mimetiza asimismo en el gesto de la hija, quien permite que un compañero le copie una prueba de matemática. Cumplida en el caso de la madre, también para la hija sobrevuela la amenaza de castigo para aquellos que no saben ser “buenos compañeros”:

La maestra se dio cuenta de que el montevideano<sup>8</sup> estiraba el cuello para relojear mi hoja y lo sacó del pupitre y lo llevó a la esquina de la clase. Ahí se quedó todo el rato que duró la prueba. La maestra dijo todo esto de que hay que ser buen compañero y denunciar a los otros y que la próxima vez me lleva de florero a mí también. (BORTAGARAY, 2018, p. 77)

Recursos extremos y ampliamente utilizados en la dictadura uruguaya<sup>9</sup>, la tortura y el encierro no han sido, por tanto, las únicas instancias a operar en tanto difusoras del terror de Estado. El ambiente de trabajo, la escuela —diversas instituciones han facilitado la transmisión del “mensaje” disciplinador a la población general. En el caso específico de los niños que forman parte de familias de perseguidos políticos, estos se han convertido muchas veces “en blancos fáciles para quienes no tienen escrúpulos a la hora de castigar a sus opositores” (ALBISTUR, 2009, p. 17). Montealegre y Alondra (2013, p. 55) resaltan el papel de estas otras instituciones en cuanto “diapasones” del terror, del cual “un ejemplo claro y potente es el hostigamiento en la escuela por parte de algunas maestras y las repercusiones de estas prácticas”. Un testimonio mencionado por las autoras retrata el rol que ha llegado a tener una maestra en el mecanismo represivo:

La otra maestra se llamaba Marita. Cuando yo iba a visitar a mi padre [silencio], me hacía pasar adelante, y decirle por qué había faltado. Me lo hizo la primera vez, y yo la primera vez quedé re cortada porque todos sabían, siempre. Y yo le dije: “falté porque fui a ver a mi padre”. “¿A dónde?”, “A Libertad, ¿a dónde? A la cárcel, porque está preso”. Y ella agarró y dijo: “ah!, porque ustedes saben que el papá de [nombre de la entrevistada] está preso por sedicioso, ¿saben lo que es ser sedicioso?” Y ahí empezó a decir un montón de cosas, y yo quedé dura, y me puse a llorar. [...] Y ta, así siguió el resto del año: “bueno, contale a tus compañeros por qué faltaste”. (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 55)

Volviendo al relato ficcional de Inés Bortagaray, nos encontramos con la hija que fantasía una venganza contra la inspectora del colegio responsable de la destitución de su madre. Los fuertes deseos de *revanchismo* —para usar un término caro a los cuadros militares— de la narradora, la naturalidad con que contempla la posibilidad de cometer un asesinato con pistola, se suman al “juego”

<sup>8</sup> La presencia del compañero a quien la protagonista se refiere como “el montevideano” es la única manera que nos ofrece la autora de saber que la historia no se desarrolla en la capital uruguaya. Casi cifrada, la información podría servir como recordatorio a un eventual lector “montevideocéntrico” de que la dictadura también se vivió en el interior del país.

<sup>9</sup> Montealegre y Peirano señalan que, a diferencia de las dictaduras chilena y argentina, que privilegiaron respectivamente el uso de campos de concentración y la desaparición forzada de personas, en Uruguay “la detención, tortura masiva y posterior encierro prolongado fueron los métodos represivos distintivos de la dictadura”. (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 43).

de la tortura para ilustrar cómo se ha ido incorporando a la vida cotidiana de la niña la violencia que la circundaba:

Odio a Zully Corbo con toda mi alma. Cuando paso por su casa miro su balcón de mármol y pienso maldiciones. Ojalá saliera al balcón cuando yo paso y entonces me sacaría mi sandalia y se la tiraría por la cabeza. O puedo llevar bosta de la chacra de Cecilia y tirarle proyectiles al balcón. O podría matarla con una pistola que me preste Gustavo. Tendría que hacerme amiga de Gustavo y pedirle una pistola. Que se la saque al padre cuando duerme y me la dé. Capaz le digo que la necesito para controlar un sedicioso pero luego mato a Zully Corbo y después tiro la pistola al río y si él me acusa yo digo que cómo se le va a creer a una persona que se da vuelta los párpados sin que nadie le pague nada a cambio. (BORTAGARAY, 2018, pp. 75-76)

La progresión inesperada de los planes de venganza perfectamente coherentes con la lógica infantil (tirar una sandalia o aun proyectiles de bosta a la “víctima”) a un plan de asesinato que incluye el arma del crimen y la línea de defensa de la perpetradora tiene el mismo efecto disruptivo del desplazamiento de la tortura al nivel del juego. La convivencia de elementos que se creen tan dispares —como el Piolín que nos hace un guiño desde la descripción de la escena de tortura simulada por las niñas— desnuda la “dimensión intolerable” de la represión política. Su apropiación por los niños devuelve lo abyecto a su lugar de abyecto; despierta, tal vez, nuestra capacidad de espanto, adormecida tras una sucesión demasiado prolongada de hechos inaceptables. Aun acerca del relato de víctimas de segunda generación que visitaban en la cárcel familiares detenidos por el gobierno dictatorial, Montealegre y Alondra observan:

En palabras de la psicóloga chilena Elizabeth Lira, “la represión política sostenida durante años, introdujo una dimensión intolerable en las relaciones sociales: lo siniestro como una cualidad de la realidad política. Freud definió el carácter de lo siniestro, lo ominoso, haciendo referencia a la pérdida de los límites entre la realidad y la fantasía”. Ampliando el uso de esta definición, la imagen de los juegos infantiles en contraste con los alambrados de púa nos permite pensar que la dimensión de lo siniestro generada por la represión política abarcó mucho más que los cuerpos de los/las prisioneros/as. “Había juegos, había un tobogán, arena, todo rodeado de alambres de púas ¿no? Dos alambrados tenían. Y tenía, como en la parte del edificio mirando hacia el patio, una metralleta. Y estaban todos los milicos con las armas”. Y estas imágenes ominosas son parte de la “Memoria infantil de esta historia de represión”. (MONTEALEGRE y PEIRANO, 2013, p. 47)

En clave similar, en el relato de Bortagaray también resulta sorprendente el dominio, por parte de la narradora, del vocabulario y de la lógica argumentativa del aparato represivo (“le digo que la necesito [la pistola] para controlar un sedicioso”). El mito del reino de la infancia feliz y protegida no tiene cabida en la ficción de Bortagaray; tampoco lo tuvo en la vida de la segunda generación de víctimas del terrorismo de Estado, como demuestran los extractos de testimonios aquí presentados. Nada parece ser ajeno a la cotidianeidad de las niñas de Bortagaray, ni siquiera la concepción,

difundida tanto en el imaginario social de la época como en el de nuestros días, de que la guerrilla era *tema de hombres*. Esa idea ha sido compartida por represores —quienes frecuentemente han ejercido una represión deliberadamente incrementada hacia las mujeres “desnaturalizadas” que se involucraron en la militancia política<sup>10</sup>— y por los propios militantes. Jelin observa que, por un lado, en los medios de comunicación de masas de la Argentina dictatorial, la *guerrillera* era representada como “una mujer masculinizada, con uniforme y armas, un cuerpo que rechaza todo rasgo femenino”, pero, por otro lado, “también en el movimiento guerrillero había dificultades para integrar la feminidad de las mujeres militantes” (JELÍN, 2002, pp. 103-104).

Como si hasta ellas se prolongara esa dificultad de conciliar la feminidad de las guerrilleras, las protagonistas del relato de Bortagaray parecen haber sentido la necesidad de “des-sexualizar” o “masculinizar” los cuerpos de sus “víctimas” (¿en una emulación del cuerpo del padre de Gabriela...?). Eso se hacía añadiéndoles elementos identificados con la anatomía masculina, supuesto que “Metó la mano y saco dos pelotas de ping pong mugrientas. Le pusieron unos testículos”. (BORTAGARAY, 2018, p. 69). O, en su defecto, extirpándoles elementos asociados a lo femenino, como a seguir: “Con Flor se ensañaban. La habían untado con betún de zapatos y le habían cortado el pelo largo y ondeado que tenía. El betún había costado en salir. Y ahora parecía el Príncipe Valiente” (BORTAGARAY, 2018, p. 71).

Con ambos procedimientos, las protagonistas de la narración parecen reproducir la muchas veces relatada disposición del aparato represivo de las dictaduras del Cono Sur de “corregir” la “anomalía” de las mujeres militantes.

## 5. UNA CONCLUSIÓN QUE NO LO ES

Como hemos visto, el arte del cuentista, según Piglia, consiste en saber cifrar la historia 2 en los intersticios de la historia 1. El problema fundamental a ser resuelto por el cuento es: ¿cómo contar una historia mientras se está contando otra? La historia secreta, entonces, “se construye con lo no dicho, con el sobreentendido y la alusión” (PIGLIA, 1986, p. 108). Es esa la estrategia adoptada por Inés Bortagaray: sin nunca ser nombrada, la dictadura uruguaya es la columna vertebral que sostiene y explica la “historia visible”, es decir, el “juego de guerrilla” de las niñas. Argumentamos que la

<sup>10</sup> En las prisiones uruguayas se ha intentado “recordar” a las presas políticas su lugar en el orden que negaban con su militancia política y “reintegrarlas”, violencia mediante, a su rol de género. Lucía Bruzzoni relata: “una de las mujeres que entrevistamos nos contó que a [el excoronel] Jorge Pajarito Silveira le enfurecía especialmente que ella hubiera desdeñado las comodidades que el rol de género de su clase social podía depararle para meterse en la lucha política”. (BRUZZONI, 2016, p. 90).

autora logra contar, de manera elíptica pero contundente, la historia de violencia del aparato represivo de la dictadura militar en Uruguay, en varias de sus múltiples dimensiones, mientras aparentemente relata un juego entre dos grupos de amigas. Intentamos demostrar, además, que su elección de construir el relato desde la perspectiva de una niña socializada bajo el terrorismo de Estado ayuda a recomponer, desde la ficción, un mosaico de afectaciones que han sido demasiado reales en la historia reciente del país. Fundamentalmente, lo hace reconociendo la condición de víctimas directas de la dictadura de niños y adolescentes, en general olvidados en detrimento de las víctimas “prototípicas” del período. La voz de la niña, propusimos, ayuda a desarmar el efecto de banalización que la repetición de testimonios de víctimas de encarcelamiento y tortura puede llegar, involuntariamente, a producir.

En el cuento clásico, nos aclara Piglia, el efecto sorpresa se logra cuando el final de la historia secreta emerge a la superficie de la historia visible. Sostiene, sin embargo, que la versión moderna del cuento no recurre al final sorpresivo ni a la estructura cerrada, sino que trabaja la tensión entre las dos historias sin nunca terminar de resolverla. Muy apropiadamente, el relato de Bortagaray termina en abierto: la autora parece negarse a apaciguar a su lector con la resolución ficticia de una tensión que, en la realidad, no se ha resuelto. Su relato es —como lo es la historia de las dictaduras militares del Cono Sur, con sus numerosas resonancias en la actualidad— una historia no terminada:

Quizá vuelva a ser divertido cuando venga el carnaval y nos tiremos bombitas de agua. Quizá vayamos pronto a conocer la nieve y pueda por fin hacer un muñeco. Quizá mamá esté más contenta si Zully Corbo se muere, o de repente mañana se levanta y le dicen que ya no es más sediciosa y puede dar sus clases en el liceo. Quien sabe. Puede llegar a pasar. Así de rara es la vida. (BORTAGARAY, 2018, p. 77)

## REFERENCIAS

ALBISTUR, Gerardo *et al.* **Pequeños demonios y otros ensayos históricos y socio-políticos: primer concurso de ensayos.** Montevideo: Trilce-Fondo Histórico Cultural Hugo Cores, 2009.

BORTAGARAY, Inés. **Cuántas aventuras nos aguardan.** Montevideo: Criatura Editora, 2018.

BRUZZONI, Lucía. *Mujeres bajo la lupa: teatralidad y resistencia en el Penal de Punta de Rieles.* In: MONTEALEGRE, Natalia; SAPRIZA, Graciela, CHAVANNES, María Ana F. (Orgs.). **El tiempo quieto. Mujeres privadas de libertad en Uruguay.** Montevideo: FHUCE, 2016.

BURIANO, Ana.; DUTRÉNIT, Silvia. *A 30 años de la Ley de Caducidad uruguaya ¿qué y cómo debemos conmemorar?* In: **Revista Antíteses**, v. 10, n. 19, 2017. Disponible en: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/download/26444/21267>

DACASTO, Mariana Figueroa, **No tan distintas: dos libros con una perspectiva femenina**, Ladiaria, 21 de diciembre de 2018. Disponible en <https://ladiaria.com.uy/cultura/articulo/2018/12/no-tan-distintas-dos-libros-con-una-perspectiva-femenina/>

DEMASI, Carlos. *Un repaso a la teoría de los dos demonios*. In: MARCHESI, Aldo *et al.* (Coord.). **El presente de la dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2003.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

MONTEALEGRE, Natalia; PEIRANO, Alondra. *El dispositivo de la prisión política: Resonancias y reproducción del Terrorismo de Estado en Uruguay*. In: **Revista Contemporánea**, No. 4, Montevideo, 2013.

PAGNI, Andrea. *The Decline and Fall of the Lettered City. Latin America in the Cold War, de Jean Franco*. In: **Revista Orbis Tertius**, 9(10), 2004. Disponible en: [https://www.orbistertius.unlp.edu.ar/article/view/OTv09n10r01/pdf\\_36](https://www.orbistertius.unlp.edu.ar/article/view/OTv09n10r01/pdf_36)

PIGLIA, Ricardo. **Formas Breves**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1986.

RICOEUR, Paul. **Tiempo y Narración III. El tiempo narrado**. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 1996.

SAPRIZA, Graciela. *Memorias del cuerpo*. In: **La palabra entre nosotras. Actas**. (Guariglia, M. Migdal, A. Oroño, T de Tezanos I., Editoras). Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2005.

SAPRIZA, Graciela. *Un palimpsesto de infinitas escrituras*. In: **Revista Nomadías**, diciembre de 2015, Número 20, 273-292, 2015.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/13916>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.13916>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 205-223

Submissão: 14/12/2022 | Aprovação: 11/03/2023



## MUNDOS INVIABLES, VIDAS DELETABLES: APROXIMACIONES ENTRE LEILA DANSIGER Y BERNA REALE

### UNVIABLE WORLDS, DELIGHTFUL LIVES: APPROACHES BETWEEN LEILA DANSIGER AND BERNA REALE

Tânia SARMENTO-PANTOJA

Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>

**Resumen:** El artículo presenta un estudio de Palomo (2012), de Berna Reale, performance realizado en las calles de Belém y disponible en video y serie fotográfica homónima. También analiza la serie Perigosos, subversivos, sediciosos (2018), titulada Cadernos do povo brasileiro, de Leila Danziger, que forma parte de la exposición Hiatus: a violência ditatorial na América Latina, realizada en el Memorial da Resistência / Estação Pinacoteca, en São Paulo. Reale transita por las categorías de shock y del silencio para reflexionar sobre la constitución del poder, a través de una lectura actualizada y subversiva de la figuración del caballero y su caballo, como representación alegórica de la violencia estatal. Danziger recoge, retoma y reintegra una colección de libros censurados por la Dictadura Civil y Militar de 1964 superpuestos a una serie de fotografías de desapariciones políticas en el seno de esa misma dictadura. ¿Qué une a los dos artistas? Sin duda la violencia, especialmente la que emana del Estado y el gran tema de la responsabilidad.

**Palabras-clave:** Ética; Violencia; Dictadura; Leila Dazinger; Berna Reale.

**Abstract:** The article presents a study of Palomo (2012), by Berna Reale, a performance carried out in the streets of Belém and available in video and photographic series of the same name. It also analyzes the series Perigosos, subversivos, sediciosos (2018), subtitled Cadernos do povo brasileiro, by Leila Danziger, which is part of the exhibition Hiatus: a ditatorial violence in Latin America, held at the Memorial da Resistência / Estação Pinacoteca, in São Paulo. Reale moves through the categories of shock and silence to reflect on the constitution of power, through an updated and subversive reading of the figuration of the knight and his horse, as an allegorical representation of state violence. Danziger collects, takes up and reinstates a collection of books censored by the Civil and Military Dictatorship of 1964 superimposed on a series of photographs of political disappearances within that same dictatorship. What unites the two artists? Undoubtedly violence, especially that emanating from the State and the great issue of responsibility.

**Keywords:** Ethics; Violence; Dictatorship; Leila Dazinger; Berna.

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Literários (UNESP-Araquara), Docente do PPG em Letras (UFPA), da Faculdade de Letras (FALE). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPQ\_PQ2. E-mail: [nicama@ufpa.br](mailto:nicama@ufpa.br)

## LEILA DANZINGER Y BERNA REALE: ENCUADRAMIENTO

El manejo de lo vestigio y el trabajo memorístico son sin duda aspectos muy presentes en la producción de Leila Danzinger, constituyendo las principales líneas temáticas o temas de su proyecto artístico. A través de ellos, la artista no solo denuncia, sino que debate profundamente el autoritarismo estructural arraigado en la cultura brasileña. En este camino, que se puede observar desde sus primeros trabajos, Danzinger maneja muy bien la fragmentación y apropiación de materiales residuales, en particular los condicionados al formato de la imagen, con especial atención a la fotografía, como base para representar el proceso memorístico, al mismo tiempo superpuestos a los temas involucrados en la memoria de las experiencias históricas: así, en la obra de la artista, hay muchas situaciones en las que, en un mismo espacio de elaboración creativa, se comparte la intimidad de la vida con la necesidad de hacer público la abyección traumática y/o el olvido.

Estas condiciones repercuten, especialmente, en los objetos que la artista suele manipular y en las formas en que estos objetos se disponen en los espacios que ocupan. En este sentido, es fundamental reflexionar un poco más sobre el significado del trabajo con vestigios en la producción de Leila Danzinger, al fin y al cabo se trata de un procedimiento íntimamente ligado a una expresión de supervivencia, que a la vez permite el debate al respecto de ese tópico, como ontología, pero también como tema en la arena política, campo en el que las producciones de Danzinger se centran más específicamente en las políticas de la memoria al reflexionar sobre cómo las residualidades sobreviven y repercuten en ciertos espacios y no en otros y cómo son seleccionadas tanto en el ámbito de la borradura, como de la permanencia. Esta afinidad, finalmente, se presenta como un punto de tensión que habita la obra de la artista: la cuestión de la supervivencia del vestigio equivale (también) a la cuestión de la supervivencia de la memoria.

Como observa Bárbara Mól (2013), es igualmente posible considerar que esta equivalencia se extiende al debate sobre cómo es posible –y necesario– resistir y al mismo tiempo convivir con las borraduras. Las producciones de Danzinger se mueven así por una clara posición de resistencia: la de no dejar que las huellas se escapen o se borre definitivamente de la escena de la visibilidad. Danzinger también nos enseña en muchas de sus producciones que la supervivencia de la memoria y los residuos conectados a ella no es un proceso fácil. Al contrario. Siempre es doloroso y hasta cruel, porque implica convivir con la experiencia traumática que se vive.

Así, uno de sus grandes legados reside en el manejo constante de la idea de reactivación, ya sea de la memoria, sea de la historia o sea de la cultura, a través del tránsito permanente por los

vestigios. Estas posiciones son, a la vez, compromisos temáticos que Danzinger ha asumido también en el campo epistemológico y están presentes en la mirada que lanza sobre otros artistas, como el análisis que hace del proyecto israelí Sigalit Landau, que consiste en construir un puente de sal sobre el Mar Muerto y que según Danzinger (2013) tendría como objetivo reactivar las energías utópicas de la modernidad.

Berna Reale, por su parte, es una artista conocida desde hace menos tiempo que Leila Danzinger. Su trabajo, que destaca y explora el cuerpo y abarca performance, fotografía y videos, es tan potente como el de la artista carioca. En este sentido, de manera más acentuada, el gran protagonista en la poética de Reale es el cuerpo vulnerable. Sin embargo, como bien recuerda Danzinger (2013, p. 2), al analizar *Barbed Hula*, también de Landau, es innecesario “(...) lembrar a centralidade que o corpo humano adquire a partir da arte moderna, não a representação do corpo, mas o próprio corpo em ação, exposto, integrado definitivamente à obra” (DANZINGER, 2013, p. 2).

En Berna Reale, además de la exploración del cuerpo, tenemos especialmente algunos temas recurrentes, como la ruptura en la relación entre el Estado y las personas. En esta relación, la artista enfatiza el ímpetu domesticador del Estado y, al mismo tiempo, su alejamiento de las necesidades reales de la población y de la dolorosa cotidianidad que enfrenta la gente común. Esta constitución del carácter estatal, absolutamente ambiguo, a veces está representada por la violencia perpetrada por la policía u otras fuerzas de seguridad, a veces está constituida por una selección de íconos de violencia y embrutecimiento, que circulan en las narrativas contemporáneas. De esta forma, el abuso de poder; violencia policial; machismo fetichizado y fetichizante; la corrupción resultante del mal servicio de las instituciones, son figuraciones que siempre están presentes en la obra de la artista.

A la evidencia de esos principios, el uso del cuerpo por parte de Reale ven a convertirse en estas obras como un acto de fe, por la incisiva condición de shock y confrontación social que evocan. En más de una producción, la artista hace uso de la desnudez y la androginia asociadas o tocadas por elementos de abyección producto de la violencia, no sólo para producir el shock y reflexionar sobre el impacto que provoca o incluso la ausencia de impacto, sino, sobre todo, para “criar um ruído provocador de reflexão” (MARQUES y LESSA, 2017, p.2) sobre lo que implica la exposición del cuerpo y sobre lo que significa la desnudez del sujeto, especialmente la desnudez social. Estos aspectos están muy bien destacados en el portafolio del artista, el de la Galeria Nara Roesler, en el que se lee: “A potência de sua produção reside na contraposição entre o desejo de aproximação e o sentimento de repulsa, ressaltando a ironia que resulta da combinação entre o fascínio e a aversão da sociedade pela violência” (NARA ROESLER, 2023, p. 1).

Todavía es posible agregar a ese rol la presencia madura y puntual de elementos propios de las distopías, de manera simbólica, al conjunto de características principales que se encuentran en el colectivo de las producciones de Reale, como, por ejemplo, la figuración del dictador o del tirano en “Palomo”, la referencia al uso de la tortura en “Limite Zero”, la cosificación, fetichización y sexismo del cuerpo femenino en “Rosa Púrpura” y la deshumanización del hombre presente en prácticamente todas sus obras. En la fortuna crítica sobre el conjunto de las producciones del artista, además de destacar la violencia como punto neurálgico, observamos el poder reflexivo de la producción de Reale relativa a la asociación entre violencia y olvido. Sobre este aspecto, cabe destacar la siguiente descripción de Susana Rocha, al comentar la obra “Ordinário”:

Trabalhando profissionalmente como perita criminal, Berna Reale acede a um conjunto de ossadas de cerca de 40 indivíduos, que transporta, atravessando o violento bairro de Jurunas (na área metropolitana de Belém do Pará). Estes restos mortais sem identificação, frequentemente encontrados por agentes policiais em cemitérios clandestinos, são produto da elevada taxa de homicídios no Brasil.

Reale, vestida de negro, passeia os ossos, sob o olhar da população, eventualmente dos perpetradores de crimes que conduziram à morte do que outrora foram habitantes locais. No vídeo não se observam reações assinaláveis: não há choque, comoção, surpresa ou incredulidade. E assim a artista conduz-nos a uma reflexão que nos faz crer que mesmo depois da morte, a última indignidade é o esquecimento (ROCHA, 2014, p. 26).

Reale utiliza el shock no solo como una forma de registro, sino también como un contenido metacrítico para llegar a comprender el mundo violento que nos rodea. Dentro de los límites de lo que propongo para este estudio, una pregunta relacionada con la producción de Reale se refiere a la posibilidad de que, al abordar temas de violencia, la artista también agregue preguntas sobre la ética de la responsabilidad, condiciones que no siempre aparecen disociadas en sus objetos artísticos, especialmente cuando se trata de silenciar los cuerpos vulnerables. Obras, como las referidas en este estudio, abordan estos temas también como una forma de acogida del presente y de la urgencia impulsada por las catástrofes cotidianas. En esta trayectoria, Reale traza su camino artístico envuelto a la captura y a la problematización del vestigio y de aquello que la cultura nos lega como representación residual. Este trabajo imperativo con el vestigio inserta lo contemporáneo en el presente –en el sentido que Giorgio Agamben le confiere a lo contemporáneo– en producciones como “Quando Todos Calam” (vísceras, sujidades); “Cantando na Chuva” (vertedero, referencias cinematográficas); “Rosa Púrpura” (objetos relacionados con fetiches sexuales, referencias cinematográficas). Y en Reale, la inserción de lo contemporáneo equivale a una aguda reflexión sobre la violencia estructural, como observa Alecssandra Matias de Oliveira:

Fardas, uniformes, o ambiente do Instituto Médico Legal (IML), as luzes, as sirenes das viaturas e outros aspectos ligados à crítica do sistema prisional, empregados na produção de Reale, deixam aparente não a violência abrupta, mas aquela que perpetua a manutenção da “ordem” e a dominação econômica, social e de gênero (OLIVEIRA, 2021, p.159-160).

Así, en la obra de las dos artistas hay el destaque del mundo violento movido por la voluntad de poder, representado por la Shoah y la Dictadura, en la obra de Leila Danzinger y por el Estado corrupto y en una relación de espejo con una sociedad estructuralmente conformada por la violencia, en el caso de Berna Reale. Todavía, además de compartir elementos comunes a las dos artistas, relevantes, por cierto, para el arte contemporáneo, existen al menos cuatro aspectos que acercan las producciones de ambas y que justifican el presente estudio. En primero lugar, la relación entre violencia y shock. En segundo lugar, el papel del Estado en la producción y mantenimiento de esta violencia. Tercero, el predominio de una estética o semiótica del vestigio. Cuarto, una ética de la responsabilidad que atraviesa profundamente ambos proyectos artísticos. Esta ética de la responsabilidad puede leerse en términos de activismo en el proyecto de Berna Reale y de memoria formativa, en el caso de Leila Danzinger.

Pienso que en ambas las producciones la ética de la responsabilidad está mediada por una crítica al cuerpo reprimido. Un cuerpo es una vida, una vida un sujeto: en estos términos, ambos cuestionan y reflexionan sobre vidas deletables –vidas suprimidas o invisibilizadas– y hablan de barbaridades que, si no son iguales, son bastante similares e incluso dialogan entre sí, de acuerdo a las circunstancias. Aunque en sus propios contextos y haciendo uso de diferentes objetos y formas de arte, estas vidas deletables fluyen desde un mismo lugar: el continuo coqueteo del Estado con una agenda autoritaria, aún dentro del Estado de Derecho. Disfrazada o no, esta agenda penetra profundamente en el tejido social, lo que exige una reelaboración con el shock, a veces a partir de la emancipación de la vida cotidiana en el caso de Reale, a veces basado en la relación empática, en el caso de Danzinger.

## **A CONTRAPELO DE LA VIDA DELETABLE: EXTENSIONES DEL MISMO PLANO**

¿Qué son las vidas deletables, presentes en los proyectos artísticos de Danzinger y Reale? Sobre todo, son vidas circulantes en mundos inviables. El *impracticable* aquí no implica necesariamente un lugar infranqueable o inaccesible, sino, sobre todo, un lugar donde no se permite ninguna expresión completa del sujeto y que le traiga de diferentes maneras, la experiencia de la exclusión, la asfixia o el encierro: su cuerpo, su voz, su deseo son borrados, silenciados o

desaparecidos, a través del control masivo, a veces radicalmente violento, a veces disfrazadamente domesticador, pero siempre y profundamente enraizado en la violencia estructural, en especial aquella en la que sentimos en la piel –a veces literalmente– la violación, pero sin, sin embargo, de identificar a todos los agentes implicados, que permanecen recogidos pero siempre comprometidos con el poder. Lo que se ve son sólo los "mecanismos diversos" vinculados a ellos y estos mecanismos “pelos quais se exercem esses poderes são anônimos, esparramados, flexíveis” (PELBART, 2007, p.57). Esos mundos inviables también pueden ser identificados:

nas vidas que esperam por um atendimento nos serviços públicos de saúde, no/a usuário/a de drogas levado tantas vezes à força para o tratamento, na loucura enclausurada e medicalizada, na família que tem sua casa destruída (...) e na pescadora que vê o rio secar para viabilização da construção de uma hidrelétrica. Na justiça ou condenação feita pelas próprias mãos contra suspeitos e indesejáveis. Na morte de um alguém no metrô que defende a vida de uma travesti ou de uma criança que pede comida na porta de um restaurante para não sucumbir de fome. Na intolerância e discriminação diárias vivenciadas por negros/as, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais. Na ordem dada ao maquinista para que um trem passe sobre o corpo de alguém supostamente morto a fim de não gerar atraso no percurso. Na expulsão dos povos indígenas de suas terras. Na/o aposentada/o que não consegue seu auxílio-doença porque sua impossibilidade de trabalhar é questionada. No/a jovem que precisa “optar” entre trabalhar e estudar. Ela é real também no feminicídio e no estupro a que todas as mulheres estão expostas (BARROSO, 2021, p. 398).

Esa violencia estructural y estructurante sigue siendo muy adaptable a las variaciones de los modelos de gobernanza:

Em alguns casos, como ocorre nas democracias, os princípios não assumem a violência, e essa é ignorada ou ocultada, ou ainda considerada algo exterior (afinal, a violência não se encontra em relação de necessidade com seu conteúdo). Em outros, ou nos regimes despóticos, ditatoriais ou autoritários, é assumida como princípio universal consubstancial (VÁZQUEZ, 2011 apud BARROSO, 2021, p. 398).

Condiciones que configuran la vida en mundos inviables, profundamente conducidos por las formas materiales y simbólicas de la violación. Los mundos inviables lo son, sobre todo, a la insoportabilidad de la existencia en condiciones precarias y/o dolorosas. Todavía, para muchos, la convivencia cotidiana con tales condiciones se vuelve parte del hábito.

El hábito, en particular el hábito de la existencia neoliberal y capitalista, empaqueta el mundo inviable y lo vende como *mundo que sufre*, es decir, un universo amenazante, que obliga al sujeto a un estado de disponibilidad permanente, en el que la posibilidad de *vida viable*, cuyo punto de determinación es la seguridad –biológica, ambiental, jurídica, económica, alimentaria, seguridad emocional, etc. y no necesariamente en ese orden– es una posibilidad difícil de alcanzar y mientras no se pueda tener, se vive la vida que uno es suficiente para vivir, guiado por la búsqueda continua

de mantenerse a salvo de la catástrofe, lo que no siempre es posible. Esto deja un enorme contingente de vidas deletables, aquellas en las que, además de ser asfixiantes, pueden, en un “clique” –ya sea en una tecla de computadora, o en un rifle, o en el giro de una tecla de celular, o en el orden compuesto como un gesto– ser desaparecido, suprimido, reemplazado, invisibilizado.

Además, es en contrapelo de esa vida deletable y para desarmar el “clique” que caminan Danzinger y Reale.

*Sediosos, Subversivos, Perigosos*, de Leila Danzinger, consiste en una exposición de fotografías de personas desaparecidas durante la Dictadura Civil y Militar de 1964. Según la propia artista, la exposición considera las terribles condiciones que circunstancian el asesinato y la desaparición en cuestión y se articula con la idea de dar un lugar justo a lo que restó y/o quedó y lo que sobra<sup>2</sup> –los vestigios– es la imagen en forma de fotografía. Además de las fotografías, también hay páginas del informe de la Comisión de la Verdad sobre esos muertos y desaparecidos. Y también libros – ensayos, tesis, novelas, etc. – censurados por la Dictadura. Todos los objetos-prótesis.

**Imagen 1: Perigosos, subversivos, sediciosos**



Fuente: LEILA DANZINGER, Portfolio.<sup>3</sup>

Los objetos-prótesis recomponen contenidos según habilidades protésicas: duplican (-se), transforman (-se) y, sobre todo, amplían (-se) sin perder necesariamente los constituyentes originales. Una de las características de los objetos-prótesis es la renderización, la capacidad de procesar o

<sup>2</sup> Es interesante destacar cómo la “sobra” o “resto”, como principio u objeto, ha estado siempre presente en el plan de trabajo de la artista. Sobre *Pequenos impérios* (1999) Denzinger se pregunta: “A que categorías submeter tudo aquilo que sobra, mas guarda ainda possibilidades não realizadas? Sob que critérios reunir, relacionar, classificar?” (DANZINGER apud COSTA, 2009, p.79).

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.leiladanziger.net/>

transformar uma coisa em outra. Valiéndose de la renderización implicada en el manejo de esos objetos, Danziger transita por esta red de vestigios, que en su conjunto posicionan un mural –este es el mismo formato que se le da a la exposición– contra al discurso fascista de la exclusión según el paradigma del exterminio por razones políticas.

**Imagem 2: Perigosos, subversivos, sediciosos**



Fuente: LEILA DANZIGER, Portfolio.<sup>4</sup>

Son objetos articulados y relacionables cuya concepción inter y metatextualizante, asociada a grandes inventarios temáticos, llaman la atención de la crítica. Después de mostrar cómo ese procedimiento proviene de un linaje que incluye a otros artistas, como Rosângela Rennó y Ricardo Basbaum, Luiz Claudio da Costa (2009) observa los indicios autoconscientes abrigadas en el proceso mismo de elaboración en varias de las producciones de la artista, algo que en otro estudio de Costa (2022) observa que se repite en *Sedicioso, Subversivo, Peligroso*: fisuras puntualmente presentes en el mural que captan y alertan la mirada del espectador a la vez que traen el intertexto histórico y ético a la interlocución con esa mirada. Para Costa, esa interlocución lleva al espectador hasta al cuadro mientras desencuadre vidas singulares, representadas/re-apresentadas en cada fotografía:

Em sua prática artística, os acontecimentos proliferam-se, furam o visível exibido em fotografias documentais, racham as informações vigentes no arquivo, fendem o tempo vazio dos episódios encadeados. Trata-se de extrair “um rosto”, uma vida, do acúmulo de dados classificados, sem abolir a vulnerabilidade, os sofrimentos e as alegrias. Não se trata de mostrar o retrato de alguém ofendido ou a face maltratada diante da coerção de um regime de poder, nem tampouco o desamparo das vítimas da tragédia histórica. Trata-se de içar um instante suspenso, a pausa no tempo do

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.leiladanziger.net/>

calendário, a suspensão nas informações do arquivo para ouvir as vozes que nos interpelam e solicitan o reconhecimento de sua humanidade e a capacidade de agir contra as coercões do mundo (COSTA, 2022, p. 273).

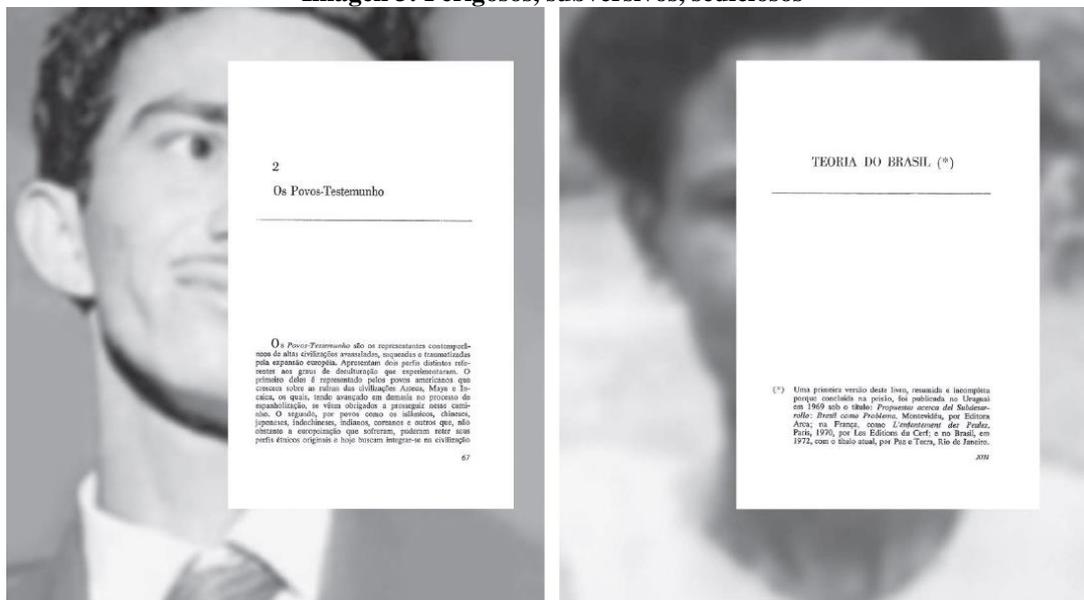
Ese mural transrelacional amplía el contenido de los vestigios y trae potencia a una memoria protésica, elástica, especialmente por el lugar y la potencia del nombre, sin duda una firma en el conjunto de la producción de Danzinger. Y de acuerdo con ella misma: “Mais uma vez, me confronto pela prática artística aos limites da representação. Na década de 1990, dediquei-me à memória da Shoá, a partir de uma lista específica de nomes de judeus alemães assassinados nos campos de extermínio nazista. Os nomes como vestígios, como rastros, os nomes como resistência” (DANZINGER, 2018, p. 238).

Al analizar *Sedicioso, Subversivo, Peligroso* Pedro Hussak (2018) observa acertadamente que al superponer la memoria de Auschwitz con la memoria de los asesinatos y desapariciones durante la Dictadura Civil y Militar de 1964 en Brasil –otra firma poderosa en el conjunto de las producciones de Danzinger – la artista busca mostrar las diferentes posiciones adoptadas por la sociedad, en ambos contextos. En cierto momento del texto homónimo que escribió, publicado en la revista *Modos*, Danzinger afirma: “Na série que produzo, os rostos são ocultados, velados pelas páginas dos livros censurados” (DANZINGER, 2018, p.240). Más de una vez la artista señala ese paralelo observado por Hussak como una condición que insiste en estar presente en su producción y con ello la idea de exterminio como estrategia permanente de la vida deletable y, por tanto, materia insuperable en la cultura brasileña. Sobre esta directriz Bárbara Mól (2022) también concentra su análisis en el compromiso que *Sedicioso, Subversivo, Peligroso* mantiene con la borradura de vidas desintegradas y cuyos artificios se mantienen aún en tiempos democráticos.

En *Luto y melancolía*, Freud (1917) presenta una sintomatología del luto frente a la melancolía y nos muestra que ambos se encuentran basados en la pérdida, cuya expresión son el abatimiento y la tristeza. Pero mientras en el luto el sujeto racionaliza el sufrimiento identificando el objeto perdido y comprendiendo las razones del dolor sentido, en la melancolía hay una entrega patológica al dolor, más allá de los límites del objeto perdido hasta diluirlo. El principio del luto es, por tanto, una clave importante en la obra de Danzinger, sobre todo por la posición metarreflexiva con la que se asume el luto. En ese sentido, el objeto artístico actúa no sólo a favor de una reorganización y una autoridad de la memoria, sino también como medio para afrontar el rostro y el cuerpo del otro. Especialmente el rostro en la fotografía, encubierto por la hoja de papel que contenía los hallazgos de la Comisión de la Verdad, a revelar el destino catastrófico de ese rostro. *Sedicioso, Subversivo, Peligroso* nos da

como tarea infinita la responsabilidad de mirar esos rostros y reconocer la violación que sufrieron, al mismo tiempo que reclama el descubrimiento de los responsables.

**Imagen 3: Perigosos, subversivos, sediciosos**



**Fuente:** LEILA DANZIGER, Portfolio.<sup>5</sup>

214

A su vez, el uso de la ironía como recurso para obtener una refinada combinación entre la fascinación y la aversión por la violencia y sus íconos, trae una potencia única a la obra de Berna Reale y al mismo tiempo constituye un destaque en el conjunto de su producción. Esa ironía tiene el desempeño de una fuerte firma, al igual que la obsesión por el nombre en la producción de Danzinger. La producción de Reale sigue marcada por la fuerza de la performance, pero también por la imponencia del registro multimodal, que presta a un intenso carácter relacional al conjunto de sus obras y garantiza, sin duda, una extensión entre la performance, el vídeo y la fotografía.

Reale es muy hábil en apropiarse de los vestigios tensionándolos como contenidos protésicos, especialmente, porque al disponer los materiales estos ocupan espacios o cuerpos según el ritmo y la organización serial. *Ginástica da Pele* (2019), performance, grabado en vídeo<sup>6</sup> y ensayo fotográfico, es un buen ejemplo de lo que estoy hablando. Según la descripción en el portafolio de la artista. *Ginástica da Pele* tardó dos años en ejecutarse e involucró “a colaboraçã de mais de duzentas pessoas, para a preparaçã e desenvolvimento da açã, até sua execuçã em junho de 2019” (NARA ROESLER, 2023). La acción involucró a cien jóvenes y se desarrolló de la siguiente manera:

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.leiladanziger.net/>

<sup>6</sup> [Berna Reale | Ginástica da pele, 2020 \(vimeo.com\)](https://vimeo.com/berna-reale/ginastica-da-pele)

[os jovens foram] organizados em cinco fileiras com vinte integrantes cada, foram dispostos conforme a gradação tonal de suas peles: nas primeiras fileiras estão os jovens com o tom de pele mais escuro e nas últimas, aqueles de pele mais clara. Durante a performance, eles realizam uma série de exercícios, conduzidos pela artista que, com um apito, dita o ritmo e a transição entre os movimentos. As ações remetem ao treinamento físico realizado nas ruas pelas forças armadas e pelas polícias civil e militar, e aos gestos executados pelos suspeitos no momento em que decretam sua prisão (NARA ROESLER, 2023, p.2).

*Ginástica da Pele* explora la seriación de varias maneras: en la distribución de los cuerpos en el espacio, en la tez de la piel de los cuerpos, en la paleta cromática de la indumentaria, en los ejercicios realizados, en el canto de trabajo que acompaña los movimientos e incluso presentes en la ondulación de las sombras que producen los cuerpos. Y aunque el video muestra claramente la replicación o mimetismo de varios elementos –filas, marcha, ejercicio, canto de trabajo– que componen las habituales marchas callejeras de miembros de la Policía Militar o de las Fuerzas Armadas<sup>7</sup>, para establecer la ironía inversiva dirigida a los típicos movimientos de acercamiento, conducidos por policías militares en ostensible vigilancia o en prisiones, como sugiere la descripción del portafolios de la Galería Nara Roesler, el manejo de la ironía amplía significaciones, en la medida en que la performance se transforma (también) en el ensayo fotográfico.

Este trabajo de ampliación se hace presente en el ensayo fotográfico resultante del registro de la performance. En las fotografías disponibles en el portafolio, encontramos la seriación en el juego de sombras de los cuerpos alineados, que capturaron en *plongée*, producen el contorno de un arma – una pistola– que se materializa como prótesis de cada uno de los cuerpos, como si cada joven en fila fuera también un *francotirador* apuntando con un arma en contra al cuerpo, representado por el performista. El tratamiento irónico se ve acentuado por el intertexto semiótico implicado en la figuración del objeto, ya que es igualmente inevitable la referencia al gesto del arma, en el que la mano imita un arma de fuego levantando el pulgar (en el papel de percutor) y extendiendo perpendicularmente el dedo indicador (en el papel de la pipa), gesto que se convirtió en uno de los principales símbolos de la campaña del expresidente Jair Bolsonaro en las elecciones brasileñas de 2018 y 2022.

La consigna de Bolsonaro “faz arminha”, como se conoció el gesto, canalizó la retórica y el fetiche militarista, que guió el perfil ultraderechista de la campaña y el gobierno de este presidente. Ese mismo gobierno que hizo maleables las leyes para la adquisición y circulación de armas en el

<sup>7</sup>Quienes se desplazan en grupos por las calles de Belém, cerca del cuartel. El desplazamiento se realiza siguiendo el ritmo de la marcha y marcado por consignas rimadas, que siguen el paradigma de las canciones de trabajo. El objetivo de estas marchas es la ejecución de la marcha o carrera como ejercicio físico, como parte de las actividades laborales.

país y con ello se quintuplicó la venta de armas a la población civil. Al hacer uso del manejo de estas figuraciones en la fotografía de la acción performativa, Reale no deja de registrar y vincular a las políticas estatales: de manera aún más incisiva y crítica el compromiso del Estado de garantizar aún más ganancias al mercado de armas, asociando ese compromiso al problema de la transferencia de la responsabilidad de la seguridad a la población y al problema de la violencia policial, al mismo tiempo que inserta en la agenda el entozamiento de parte de la población con esas políticas.

**Imagem 4: Ginástica da Pele**



Fonte: Berna Reale<sup>8</sup>

Esa forma de operar con figuras autoritarias, envueltas en el paradigma fetichista, son muy puntuales en “Palomo”, la performance –también registrada en video y fotografía– que elegí para la reflexión de este estudio. Es posible decir, con facilidad, que el manejo de artefactos, próximos al fetiche, funcionan como vehículos de reflexión irónica sobre el autoritarismo estructurante. “Palomo” forma parte de la exposición *Vazio de Nós*, que junto a otros cuatro videos – “Limite Zero”, “Ordinário”, “Soledade” y “Americano” – tiene como epicentro la reflexión sobre la vulnerabilidad (ROCHA, 2014, p. 24), al mismo tiempo que indaga el límite “da apatia humana” (Idem, p.29). Para Susana Rocha:

Filmada durante o amanhecer, “Palomo” mostra um centro de cidade quase deserto, com os seus estabelecimentos comerciais fechados e com a maioria dos habitantes ainda dentro de casa. Quase remetendo para uma cidade onde foi decretado um recolher obrigatório, apenas uma figura de autoridade se passeia a cavalo pelas ruas. A artista montada num cavalo vermelho enverga roupas negras de aparência

<sup>8</sup> In: Portfólio NARA ROESLER. Berna Reale. Disponível em: <https://nararoesler.art/usr/library/documents/main/69/gnr-berna-reale-portfolio.pdf>

semelhante às usadas por corpos de intervenção policial (...). Exibe ainda um açaimé, objecto intimidatório, que ao invés de refrear o animal, amordaça e controla a mordida da figura autoritária representada (ROCHA, 2014, p.29).

**Imagem 5: Palomo**



Fonte: Berna Reale (2012). Portfólio NARA ROESLER.<sup>9</sup>

Con razón Marcelo Campos (2013, p. 48), al analizar “Soledade” (2013), observa que en la producción de Reale “(...) a personagem é farsa. Uma história contada pela segunda vez, como nos ensinara Karl Marx” y finaliza: “O lugar só existe na arte como um corpo narrativo” (CAMPOS, 2013, p.52). Lo mismo puede decirse de “Palomo”. El personaje que emerge del cuerpo del performer es metareflexivamente farsante, sea por su carácter caricaturesco y excéntrico, sea por el contexto orientado para la crítica social, en clara referencia a los disturbios impuestos por el Estado coercitivo y representado allí por su brazo armado: el poder policial. Según Roca:

De forma poética, Berna Reale crítica o poder institucional abusivo e instalado na sociedade, que de forma opressiva se impõe. Ainda que o açaimé impeça que esta figura “ataque” é também sinal da violência que lhe é intrínseca, da mesma forma que a sua montada imponente lhe confere estatuto e força (ROCHA, 2014, p.29).

El cuerpo narra esta relación a través del conjunto del traje, a través de la asociación entre el cuerpo del jinete y el caballo y especialmente a través de la agregación de la açaimé al traje. Creo que el objeto metaforiza la asunción y permanencia del poder pastoral, a partir de las ideas de comando, salvación y sacrificio. Sabemos, con Michel Foucault (1995, p. 236), que el poder pastoral surge en el contexto religioso, pero se extiende a otras experiencias en el cuerpo social, con especial asociación

<sup>9</sup> Disponível em: <https://nararoesler.art/usr/library/documents/main/69/gnr-berna-reale-portfolio.pdf>

con las fuerzas representativas del Estado y otras instituciones. En el diálogo con la historia y la cultura brasileñas, la figura siniestra que monta el caballo rojo establece relaciones con el poder pastoral que envuelven las acciones del brazo armado del Estado brasileño, que se remontan tanto al Estado dictatorial, responsable de las muertes y desapariciones por razones políticas, cuanto a los numerosos episodios de actuaciones policiales que derivaron en secuestros y asesinatos, en el ámbito del Estado de derecho.

Entre producciones más recientes, que también constituyen familiaridades a “Palomo”, destaco las caricaturas de Carlos Latuff, especialmente dirigidas a denunciar la violencia policial. Activista, Latuff ha llamado la atención sobre este aspecto y ya afirmó que Brasil “(...) é um país racista e a máquina que mais mata e prende o povo no Brasil é o Estado. É uma máquina de moer gente preta e pobre. E como isso acontece? Através do seu braço armado. Quem é o seu braço armado? É a polícia”<sup>10</sup>. Sus tiras cómicas muestran a policías masculinos, truculentos, llenos de abultados músculos y armados con sus pistolas y bastones, extensiones protésicas de carácter fálico, carácter que guía simbólicamente la actuación violenta del Estado armado. Esos policías son siempre soberanos en relación con las víctimas, ellas son las que siempre vienen de las capas periféricas, y están presentes en la escena amenazadas, golpeadas, baleadas, asesinadas.

La animalización es otro rasgo en la composición del jinete de “Palomo” que no pasa desapercibido. Ya sea por la composición humano-animal, paradójicamente producida por la oposición entre el rojo (del caballo) y el negro del uniforme (del jinete), o por el uso de la mordaza estilizada, que cubre el rostro del performer. En cualquier caso, el conjunto se intertextualiza con figuraciones literarias que involucran caballos, como observa Magda Guimarães Khouri:

“Em inglês se denomina “nightmare”, que literalmente significaria “égua da noite”, como o denomina Shakespeare. Por sua vez, Victor Hugo em “Contemplation”, chama o pesadelo de le cheval noir de la nuit, “o cavalo negro da noite” (...). E o cavalo da performance associado ao pesadelo das referências culturais, se expande pelo grande impacto visual que provoca. A espacialização da cor que promove espaço onírico, impregnando aqui as formas e as ideias.” (GUERRA apud KHOURI, 2017, p.50).

En la huella de Antônio Candido (1993, p. 129), para quien la animalización se encuentra basada en un *feedback* simétrico, me refiero aquí a algunos materiales provenientes de la literatura brasileña contemporánea, con los que “Palomo” mantiene afinidades que involucran la animalización de la figura del perpetrador, en particular la “contística” dirigida a las representaciones de la tortura

<sup>10</sup>Disponível em <https://ponte.org/latuff-existe-um-esforco-para-calar-vozes-que-discutem-a-violencia-policial/>

en el contexto del estado dictatorial, a ejemplo de “Pedro Ramiro” (1977), de Rodolfo Konder; “O jardim das oliveiras” (1980), de Nélida Piñon; “Não passarás o Jordão” (1984), de Luiz Fernando Emediato; “Ademir” (2014), de Mayrant Gallo o incluso la novela *Memórias póstumas de um Extorturador* (2006), de João Bosco Maia. En todos esos materiales es posible observar la presencia de una “retórica da animalidade”, especialmente presente en la constitución del perpetrador como personaje, que se vincula a la ferocidad y la indiferencia absoluta a las leyes más elementales, como constituyente fundamental de la la actuación del tirano y el lenguaje autoritario/totalitario.

Diferentemente de Lattuf y del material literario mencionado, Berna Reale opta por mostrar que el personaje violador puede quedar bien disfrazado por la atractiva vestimenta negra –similar al uniforme que usan las fuerzas especiales de la Policía Militar– que recubre todo el cuerpo del ejecutante, debido a su grandiosidad y altivez, del cuerpo del jinete y del caballo e incluso por cierta arrogancia presente en el rostro duro del jinete, señalando la necesaria obediencia previa de los posibles observadores. Como también afirma Ana Valeska Magalhães: “Na mescla deste manejo a falta pulsa e aglutina o reconhecimento de que, naquele estranho teatro que se desenrola, há dados bastante familiares” (MAGALHÃES, 2016, p.102). Y ahí tenemos la mordaza, que hace toda la significativa diferencia.

En otro momento de este estudio, en paralelo con Leila Denziger, mencioné cómo Reale también mueve muy bien los residuales para extraer potencia crítica del lastre histórico y cultural que cargan. La mordaza inserida en la performance, también conocido como açaimo o bozal, suele ser generalmente una pieza de cuero o metal que se aplica al hocico de los animales. Es por tanto una especie de bozal o mordaza. En “Palomo”, el uso del bozal estilizado impone y potencializa la ironía en el conjunto: el bozal puede ser la mordaza que junto al caballo rojo trae al conjunto la alteridad animal como símbolo de ferocidad, anomia, al mismo tiempo que remite a otras huellas de la cultura brasileña fuertemente comprometida con la represión, la explotación y la exclusión contra las vidas deletables. En un artículo citado anteriormente, Magalhães dá destaque a la falta, que evidencia una presencia-ausencia en “Palomo”, igualmente significativa: las personas,

De repente ela surge imponente, montada num majestoso cavalo vermelho. Veste um uniforme policial escuro e usa colete à prova de balas. Cruza as ruas de uma cidade esvaziada e silenciosa, numa postura inabalavelmente ereta e intimidadora. As portas das residências e do comércio estão fechadas e inquietam o olhar do espectador. O que houve? Um toque de recolher? *Onde estão as pessoas? De fato, são poucos os olhares testemunhais que se atrevem a espreitar seu triunfo e poder* (MAGALHÃES, 2016, p. 102, grifos meus).

En el ámbito de su uso más retraído, el instrumento es representativo de la domesticación de los humanos sobre los animales. Contener y dominar son, por tanto, atributos implícitos en el uso de ese instrumento. En este sentido, es muy oportuno recordar que el bozal, tal y como se describe en el *Martelo das bruxas*, consistía en un anillo de hierro, dentro del cual había un compartimento llamado "caixa", que servía para introducir la boca de la víctima, cerrando el anillo de metal en la nuca, conteniendo así los gritos, constituyéndose, de esta forma, en un instrumento diseñado para silenciar literalmente a las víctimas de la Inquisición.

El uso en el ámbito de la tortura y la ejecución inquisitorial también vincula el açaima a la función punitiva-represora, condición a la cual el uso de este objeto también puede vincularse en el contexto del pasado esclavista de la nación brasileña, por la imposición de la máscara de flandes a los esclavizados, nada más y nada menos que una versión del bozal, para impedirles consumir alimentos o bebidas mientras trabajaban o ingerir tierra para suicidarse.

Imagem 6: Palomo (Detalhe)



Fonte: Berna Reale (2012). Portfólio NARA ROESLER.<sup>11</sup>

En la red de relaciones entre los vestigios es necesario señalar que este bozal que cubre el rostro del caballero, en "Palomo", también puede entenderse como una fuerte referencia a los polémicos pasamontañas policiales utilizados por las llamadas fuerzas especiales, en episodios en los que hubo excesos por parte de los agentes policiales involucrados<sup>12</sup>. Los defensores del uso de los

<sup>11</sup> Disponível em: <https://nararoesler.art/usr/library/documents/main/69/gnr-berna-reale-portfolio.pdf>

<sup>12</sup> Como el episodio que involucra a militares de las Fuerzas Armadas en Río de Janeiro, quienes, en 2017, usaron pasamontañas durante una incursión en Rocinha.

pasamontañas argumentan que se trata solo de un accesorio ignífugo, elaborado para proteger la cara y el cuello, que integra el uniforme del profesional de operaciones especiales y se utiliza en situaciones específicas. Sin embargo, para los críticos del uso del artefacto, el pasamontaña ha sido utilizado para tapar los rostros de estos agentes, ocultando o dificultando su identidad y, en consecuencia, favoreciendo no sólo el uso excesivo de la fuerza, sino también blindando contra posibles castigos contra injustificadamente actos de violencia practicados. Creo que esta posibilidad de conexión justifica el carácter hueco de la pieza utilizada en “Palomo”. El bozal, utilizado por el performer, fue hecho con secuencias de férulas de alambre, que cubren el rostro del jinete, pero sin ocultar sus trazos faciales, produciendo así un efecto de resistencia al insinuarse como un contra anonimato del rostro expuesto.

De esta manera, creo que además de relacionar el conjunto de disfraces y en particular el bozal con la idea de ordenación, contención y control implicados en las referencias a las fuerzas policiales, como acertadamente señala Rocha, el objeto establece vínculos con la crítica al doble sentido deshumanizante de la violencia. Por un lado, el açaimo puede corresponder al bozal comúnmente utilizado en los animales, en este caso, el personaje nos recuerda –al establecer una red de similitudes– que la animalización es quizás una característica del perpetrador cuando se le representa en el arte y en la literatura. De esta forma, la figuración del dictador o del tirano queda profundamente instalada en “Palomo”. Por otra parte, el bozal también establece vínculos semióticos con la vida material al referirse al uso del pasamontaña y su relación con los abusos cometidos en la actuación policial, como había ponderado anteriormente.

Ambas posibilidades hacen de la presencia del bozal una forma de referirse a aquellas condiciones –muchas de las cuales son silenciadas o tratadas como menores– que arrancan al cuerpo, más allá de su piel, de todo lo que lo convierte en cuerpo-sujeto, independientemente de la temporalidad de que se trate. En otras palabras, las vidas deletables, si bien no están presentes en la performance, se evidencian poderosamente como presencia-ausencia en la movilización de la ironía, que permea el carácter punzante del tirano, ya sea el máximo representante o sea el agente del poder al servicio del Estado.

## REFERÊNCIAS:

ALVES, Fernandes Rafaela. Políticas do esquecimento na arte contemporânea brasileira. **Pólemos**, v. 11, n.22(2022). Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/42242>. Acesso em 16/12/2022.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”. **Katálisis**, v. 24, n. 2 (2021). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/78029>. Acesso em 16/12/2022.

CAMPOS, Marcelo. Corpo narrativo: um lugar que me atravessa. **Poésis**, v.52 n.21-22 (2013). Disponível em <https://periodicos.uff.br/poesis/article/view/24712>. Acesso em 16/12/2022.

COSTA, Luiz Claudio. A poética da memória e o efeito-arquivo no trabalho de Leila Danziger. **Arte & Ensaios**, v.19, n. 19 (2009). Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/50815>. Acesso em 18/12/2022.

\_\_\_\_\_. Perigosos, subversivos, sediciosos: a inversão do trajeto da violência. **Palíndromo**. v. 14 n. 32 (2022): Disponível em <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/20421>. Acesso em 18/12/2022.

KHOURI, Magda Guimarães. Violência silenciosa: corpo e arte contemporânea. **Calibán**, v.15, n.2 (2017). Disponível em <https://calibanrlp.com/pt/producto/mal-2/> . Acesso em 05/01/2023.

MÓL, Bárbara. Leila Danziger e a emancipação das imagens. **Pós:**, v.5, n.9 (2015) . Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15670>. Acesso em 05/01/2023.

DANZINGER, Leila. Trauma e utopia em Sigalit Landau. **Arquivo Maaravi**, v. 7, n. 12 (2013). Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14164>. Acesso em 05/01/2023.

DANZINGER, Leila. Perigosos, subversivos, sediciosos. **MODOS**, v. 2, n.1 (2018). Disponível em: <http://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/1032>. Acesso em 05/01/2023.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: \_\_\_\_\_. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-194

HUSSAK, Pedro. A memória do que não passou: Leila Danziger e a elaboração da memória da ditadura brasileira nas artes visuais. **Viso**, v. 12, n° 23 (2018). Disponível em <http://revistaviso.com.br/article/288>. Acesso em 10/02/2023.

MAGALHÃES, Ana Valeska Maia. Sobre Arte e Psicanálise: da impotência ao impossível. **Reverie**, v.9, n.1 (2016). Disponível em <https://www.spfor.com.br/revista-reverie-volume-ix-n-1-2016/>. Acesso em 02/02/2023.

MARQUES, Bruna Augusta; LESSA, Patrícia. Sexismo e especismo na obra “Limite Zero”, de Berna Reale. In: **Anais do Simpósio Internacional em Educação Sexual**. 26 a 28 de abril. São Luís: NUDISEX, 2017.

MÓL, Bárbara. ara o Brasil, suas imagens: rascunho crítico sobre os "Cadernos do Povo Brasileiro" de Leila Danziger. **Valise**. v. 12 n. 20 (2022). Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/view/127749>. Acesso em 02/02/2023.

NARA ROESLER. **Berna Reale**. Disponível em <https://nararoesler.art/artists/69-berna-reale/>. Acesso em 27/12/2022.

OLIVEIRA, Alecssandra Matias de. O dedo na ferida. **Rev. USP**, n.129 (2021).

PELBART, Peter Pal. Biopolítica. **Sala Preta**, v. 7, n. 7 (2007). Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/188671>. Acesso em 17/02/2023.

ROCHA, Susana. Berna Reale: a importância do choque e do silêncio na performance. **Estúdio**, v. 5 n. 9 (2014). Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/11089>. Acesso em 16/12/2022.





---

**ARTIGOS**







Esta obra possui uma Licença

Submissão: 14/03/2023 | Aprovação: 11/06/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/13916>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.13916>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 205-227



## ALÉM DE SI: A ARTE COMO FAZER COLETIVO BEYOND YOURSELF: ART AS A COLLECTIVE ENTERPRISE

Eduardo PELLEJERO  

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN)<sup>1</sup>

**Resumen:** Autores fundamentais da literatura e da filosofia como Blanchot, Zambrano o Cortázar, associaram de maneira essencial a criação artística à solidão. Mas no encontro e na colaboração com os outros a arte muitas vezes manifestou uma potência incomparável de invenção. Essas experiências, que abrem um horizonte de pesquisas, colocam em causa a herança romântica do gênio e a noção do artista como indivíduo privilegiado. A partir de alguns casos da música e da dança, da pintura e da literatura, o presente ensaio procura explorar algumas dimensões da criação enquanto empresa coletiva.

**Palabras-clave:** Arte coletiva. Colaboração. Criação artística.

**Abstract:** Central authors of literature and philosophy such as Blanchot, Zambrano and Cortázar, associated artistic creation with solitude. But in collaboration art often manifested an incomparable power of invention. These experiences, which open up a horizon of research, call into question the romantic heritage of genius and the notion of the artist as a privileged individual. Based on some cases of music and dance, painting and literature, this essay seeks to explore some dimensions of creation as a collective enterprise.

**Keywords:** Collective art. Collaboration. Artistic creation.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal, 2006). Desde 2009 é professor de Estética, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFRN). E-mail: [edupejero@gmail.com](mailto:edupejero@gmail.com)

Contam que quando os marinheiros têm que mover um fardo pesado, ou carregar uma âncora, para poder levantar um peso maior, para serem capazes de um esforço extremo, cantam todos juntos para apoiar-se e dar-se forças. Isso é o que necessitam os artistas.

Vincent Van Gogh  
Arlés, 6 de junho de 1888

Tal como para Júlio Cortázar, tal como para Maurice Blanchot, tal como para María Zambrano, o meu credo sempre foi o credo da solidão, uma defesa radical da distância que, resguardando-me dos outros, devolve-me o mundo em imagem —renovado. Nesse “isolamento comunicável, no que precisamente pela lonjura de qualquer coisa concreta faz-se possível uma descoberta de relações entre elas” (Zambrano, 1934, p. 318), radicou sempre para mim o segredo da escrita, e por extensão o das artes sob todas as suas formas. Não uma família, mas a humanidade. Não uma casa com vista, mas uma forma absoluta de ver as coisas, à intempérie. Não a moeda gasta da linguagem, mas as vozes do silêncio. E a essa complexa articulação das minhas neuroses com a realidade eu a chamava: a experiência.

228 Não pretendo vir agora desdizer-me e negar o valor dessa singular configuração do desejo que nos deu Kafka, que nos deu Cezánne, que nos deu Wolf e Pizarnik e Duras. Mas recentemente algumas coisas puseram-me a pensar nos limites da minha perspectiva e moveram-me a explorar figuras incomensuráveis da criação artística.

Primeiro, o último filme de Martin McDonagh —*The Banshees of Inisherin* (2022)—, no qual um músico —Colm Doherty (Brendan Gleeson)— põe fim a uma amizade de anos com um agricultor local para poder dedicar-se plenamente à sua arte. Desorientado, o seu amigo —Pádraic Súilleabháin (Colin Farrell)— questiona a decisão e vai repetidas vezes ao seu encontro. Mas Colm Doherty está disposto a tudo para preservar a sua solidão —até à auto-mutilação. Resumindo o argumento para uma amiga que não a viu, Julieta, a minha amiga, interrompeu-me antes de que chegara a entrar no tema e concluiu: típico caso de depressão. E no final vê-se que Colm Doherty na verdade está deprimido, que a música só era uma desculpa, que a paixão mais triste, a mais obscura de todas, o comia por dentro. Como escreveu Sara Gallardo: “Um animal demasiado solitário devora-se a si mesmo” (GALLARDO, 2000, P. 53). Só que eu não o vi tão rápido. Para mim as premissas eram corretas, não admitiam refutação.

Depois, dois de cada três artistas que entrevisto dizem nunca terem sido tentados pela álibi da solidão. Um diretor coral que renuncia a uma carreira como solista porque não imagina uma vida não partilhada; uma artista plástica que sempre trabalhou junto a uma amiga, inclusive em pintura; dois

irmãos que conceberam a música juntos; uma prima afastada que encontrou a arte no ativismo, isto é, na comunidade, no povo<sup>2</sup>.

Em seguida, o reconhecimento inevitável, com os anos, de que os encontros promovem o acontecimento, que os encontros *são* o acontecimento —tanto na ordem da vida, da existência, como nas ordens da arte ou da política. Agnès Varda: “Represento o papel de uma idosa, gordinha e faladora, que conta a sua vida. Porém, são os outros que me interessam e aos que quero filmar. Os outros, que me intrigam, me motivam, me fazem questionar-me, me desconcertam, me apaixonam” (Varda, 2008). Trata-se de uma verdade que não nasce do círculo solipsista da consciência, mas do trato, da fricção, inclusive da confrontação com os outros. No cinema isso é fatal, tratando-se de uma arte coletiva<sup>3</sup>. Também é, em geral, o caso das artes de palco: do teatro, da música, da dança. Mais longe de nós, as artes plásticas também souberam ser fundamentalmente artes coletivas. Me inspirei em todas elas para tentar aprofundar o que está em jogo nessas formas de encarar o ato de criação, mas não perderei de vista que, assim como essas artes não escapam à tentação do génio solitário, a escrita, que na tradição romântica é o reduto desses pactos demoníacos, também conhece alternativas coletivas instigantes que merecem a nossa atenção.

Por fim, pergunto-me se tudo isto terá alguma relação com o problema da função social (perdida) da arte na nossa época, com esse problema que levou Ingmar Bergman a colocar em causa a sua própria individualidade privilegiada e, equiparando-se aos seres anónimos que reergueram a catedral de Chartres, escrever: “O artista considera o seu isolamento, a sua subjetividade, o seu individualismo, como se fossem quase sagrados. Assim, finalmente, nos reunimos num curral grande onde ficamos a balir sobre a nossa solidão sem ouvir-nos uns aos outros, e sem advertir que nos estamos asfixiando uns aos outros até matar-nos. (...) Por conseguinte, se me perguntam qual desejaria que fosse o propósito geral dos meus filmes, contestaria que quero ser um dos artistas na catedral, na planura” (Bergman, 1969, p. 22). Seguramente podemos pensar as grandes obras cinematográficas da nossa época como catedrais (não já levantadas espontaneamente pelo povo depois da tempestade, mas pelos empregados assalariados da indústria cinematográfica), mas também (e talvez melhor)

<sup>2</sup> Respetivamente: Carmelo Fioriti, Sofía Larroca, Ruben e Horacio Matesan, e Carolina Pellejero. As entrevistas são parte de um projeto de investigação dedicado a explorar os começos e recomeços na arte (2022-2023).

<sup>3</sup> O carácter evidentemente coletivo da produção cinematográfica é em geral barrado através de estratégias de leitura promovidas pela cultura cinematográfica, que tendem a aceitar a autoria acriticamente. Assim, o cinema mistifica a sua própria divisão do trabalho, separando o trabalho manual de trabalho intelectual e assignando valor de troca apenas ao último. Por exemplo, diferenciando o seu produto em grande medida por referência à personalidade de um artista único ou genial, o cinema de autor nega a dimensão social da produção artística (BUDD, 1984, pp. 12-19). Christopher Orr (1984, p. 20-26) afirmava nesse sentido que as figuras do autor limitavam-se historicamente a construções produzidas por e para a ideologia com a pretensão de instituir o diretor/autor como figura de um sujeito originário e transcendente, criador/responsável da produção cinematográfica. Ver: (PELLEJERO, 2012, p. 29-53).

podemos pensar na utopia benjaminiana inspirada pelos diários murais das fábricas de começos do século XX (essa utopia, para Benjamin, era o correlato da crítica das categorias clássicas da estética: a eternidade, a beleza... o génio). Não me importaria avançar em algum momento por esse caminho.

\* \* \*

Se é certo que a apreensão de certas realidades, de certas coisas fundamentais, não se dá em companhia, também é certo que há verdades que só se revelam no contacto estreito e continuado com os outros<sup>4</sup>. Para isso é importante que o acontecimento do comum não esteja calcado sobre modelo algum, mas que tenha a forma de um encontro, que não esteja sobredeterminado sob o esquema de um projeto predefinido, mas que se abra ao inesperado e ao desconhecido. Utopia de uma comunidade descentralizada na qual cada um trabalhe —junto aos outros— conforme as suas paixões e necessidades, a sua vocação e o seu desejo, como a que sonhara Roland Barthes (Barthes, 1975, p. 103).

Acaso a forma mais próxima dessa utopia seja a improvisação no jazz. Durante os seis anos em que colaboram, as personalidades artísticas de Miles Davis e John Coltrane se transformam (devêm) e se definem (amadurecem) de uma maneira assombrosa, preservando as suas singularidades ao mesmo tempo que criam e desenvolvem toda uma nova forma de entender e praticar a música (de fato, farão isso mais de uma vez ao longo das suas carreiras). Nessa aventura estarão acompanhados fundamentalmente por Red Garland (piano), Paul Chambers (baixo) e Philly Joe Jones (bateria)<sup>5</sup>. Juntos, puxados por essa portentosa base rítmica, experimentarão e evolucionarão, se desafiarão e animarão um ao outro, até definir as novas bases da música moderna.

Embora Coltrane procurasse a princípio um mestre em Davis (quem evita, dentro do possível, colocar-se nesse lugar, limitando-se apenas a apontar-lhe que esteja atento ao tempo ou que em vez de improvisar por vinte e oito coros seguidos o faça apenas por vinte e sete), a relação enriquece a ambos, produzindo uma rara sinergia. Mantendo as suas claras diferenças estilísticas, formam um combo arrebatador, cuja potência se manifesta de maneira privilegiada sobre as progressões modais

<sup>4</sup> Uma tentativa anterior de aproximar-me desta questão encontra-se em “De la soledad a la comunidad.” (PELLEJERO, 2019, p. 167).

<sup>5</sup> “In the wry words of multi-instrumentalist Howard Johnson (who would later work with Miles through his long association with Gil Evans), Miles’s band was supposed to fail. In the eyes of his detractors, instead of building his band with the accepted leading players like saxophone colossus Sonny Rollins, “Miles had a junkie drummer, a cocktail pianist, a teenage bassist, and an out-of-tune saxophonist. Yet he sold a whole lot of records and made all the musicians eager to hear each one as it came out.” (GRIFFIN & WASHINGTON, 2008, p. 5.49)

que darão o tom a *Milestones*, onde o lirismo de Davis e o compacto tecido de som de Coltrane expandem as fronteiras da improvisação e abrem um novo horizonte de investigações para a música.

Nem Davis nem Coltrane eram grandes conversadores (no princípio da sua colaboração, perante a curiosidade de Coltrane, Davis colocou sumariamente um fim à possibilidade de que a deles fosse uma relação desse tipo<sup>6</sup>). Por outro lado, na medida em que a música que tocavam estava em vias de fazer-se, tampouco partilhavam *a priori* uma língua comum (essa língua, se é que existia, como, por outra parte, em toda a arte moderna, estava por construir) (Merleau-Ponty, 1974, p. 68 e ss.). Contudo, a comunicação entre eles parece ter lugar de maneira constante e natural.

Na versão de “Oleo”, o *standard* de Sonny Rollins incluído em *Relaxin* (1958), depois de apresentada a melodia sucessivamente pelo trompete, o piano e o saxo, Davis encara o primeiro solo de maneira lacónica, acompanhado apenas pelo baixo, soltando-se com a entrada do resto da secção rítmica na primeira ponte, mantendo a intensidade durante o segundo coro. Então, apenas começado o terceiro coro, Davis deixa o seu solo em suspense numa frase sem resolução, que Coltrane pega no ar e resolve de modo impecável antes de passar a propor as suas próprias ideias —dúzias de ideias, a uma velocidade estonteante! *Relaxin* foi um dos cinco discos que o quinteto gravou em dois dias para cumprir com o contrato que assinara com Prestige antes de começar a trabalhar para Columbia. É, como os outros quatro, um disco improvisado, assente apenas sobre o entendimento que o grupo desenvolvera durante as numerosas apresentações ao vivo. Além dos arranjos elaborados por Davis, o que ouvimos é o correlato de uma forma de inspiração comum que, por momentos, cria uma verdadeira ilusão de telepatia —como quando, durante o solo de Garland, Jones assume com o *hi hat* a chamada com o que até então Garland marcara o fim de cada coro<sup>7</sup>.

Ainda que lançado no mesmo ano, *Milestones* (1958) é dois anos posterior a *Relaxin*, que fora gravado em 1956. Separação mediante, Davis e Coltrane retomam então o diálogo interrompido, adentrando-se em territórios não explorados. Ambos cresceram notavelmente como músicos, mas não é necessário ir além da primeira faixa do disco —“Dr. Jackel”— para perceber o modo em que, indo um ao encontro do outro, os estilos de ambos parecem fundir-se numa ideia comum, que a ensamble perfeita com a secção rítmica da banda converte numa autêntica parede de som. A inclusão de Cannonball Adderley, por outra parte, parece desafiar Coltrane a deitar mão a todos os seus recursos —porém, mais do que a impressão de uma batalha, ficamos com a ideia de um esforço

<sup>6</sup> “FORTUNE: My working with Miles would suggest that [their communication] wasn’t extensive. Miles wasn’t a talker and Trane wasn’t a talker. So you got to guess there’s no talking. ALI: Not with words, anyway.” (GRIFFIN & WASHINGTON, 2008, p. 5.33)

<sup>7</sup> Ver. (BEATO, 2020).

mútuo para ir (juntos) tão longe quanto possível (como numa corrida de estafetas)<sup>8</sup>. De resto, a supressão dos ciclos harmônicos no tema que dá título ao disco, que parece estabelecer um tempo flutuante sobre o qual os solos se desenvolvem sem a urgência de quem tenta acompanhar os *changes*, força a banda a ser melodicamente criativa sem a guia de uma progressão<sup>9</sup>. O resultado é surpreendente: as transições de um solo a outro tornam-se, se é possível, ainda mais orgânicas que nos discos anteriores, as citações de um ao outro multiplicam-se, e, em geral, envolvidos pelo movimento contínuo da secção rítmica, os motivos convertem-se em ideias comuns, passando com um máximo de diferença e um mínimo de alteração de boca em boca, como se estivesse a desenvolver-se um teorema ou, melhor, a sua demonstração —sendo que, quando a melodia volte a ser tocada em uníssono, já no final, temos a sensação de que, com efeito, se trata de uma tese provada, sem refutação possível.

Sobre estes discos, como sobre os grandes discos que Coltrane gravaria a solo alguns anos mais tarde, projetou-se muitas vezes uma aura de misticismo. Mas na verdade só se trata de música —de alguma da melhor música produzida no século XX, é certo, mas de música afinal, sem mais. Sem dúvida, há algo de transcendente nas formas de criação coletiva, algo que nos fala de maneira direta sobre o que é e significa estar juntos e pôr em comum, algo que, excedendo as formas ordinárias de estar no mundo, pode levar-nos a mistificar a sua singela origem humana. Mas de que se trata? Talvez só da enorme energia que emana do diálogo balbuciante entre os instrumentos, dessa energia que atinge sempre, também, os seus ouvintes, e os envolve na sua rarefeita atmosfera, levando-os a sentir que comungam com uma forma não racionalizada do real.

Mais de setenta anos depois daquelas sessões, a música de Davis e Coltrane pode ter-se tornado familiar para alguns de nós e, nesse sentido, mais acessível, como uma língua conhecida, mas aqueles que a ouviram pela primeira vez nos começos dos anos sessenta foram obrigados a esforçar-se ao máximo para acompanhar as mudanças, as sobreposições, os acentos, e, muitas vezes, como os próprios músicos, *agarrar no ar* as coisas que eram propostas.

De resto, acaso seja inevitável julgar numa primeira aproximação que o impacto da música de Davis e Coltrane é o produto do contraste de duas individualidades fortes, de duas vozes únicas e idiossincráticas —tão profunda é a nossa ascendência romântica. Mas dar isso por assente é passar por alto que muito provavelmente nem um nem outro teriam chegado a fazer as descobertas que

<sup>8</sup> “In Dr. Jackie, the seams between the alternating choruses by the two players are almost indistinguishable, and there is momentary confusion on a first listening as to where Adderley leaves off and Coltrane begins, and vice versa.” (CHAMBERS, 2020, s/p)

<sup>9</sup> Ver. GRIFFIN & WASHINGTON, 2008, p. 10.34.

fizeram sem estabelecer uma intensa colaboração sem pressupostos. Colaboração que, certamente, se estendia ao resto dos músicos. De fato, as alterações produzidas na base rítmica ao longo do tempo, ou a incorporação de Cannonball no saxo alto, transparecem de modo notável nas mudanças que se vão dando em cada uma das suas performances individuais. A música que entreveram e executaram foi uma invenção coletiva desde o início, ainda que a solidão possa ter marcado as longas horas de prática e de estudo, de composição e arranjo. Se, acompanhando as gravações existentes, assistimos a um verdadeiro processo de individuação, devemos aclarar que se trata da individuação da própria música embrionária que compuseram e improvisaram juntos e, a seguir, como um correlato, da individuação das suas próprias pessoas musicais — já não princípio, mas efeito, produto, resultado.

Não se trata, evidentemente, de uma gênese absoluta (evitemos mais uma vez o fantasma da mistificação). O hard-bop alimentava-se do jazz que se tocara até então, dessa história que Davis considerava poder resumir em quatro palavras: “Louis Armstrong, Charlie Parker”<sup>10</sup>. Em última instância, Coltrane reconheceu um mentor em Thelonius Monk, assim como Davis o reconheceu em Bird, como parte de uma aprendizagem particular que não podemos menosprezar. Mas o modo em que se manifestam esse saber adquirido e as qualidades latentes de cada um, durante os anos em que tocam juntos, constitui um acontecimento do comum, uma revelação coletiva, um autêntico encontro criativo, que, apesar de que carecemos de registros de qualquer conversa entre ambos, podemos inferir sem dificuldade da música que nos deixaram e ouvimos.

\* \* \*

Entre outras alcunhas, Miles Davis era conhecido como “the chief”. A figura do líder ou diretor não é alheia às artes coletivas. Perante uma orquestra ou um coro, detrás de um balé ou de uma companhia de teatro, há muitas vezes, se não a maior parte das vezes, uma instância articuladora desse tipo. Agora, qual é a sua função? Isto é: de que modo pode operar dentro de grupos que não são apenas intérpretes das obras de um autor, mas co-criadores (sendo que aqui, por hipótese, esse é sempre o caso)?

Embora seja a sua diretora e, de fato, leve o seu nome, o *Tanztheater Wuppertal Pina Bausch* não é uma mera extensão da pessoa de Pina Bausch, nem das suas ideias como bailarina e coreógrafa.

---

<sup>10</sup> “Miles once said: ‘You can tell the history of jazz in four words: Louis Armstrong. Charlie Parker.’ Of course, this is an abbreviation, yet in Miles’s inimitable way, he is able to imply so much from so few words (in this context, for example, ‘Charlie Parker’ implies Thelonious Monk, Bud Powell, Sonny Criss, and so on). Now in the first decade of the twenty-first century, a similarly short but pregnant list can be extended to eight words: ‘Louis Armstrong. Charles Parker. Miles Davis. John Coltrane.’ (Assuming Lady Day is a daughter of Pops.)” (GRIFFIN & WASHINGTON, 2008, p. 11.29)

Aproximar-se da atividade dessa companhia excepcional, que problematizou as fronteiras entre a dança e o teatro, exige que deixemos atrás as distinções clássicas entre forma e matéria<sup>11</sup>. Se a criatividade de Bausch nos traz algo de novo, fá-lo através de uma relação estreita e constante com os seus bailarinos e bailarinas. As revelações e as descobertas não são da sua exclusiva responsabilidade, nem o balé está aí simplesmente para encarná-las. Não se trata de um teatro de ideias, ainda que dê muito que pensar. E os corpos não entram em jogo apenas em virtude das suas competências técnicas ou da sua destreza física, mas se oferecem constantemente com toda a sua carga de experiência e imaginação.

Graças a *Lissabon/Wuppertal/Lisboa* (1998), o documentário de Fernando Lopes que acompanha a construção de *Masurca Fogo* (1997), durante uma residência de três semanas em Lisboa, podemos apreciar que todo o processo de montagem do espetáculo comporta uma elaboração coletiva. Bausch se instala detrás de uma mesa no meio da sala de ensaio e dirige a cada um dos bailarinos uma questão, que pode adotar a forma de uma pergunta —“O que fazes quando sentes ternura por alguém?”— ou uma espécie de desafio —“Faz algo que te envergonhe”<sup>12</sup>. As respostas, que frequentemente traduzem uma experiência pessoal, são elaboradas de maneira individual por cada um dos bailarinos e adotam a forma de um gesto, de um movimento, de uma frase-movimento ou de uma pequena história dançada —serão os *building-blocks* da encenação. Isso quer dizer que as variações individuais sobre um tema não têm lugar apenas como parte da performance ou da execução da peça (improvisação), mas desempenham um papel fundamental na sua composição (são parte de uma investigação coletiva)<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> O método de perguntas e respostas que introduz Bausch na criação das suas obras é, de fato, uma inversão do procedimento habitual de forma-conteúdo: trata-se de um movimento que vai do conteúdo à forma (a ideia vem em segundo lugar, ou é o resultado de um processo de diferenciação pre-individual).

<sup>12</sup> “Every imaginative journey is prompted by a question. She reads the questions out, batches at a time, and the dancers write them down. Then her collaborators are left to their own devices and imagination to come up with their own response to Bausch’s stimuli/questions. (...) Jean Laurent Sasportes considers that the questions can be grouped under two categories: ‘Celles qui relèvent de la vie quotidienne, de la vie privée, qui peuvent te concerner très personnellement, et celles qui rejoignent la fantaisie, l’imaginaire, comme composer une scène dans les bois ou jouer les Lorelei.’” (MULROONEY, 2015, §6.1).

<sup>13</sup> “Once [in 1978], a theater asked me to do a piece about Shakespeare. I chose a Macbeth theme and worked with a few dancers and actors and a singer. I couldn’t work the way I usually work—giving them movement—so I had to find another way. I asked them questions, and through these questions we tried to create something. Each one had different ideas and came from completely different fields. (...) “They know that I see them all very individually, and that they all have to bring themselves in. I’m not only using them; they are also, in a way, creative. And I think they like the experience of talking about all kinds of things.” (BAUSCH apud TU, 2008, s/p)

Essa maneira de trabalhar, que por outra parte prescinde de imagens de um objeto ou um fim a alcançar<sup>14</sup>, constitui a pedra de toque do processo criativo de Bausch, que avança, não propondo movimentos nem convidando à improvisação, mas colocando questões aos bailarinos —questões que já se colocara a si mesma: “Dou-lhes algo para pensar e lhes peço que me respondam fazendo algo. Posso perguntar-lhes coisas sobre as suas vidas ou as suas fantasias, ou sobre algo que experimentaram em criança. Procuo respostas que digam algo, mas que não seja possível explicar bem de que se trata. Isso é muito importante para mim —quando somos tocados sem conseguir explicar a razão com a nossa cabeça” (BAUSCH *apud* STERRIT, 1985)<sup>15</sup>.

É importante compreender que a ideia de fundo não é que os bailarinos contribuam com as suas ideias para o projeto que Bausch desenvolve —por exemplo, a partir de “peças como *A consagração da primavera*, que já tem uma história e a música completa” (BAUSCH *apud* TU, 2008) —, mas que se deem a ver, que se mostrem: “Acho lindo quando, no final de uma performance, sinto-me um pouco mais perto deles porque revelaram algo de si mesmos” (BAUSCH *apud* TU, 2008).

Ao mesmo tempo, as questões são parte de um método para aproximar-se de um tópico sensível com muito cuidado. Um método não; um protocolo de experiência. O roteiro é substituído por um intenso e prolongado<sup>16</sup> trabalho coletivo de elaboração de experiências humanas fundamentais. Procurando “uma linguagem para a vida” (BAUSCH *apud* REVECO, 2022), Bausch dirige assim um processo muito aberto e ao mesmo tempo muito preciso, que “conduz a muitas coisas nas quais, *sozinha*, não teria pensado jamais”(BAUSCH, 2007).

Por exemplo, durante a preparação de *Mazurca fogo*, Bausch interroga uma das suas bailarinas —Regina Advento— sobre algumas das suas experiências. A modo de resposta, ela esboça a história de um grupo de mulheres que vende peixe na rua e deve ocultar as suas coisas com pressa perante a chegada da polícia. Primeiro vemos os seus deslocamentos cénicos, uma série de graciosos movimentos equilibrando um bacia de água sobre a cabeça, ao mesmo tempo que agita outras mais, várias em cada mão (Bausch toma notas enquanto observa com atenção). A seguir, ouvimos uma interpretação da própria bailarina, que volta sobre os seus movimentos para tentar dar conta do seu significado (Bausch escuta em silêncio, sem emitir juízo algum). Esse processo nem sempre é fácil,

<sup>14</sup> “I know what I’m looking for, but the picture doesn’t exist. It’s like a puzzle —you have to find things, and you know when you find something that it really belongs.” (BAUSCH *apud* TU, 2008)

<sup>15</sup> Ver. Mulrooney, 2015: “Bausch is quite adamant that the initiation point for the creation of her pieces lies in questions, as opposed to improvisations. This distinction is significant, because questions evoke the sense of a scientific research more than improvisations. Questions have an investigative and interrogative, empirical and almost anthropological undertone”.

<sup>16</sup> A construção de uma obra leva em geral três meses de jornadas de oito horas diárias, sem roteiro, sem uma coreografia fechada, sem nenhuma coisa determinada de antemão —fora a data da estreia.

nem sempre é feliz —um movimento pode resultar malogrado, os bailarinos podem sentir-se frustrados (nesses casos Bausch conversa com eles, sugere-lhes alguma coisa ou os incita a tentar tudo mais uma vez<sup>17</sup>).

A partir daí, e depois de uma seleção na que Bausch tem seguramente a última palavra (“escolho as partes que de alguma maneira me tocam”) (BAUSCH *apud* STERRIT, 1985), mas da qual todos participam, tem lugar um intenso processo de elaboração e estilização de cada um dos movimentos (durante o qual alguns, ainda, serão descartados<sup>18</sup>). Por fim, os movimentos começarão a ser conjugados e, em ocasiões, reelaborados para tal. É hora de pôr todas essas coisas juntas: “gradualmente começamos a armar breves sequências de dança que memorizamos” (BAUSCH *apud* MULROONEY, 2015, §6.1); “preocupo-me muito pela forma, apesar de não ser uma forma que tenha sido aprendida; a forma manifesta-se à medida que a obra cresce”<sup>19</sup>.

Seguramente, Bausch também tem as suas ideias —tem-nas aos montes! Desde que começou a trabalhar como coreógrafa foi sempre muito claro que para ela “era impossível utilizar o material dos outros, assim como os seus movimentos (...) [para expressar] o que realmente havia no seu coração” (BAUSCH, 2007) (não ser referia, é claro, aos movimentos dos bailarinos com quem trabalhava, mas aos que já formavam parte da tradição). No começo, em Wuppertal, elaborava as coreografias com o seu próprio corpo, imaginando que seria ela mesma quem as dançaria<sup>20</sup>. No começo, também, planeava tudo meticulosamente. Com o tempo, contudo, compreenderia que, além desse trabalho estritamente pessoal e planeado, estava interessada por coisas diferentes, que já não tinham nada que ver com os seus planos: “Pouco a pouco tive que decidir: seguir um plano ou envolver-me com algo que ignoro onde me levará. Em *Fritz*, a minha primeira obra, ainda estava seguindo um plano. Depois desisti de planear qualquer coisa. Desde então tenho me envolvido em coisas sem saber onde me conduzirão” (BAUSCH, 2007).

<sup>17</sup> “I try to support each of them in finding out things for themselves. For a few, it goes very quickly; for others it takes years, until they suddenly flourish. For some, who have already danced for a long time, it is almost like a second spring, so that I am really amazed, what all appears.” (BAUSCH, 2007)

<sup>18</sup> “They (the dancers), all get asked. They all answer. They all show us something - and that takes up an awful lot of time. But I have always allowed an awful lot of time for that, because normally we were only able to use a fraction of what they came up with. Each of them does, say, ten things and in the end I’m interested in maybe only two. But then we’ve looked at everything.” (BAUSCH *apud* MULROONEY, 2015)

<sup>19</sup> “I used to get scared and panic and so I would start off with a movement and avoid the questions. Nowadays I start off with the questions.” (BAUSCH *apud* MULROONEY, 2015)

<sup>20</sup> “Even in my first choreographed pieces in Wuppertal, I was thinking of course that I would be dancing the role of the victim in *Sacre* and in *Iphigenie* the part of *Iphigenie*, for example. These roles were all written with my body.” (BAUSCH, 2007)

No pequeno preâmbulo que abre o documentário de Fernando Lopes faz-se referência à “batuta misteriosa do génio de Pina Bausch” (LOPES, 1998). Mas a própria ideia de direção ganha um significado inédito ao adentrar-nos nos processos de criação do *Tanztheater* —e em certo sentido é secundária em relação a outros elementos envolvidos nesses processos: desde o caldo de cultivo que representam as cidades onde a companhia se instala para levar adiante os seus projetos, até às soluções criativas que as questões de Bausch suscitam no corpo de dança. Assim, por exemplo, em Lisboa, o acontecimento da criação está marcado pelo encontro entre a cidade “aberta, luminosa e cálida” e as “evocações das próprias vidas” (LOPES, 1998) dos membros da companhia —dando lugar a uma das obras menos obscuras de Pina Bausch. No fundo, o acontecimento da criação encontra-se sempre associado a um singular e irrepetível entrelaçamento de sensibilidades e memórias, de cintilações e perfumes, de corpos e afeções<sup>21</sup>. Se o resultado é “uma nova obra de Pina Bausch”, o certo é que, no agenciamento coletivo que constitui o *Tanztheater*, o seu nome identifica apenas uma função —importante, ou inclusive essencial, mas de maneira alguma auto-suficiente. Sozinha não poderia.

\* \* \*

237

Imagino a montagem de uma obra na qual Pina Bausch se dirigisse aos seus bailarinos —e a mim, também, de alguma maneira— perguntando: até onde achas que irias sozinho? Ou quiçá: o que é que fazes quando te sentes condenado a ser irremediavelmente quem és? Sem que seja possível decidir se dança ou apenas se desloca como faz habitualmente, alguém começa a caminhar —em direção ao mundo.

Warhol, Basquiat e Clemente seguramente fizeram-se essas perguntas nos anos oitenta e, instigados por Bruno Bischofberger, dirigiram-se uns aos outros. O encontro, amplificado e distorcido pela publicidade da que foi objeto, deu lugar a inumeráveis equívocos, mas sem dúvidas foi autêntico, arrancando a cada um dos pintores dos seus lugares de conforto e abrindo um diálogo entre eles —em e através da pintura. As regras eram simples: cada um deles devia iniciar algumas pinturas por conta

---

<sup>21</sup> “One of the most beautiful aspects of our work is that we have been able to work in such a variety of countries for so many years. The idea from the Teatro Argentina in Rome of working with us on a piece that was to come about through experiences gained in Rome was of decisive, I could even say fateful, significance for my development and way of working. Since then almost all of our pieces have come about from encounters with other cultures in co-productions. (...) Getting to know completely foreign customs, types of music, habits has led to things that are unknown to us, but which still belong to us, all being translated into dance.” (BAUSCH, 2007)

própria, deixando espaço mental e físico para que os outros pudessem contribuir<sup>22</sup>. As telas inconclusas de cada um eram enviadas por correio ao seguinte artista que, depois de as intervir, as enviava pela sua vez ao último. Ainda que o procedimento não fosse nem original nem inovador, a comunicação que se estabeleceu entre eles, durante o ano em que se estendeu a colaboração, deu lugar a quinze obras, nas quais os empréstimos e as sobreposições, as citações e as piadas impõem um humor comum —cujo efeito libertador se manifesta de maneira mais clara e imediata sobre Warhol. Se é certo que na *Factory* já imperava uma lógica de trabalho coletivo, onde, apesar de se exercer como uma espécie de diretor, Warhol estava sempre aberto a sugestões de temas e caminhos para a sua obra, o encontro com Basquiat e Clemente o inspira a voltar a pintar livremente, com pincel —pela primeira vez em vinte anos!

De modo mais geral, e apesar da rejeição generalizada da crítica na época, ante as próprias obras, as diferentes intervenções combinam-se em imagens nas quais as singularidades de cada um se articulam para estabelecer um verdadeiro plano de imanência, sobre o qual não se impõem hierarquias de nenhum tipo. Em *Origin of cotton*, por exemplo, a paleta de cores é utilizada sem solução de continuidade pelos três artistas. Warhol estabelece o tema introduzindo algumas flores serigrafadas (rebentos de hibiscos), enquadradas e parcialmente cobertas por uma série de manchas de acrílico; uma multidão de rostos assombrados ou desesperados, pintada por Clemente, rodeia essa montra ou vitrina, sobre a qual Basquiat inscreveu símbolos que desnudam os intestinos da produção desse espetáculo banal. Apoio a minha interpretação na ordem que parecem definir as diferentes camadas de pintura, mas certamente a obra admite outras interpretações: partindo das inscrições de Basquiat, por exemplo, as flores de Warhol se convertem em algodão, independentemente da sua inadequação taxonómica, e algumas das figuras de Clemente, as que parecem esmagadas no primeiro plano, abaixo, à direita, revelam-se como rostos negros e enfurecidos.

Não sei se as obras conjuntas de Warhol, Basquiat e Clemente são ou não melhores que as suas obras individuais. O próprio Warhol alimentava essa mesma dúvida<sup>23</sup>. Mas a questão não é essa. A questão é: como é possível encontrar na arte, e nos modos que a arte tem de estar-junto, as forças

---

<sup>22</sup> “To get the most spontaneous work into the collaborations I suggested to Basquiat that every artist should, without conferring with the others about iconography, style, size, technique, etc., independently start the paintings, of course in the knowledge that two further artists would be working on the same canvas, and that enough mental and physical space should be left to accommodate them. I further suggested to him that each artist send one half of the started collaborations to each of the other artists and the works then be passed on to the remaining artist whose work was still missing. Basquiat liked my proposal and agreed.” (BISCHOFBERGER, 2008, p. 262)

<sup>23</sup> “[Jean Michael] came up and painted over a painting that I did, and I don’t know if it got better or not” (WARHOL, 2009, entrada del 17/4/1984)

para escapar à prisão da própria pele (gaiola dourada de Warhol ou porão sombrio de Basquiat)? e como, escapando da prisão da própria pele, dar a ver o que só em conjunto é capaz de tornar-se visível (inclusive se essas visões revelam a inutilidade da tentativa e dão lugar ao desentendimento, à desagregação e ao retorno a si mesmo)?

A experiência de Warhol, Basquiat e Clemente, em todo o caso, nos lembra que o fazer coletivo não se limita às artes performáticas<sup>24</sup>. Picasso e Braque trabalharam juntos. Geogia O’Keeffe e Alfred Steiglitz trabalharam juntos. De maneira mais significativa, no renascimento, as artes plásticas comportavam uma estrutura coletiva: as obras se executavam em grandes oficinas, sob a direção de um mestre que contava com a colaboração de numerosos assistentes e aprendizes. É o caso de Donatello, e também o de Michelozzo di Bartolomeo, que ainda partilhavam um espaço em Pisa e outro em Florença para baratear custos, e também o de Rafael Sanzio, que se formara na oficina de Pietro Perugino antes de estabelecer a sua própria oficina em Florença. Se essa tradição entrou em crise com o romantismo, não é possível afirmar que tenha desaparecido por completo. Significativamente, podemos reconhecer um raro eco dessas confrarias na arte urbana, onde a organização de grupos (*crews*) para pintar grandes peças de *big style* continua em muitos sentidos a mesma lógica das oficinas renascentistas, com as suas funções e hierarquias —por exemplo, *The Cool 5* contava com um presidente, um vice-presidente, um conselho, e também códigos, rituais de iniciação etc.<sup>25</sup>

Talvez a figura do artista solitário não seja senão uma invenção moderna, para a qual contribuíram sem dúvidas as biografias de alguns pintores do renascimento em chave de hagiografia. Quero dizer: em certo sentido a solidão é para a arte moderna uma forma de consumir a morte de deus, isto é, uma maneira de ir do mundo ao mundo, através da obra, sem pressupostos, um modo de dirigir-se aos outros de maneira não pautada —e, nesse sentido, a solidão é um momento fundamental da arte moderna, inclusive quando realizada de maneira coletiva<sup>26</sup>. Mas a mistificação do artista,

---

<sup>24</sup> A superação da individualidade e a busca de formas expandidas da subjetividade na arte contemporânea foi extensamente trabalhada por Charles Green (2008, p. 95), que propõe “a notion of artistic collaboration that is different from the conventionally held view of collaboration as reconciliation. The latter implies both profit and loss and a book-keeping sense of the word, incorrectly seeing artistic collaboration as a balance. Instead I delineated an artistic field generated by the incorporation of others and ‘Others’ within cross-cultural or cross-artist fusions. I wanted to point to the alternate model of artistic collaboration in which the parts of the relationship merge to form something else in which the whole is more than the sum of the parts, in which the parts are not removable or replaceable because they do not combine as much as change”.

<sup>25</sup> Cf. TC5-Coupal, 2009. Ver também: <http://showcase.tcfive.com/>

<sup>26</sup> Sobre a solidão como momento fundamental da antropologia especulativa que comporta a busca artística, ver os meus trabalhos anteriores: “La escritura en su madriguera” (Pellejero, 2019) e “Por que alguém se fecha num quarto para escrever?” (PELLEJERO, 2017).

retomando modelos que remetem aos ascetas, aos eremitas e aos anacoretas, constitui uma carga demasiado pesada para a indagação que é própria da criação artística.

Longe de tudo e de todos, encerrado no labirinto da sua pintura, Van Gogh confessava ao seu irmão que sentia dentro de si um grande fogo interior, que todos viam fumegar, mas perante o qual ninguém se detinha a aquecer-se (VAN GOGH, 1998, p. 41). Não era por acaso que sonhava com uma comunidade de artistas: “Eu poderia, em rigor, alugar a meias um novo atelier, e bem gostaria. É provável que Gauguin venha ao sul. Ou talvez me entenda com McKnight. Então poder-se-ia cozinhar aqui” (VAN GOGH, 1998, p. 200). Quando Gauguin finalmente se uniu a ele em Arlés, contudo, encontrou-o tão mal como a si mesmo —isto é, sem força para o ajudar. A criação como acontecimento pode ser um encontro, mas os encontros são raros. Antes do mártir da pintura em que o converteu a história da arte, Van Gogh foi um homem que procurou até ao final torcer o destino que a pobreza e o isolamento pareciam ter-lhe imposto. De novo sozinho, escreve amargamente a Theo: “Não sentimos que estejamos morrendo, mas sentimos que para ser um elo na corrente de artistas, pagamos um alto preço em saúde, juventude e liberdade, nenhuma das quais desfrutamos mais do que o cavalo que puxa por um carro com pessoas que saem a desfrutar da primavera” (VAN GOGH, 1998, p. 280).

A melancolia de Van Gogh lembra-me sempre a angustiada claudicação de Sylvia Plath, incapaz sequer de pegar o seu desassossego pelos cornos. Numa carta de outubro de 1956, afirma de maneira taxativa que se há algo do que está segura é que prefere estar sozinha: “evito as pessoas como o veneno; simplesmente não as quero” (PLATH, 2014, p. 14). Mas essas palavras estão dirigidas a Ted Hughes, o seu companheiro, a quem não só busca desde a sua solidão, mas a quem pede repetidamente que se encontrem em Londres por um par de dias. Na mesma época também costuma escrever à sua mãe, já de regresso aos Estados Unidos. Como os gestos de Colm Doherty no filme de Martin McDonagh, como o comportamento auto-destrutivo de Van Gogh, as palavras de Plath manifestam uma forma de depressão, mas esse sentimento ainda se abre caminho nas palavras, através das cartas, de poemas, de crónicas e relatos (oito anos depois já não o fará).

É preciso lembrar que, como a pintura, a escrita também admite práticas coletivas, começando pela própria correspondência, que é seguramente uma das suas formas mais intensas e instigantes, mesmo quando possa permanecer secreta? É preciso, sim. A literatura, essa liturgia da solidão, conhece numerosas formas de colaboração; da pessoa que compunham juntos Borges e Bioy Casares para dar vida ao insofrível H. Bustos Domeq, à cuidadosa leitura que Ezra Pound realiza da obra de T. S. Eliot —*The waste land*— antes da sua publicação, e dos projetos grupais ou programáticos,

como o de *Oulipo*, ao trabalho com testemunhas, como o de Svetlana Aleksievitch, reservando um espaço muito especial para as relações epistolares, como a que, durante 1997, estabeleceram John Berger e John Christie<sup>27</sup>. Em última instância, a escrita arrisca com frequência tornar-se impossível, em razão da falta de modos de estar e pôr em comum, de conduzir —em companhia— o pensamento em direção à forma. Natalia Guinzburg, por exemplo, confessa que não houvesse chegado a escrever *As pequenas virtudes* sem as longas conversas mantidas com um amigo íntimo (esse amigo íntimo era Cesare Pavese) (GUINZBURG, 2020, p. 8)<sup>28</sup>.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, que também trabalharam juntos em algumas das suas melhores obras, escreveram:

Ao *Anti-Edipo* o escrevemos em duo. Cada um de nós era vários, em total já éramos muitos. Aqui utilizámos tudo o que nos unia, desde o mais próximo ao mais longínquo. Distribuámos hábeis pseudónimos para que ninguém fosse reconhecível. Por que conservamos os nossos nomes? Por rotina, unicamente por rotina. Para tornar-nos nós também irreconhecíveis. Para tornar impercetível, não a nós, mas tudo aquilo que nos faz atuar, experimentar, pensar. E além disso porque é agradável falar como todo o mundo e dizer que o sol sai, quando todos sabemos que é uma maneira de falar. Não chegar ao ponto de já não querer dizer eu, mas a esse ponto em que já não tem nenhuma importância dizê-lo ou não dizê-lo. Já não somos nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Nos ajudaram, aspiraram, multiplicaram. (DELEUZE-GUATTARI, 1980, p. 9.)

Se a criatividade aspira à comunhão com o real, como sugere Nikos Papastergiadis em diálogo com John Berger, deve começar por um processo de colaboração (PAPASTERGIADIS, 1995).

Kafka não foi necessariamente o apóstolo da solidão que tantas vezes confundimos com o seu celibato e as suas reticências em relação ao familiar. Benjamin carecia dos meios para ter uma vida social mais rica, mas tinha muitos amigos com os que partilhava o seu trabalho e chegou a considerar, durante a sua viagem a Moscovo, converter-se num intelectual orgânico, incorporando-se ao partido. Se vamos ser meticolosos, até mesmo Thoreau recebia visitas em Walden Pond<sup>29</sup>.

\* \* \*

<sup>27</sup> Cf. BERGER-CHRISTIE, 1999.

<sup>28</sup> Também Van Gogh considerava Théo, o seu irmão, como um colaborador a quem devia algumas das suas telas: “De novo te digo que sempre te considerarei algo mais do que um simples marchand de Corots, que pela minha mediação tens a tua parte na própria produção de certas telas que mesmo no desastre guardam a tua calma” (VAN GOGH, 1988, p. 367)

<sup>29</sup> “Even Thoreau had plenty of visitors (including his mentor, Emerson) at Walden Pond; even Rilke, who wrote his unparalleled *Dunio Elegies* in ‘solitude’ at Castle Dunio, near Trieste in Italy, had a staff of servants who surely helped keep him sane.” Does Artistic Collaboration Ever Work?

Também eu —tão tonto— “necessito dos outros para manter-me de pé”<sup>30</sup>. Não é possível abreviar a solidão quando a comunidade está sempre por fazer, por inventar, por vir, mas a ideia de que há coisas que só se articulam em conjunto, a noção de que existem lutas e paixões coletivas, sempre me desvelou —e continua a desvelar-me.

Porém, escrevi estas páginas partindo “do centro do meu ser em recolhimento”<sup>31</sup>, depois de ter recusado convites para jantar, inventando desculpas de último momento para ausentar-me de festas, e evitado a minha companheira cada vez que batia à minha porta para dizer-me que descia para um café, fechado na nave do meu quarto, fazendo a travessia da noite para ler e reler livros por sua vez escritos na mais estrita das solidões, para encontrar as palavras justas e poder dar forma a uma experiência que, insinuando-se nas dobras do mundo e da invenção, sou incapaz de apreender de outra maneira.

## Referências

BARTHES, Roland. **Escrever... Para quê? Para Quem?** Lisboa: Edições 70, 1975.

BAUSCH, Pina. Kyoto Prize Award Speech. **Inamori Foundation**, 2007. <https://www.pinabausch.org/post/what-moves-me>

BEATO, Rick. **The Picasso of Sound- The man who changed modernmusic**. Georgia, 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=7tz0fSMmrUM>

BERGER, John; Christie, John. **I send you this cadmium red**. Barcelona: Actar, 1999.

BERGMAN, Ingmar. **Four Screenplays of Ingmar Bergman**. New York: Simon & Schuster, 1969.

BISCHOFBERGER, Magnus. “Collaborations – Reflections on the Experiences with Basquiat, Clemente and Warhol” In.: **Prehistory to the Future, Highlights from the Bischofberger Collection**. Milán: Electa, 2008. <https://www.brunobischofberger.com/collabs-origin>

BUDD, Michael. “Autorship as a commodity” In.: **Wide Angle**, VI/1, 1984.

CHAMBERS, Jack. “Milestones - The Music and Times of Miles Davis.” In: **JazzProfiles**, 2020. <https://jazzprofiles.blogspot.com/2020/05/milestones-music-and-times-of-miles.html>

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Capitalisme et schizophrénie tome 2: Mille plateaux**. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

GALLARDO, Sara. **Eisejuaz**. Barcelona: Agea, 2000.

<sup>30</sup> Lispector, 1998, p. 9.

<sup>31</sup> Zambrano, 1934, p. 320.

- GREEN, Charles. "The second self". In.: Crawford, Holly. **Artistic Bedfellows. Histories, theories, and conversations in collaborative art practices.** Maryland: University Press of America, 2008.
- GRIFFIN, Farah Jasmine; Washington, Salim. **Clawing at the limits of cool. Miles Davis, John Coltrane and the greatest jazz collaboration ever.** New York: Thomas Dunne Books, 2008.
- GUINZBURG, Natalia. **As pequenas virtudes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KELLY, Maura. "Does Artistic Collaboration Ever Work? How creativity is both nurtured and thwarted when people team up" In: **The Atlantic**, 2012. <https://www.theatlantic.com/entertainment/archive/2012/07/does-artistic-collaboration-ever-work/260319/>
- LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOPES, Fernando. **Lissabon/Wuppertal/Lisboa.** Lisboa, 1998.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O homem e a comunicação. A prosa do mundo.** Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.
- MULROONEY, Deirdre. "The Fine Art of Questioning" En: **Orientalism, Orientation, and the Nomadic Work of Pina Bausch.** Dublin: Grand Canal Publishing, 2015. Visto em: [http://www.deirdremulrooney.com/old\\_site/thesis\\_chapters/question.html](http://www.deirdremulrooney.com/old_site/thesis_chapters/question.html)
- ORR, Christophe. "Come and get it!" In: **Wide Angle**, VI/1, 1984.
- PAPASTERGIADIS, Nikos. "Berger: Between Permanent Red and the Black Box of the Universe" Quincy, 1995. <https://southasastateofmind.com/article/john-berger-between-permanent-red-and-the-black-box-of-the-universe/>
- PELLEJERO, Eduardo. **Justicia Poética (palabras e imágenes fuera de orden).** São Paulo: Carcará, 2019.
- PELLEJERO, Eduardo. **Perder por perder (e outras apostas intelectuais).** Natal: Edufrn, 2017.
- PELLEJERO, Eduardo. "Política de autores y muerte del hombre: Notas para una genealogía de la crítica cinematográfica" In.: **Sesión no numerada**, v. 2, 2012.
- PLATH, Sylvia. **Desenhos.** São Paulo: Editora Globo, 2014.
- REVECO, Bastien. "Pina Bausch: La danza como una manera de hablar" In.: **L'Officiel Chile.** Santiago de Chile, 2022. <https://www.lofficielchile.com/arte-y-cultura/pina-bausch-la-danza-como-una-manera-de-hablar>
- STERRITT, David. "For Pina Bausch, homely questions are the stuff of dance" In.: **The Christian Science Monitor.** New York, 1985. <https://www.csmonitor.com/1985/1106/lbau.html>

TC5; Coupal, Louis. **Aevon TC5 Interview**. 2009. [https://www.graffiti.org/tc5/aevon\\_5.html](https://www.graffiti.org/tc5/aevon_5.html)

TU, Jeni. “Face to Face: Pina Bausch”. In.: **DanceTeacher**, 2008. <https://dance-teacher.com/face-to-face-pina-bausch/>

VAN GOGH, Vincent. **Cartas a Théo**. Barcelona: Idea Books, 1998.

VARDA, Agnes. **Les plages d’Agnès**. Cinema Guild, 2008.

WARHOL, Andy. **The Andy Warhol Diaries**. New York: Grand Central Publishing, 2009.

ZAMBRANO, María. “Por qué se escribe?”. In.: **Revista de Occidente**, tomo XLIV, Madrid, 1934.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/13730>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.13730>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 245-256

Submissão: 14/11/2022 | Aprovação: 11/03/2023



## O SABER SOBRE A VIDA E A ESCRITA AUTO/BIOGRÁFICA<sup>1</sup>

### KNOWING ABOUT LIFE AND SELF/BIOGRAPHIC WRITING

Rosani Ketzer UMBACH  

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este ensaio relaciona a escrita auto/biográfica de dois autores europeus com as reflexões acerca do “saber sobre a vida” e do “escrever entre mundos”, de Ottmar Ette. Partindo da análise dos livros *Sempre a mesma neve e sempre o mesmo tio* e *O rei se inclina e mata*, da escritora romeno-alemã Herta Müller e *Os emigrantes*, do escritor alemão emigrado para a Inglaterra W.G. Sebald, pretende-se verificar nessas assim chamadas “literaturas sem morada fixa” (Ette), as relações que se estabelecem entre o conhecimento da vida baseado na experiência vivida “entre mundos” e a escrita auto/biográfica nas obras desses escritores.

**Palavras-chave:** Biografia; Autobiografia; Memória; Resistência; Sobrevivência.

**Abstract:** *This essay relates the auto/biographical writing of two European authors to the reflections on “knowing about life” and “writing between worlds”, by Ottmar Ette. Based on the analysis of the books *Sempre a mesma neve e sempre o mesmo tio* and *O rei se inclina e mata*, by the Romanian-German writer Herta Müller and *Os emigrantes*, by the German writer emigrated to England W.G. Sebald, it is intended to verify in these so-called “literatures without a fixed address” (Ette), the relationships established between the knowledge of life based on the experience lived “between worlds” and the auto/biographical writing in the works of these writers.*

**Keywords:** *Biography; Autobiography; Memory; Resistance; Survival.*

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado «Figurações da memória em histórias de vida», apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

<sup>2</sup> Doutora em Neuere Deutsche Literatur (1997), pela Freie Universität Berlin, Alemanha, com bolsa CAPES/DAAD, com Pós-Doutorado Eberhard-Karls-Universität Tübingen, UNI TÜBINGEN, Alemanha. Professora Titular de Literatura no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFSM). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - 1C. E-mail: [rosani,umbach@ufsm.br](mailto:rosani,umbach@ufsm.br)

Nos ensaios que compõem os seus livros *Sempre a mesma neve e sempre o mesmo tio* (2011)<sup>3</sup> e *O rei se inclina e mata* (2003)<sup>4</sup>, a escritora romeno-alemã Herta Müller desenvolve um «ensaímo autobiográfico» (Blume, 2013) que alia conhecimentos denominados por Ette (2015) como *Lebenswissen* [saber sobre a vida] e *Überlebenswissen* [saber sobre a sobrevivência], configurando uma escrita como transgressão e resistência aos poderes de um estado ditatorial, a Romênia, de onde ela emigrou para a Alemanha em 1987. Da mesma forma, ainda que por outros motivos, a emigração também foi uma experiência vivida pelo escritor alemão W.G. Sebald, que em sua obra *Os emigrantes* (1992)<sup>5</sup> traz à tona justamente as biografias de quatro emigrados, alguns dos quais sofreram a perseguição nazista.

O livro de Sebald traz as histórias de vida de quatro homens que viveram exilados de seus países de origem e que, de alguma forma, sucumbiram à experiência do desterro na velhice. Por meio de uma escrita híbrida que mescla histórias reais e fantasia, Sebald preserva a memória dessas personagens com as quais teve contato em algum período de sua vida, compondo narrativas de resistência contra o esquecimento.

Essas histórias de vida resistem não só ao apagamento da memória, mas também ao progresso acelerado e aos desdobramentos da história da humanidade que levaram a mortes e destruição. Posicionando-se de modo crítico diante dos acontecimentos, narradores semelhantes a Sebald tentam resgatar as histórias dessas quatro vidas atribuladas por desterro, trauma e melancolia.

Os livros de Herta Müller baseiam-se em experiências pessoais. *Sempre a mesma neve e sempre o mesmo tio* contém dezoito ensaios autobiográficos, entre os quais algumas palestras e conferências proferidas pela escritora, discursos de agradecimento aos prêmios recebidos, incluindo o Nobel de Literatura em 2009, além dos registros, em forma de denúncia, de suas recordações da ditadura comunista liderada por Nicolae Ceausescu na Romênia (1965-1989). Por conter relatos de suas experiências com o regime ditatorial, a narrativa está vinculada a uma memória individual, contudo também à coletiva, pois agrega relatos de amigos e familiares, além das percepções adquiridas no contexto social. Essas percepções revelam-se ainda mais concretas ao se considerar uma obra anterior de Herta Müller, publicada originalmente em 2003, intitulada *O rei se inclina e*

<sup>3</sup> Em Alemão: *Immer derselbe Schnee und immer derselbe Onkel*. Frankfurt a.M.: Fischer, 2013. Desta edição são extraídas as citações neste artigo, com tradução livre para o Português de minha autoria.

<sup>4</sup> Em Alemão: *Der König verneigt sich und tötet*. 6. Aufl. Frankfurt a.M.: Fischer, 2010. Desta edição são extraídas as citações neste artigo, com tradução livre para o Português de minha autoria.

<sup>5</sup> Em Alemão: *Die Ausgewanderten*. 15. Aufl. Frankfurt a.M.: Fischer, 2015. Desta edição são extraídas as citações neste artigo, com tradução livre para o Português de minha autoria.

*mata*, em que as narrativas são atravessadas por um discurso que contém não apenas a sua perspectiva como também a do outro.

Nesse livro, constituído de nove ensaios autobiográficos, Herta Müller conta a história de sua infância e juventude em um povoado isolado na Romênia, cujos habitantes ainda cultivavam a língua alemã de seus antepassados. Memórias relacionadas à família e à vida cotidiana sob a ditadura são entremeadas por reflexões e autoquestionamentos, também no que diz respeito à língua materna dentro de um país com outra língua, adquirida por ela somente anos depois, quando se muda para estudar na cidade próxima ao vilarejo, onde a língua oficial (estrangeira) do regime é confrontada com sua vivência particular, resultando em uma busca por novas formas de expressão para escrever sobre a experiência de sobreviver à ditadura.

Tanto na obra de Sebald como na de Herta Müller, longos trechos das narrativas baseiam-se em memórias de personagens, e alguns dos fatos narrados têm lastro histórico. Mas, como lembra Aleida Assmann (2006, p. 124), no procedimento de transcrição de memórias sempre podem ocorrer alterações, deslocamentos e desvios. É preciso, portanto, levar em conta que memórias fazem parte de uma dimensão subjetiva de percepções e experiências e que não é possível transpô-las diretamente para uma narrativa. Para Assmann, entre experiência e memória há um espaço insuperável que alguns autores, por exemplo a escritora alemã Christa Wolf, procuram evidenciar em suas obras: “A conscientização crítica, agnóstica sobre a distância e a discrepância entre <impressão> e <expressão> é a base de sua sensibilidade artística e acompanha também seu próprio trabalho de memória com reflexões sobre as possibilidades e limites da representação literária.” (ASSMANN, 2006, p. 124 – tradução livre)<sup>6</sup>

A evidenciação desse espaço insuperável entre experiência e memória pode ser igualmente observada nas obras de Herta Müller e de W.G. Sebald, mesmo que eles escrevam para preservar a memória de seus compatriotas, dos quais alguns são também desterrados. Essas narrativas auto/biográficas assemelham-se com a biografia da escritora Rahel Varnhagen (1771-1833) escrita por Hannah Arendt, conforme o estudo de Ottmar Ette sobre estas autoras. Ainda que Arendt tenha firmado com o leitor um pacto biográfico no prefácio de seu livro, ela expõe suas próprias experiências de vida, remetendo-as, contudo, “em primeiro plano àquilo que a capacita a escrever essa biografia” (ETTE, 2015, p. 187): a experiência do exílio que Arendt tem em comum com Rahel

<sup>6</sup> No original: “Das kritische, ja agnostische Bewusstsein für die Distanz und Diskrepanz zwischen <Eindruck> und <Ausdruck> ist Grundlage ihrer künstlerischen Sensibilität und begleitet auch ihre eigene Erinnerungsarbeit mit Reflexionen über Möglichkeiten und Grenzen künstlerischer Darstellbarkeit.”

Varnhagen. Com base na experiência de abandonar a língua materna e sobreviver no estrangeiro, “ela retraza o próprio caminho, o caminho do próprio no alheio” (Id., *ibid.*).

Essa experiência do desterro, de se sentir estrangeiro e isolado também é comum aos quatro biografados do livro de Sebald. Chegando à velhice, são eremitas vivendo em meio à decadência, sem passado nem futuro, desconsolados pelas perdas, traumatizados pela guerra. Da mesma forma que Herta Müller em suas obras, W.G. Sebald configura uma escrita auto/biográfica que incorpora a própria experiência e o saber sobre a vida e a sobrevivência, mas que não busca espelhar-se a si mesmo, e sim expressar experiências comuns que dizem respeito aos seres humanos de modo geral. Desse saber sobre a vida resultam narrativas, muitas vezes baseadas em figurações da memória, com foco em histórias de vida que se relacionam a experiências pessoais e coletivas com períodos históricos de crise e rupturas, tão comuns no século XX.

Em seu livro intitulado *SaberSobreViver: a (o)missão da filologia*, Ottmar Ette (2015, p. 14) parte da premissa de que a literatura é um reservatório de conhecimentos sobre a vida. Na concepção do autor, o termo alemão *Lebenswissen* refere-se a um “saber da vida”, que contempla tanto um «saber sobre a vida» como um “saber da vida sobre si mesma”, “tanto um saber enquanto componente essencial da vida (e do sobreviver) quanto também enquanto qualidade fundamental da vida em geral”, ou seja, pode-se entendê-lo como “noção de modelo para a vida e como apreensão descritiva da vida, sendo de importância inestimável aqui a autorreferencialidade e a autorreflexividade de todos os processos do saber sobre a vida”. Essa “apreensão descritiva da vida” constitui o cerne da literatura de escritores como Herta Müller e W.G. Sebald, em cujas obras é possível constatar a perspectiva do saber sobre a vida e da sobrevivência.

Trata-se de um saber que não se reduz a teorias sobre a vida como aquelas elaboradas pelas ciências naturais, mas que inclui uma dimensão estética, conforme pensada por Ottmar Ette (2015, p. 14): “A dimensão estética da escrita não se limita a ser ornamento, mas é, justamente pelo caráter de inconclusão dos processos de significação que ela desencadeia ou está por desencadear, um *saber sobre a vida* que se apresenta sob forma narrativa.” (*Grifo no original*). Trata-se, portanto, de uma escrita auto/biográfica que leva em conta a fragmentariedade e provisoriade do saber e dos bens simbólicos em constante mutação no mundo contemporâneo envolvido em processos transculturais que não se enquadram em uma lógica única: “O saber sobre a vida está atrelado aqui a experiências de vida específicas, mas nunca a uma única lógica; pelo contrário, esse conceito contém exatamente a capacidade (útil à sobrevivência) de poder pensar e proceder segundo diversas lógicas *ao mesmo tempo*.” (ETTE, 2015, p. 14 – *Grifo no original*)

Nessa linha de raciocínio, Ette (2015, p. 14-15) defende o papel da literatura e das artes na aquisição do saber: “conquista-se o saber sobre a vida não apenas por meio de experiências concretas em contextos de vida imediatos, mas também por meio da produção e recepção de bens simbólicos, das mais diferentes formas de apropriação da arte e da literatura”. Ao afirmar que não é apenas a experiência concreta que contribui para o saber sobre a vida, Ette enfatiza a importância da produção, circulação e consumo de bens culturais e simbólicos, entre os quais a literatura, que “pode ser entendida, nas suas mais diversas formas de escrita, como mídia de armazenamento de saberes sobre a vida, uma mídia interativa, e que ao mesmo tempo se transforma” por ter a “capacidade artística de enriquecer as coerências por meio de decoerências – entendidas na teoria quântica como superposições e emaranhamentos” (ETTE, 2015, p. 15).

Associações e emaranhamentos caracterizam a obra de W.G. Sebald, que cria um interessante entrelaçamento de biografia, autobiografia e história, o que lhe permite escrever tanto sobre o que realmente aconteceu como também sobre o que inventou. Ele narra suas viagens e conversas que teve para reconstruir as histórias de vida de seus biografados, mas também descreve a sociedade em que viviam os respectivos protagonistas. O resultado é uma imagem diacrônica de eventos históricos, que não se concentra apenas no personagem principal, mas também mostra a estrutura social, abrangendo todo o contexto político e cultural. Essa concepção de narrativa biográfica gera representações literárias em que o protagonista é configurado em conformidade com as condições e conexões sociais existentes em sua época.

Do ponto de vista da recepção de bens culturais e simbólicos, uma das características mais evidentes da obra de Sebald é a incorporação de materiais externos em suas narrativas, como o uso de fotografias em preto e branco. Trata-se, em grande medida, de imagens pouco nítidas que mais sugerem do que mostram situações ou pessoas. As fotos não contêm legendas e estão inseridas dentro da narrativa como se fossem complementos das descrições, mas devido à falta de nitidez não fornecem detalhes a quem as observa. Talvez sua função seja a de simular a autenticidade das narrativas ou, ao contrário, a de questionar a veracidade daquilo que o senso comum entende como documento, a exemplo da fotografia. É o que faz o narrador da biografia de Max Ferber, ao descrever a manipulação realizada em uma fotografia da queima de livros na Praça Residência em Würzburg no ano de 1933 (SEBALD, 2015, p. 270-271).

Além da utilização de fotografias, outro aspecto interessante na obra de Sebald é a frequente referência a filmes, por exemplo, a qual tem o efeito de acentuar o discurso do narrador. Com a mescla

de várias citações fílmicas, tanto marcadas como não marcadas, os textos constituem uma rede de referências impregnada de intertextualidade e intermedialidade.

O discurso sebaldiano de mídia fílmica sugere um trabalho de reflexão e de múltiplas associações. Sebald é visto pela crítica como coletor de indícios e fragmentos, como selecionador e artesão que reconstrói as histórias de vida de seus biografados, alguém preocupado em “escavar e lembrar”<sup>7</sup> para resgatar a memória dos que estão sendo esquecidos. Nessa concepção de escrita, nessa arqueologia da memória, intertextualidade e intermedialidade constituem elementos importantes da narração.

Em termos gerais, designa-se como intermedialidade o processo de transposição de fronteiras entre as mídias (RAJEWSKY, 2002, p. 12). No âmbito da literatura, trata-se da influência que um texto literário pode receber de uma mídia diferente. A intermedialidade seria o equivalente da intertextualidade em relação a tudo que atravessa as fronteiras midiáticas (Id, p. 44), dependendo se o conceito de texto é abrangente ou não. Se for concebido em sentido amplo, pós-estruturalista, como em Julia Kristeva, em que qualquer estrutura cultural é um texto, então a diferença entre mídia e texto torna-se obsoleta e, portanto, qualquer texto é sempre intertextual (Id., p. 49). Em sentido restrito, porém, o conceito de texto abrange apenas o meio literário, e a intertextualidade refere-se à relação entre dois ou mais textos.<sup>8</sup> Por sua vez, a intermedialidade transpõe as fronteiras entre diferentes mídias, entre as quais a textual. Para Rajewsky, no caso da intermedialidade, pode existir tanto uma relação intertextual, que exige métodos de análise intertextuais, como também uma relação de intermedialidade, que inclui as diferenças entre as mídias. Em sua conceituação de intermedialidade, Rajewsky ainda faz uma clara distinção entre mudança de mídia, combinação de mídia e referências intermediáticas (Id., p. 15s.).

Segundo essa diferenciação, a obra de Sebald apresenta primordialmente o segundo tipo, a combinação de mídia representada pela relação entre texto e fotografia. Trata-se, portanto, do resultado da combinação de duas mídias convencionalmente percebidas como distintas, que estão presentes em sua materialidade (Id., p. 15). Mas a obra *Os emigrantes* também apresenta referências intermediáticas, quando o filme é usado como referência, seja em relação a um determinado produto cinematográfico, seja em relação ao sistema midiático filme como um todo. No entanto, o filme ou

<sup>7</sup> Alusão ao título “Ausgraben und Erinnern”, de Walter Benjamin. In: \_\_\_\_\_. *Denkbilder*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1994.

<sup>8</sup> Para esses casos, Rajewsky sugere o termo “intramedialidade” como termo genérico para as ocorrências de intertextualidade. Cf. Id., p. 12.

um sistema protofílmico é descrito com os meios literários, como que de forma parafraseada, por meio de éfrase (Id., p. 39).

A composição intertextual e intermediática na obra de Sebald é frequentemente descrita pela crítica como bricolagem, termo que remete a Claude Lévi-Strauss (1973) e que designa o procedimento de entrelaçar em um todo o material coletado de diferentes origens midiáticas, ou como um processo de montagem artesanal<sup>9</sup> das narrativas, que formariam uma rede de associações. Em uma entrevista concedida a Jean-Pierre Rondas em maio de 2001, perguntado sobre as associações que formam juntas uma espécie de rede narrativa acerca do passado e o papel do acaso nessa formação de redes, Sebald explicita o seu procedimento de pesquisa de material para suas narrativas:

Deve-se também provocar o acaso. [...] Dessa forma sempre se encontra coisas muito estranhas, que a gente nunca imaginou, sim, que de modo racional nunca se encontra e com certeza não, quando se pesquisa como nos foi ensinado na universidade, sempre em frente, em linha reta, direita, esquerda, ângulo reto e assim por diante (RONDAS, 2008, p. 357)

De acordo com o autor, não se trata de uma pesquisa com objetivos claramente definidos, incluindo metodologia e cronograma pré-estabelecidos, ao contrário: “Deve-se pesquisar de uma forma difusa. Deve ser um achado, exatamente como um cachorro procura, para lá e para cá, para cima e para baixo, às vezes devagar e às vezes rapidamente” (Id., *ibid.*)<sup>10</sup>

Esse rastreamento de indícios e documentos para a reconstrução do passado de seus biografados assemelha-se a uma arqueologia, a um escavamento em busca de objetos, vestígios, cenas que, uma vez encontrados, são inseridos nas narrativas, pois representam como que um memorial para Sebald, conforme relata na já citada entrevista a Rondas: “Para mim esses objetos são memoriais, se se pode dizer isso assim. Nos objetos está condensado algo como história silenciosa, sem palavras. Então, para mim seria importante contar a história desses objetos” (Id., *ibid.*)<sup>11</sup>

Esse procedimento é adotado por Sebald também em relação à intermedialidade. Os filmes são descobertos ou vistos ao acaso e então inseridos na obra por meio de citações ou descrições de determinada cena. Nem sempre as marcas de inserção são nítidas, às vezes desaparecem em meio à rede de referências ao passado a partir dos objetos encontrados.

<sup>9</sup> O termo alemão “basteln” é frequentemente usado.

<sup>10</sup> Tradução livre a partir do original: “Man muss den Zufall auch provozieren. [...]. Auf diese Weise findet man immer sehr eigenartige Dinge, mit denen man nie gerechnet hat, ja, die man auf eine rationale Weise nie vorfinden kann und sicher nicht, wenn man recherchiert, wie es einem an der Universität beigebracht wurde, immer geradeaus, rechts, links, rechter Winkel und so weiter. Man muss auf eine diffuse Weise recherchieren. Es soll ein Fund sein, also genau wie ein Hund sucht, hin und her, rauf und runter, manchmal langsam und manchmal schnell”

<sup>11</sup> Tradução livre a partir do original: “Für mich sind die Dinge Mahnmale, wenn man das so sagen kann. In den Objekten ist so etwas wie stumme, sprachlose Geschichte kondensiert. Für mich wäre es also wichtig, die Geschichte dieser Objekte zu erzählen”

Um exemplo dessas redes de referências intermediáticas encontra-se já na primeira das quatro narrativas de *Os emigrantes*, intitulada Dr. Henry Selwyn, em que é descrita uma projeção de diapositivos na casa do protagonista, para a qual o narrador e sua mulher são convidados. As imagens apresentadas na projeção são oriundas da última viagem do Dr. Selwyn e seu amigo Edward Ellis, botânico e entomologista, para a ilha de Creta, na Grécia (SEBALD, 2015, p. 26). Na descrição dessa projeção, o narrador vê em um dos diapositivos uma grande semelhança entre Ellis e o romancista e entomologista russo-americano Vladimir Nabokov (1899-1977) em uma fotografia que teria recortado de uma revista suíça alguns dias antes. A referência a Nabokov ocorre com frequência na obra de Sebald, talvez pelas semelhanças que unem a biografia dos dois escritores: além de se dedicarem à escrita literária, ambos emigraram de seus países de origem, ainda que por motivos diferentes, e ambos foram professores universitários de literatura no exílio.

O último diapositivo da projeção apresenta uma imagem do Planalto de Lassithi, que teria impressionado profundamente o narrador, embora este a tenha esquecido até que a imagem é evocada alguns anos mais tarde em um cinema londrino, quando o narrador assiste ao filme *O enigma de Kaspar Hauser* (1974), do diretor alemão Werner Herzog. O filme conta a história de Kaspar Hauser, que passa seus primeiros 18 anos em um calabouço estreito, longe de qualquer contato humano, exceto de um estranho que lhe traz sua comida. Um dia, em 1828, esse estranho leva-o para fora de sua cela, ensina-o a andar e a falar algumas frases e depois o deixa sozinho em Nürnberg. Ele torna-se objeto de curiosidade do público em geral e é exibido em um circo, até que o professor Georg Friedrich Daumer o resgata. Com sua ajuda, Kaspar rapidamente aprende a ler e escrever e desenvolve abordagens pouco ortodoxas para religião e lógica, mas a música é o que mais lhe agrada. Kaspar começa a atrair a atenção do clero, dos acadêmicos e da nobreza, mas é atacado por uma pessoa desconhecida que o deixa com a cabeça ferida, sangrando. Ele se recupera, mas de forma misteriosa é atacado novamente com uma facada no peito - possivelmente pelo mesmo homem que o levou a Nürnberg. Devido à lesão grave, ele cai no delírio, durante o qual ele descreve visões dos nômades berberes no deserto do Saara e morre pouco depois.<sup>12</sup>

Na narrativa de Sebald, é descrita justamente a cena em que Kaspar Hauser, em conversa com seu mentor Daumer, consegue distinguir pela primeira vez entre sonho e realidade, iniciando sua

<sup>12</sup> O filme segue a história de vida de Kaspar Hauser aproximadamente da forma como ela é transmitida no folclore, baseando-se no texto de cartas genuínas, que foram encontradas com Hauser. Muitos detalhes na sequência de abertura sobre o seu encarceramento e libertação estão profundamente enraizados na crença popular, mas são considerados como ficção pelos historiadores e médicos.

história com as palavras: “Sim, me sonhou. Me sonhou do Cáucaso.” (SEBALD, 2015, p. 29)<sup>13</sup> Logo a seguir, o narrador descreve a cena do filme, detalhando até mesmo o movimento da câmera: “A câmera se move então da direita para a esquerda em um grande arco e nos mostra o panorama de um planalto de aparência bastante indiana, cercado por montanhas”. Nesse cenário, entre arbustos verdes e bosques, erguem-se “as cúpulas de torres ou edifícios de templos com estranhas fachadas triangulares, diapositivos que, na luz pulsante que desvanece a imagem, me lembram sempre de novo as velas das bombas de vento de Lassithi, que, na realidade, nunca vi” (SEBALD, 2015, p. 29).<sup>14</sup>

Aqui se percebe que o narrador explicita a associação de uma imagem do Planalto de Lassithi que viu em uma projeção de diapositivos há alguns anos e que teria ficado guardada em sua memória com uma imagem da Cordilheira do Cáucaso do filme *O enigma de Kaspar Hauser*, a que assistiu em um cinema em Londres. Assim, na obra de Sebald o narrador, ao ver o filme, evoca uma lembrança em que dominam sonhos e fantasias.

Além dessas associações intermediárias entre diapositivo e filme, o narrador estabelece ainda relações interliterárias, por exemplo, quando faz referência ao escritor Nabokov em várias de suas narrativas. Essa rede de associações relaciona-se com o modo como atuam as funções psíquicas da memória e enfatizam simbolicamente a procura por rastros e vestígios da vida dos biografados na narrativa de Sebald.

Como se evidencia, a obra incorpora referências ao cinema, à literatura e à cultura das mais diferentes formas, valendo-se da intermedialidade e da intertextualidade, e até mesmo da intratextualidade, quando a menção a Nabokov ressurgiu nas quatro narrativas biográficas que compõem o livro. Aliás, ao analisar a obra de Werner Krauss, Ottmar Ette também constata (2015, p. 117) que: “Intertextualidade e intratextualidade entrecruzam-se com frequência no padrão da trama da escrita autobiográfica.” A obra de Sebald está marcada, assim, pelo saber sobre a vida adquirido não só pela experiência, mas também por meio da recepção de bens culturais.

Ainda que restritas ao aspecto da intertextualidade, essas características são encontradas também nos ensaios autobiográficos de Herta Müller, a exemplo do primeiro que compõe o livro *O rei se inclina e mata*, que leva o título “Em cada língua há um outro olhar”. (MÜLLER, 2010, p. 7)<sup>15</sup>

<sup>13</sup> No original: “Ja, es hat mich geträumt. Mich hat vom Kaukasus geträumt”

<sup>14</sup> No original: “Die Kamera bewegt sich dann von rechts nach links in einem weiten Bogen und zeigt uns das Panorama einer von Bergzügen umgebenen, sehr indisch aussehenden Hochebene, auf der zwischen grünem Gebüsch und Waldungen pagodenartige Turm- oder Tempelbauten mit seltsamen dreieckigen Fassaden aufragen, Follies, die in dem pulsierend das Bild überblendenden Licht mich stets von neuem erinnern an die Segel der Windpumpen von Lasithi, die ich in Wirklichkeit noch gar nicht gesehen habe”

<sup>15</sup> No original: “In jeder Sprache sitzen andere Augen”

Nesse ensaio, a partir de sua experiência com o bilinguismo e o exílio, a escritora tece reflexões sobre a língua materna em comparação com outras línguas e afirma que nunca teria amado sua língua materna por ser a melhor, mas por lhe ser a mais familiar:

Nenhuma língua materna fica dolorida quando suas aleatoriedades ficam visíveis diante de outras línguas. Ao contrário, expor a própria língua diante dos olhos de uma outra leva a uma relação totalmente autenticada, a um amor sem esforço. Eu nunca amei minha língua materna porque ela é a melhor, mas porque é a mais familiar. (MÜLLER, 2010, p. 27)<sup>16</sup>

Essa familiaridade instintiva com a língua materna pode tornar-se uma tribulação para intelectuais e escritores condenados ao exílio, como foi o caso de Hannah Arendt, analisado por Ette (2015, p. 239): “A desterritorialização forçada corroborou Hannah Arendt em seu gesto de recorrer à própria língua materna, com a qual ela já desde cedo havia se confrontado minuciosamente e que não pôde ser destruída nem mesmo através da língua do Terceiro Reich”. Apesar de ser a mesma língua dos nazistas, perpetradores dos crimes contra os judeus, Arendt não conseguiu renunciar à sua língua materna.

A tribulação com a língua materna, a língua dos genocidas, também ocorreu com o poeta Paul Celan, mencionado por Herta Müller em seu ensaio (2010, p. 27-28): “Após a aniquilação dos judeus no nacional-socialismo, Paul Celan teve que viver com o fato de que sua língua materna alemã era a língua dos assassinos de sua mãe.” A autora salienta que, mesmo nessa situação desoladora, “Celan não conseguiu desfazer-se dela. Pois na primeira palavra que Celan disse ao aprender a falar, essa língua já estava nela. Foi a linguagem que cresceu na cabeça e assim teve que ficar” Ainda que o poeta fosse poliglota na vida adulta, a língua materna, adquirida desde a tenra infância, se impregnou nele de forma que “Mesmo quando ela cheirava às chaminés dos campos de concentração, Celan tinha que admitir esse idioma como a língua mais íntima, apesar de ter crescido entre iídiche, romeno e russo, e o francês se tornara sua língua cotidiana.”<sup>17</sup>

A partir de sua experiência entre mundos e línguas diferentes, Herta Müller chama atenção ainda para o uso político das palavras, ou seja, para a linguagem como prática social ao citar, por

<sup>16</sup> No original: “Es tut keiner Muttersprache weh, wenn ihre Zufälligkeiten im Geschau anderer Sprachen sichtbar werden. Im Gegenteil, die eigene Sprache vor die Augen einer anderen zu halten führt zu einem durch und durch beglaubigten Verhältnis, zu einer unangestregten Liebe. Ich habe meine Muttersprache nie geliebt, weil sie die bessere ist, sondern die vertrauteste”

<sup>17</sup> No original: “Nach der Vernichtung der Juden im Nationalsozialismus mußte Paul Celan damit leben, daß seine deutsche Muttersprache die Sprache der Mörder seiner Mutter war.” [...] “Auch in dieser kalten Schneise hat Celan sie nicht abschütteln können. Denn im allerersten Wort, das Celan beim Sprechenlernen sagte, saß diese Sprache schon drin. Sie war das in den Kopf gewachsene Sprechen und mußte es bleiben.” [...] “Auch als sie nach den Schornsteinen der Konzentrationslager roch, mußte Celan diese Sprache als intimsten Zungenschlag zulassen, obwohl er zwischen dem Jiddischen, Rumänischen und Russischen aufgewachsen war und das Französische zu seiner Alltagssprache wurde”

exemplo, o termo *Heimat* [pátria, terra natal], do qual se apropriaram tanto os conservadores habitantes suábios dos povoados na Romênia como também os que ela designa como funcionários e lacaios da ditadura: “Povoado natal como germanidade hipócrita e estado natal como obediência acrítica e medo cego da repressão.” (MÜLLER 2010, p. 29)<sup>18</sup> Nesse contexto, a escritora enfatiza que a língua, em qualquer lugar, sempre foi e é um território político, pois ela é inseparável daquilo que as pessoas fazem umas com as outras, e chega à conclusão que em cada língua, em cada modo de falar, existe um outro olhar (MÜLLER 2010, p. 39), isto é, uma outra visão de mundo.

Compreendendo a língua como território político, e sendo essa a ferramenta de trabalho de escritores, Herta Müller denota a interrelação entre estética e política em sua escrita. Essa seria uma característica central não somente de seus romances e contos, mas também de seus ensaios, conforme aponta o estudo de Blume (2013, p. 78): “seu ensaísmo apresenta-se aqui como uma textualidade híbrida, em que a narração da experiência pessoal, do autobiográfico, do privado, alimenta um dizer sobre a criação literária e sobre as suas condições em regimes de opressão”. Vista dessa perspectiva, a obra de Herta Müller encontra-se na tradição da literatura de resistência aos poderes de um estado ditatorial e às formas de censura, repressão e violência, como as que grassaram durante o nazismo e o socialismo do leste europeu.

Tanto Herta Müller como W.G. Sebald inscrevem-se com suas obras nas literaturas de migração, aquelas literaturas que expressam um saber sobre a vida baseado na experiência vivida “entre mundos”. Dessa forma, inserem-se no conjunto das literaturas sem morada fixa, que “pôde formar-se no decorrer do século XX, marcado por expulsão, exílio e migração, e no século XXI continuará se desenvolvendo aceleradamente” (ETTE, 2015, p. 256). As narrativas de Herta Müller e W.G. Sebald, perpassadas por experiências dos tempos de repressão, trazem um posicionamento crítico acerca do apagamento da memória relacionada à história de guerras, mortes e destruição no contexto da globalização acelerada das últimas décadas.

Nesse sentido, é válida a projeção de Ette para o futuro ao afirmar que “as literaturas deste século devem tornar-se literaturas do mundo, em grande medida, sem residência fixa”. Retomando Auerbach, Ette acredita que é com essa situação que “as filologias – cuja <terra natal filológica é a Terra> – deveriam sintonizar-se hoje em dia” (Id., *ibid.*).

<sup>18</sup> No original: “Dorfheimat als Deuschtümelei und Staatsheimat als kritikloser Gehorsam und blinde Angst vor der Repression.”

**REFERÊNCIAS**

ASSMANN, A. (2006). **Der lange Schatten der Vergangenheit**. Erinnerungskultur und Geschichtspolitik. München: C. H. Beck.

BENJAMIN, W. (1994). **Denkbilder**. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.

BLUME, R. F. (2013). Herta Müller e o ensaísmo autobiográfico na literatura contemporânea em língua alemã. **Pandaemonium Germanicum**, 16(21), 48-78. <https://doi.org/10.1590/S1982-88372013000100004>.

ETTE, O. (2015). **SaberSobreViver: a (o)missão da filologia**. Curitiba: Ed. UFPR.

LÉVI-STRAUSS, C. (1973). **Das wilde Denken**. Trad. Hans Naumann. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.

MÜLLER, H. (2010). **Der König verneigt sich und tötet**. 6. Aufl. Frankfurt a.M.: Fischer.

MÜLLER, H. (2012). **Sempre a mesma neve e sempre o mesmo tio**. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Globo.

MÜLLER, H. (2013). **O rei se inclina e mata**. Trad. Rosvitha Friesen Blume. São Paulo: Globo.

MÜLLER, H. (2013). **Immer derselbe Schnee und immer derselbe Onkel**. Frankfurt a.M.: Fischer.

RAJEWSKY, I. O. (2002). **Intermedialität**. Tübingen: Francke.

RONDAS, J.-P. (2008). So wie ein Hund, der den Löffel vergisst: Ein Gespräch mit W.G. Sebald über Austerlitz. En A. D. Winde y A. Gilleir (Eds.), **Literatur im Krebsgang**. Totenbeschwörung und memoria in der deutschsprachigen Literatur nach 1989 (pp. 351-363). Amsterdam; New York: Rodopi.

SEBALD, W.G. (2015). **Die Ausgewanderten**. 15. ed. Frankfurt a.M.: Fischer.

SEBALD, W.G. (2009). **Os emigrantes**. Trad. José Marcos de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10091>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.10091>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 257-272

Submissão: 29/11/2021 | Aprovação: 11/03/2023



## TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES NAS FRONTEIRAS FRANCO-AMAPAENSES

*INTERNATIONAL TRAFFICKING OF WOMEN ON THE FRANCO-AMAPAENS BORDERS*

Ruane Cláudia Queiroz SILVA  

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem o objetivo de analisar as dinâmicas do tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses, a qual foi desenvolvida no Amapá, estado brasileiro que faz divisa com a Guiana Francesa (departamento ultramarino da França) e com a República do Suriname. Para a análise do tema, foram realizadas em Macapá entrevistas semiestruturadas com profissionais de órgãos estaduais e municipal de atenção à mulher, além de pesquisa documental e revisão bibliográfica buscando compreender o fenômeno sob a perspectiva das concepções feministas das relações internacionais. Durante a pesquisa fez-se notável que as questões de gênero estão intimamente ligadas ao problema em questão, concomitantemente às questões socioeconômicas e culturais da sociedade.

**Palavras-chave:** Tráfico internacional de mulheres. Gênero. Amapá. Guiana Francesa.

**Abstract:** This research aims to analyze the dynamics of international trafficking in women on the Franco-Amapaens borders, the same developed in Amapá, a Brazilian state bordering French Guiana (overseas department of France) and the Republic of Suriname. For an analysis of the theme, semi-structured changes were conducted in Macapá with professionals from state and municipal agencies for the care of women, in addition to documentary research and bibliographic review seeking to understand the phenomenon from the perspective of feminist conceptions of international relations. During a survey it was noted that the issue of gender is intricately linked to the problem in question, concomitantly with the socioeconomic and cultural issues of society.

**Keywords:** International trafficking in women. Genre. Amapá. French Guiana.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com mestrado em Estudos de Fronteira pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (UNIFAP). Foi membro do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados (PAMER), e integrante do Grupo de Estudos em Gênero e Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ruane.claudia@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O tráfico internacional de mulheres é um fenômeno em expansão no mundo, por possuir caráter eminentemente velado torna-se difícil saber exatamente o real número de pessoas envolvidas nesta prática, grande parte das mulheres têm medo ou vergonha de relatar o crime e as redes de exploração agem de forma extremamente organizada e sigilosa. Segundo dados publicados na pesquisa “Enafron - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteiras” (2012), realizada pela Secretaria Nacional de Justiça em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, estima-se que seja a terceira prática mais rentável de redes de exploração.

O debate sobre o tráfico de pessoas nas relações internacionais nos permite uma análise mais abrangente do fenômeno, dando maior destaque a temas sociais envolvendo as questões de gênero e direitos. Sendo as mulheres os principais alvos das redes de exploração, o presente estudo busca nas concepções feministas das relações internacionais base para a compreensão dessa realidade.

Anualmente é realizada no estado do Amapá, na última semana de julho, a campanha internacional de conscientização na luta contra o tráfico de pessoas denominada “Coração Azul”, durante o período vê-se entrevistas concedidas por representantes do poder público os quais afirmam a incidência do tráfico de pessoas nas fronteiras franco-amapaenses e que as mulheres são os principais alvos das redes de exploração, no entanto, pouca encontra-se literatura que trate do fenômeno especificamente nesta área de fronteira. Diante do exposto surgiram os seguintes questionamentos: Por que mulheres são a maioria das pessoas traficadas e de que forma este fenômeno se estrutura nas fronteiras franco-amapaenses?

Diante do exposto, o presente artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso que foi desenvolvido em Macapá, capital do estado do Amapá, estado brasileiro que faz divisa com a Guiana Francesa (departamento ultramarino da França), e onde, segundo os dados coletados, detectou-se entre 2002 e 2017, diversos casos de tráfico internacional de mulheres. Isto posto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as dinâmicas do tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses.

## CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Com uma área de 707 quilômetros de fronteira, o Amapá está localizado na região Norte do Brasil, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa, a nordeste com o Suriname, a leste com o oceano Atlântico e ao sul e oeste com o Estado do Pará, do qual está separado pelo rio Amazonas. A capital Macapá é o principal centro econômico, político e cultural do Estado, e o município de Oiapoque, se

configura como principal rota de passagem do estado à Guiana Francesa, sendo também um espaço de defesa militar.

A área fronteiriça entre o estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa apresenta um fenômeno de migração constante, todos os dias carros, vans, caminhões e ônibus partem da capital em direção à fronteira, levam migrantes em grande parte do Pará e Amapá, conforme relatado nas entrevistas. Segundo a pesquisa Enafon (2012, p. 116), o “Amapá é também região de trânsito de nordestinos e amazonenses para a Guiana Francesa, pois é ‘o meio do caminho’ entre a Região Amazônica, o Nordeste e as Guianas, principalmente a Guiana Francesa”.

De acordo com Silva (2005), brasileiros conseguem entrar na Guiana mesmo com a vigilância policial na entrada de Saint-Georges, isso se dá através de tentativas de passagem pelo rio por meio de catraias, normalmente à noite e na madrugada, para que o risco de serem vistos pelos policiais do lado francês seja menor. O Amapá possui profundas semelhanças sociais, econômicas e políticas com os demais estados da Amazônia Legal, a região fronteiriça que a envolve é vagamente habitada e vigiada, a grande margem aberta nessa região ocasiona diversos problemas; dentre eles destaca-se o fenômeno do tráfico de pessoas. (SILVA, 2016).

Considerando o tráfico internacional de mulheres como um fenômeno que envolve os seres humanos e suas entrelaçadas relações sociais, a pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa. O tráfico de mulheres acontece num contexto em que diferentes sujeitos protagonizam o estudo realizado e diferentes realidades se apresentam no estudo do fenômeno.

Para compreensão do fenômeno do tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses, pretendia-se, a princípio, realizar 11 entrevistas com gestores públicos e pesquisadores, porém, alguns fatores impossibilitaram a realização de todas as entrevistas planejadas, entre eles, o desconhecimento de alguns quanto a ocorrência do fenômeno nas fronteiras franco-amapaenses, impossibilidade de agenda, ou como justificado por 2 profissionais da gestão pública, o receio em falar sobre um assunto que envolve “gente grande”. Pretendia-se também realizar entrevistas com as próprias mulheres que foram traficadas, porém, o único órgão que trabalha diretamente com as mesmas não pode passar informações, por questões de sigilo e preservação da identidade da mulher. Também não foi localizada nenhuma ONG que trabalhe com mulheres em condições de tráfico de pessoas. Durante a pesquisa teve-se conhecimento de uma mulher que foi traficada para Guiana francesa, a mesma reside na cidade de Macapá, mas não foi passado o contato dela pelo familiar que relatou o ocorrido, pois o mesmo afirmou que seria delicado expor a mulher a relembrar o fato.

Sendo assim, foram realizadas em Macapá, capital do Amapá, 04 entrevistas semiestruturadas, 02 com profissionais dos órgãos públicos da rede de atenção à mulher e 02 com profissionais do órgão de atenção às pessoas traficadas, sendo 3 mulheres e 1 homem. As entrevistas foram realizadas na Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (CMPPM); no Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF); no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá (NEPT-AP); e na Universidade Estadual do Amapá (UEAP).

Visitou-se também outros órgãos oficiais da rede de atenção à mulher; como o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM – Zona Norte) e a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), com o objetivo de realizar entrevistas, porém, na impossibilidade de realização das mesmas, teve-se conversas informais sobre o tema em estudo com os profissionais atuantes nos referidos órgãos.

As entrevistas foram realizadas com objetivo de coletar dados, compreender experiências e analisar as informações narradas. Alguns dados também foram coletados no “I Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas” realizado em julho de 2017, que tratava da temática em questão, ocasião em que se fez o primeiro contato com dois dos profissionais que foram entrevistados.

Realizou-se pesquisa documental, com materiais diversificados como manuais, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, filmes, guias técnicos, publicações oficiais, resoluções normativas, leis, além de reportagens e outros materiais de mídia.

A pesquisa desenvolveu-se, ainda, através de revisão bibliográfica que embasou a fundamentação teórica referente ao tema, através de livros, artigos científicos, dissertações, e teses, para aprofundar os conceitos importantes à análise, tais como: tráfico internacional de mulheres, gênero, fronteira.

A visão feminista das RI's critica a Teoria Realista devido à supervalorização do papel do Estado, e o fato de não questionar a forma como o próprio Estado é estruturado política e socialmente. As críticas em relação ao Liberalismo voltam-se para questões de desigualdades econômicas que afetam diretamente a mulher, para as feministas a estrutura capitalista acaba marginalizando o papel da mulher na economia, instituições liberais como a OMC e empresas multinacionais criam acordos que enfraquecem a proteção do Estado na Economia e afeta negativamente os direitos sociais trabalhistas, o que tem servido para afetar negativamente uma grande proporção de mulheres na força de trabalho, e isso acaba camuflando questões de exploração feminina, como a divisão sexual do trabalho e o aumento do tráfico sexual em todo mundo. É notável que a maioria das pessoas traficadas para o exterior é do sexo feminino. (RUIZ, 2004). É na teoria feminista das Relações Internacionais

que a mulher ganha destaque, de acordo com Tickner (1997), no final de 1980 que se deu início ao debate a respeito de como a realidade internacional se construía, e para quem era destinada.

Segundo Safarti (2005), a visão da teoria feminista das relações internacionais critica as teorias clássicas; dentre elas o Realismo e o Neorealismo, a crítica consiste, em suma, na falta da visão feminina dentro dos estudos de segurança internacional. Volta-se a atenção aos indivíduos vítimas de violência e não somente para a relação entre os Estados. Afirma ainda que, outro tema como a violência doméstica, é raramente expresso em termos de segurança internacional, no entanto, com o avanço da defesa dos direitos humanos, deve-se considerar que os direitos da mulher sejam universais, portanto, a violência contra mesma é um tema internacional. A concepção feminista procura expor as variadas formas diretas e estruturais em que as mulheres sofrem com as violências internacionais, como em caso de tráfico internacional de pessoas.

No contexto de discussão em relação a como os papéis sexuais são estabelecidos na sociedade, surgiram divergências dentro do movimento feminista, as divergências tangiam a questões do papel do homem e da mulher na sociedade, na origem da desigualdade entre ambos e nas formas de luta para eliminação de tal discrepância. A Teoria feminista surgiu do feminismo liberal, no entanto, existem outras vertentes, todas, porém, com base na luta pela equidade de gênero. Dentre elas estão: o Feminismo Liberal, Feminismo Radical, Feminismo Marxista e Feminismo Interseccional.

Tega (2010) afirma que o Feminismo Liberal acredita que para alcançar a igualdade de gênero entre homens e mulheres é necessário que haja uma reforma política e legal, verificando a origem das desigualdades entre homens e mulheres nos resquícios de condições socioculturais anacrônicas. A questão central para eliminar todas as desigualdades se norteia na conquista dos direitos civis, é um movimento de reivindicação de igualdade de direito e de fato para todas as mulheres com base no direito inalienável de todo indivíduo a igualdade. Sendo assim, segundo a autora, para que tais objetivos fossem atingidos far-se-ia necessário uma reforma no sistema capitalista, bastando socialização da educação das meninas, reformulação das tarefas domésticas na família, e favorecimento ao acesso das mulheres aos locais do saber e de poder econômico e político.

Para Silva (2008), o Feminismo Radical é uma corrente feminista que afirma que a origem da desigualdade social é o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. De acordo com a Teoria do Patriarcado, os responsáveis pela opressão feminina são os homens, que para se manterem no sistema de poder, necessitam da diferenciação sexual baseada em diferenças entre homem e mulher.

As contribuições marxistas aparecem em grande parte da literatura que discute as relações internacionais. A relação entre feminismo e marxismo tem grande importância na trajetória do

movimento feminista, na teoria ou na prática, trata-se de movimentos sociais por mudanças. Em suma, através de uma visão dialética de transformação social e interpretação materialista de desenvolvimento histórico, o marxismo constrói uma análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social. (CASTRO, 2000).

Pós-moderno, o Feminismo Interseccional agrega as questões de gênero com as outras minorias, considerando raça, classe social, entre outros. O Termo interseccional foi evidenciado em 1989 pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, e faz alusão às reflexões e teorizações sobre a “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social”. (PISCITELLI, 2008, p. 263).

Segundo essa vertente, a opressão que as mulheres sofrem ocorre de diferentes formas e níveis de intensidade, existem questões específicas e particulares da mulher que levam a mesma a sofrer duas vezes mais, são questões relacionadas à sua sexualidade, religião, entre outras, por exemplo, com o problema do racismo, a mulher negra sofre opressão duas vezes mais, por ser mulher, e por ser negra. Sendo assim, o feminismo interseccional atenta para questões. A noção de interseccionalidade abre espaço para uma ampla análise dos contextos específicos de desigualdades sociais e que também oferece potencial para que se possa analisar e por em relevo formas de “desfazer” “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades. (HENNING, 2015).

## TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES

A lei 13.344 de 6 de outubro de 2016 que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, em conformidade com os termos da Convenção de Palermo ratificado pelo Brasil em 2013, define tráfico internacional de pessoa como o ato de:

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; submetê-la a qualquer tipo de servidão; adoção ilegal; ou exploração sexual. (BRASIL, 2016, on-line).

O tráfico de pessoas possui forte implicação com a questão de gênero, há uma percepção comum de que mulheres e crianças são mais vulneráveis do que os homens adultos a se tornarem alvos do tráfico de pessoas. As mulheres compreendem a maior parte das vítimas detectadas globalmente, percebe-se então o fato de que ser uma mulher em diversas regiões do mundo está conectado a vulnerabilidades que levam ao tráfico de pessoas. (GUESSER, 2017). No Brasil a

realidade é similar, de acordo com dados publicados na pesquisa Enafron (2012), as pessoas traficadas no Brasil, continuam sendo em sua maioria mulheres, crianças e adolescentes, e quanto à finalidade, a mais identificada é a exploração sexual.

O tráfico começa com o aliciamento das vítimas, através do engano ou coerção, pode envolver uma pessoa ou grupo, os agenciadores cruzam as fronteiras entre países, e quando as vítimas chegam ao país de destino, são informadas de dívidas impagáveis relacionadas ao custo de sua viagem, e então são forçadas a trabalhar na prostituição, assim segue uma série de explorações, de direitos limitados ou cessados, que viola de todas as formas a dignidade humana.

Um dos fatores determinantes na ocorrência do tráfico de mulheres é o fator econômico, isso leva as mesmas a até mesmo “consentirem” em se tornar objeto do tráfico, geralmente são mulheres que vivem em estado de vulnerabilidade social, ou seja, possuem baixa escolaridade, estão desempregadas, habitam áreas urbanas periféricas e possuem pouca expectativa de melhora na situação em que se encontram.

De acordo com João<sup>2</sup> (Setembro de 2017, Macapá), as condições socioeconômicas da mulher aliciada têm grande influência na ocorrência do fenômeno, para o entrevistado as pessoas mais vulneráveis “são as pessoas mais pobres”.

70% dos pobres do mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado no cenário das migrações internas e externas, como sujeitos autônomos, na perspectiva de melhores condições de vida para si [...] não necessariamente a migração feminina seria ruim, no entanto, o que percebemos é o crescimento dos riscos, vulnerabilidade, fortalecimento de relações assimétricas de gênero e ameaça à dignidade e aos seus direitos. (SOUSA; MACÊDO, 2016, p. 73).

Todos os entrevistados afirmaram que mulheres de baixa condição socioeconômica são os maiores alvos das redes de tráfico de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses. Sendo assim, se vê na pobreza e na exclusão social um dos fatores para essa situação de vulnerabilidade à violação de direitos fundamentais, são mulheres que possuem sonhos e necessidades e diante disso aliciadores das redes de exploração aproveitam-se de suas fragilidades para agir por meio do engano ou coerção.

Além do fator econômico, é importante ressaltar o estereótipo físico que a mulher possui em determinadas regiões do mundo, um exemplo é a imagem da mulher da Amazônia em relação à de outros estados e regiões do Brasil e de outros países:

A de “mulher exótica” de “sexo forte e selvagem” que, trocando em miúdos, significa diferente e excêntrica. Na verdade, este estereótipo nada mais é do que a justificativa para a legitimação da sevícia e da exploração da condição feminina vendida pelos marqueteiros do “turismo” sexual aos estrangeiros. (...) As maiores

<sup>2</sup> Para preservar a identidade dos entrevistados todos os nomes citados são fictícios.

festas “temáticas” da Amazônia, onde ocorre a maior parte dos aliciamentos de mulheres e meninas, são totalmente financiadas pelo governo estadual juntamente com as grandes empresas patrocinadoras dos eventos. Nessas ocasiões, tanto ocorre exploração sexual com a prostituição de mulheres e meninas nos locais das festas, como também, ocorre o aliciamento para o tráfico internacional, dissimulados por propostas de trabalho, de melhores condições de vida e, o mais absurdo de todos, casamento rápido consequência de “amor à primeira vista”. [...] Há situações de aliciamento em comunidades indígenas e ribeirinhas, especialmente aquelas que se localizam nas proximidades de garimpos ou de fronteiras internacionais: Colômbia, Peru, Guiana Francesa e Venezuela. (OLIVEIRA, 2010, p.3,5).

Outro fator importante no entendimento do fenômeno de tráfico de mulheres é o regime patriarcal, onde mulheres são consideradas inferiores e de domínio masculino, incluindo o domínio do corpo da mulher. Neste contexto, Hazel (et. al, 2008) afirma que essas mulheres são subordinadas aos prazeres e interesses dos homens que se sentem no domínio e controle da sexualidade feminina.

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 30).

Diversas sociedades, ainda hoje, vivem baseadas em regimes patriarcais onde existe sentimentos de posse e dominação por parte do homem e faz com que a mulher possa ser considerada “objeto de mercadoria” para o mesmo.

A coisificação da mulher, ou seja, o ato de tratá-la como um objeto, uma mercadoria, remete aos tempos de escravidão no mundo, quando a venda de seres humanos era considerada um ato legal e normal. Passados mais de um século do fim da escravidão, ainda hoje acontece, de forma velada, a venda de seres humanos através do tráfico de pessoas, as mulheres traficadas tem sua dignidade violada, se tornam seres desprovidos de direitos, sentimentos ou vontades, para se tornarem um objeto à venda, com o único objetivo de proporcionarem lucro financeiro ao traficante.

Para Bourdieu (2002), o que se espera do comportamento feminino e masculino só pode ser compreendido de acordo com a análise de cada universo social específico, os diferentes universos sociais possuem diferentes formas de definição da masculinidade, ou seja, do que se espera do comportamento masculino.

## **MODALIDADES DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES**

Entende-se por modalidade de exploração, a finalidade para qual determinada pessoa será traficada. No Brasil e no mundo, pesquisas locais, nacionais e internacionais têm demonstrado que, dentre outras, o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual é a modalidade mais incidente, no

entanto, não é a única, existem também outras modalidades identificadas, entre elas, as que se têm relatos no Estado do Amapá é a exploração para a prática de delitos, servidão doméstica e o tráfico de mulheres para fins de casamento servil; modalidade ainda pouco conhecida, cujo estado do Amapá, dentre os estados brasileiros fronteiriços, é um dos poucos a ter casos relatados. (ENAFRON, 2012).

As mulheres em situação de tráfico internacional de pessoas, cuja rota ao local de destino se deu nas fronteiras franco-amapaenses, segundo entrevistas realizadas, são em sua maioria brasileiras, adultas com idade entre 18 e 35 anos, pardas e negras, possuem baixa escolaridade e baixa condição socioeconômica. Houve no NETP-AP, casos relatos por pessoas que estiverem próximas a mulheres oriundas de outros países como: Colômbia, Haiti e Dinamarca, porém foram casos relatados no NETP (não oficiais), somente o caso de uma mulher Colombiana foi registrado como oficial, após investigação policial.

### ***Exploração Sexual***

Entende-se por exploração sexual toda prática pela qual o indivíduo obtém lucro financeiro por conta da prostituição ou violência sexual cometida contra outra pessoa. Há a necessidade de fazer a diferenciação entre exploração sexual e o livre exercício da prostituição.

Muitas mulheres aceitam se deslocarem a outro país por meio de engano, geralmente através de promessas de emprego, outras migram cientes da finalidade de exercer algum tipo de atividade sexual. De qualquer forma, “... a ciência do exercício da prostituição não significa o consentimento para ser submetida à exploração, ao trabalho forçado, à ameaça, à retenção de documentos e outras formas de violação de direitos” (SOUZA; MACÊDO, 2016, p.70), quando há qualquer tipo de exploração em benefício financeiro de outrem, há violação de direitos.

A mulher traficada para fim de exploração sexual gera lucro financeiro ao traficante através de sua prostituição ou de violência sexual cometida por terceiros. Geralmente a prostituição é exercida nas ruas, boates, bares, apartamentos, casas de massagem, hotéis, barcos e mais especificamente, em áreas de garimpo, como no caso de algumas vítimas que passam ou saem do Estado do Amapá e cruzam as fronteiras com destino a Guiana Francesa ou Suriname.

No estado do Amapá, não diferente da realidade mundial, o tráfico de pessoas, especialmente mulheres, para fins de exploração sexual destaca-se, apesar da irrisória estatística oficial sobre este dado, é o que se conclui através de casos relatados nas entrevistas e revisão bibliográfica. De acordo com Silva (2016), após realizar o diagnóstico dos processos de tráfico de pessoas, o mesmo registrou o total de 11 (onze) denúncias compiladas pelo NETP/AP, de 2012 a 2014. O autor afirma que o

Núcleo não dispunha de ferramentas necessárias para coletar informações relativas a esses tipos de ocorrências. E, até a conclusão de sua pesquisa, em 2016, não as possuía, pois, o enfrentamento do tráfico de pessoas no Amapá se dá de forma precária e fragmentada, sem continuidade.

Cabe frisar que muitas mulheres que estiveram ou estão em situação de tráfico de pessoas, têm medo ou vergonha de denunciar aos órgãos competentes, medo de represálias por parte das redes de exploração e vergonha de expor uma situação que toca intimamente na sua dignidade e ainda correrem o risco de serem julgadas. Ainda tem o fator da desconfiança por parte dessas mulheres, que voltam abaladas psicologicamente e possuem dificuldades em confiar nas pessoas. Tudo isso dificulta para que os registros oficiais de casos possam retratar a realidade do problema.

Segundo Maria, as mulheres que chegaram a ir ao NETP estavam muito abaladas emocionalmente, muitas relatavam terem sido enganadas por pessoas muito próximas, e até mesmo para os profissionais era difícil estabelecer uma relação de confiança, a pessoa acabava se tornando muito desconfiada, pois os traumas emocionais são profundos. (Agosto de 2017, Macapá).

A Polícia Civil do Estado do Amapá revela que existem agências de intercâmbio para o aliciamento das vítimas, que também são encaminhadas para prostituição em áreas de garimpo. (ENAFRON, 2012).

### ***Casamento Servil e Servidão Doméstica***

Servidão doméstica significa submeter a mulher a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva e sujeitá-la a condições degradantes de trabalho no âmbito doméstico. Segundo Maria, a servidão doméstica ocorre quando uma pessoa “contrata” alguém pra trabalhar na sua casa, não paga salário, não assina carteira, a pessoa trabalha o dia todo por um prato de comida, e mora na casa de quem a “contratou”, segundo a mesma, no Brasil é algo comum, principalmente nas regiões amazônicas, há relatos de casos no Amapá, mas não oficiais. (Agosto de 2017, Macapá).

O casamento servil ocorre quando a mulher traficada se casa com alguém que promete uma relação conjugal saudável, mas que acaba por obrigá-la realizar as tarefas domésticas e/ou a ter relações sexuais com o mesmo, ainda que contra a sua vontade.

Enquanto trabalhava no NETP-AP, Maria ouviu relatos de casos em que a mulher “muitas vezes é obrigada a se prostituir”, para que a pessoa com quem casou lucre financeiramente com ela.

No Amapá há registro de tráfico de mulheres para fins de casamento servil, “num primeiro instante, a intenção da vítima é a de se casar com o ‘francês de olhos azuis’ e usufruir de uma vida

confortável, teoricamente proporcionada pelos franceses da Guiana Francesa”. (ENAFRON, 2012, p. 157).

O casamento servil é corroborado por um imaginário coletivo onde muitas meninas crescem vendo o casamento com o homem estrangeiro como um tipo de “ganho de capital”, com a ideia de que “o gringo” pode oferecer grande qualidade de vida às mesmas, lhes proporcionando uma vida economicamente confortável.

como o estado é pequeno e de fronteira, o trânsito de brasileiros e franceses entre os dois países é bastante intenso, causando assim uma facilidade para este crime, as vítimas exercem trabalhos domésticos para o cônjuge francês, o qual retém seus documentos e, mediante ameaça, obrigam-na a obedecer sua vontade, por exemplo, proibindo a vítima de estudar, trabalhar e/ou ver os filhos. (ENAFRON, 2012, p. 157).

As mulheres geralmente são de famílias com baixa condição socioeconômica, vivem num contexto social de poucas oportunidades de crescimento profissional e com a dinâmica familiar em que o pai é o provedor financeiro e a mãe dedicasse exclusivamente aos cuidados do lar e criação dos filhos, isso contribui também para que as mesmas vejam somente na figura masculina a possibilidade de uma vida melhor.

### ***Exploração na Prática de Delitos***

O tráfico de mulheres para prática de delitos ocorre quando ela é coagida ou forçada a cometer práticas criminosas para benefício financeiro de outrem. Geralmente são mulheres que tem altas dívidas; com traficante de drogas, por exemplo, ou estão em situação socioeconômica precária, sem perspectiva de melhora.

De acordo com a pesquisa Enafron (2012), quando as mulheres são recrutadas para esta modalidade de tráfico de pessoas, o contato com as mesmas na maioria dos casos é realizado pelo traficante de drogas, as profissionais do sexo que contraem dívidas para o consumo de drogas são os principais alvos, algumas delas são aliciadas a “tentar a vida” no Suriname ou Guiana Francesa, onde, segundo os aliciadores, elas vão ganhar em ouro ou em euro. Para “pagar” o transporte, elas são obrigadas a levar alguma quantidade de substância ilícita. Foram relatados na pesquisa casos de tráfico de mulheres brasileiras para fins de prática de delitos na Guiana Francesa e Suriname.

### **REDES E ROTAS DO TRÁFICO DE MULHERES NA REGIÃO FRONTEIRIÇA FRANCO-AMAPAENSE**

Como foi ilustrado no início deste trabalho, o estado do Amapá possui uma privilegiada posição geográfica, sempre que os aliciadores que vêm de outras partes do Brasil, principalmente do

Pará, buscam fazer o transporte por via terrestre, optam pela fronteira norte do país, ou seja, o fazem através do município de Oiapoque para chegar até a Guiana Francesa e Suriname.

Segundo publicado na pesquisa Enafron (2012), o Amapá é um dos estados onde o tráfico de pessoas teria mais incidência, principalmente pelo estado ser uma das principais vias para Guiana Francesa e Suriname e possuir uma fiscalização menor, ou mais vulnerável. Macapá, Porto de Santana e Oiapoque estão enquadrados como áreas de vulnerabilidade e risco de incidência do tráfico de pessoas.

Algumas mulheres chegam ao local de destino onde serão exploradas de forma documentada, ou seja, possuem passaporte e visto. Muitas vezes entram como turistas, fazendo com que assim não se tenha grande possibilidade de serem barradas na entrada de determinado país ou corram os riscos de uma entrada indocumentada, como a deportação ou expulsão, da mesma forma que, caso acompanhada de alguma pessoa ligada à rede de exploração, a mesma não se exponha de forma a ser interceptada pelas autoridades policiais. No quadro abaixo se vê alguns locais de origem, trânsito e destino onde se detectou o fenômeno de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual:

**Quadro 1:** Exploração Sexual de Mulheres na Fronteira do Amapá

Grupo	Local de Origem	Trânsito	Local de Destino	Modalidade de Tráfico de Pessoas
Mulheres	Macapá (AP)	Oiapoque (AP)	Guiana Francesa	Exploração sexual
	Costa do Maranhão, Arquipélago do Marajó (PA)	Porto de Santana (AP), Oiapoque (AP)	Guiana Francesa/ Suriname	
	Bragança	Macapá/Oiapoque	Guiana Francesa	

**Fonte:** ENAFRON (2012)

Como se observa, há registro de casos de pessoas que saíram do Nordeste (Maranhão), passaram pelo município de Oiapoque e foram levadas para Guiana Francesa e Suriname. No que diz respeito especificamente ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, há a rota Bragança – Macapá – Oiapoque – Guiana Francesa (cujo trânsito se dá no Amapá) e causa grande preocupação nos órgãos públicos de segurança do Pará. Rotas fluviais também são utilizadas, são mais complexas por terem vários fluxos, há as que partem do Arquipélago do Marajó, em embarcações clandestinas, seguem ao Porto de Santana, e de lá continuam a rota por via terrestre.

Segundo relatado por João, funcionário do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá NEPT-AP, o Amapá é geralmente rota de passagem do tráfico de pessoas, a maioria das pessoas traficadas vêm do Estado do Pará, Maranhão, Piauí, São Paulo, passam pelo Amapá e vão diretamente ao país em que serão destinadas à exploração, em sua maioria Guiana Francesa e Suriname (Setembro de 2017, Macapá). Segundo o mesmo, não existe controle do fluxo de pessoas

na fronteira franco-amapaense e com a abertura da ponte binacional, o Ministério da Justiça, por lei, determina que seja implantado um posto avançado do NETP-AP em Oiapoque, porém, devido à falta de recursos logísticos e de pessoal a implantação não tem previsão de acontecer.

Nas áreas de fronteira, observa-se que a princípio os grupos de traficantes representados pelos aliciadores, identificam as áreas de vulnerabilidade, onde as condições socioeconômicas das mulheres residentes não são favoráveis (como no município de Oiapoque, por exemplo), e onde as mulheres estariam interessadas em migrar internacionalmente. O aliciamento tende a acontecer de maneira bastante natural e corriqueira, através de pessoas conhecidas da futura vítima e até mesmo de membros da família. Vias clandestinas de circulação são também utilizadas, mas em muitas áreas de fronteira não é necessário correr este risco, pois as vias regulares possuem pouca fiscalização ou vigilância, fazendo com que os traficantes não se exponham a riscos e não tenham receio de serem flagrados pela polícia. (ENAFRON, 2012).

Segundo Maria (Agosto de 2017, Macapá), as redes de exploração são extremamente organizadas, há os que aliciam, os que transportam, os que hospedam durante a trajetória de viagem até o local de destino, e essas pessoas são de tempos em tempos trocadas para não chamar atenção. Utilizam viagens de avião, de barco ou carro, dependendo do local de origem e destino.

Há de se destacar também casos relatados de tráfico de mulheres para exploração sexual nas áreas de garimpo da Guiana Francesa:

No Amapá, mulheres que emigram para a Guiana Francesa na tentativa de melhores condições de vida através de casamento com estrangeiros, ou para trabalharem como profissionais do sexo, acabam sendo traficadas para fins de exploração sexual nos garimpos. A “prostituição forçada” se tornou a mais comum das explorações sexuais na Guiana Francesa. (ENAFRON, 2012, p. 140).

Foi relatado por Maria o caso de uma mulher em 2014 que foi “comprada” no município de Oiapoque por alguns garimpeiros, por um grama de ouro cada um, e levada para ser explorada sexualmente em determinado garimpo da Guiana Francesa. Chegando ao local, como a mesma tentou fugir, acabou sendo amarrada em uma árvore, pois os garimpeiros precisavam trabalhar e não podiam ficar a vigiando, e ali ela ficava constantemente. A mulher era abusada sexualmente por vários homens diariamente. O caso chegou ao conhecimento do NETP-AP através do relato de um homem que foi traficado para trabalho escravo no garimpo e conseguiu fugir. Foram dezenas de denúncias de familiares de pessoas que foram para garimpos e que devido à falta de indícios suficientes, não houve investigação policial.

Muitas mulheres que estão nas áreas de garimpo podem estar em situação de tráfico de pessoas para trabalho escravo ou exploração sexual, e nem sabem disso porque desconhecem a existência do fenômeno e como ele se caracteriza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao tratar o fenômeno do tráfico internacional de mulheres nas fronteiras franco-amapaenses sob concepções feministas, fez-se notável que a questão de gênero está intimamente ligada ao problema em questão, o tráfico internacional de mulheres para exploração em suas diferentes modalidades é uma das diversas formas diretas e estruturais em que a mulher é submetida a violências internacionais, e isso é constituído através de uma sociedade ainda em grande parte patriarcal, onde se percebe desigualdades entre homens e mulheres nas diferentes áreas da sociedade e apesar de muitos avanços na desconstrução dessa realidade, ela ainda se faz presente.

O estigma da prostituição é um fator importante a ser discutido na identificação do fenômeno do tráfico de mulheres, poucos sabem diferenciar a livre prostituição da exploração sexual, o que muito se vê são pessoas que quando ouvem o assunto dizem com desdém que “as mulheres viajaram porque quiseram”, de fato muitas mulheres viajam cientes de que irão prestar trabalhos sexuais, mas não das situações de exploração a que serão submetidas, e isso configura um grave atentado à dignidade humana, além de ser considerado crime na legislação penal brasileira.

O estado do Amapá e demais estados da região amazônica conhecidos da rota do tráfico como Pará e Amazonas possuem semelhanças socioeconômicas, brasileiros em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria mulheres, veem na Guiana Francesa uma referência na busca de oportunidades para si e suas famílias. As mulheres dispostas a migrar de forma indocumentada se tornam mais suscetível ao tráfico de pessoas e suas formas de exploração, há mulheres que vivem a realidade do desemprego, falta de oportunidades, cultura de que o casamento com o “gringo” trará qualidade de vida, exclusão social e educação deficitária, por isso, a realidade desse fenômeno está ligada a questões mais profundas do que falta de fiscalização nas fronteiras ou questões punitivas, são diversas questões sociais que o abrangem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Brasília: MJ. 2012. Disponível em [www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisa\\_enafron\\_202x266mm\\_1710\\_19h00\\_web.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf) Acesso em: 2 de agosto de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismo e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 98-108, 2000.

GUESSER, Emanuella Farias. **Tráfico Internacional de Pessoas: A atuação do Unodc no cumprimento do Protocolo de Palermo**. 2017. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Curso de Relações Internacionais, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HAZEU, Marcel [et ... al]. **Pesquisa tri-nacional sobre tráfico mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede**. Belém: Sodireitos, 2008.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: as contradições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Meditações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul/dez, 2015.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil**. Brasília: CECRIA, 2002.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Tráfico internacional de mulheres na Amazônia: desafios e perspectivas. In: **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010**. Anais. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268240201\\_ARQUIVO\\_TraficodemulheresnaAmazonia.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268240201_ARQUIVO_TraficodemulheresnaAmazonia.pdf)>. Acesso em 06 de dezembro de 2017.

ONU BR. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças – **Protocolo de Palermo**, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm) Acesso em: 02 de julho de 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, Categorias de articulação e Experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez, p. 263-274, 2008.

RUIZ, Tricia. **Feminist Theory and International Relations: The Feminist Challenge to Realism and Liberalism**. 2004. Disponível em: <http://www.csustan.edu/sites/default/files/honors/documents/journals/soundings/Ruiz.pdf> Acesso em: 07 de julho de 2014.

SAFARTI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Amaury da. **O Amapá na Rota do Tráfico de Pessoas**: Um Estudo sobre o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Amapá. 2016. 62f. Dissertação (Mestrado em segurança pública). Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical – Pensamento e Movimento. v.2 n° 3, **Travessias**: 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

SOUZA, T.; MACÊDO, A. Fluxos Migratórios, Tráfico de Mulheres e Feminização da Pobreza. Vitória, **Revista Argumentum**, v.8, n.3, p. 67-77, set.-dez. 2016.

TEGA, Danielle. **Mulheres em foco**: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TICKNER, J.A. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, Vol. 41, No. 4, 1997, pp. 611-632.



Esta obra possui uma Licença

Submissão: 30/07/2021 | Aprovação: 30/07/2022

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10741>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.10741>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 273-284



## OBJETOS DE MEMÓRIA: DA ESCAVAÇÃO AO CAMPO DA RECORDAÇÃO MEMORY OBJECTS: FROM THE EXCAVATION TO THE FIELD OF REMEMBRANCE

Josimere Serrão GONÇALVES    
Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho busco compreender a relação da história e memória a partir de um objeto de memória intitulado “Canal de Igarapé-Miri”. Procuro por meio de um horizonte de interpretação baseada na pesquisa bibliográfica e nas discussões teóricas favorecidas por autores como Halbwachs (1990) que discute sobre a memória coletiva; Pollak (1989) que versa sobre memória, esquecimento e silêncio; Nora (1993) sobre o lugar de memória; Benjamin (1987) sobre a escavação e recordação da memória; Pinheiro (2020) que trata sobre a historiografia de Igarapé-Miri, entrelaçados em um diálogo em torno da memória como construção social e problematizá-la enquanto expressão coletiva que pode contribuir para perpetuar a história dos vencedores e soterrar a dos vencidos. Neste prisma, somos chamados então a escavar nossas recordações em busca de histórias silenciadas.

**Palavras-chave:** Memória. Canal de Igarapé-Miri. Lugar da Memória. Escavação.

**Abstract:** *In this work I seek to understand the relationship between history and memory from a memory object entitled “Canal de Igarapé-Miri”. I search through a horizon of interpretation based on bibliographical research and theoretical discussions favored by authors such as Halbwachs (1990) who discusses collective memory; Pollak (1989) which deals with memory, oblivion and silence; Nora (1993) on the place of memory; Benjamin (1987) on the excavation and recall of memory; Pinheiro (2020) that deals with the historiography of Igarapé-Miri, intertwined in a dialogue around memory as a social construction and problematizes it as a collective expression that can contribute to perpetuate the history of the winners and bury that of the losers. In this light, we are then called to dig our memories in search of silenced stories.*

**Keywords:** *Memory. Igarapé-Miri Channel. Place of Memory. Excavation.*

<sup>1</sup> Mestra em Cidades: Territórios e Identidades, da Universidade Federal do Pará. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2003), Especialista em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Pará (2006) e em Relações Raciais para o Ensino Fundamental-UNIAFRO/UFPA (2011) E-mail: [josi-goncalves@hotmail.com](mailto:josi-goncalves@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

No período de março a junho de 2021, cursei a disciplina “História, memória e cidades. A disciplina integra o currículo do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades/PPGCITI, vinculado ao Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA e traz como objetivo “Compreender as macro e micro relações de diversos campos teóricos relativos ao entrelaçamento entre história, memória e as cidades” (SARMENTO-PANTOJA; SARMENTO-PANTOJA, 2021, p.01). De posse dos referenciais iniciamos uma viagem em torno da constituição da memória levando em consideração sua dimensão social e histórica. Para um exercício de memória a turma foi motivada a produzir um relato acerca de um objeto. Esse objeto poderia ser um material que suscitasse em nós afetos, como também provocar reflexões. Escolhi a imagem do “Canal de Igarapé-Miri” pintado por Edouard Riou<sup>2</sup> como objeto de um memorial.

Este trabalho, constitui parte destas reflexões oportunizadas neste estudo. Deste mesmo modo, busco compreender a relação entre história e memória a partir de um objeto de memória intitulado “Canal de Igarapé-Miri”. Procuro por meio de um horizonte de interpretação baseada na pesquisa teórica e nas discussões conceituais favorecidas por autores como Halbwachs (1990) que discute sobre a memória coletiva; Pollak (1989) que versa sobre memória, esquecimento e silêncio; Nora (1993) sobre o lugar de memória; Benjamin (1987) sobre a escavação e recordação da memória; Pinheiro (2020) que trata sobre a historiografia de Igarapé-Miri, entrelaçados em um diálogo em torno da memória como construção social para problematizá-la enquanto expressão coletiva que pode contribuir para perpetuar a história dos vencedores e soterrar a dos vencidos.

Na tentativa de escavar recordações em busca de histórias silenciadas, algumas interrogações foram pontuais. O que conhecemos de nossa história? O que nossas memórias guardam? A memória é individual ou é uma construção coletiva? Toda cidade tem uma memória. Toda cidade tem uma história. Mas quem constrói essa memória, quem constrói essa história? Que objetos são para nós fontes de recordações, lembranças, pensamentos? O que será preciso para que conheçamos outras memórias, aquelas que ficaram soterradas, esquecidas debaixo do solo de nossas recordações, de nossas lembranças? As inquietações aqui partilhadas, tem por intencionalidade provocar reflexões sobre a história e a memória, tomando como ponto de partida um objeto de memória. Para este percurso proponho uma viagem por três caminhos importantes para compreendermos como essas

---

<sup>2</sup> Pintor e ilustrador francês, Ver: PINHEIRO, M.P. Canal de Igarapé-Miri: A construção de um caminho favorável ao comércio na província do Grão-Pará (1821-1832). IN: PINHEIRO, M.P. Pequeno Caminho da Canoa. Historiografia do Município de Igarapé-Miri. 1º Ed. Gurupi: Editora Veloso, 2020.

lembranças são construídas, reconstruídas, produzidas, simuladas, silenciadas e exterminadas. No primeiro percurso farei um diálogo em torno do conceito de memória e da história enfatizando em quais lugares estes encontram-se. No segundo trajeto, apresentarei o objeto de memória selecionado, a pintura “Canal de Igarapé-Miri”, com o intuito de mediar o debate sobre lembranças reconstruídas e lembranças simuladas. Por fim, no último ponto como uma espécie de eco, aciono Walter Benjamin, no sentido de problematizar a necessidade de escavar a memória para que outros pontos da história que ficaram soterrados possam vir à tona. Isto é, memórias Outras.

### **OBJETOS DE MEMÓRIA: VESTÍGIOS DE LEMBRANÇAS**

Já parou para assistir um filme, um seriado, uma novela? Acredito que sim. O cenário que nos é apresentado em cada cena são carregados de objetos e significados que preparam aquele ambiente para que ao serem vistos, tenham a capacidade de nos levar a rememorar contextos, períodos, sentimentos, afetos, recordações. Os detalhes em cada móvel dispostos em cada cenário, como um quadro na parede, o tom das cores do ambiente, a música selecionada, são reservatórios de memória que ao serem lançados a luz, carregam narrativas que nos provocam lembranças.

O quadro de Mona Lisa, exposto no Museu de Louvre na França, pertencente ao famoso pintor Leonardo da Vinci, configura um objeto de memória. Por ser uma obra reconhecida mundialmente, é possível encontramos a reprodução desta em filmes, em documentários, em paródias, em músicas, etc. Mas, uma prova escrita à mão em um papel já amarelado pelo tempo, de um período de alfabetização, guardado por uma mãe como recordação de sua filha, lembranças de conquistas de aprendizado escolar como minha genitora guardou, também configura como um objeto de memória.

Os objetos nos ajudam a contar histórias, constituem nossa identidade<sup>3</sup> e colaboram para moldar, mesmo de modo volátil, a maneira como nos apresentamos no mundo. De maneira equivocada, muitas vezes nos é imposto que objetos de memórias se limitam aquelas relíquias dispostas em museus, protegidas em redomas de vidro (NORA, 1993). No entanto, objetos de memória também são cartas, músicas, documentos, fotos, peças de vestuários, canções, poesias ou uma simples prova manuscrita, folha amarelada pelo tempo, marcada por relações cotidianas.

Os objetos de memória partilham as experiências, que não são exclusividade subjetivas, mas comungam da relação que o Outro também possui com o objeto, como uma espécie de colagem.

---

<sup>3</sup> Para Hall (2000 p. 108 ) “ [...] as identidades não são nunca unificadas; que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas que podem se cruzar ou ser antagônicos”, ver : HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). Stuart Hall, Kathryn Woodward. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis,RJ.Vozes, 2000.

Assim, o problema está em função da força de determinados objetos para servir de ponto de referência para a composição de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990). “A memória coletiva por outro envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocados num conjunto que não é mais consciência pessoal” (HALBWACHS, 1990, p. 53-54). Neste sentido, a memória coletiva é carregada de memórias históricas como nos assinala Halbwachs ao relatar sobre sua experiência de vida e reflexões acerca da memória.

Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada, muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também. [...] carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas que posso ampliar pela conversação e pela leitura. Mas é uma memória emprestada e que não é minha. No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido, político, província, classe profissional ou mesmo em tal qual família e em certos homens que conheceram pessoalmente as testemunhas (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Os acontecimentos e a rememoração destes, fazem com que nos tornemos parte do grupo a ponto de não estranharmos os elementos constituintes desta instituição. Não é preciso então termos vivenciado algo para tornar-se familiar a nós. As lembranças históricas, presentes nas memórias coletivas, partilhadas pela tradição, pela ideia de nação, pelo pertencimento a um determinado grupo contribuem para que carreguemos conosco uma quantidade de memórias produzidas pela sociedade e repassadas nos diversos grupos dos quais fazemos parte. E tudo nestes grupos nos parece tão familiar, não nos causa estranhamento.

Nora (1993) argumenta que os lugares de memória, espaços nos quais encontram-se os objetos de memória, podem selecionar um tipo específico de memória a ser preservada ou rememorada. Museus e monumentos por sua vez, são lugares em que paisagens, personagens, fatos, ganham hierarquias e *status* de classificação na qual certas tradições e costumes passam a ter grande importância na memória coletiva.

Os lugares de memória são produzidos por indivíduos que se reconhecem como pertencentes a determinados grupos e, por este motivo, buscam sacralizar sua passagem em dada sociedade. Para tanto, constroem seus acervos que são eternizados em “[...] museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações” (NORA, 1993, p.13), que se tornam marcos testemunhais de outro tempo, portando certa ilusão de eternidade.

Os lugares de memória foram criados para preservar e/ou para transmitir a memória de um grupo, de um evento ou de uma pessoa. Neste sentido, história e memória são rastros. São memórias que se materializaram em forma de instituições para salvaguardar aquilo que deveria ser lembrado. A memória assim, não é mais natureza e sim um dever, porque é preciso lembrar daquilo que não pode ser esquecido. No passado, competia a história oral salvaguardar a memória, contudo, a modernidade, criou instituições para esta função. Tudo se tornou objeto de memória. A memória neste viés pode ser considerada um rastro, por que não é mais pura, embrionária, devido serem produzidas a partir de articulações e interesses.

A memória, passou a ocupar espaços como os museus, os monumentos, os arquivos, os quais também se prestam a certas homenagens. Estes espaços são lugares de rituais, na qual acontecimentos são rememorados, ou seja, neles ocorrem lembranças daquilo que não devemos esquecer.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação investe em uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for um objeto ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, e ao mesmo tempo um recorte material de uma unidade temporal e serve periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança (NORA, 1993, p.21).

Os lugares de memórias, reservam momentos sacralizados, rituais que perpetuam fatos, acontecimentos, modos de vida, lembranças. Essa relação simbólica transmitida de geração em geração através dos ritos presentes em cada lugar de memória. São lembretes do que não deve ser apagado. Mas como isto ocorre? A história tem um papel fundamental nesta engrenagem.

Le Goff (1990) no livro “História e Memória” apresenta o significado da palavra “história” como testemunha, aquele que vê, aquele que procura saber, que investiga. Já na língua românica, esclarece o autor, a história pode significar também ciência e por esta questão pode ser considerada “[...] a ciência que procura as ações realizadas pelos homens [...], a história seria o objeto desta procura [...], uma série de acontecimentos, a história seria uma narração” (p.13), e como produto desta narração, pode ser tomada como verdadeira, falsa ou até mesmo inventada.

Muitas vezes, história e memória são vistas como sinônimos, mas Nora (1993) nos adverte que nem de longe podemos pensar nesta possibilidade. história e memória são segundo o autor concepções opostas.

Memória e história, longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está sempre em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do

esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis, a todos os usos e manipulações, suscetíveis de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado (NORA, 1993, p.09).

Com este entendimento do que cada uma trata, é possível perceber, no entanto, que história ao buscar contar as ações realizadas pelos homens também contribuiu na seleção de memórias, de objetos de memórias específicas para compor uma memória coletiva oficial (POLLAK, 1989). O tópico a seguir abordará um objeto de memória que se tornou parte da memória coletiva local.

### **O CANAL DE IGARAPÉ-MIRI: LEMBRANÇAS RECONSTRUÍDAS E LEMBRANÇAS SIMULADAS**

Imagem 1- Pintura do Canal de Igarapé-Miri; por Edouard Riou, 1867.



Fonte: Riou, 1867.

A pintura “Canal de Igarapé-Miri” de autoria do francês Edouard Riou, retrata um rio estreito que liga a localidade de Igarapé-Miri a Moju. O pintor nesta obra destaca as margens do rio com uma vegetação nativa, extensa, típica da região, ao mesmo tempo, evidencia as dificuldades para a efetuação do tráfego de embarcações usadas na atuação comercial devido a pouca profundidade e largura do espaço destinado a navegação. É o que também se apresenta nesta breve narrativa

Século XIX. Estradas não havia entre os territórios da freguesia de Santa Anna de Igarapé-Miri e Belém. Suas ruas eram rios e os rios configuravam os únicos caminhos para a efetivação de transportes, sejam estes de pessoas, cargas, materiais e produções locais. É neste contexto que Carambolas, um comandante-Geral de índios e extrator de madeira da região recebe a solicitação do Governo do Grão Pará de envio de uma quinha de anjelim de 70 palmos para a construção de um navio de

guerra. Ao atender esta solicitação Carambolas enfrenta muitas dificuldades para atravessar a madeira equivalente a 16 metros pelo estreito rio entre o Rio de Igarapé-Miri e o Rio Moju. Nesta labuta pensa que a cada dia esta tarefa se tornaria cada vez mais difícil devido o rio estar cada vez mais raso. Então começa uma luta política. Uma busca de parceiros para iniciar uma escavação e assim abrir um canal, onde pudesse navegar embarcações maiores e desta forma, estabelecer o comércio interno com a província do Grão Pará. O empreendimento foi operacionalizado, homens, na força do braço, rasgaram caminhos pelas linhas fluviais hoje denominado 'Canal'. Porém, durante esta ação, um barranco de 4 metros de terras desabou devido uma corrente de água-forte, ceifando a vida de 18 escravos. Hoje fala-se da importância do Canal para a navegação e o comércio na região em uma época sem estradas, mas não se conhece sobre as vidas sepultadas na abertura do referido canal (Memorial de um objeto - Canal de Igarapé-Miri <sup>4</sup>).

Na narrativa “Paris, cidade no espelho” Walter Benjamin argumenta que “[...] a cidade se espelha em milhares de olhares, em milhares de objetivas” (BENJAMIN, 1987 p.195). Assim como fazem os poetas, os artistas, os literatos, a cidade pode ser descrita por diversos sujeitos que a contam a partir de seu próprio ponto de vista. Deste modo, o livro “Ruas de mão única - Obras escolhidas” de Walter Benjamin (1987) aparece com uma escrita fragmentada que traz no seu elenco a literatura, as artes, mas também a vivência, o cotidiano e até mesmo os sonhos para falar de cidades, momentos, memórias, lugares e acontecimentos<sup>5</sup>.

Seguindo este percurso e buscando problematizar acerca da memória, lugares e acontecimentos, neste breve diálogo, trago como objeto de memória, a pintura do “Canal de Igarapé-Miri” produzida por Edouard Riou no ano de 1867<sup>6</sup>. Esta obra foi retratada por representar um ponto estratégico de grande significado para o comércio e desenvolvimento da região (PINHEIRO, 2020). Uma passagem eternizada em uma pintura para demarcar o significado econômico de um local que foi rememorado por gerações.

Quando a imagem ou a história do “canal” tornou-se parte de minha memória? Não recordo ao certo, mas tenho lembranças de meu pai afirmando que: no canal passavam navios. Grandes navios. As pessoas falavam para ele, por que meu pai residia no Caji<sup>7</sup>, uma localidade do interior de

<sup>4</sup> Narrativa “ Memorial de um Objeto -Canal de Igarapé-Miri” , elaborada por Josimere Serrao Gonçalves por ocasião da Disciplina “História, memória e cidades” em 21/05/2021.

<sup>5</sup> Na Obra “Origem do Drama Barroco Alemão” de Walter Benjamin (1984), Sérgio Rouanet realiza a apresentação do livro e aponta que a obra “é um mosaico [...], um conjunto de citações. Elas têm uma função precisa: são estilhaços de ideias, arrancadas de seu contexto original, e que precisam renascer num novo universo relacional, contribuindo para a formação de um novo todo” (p. 23). Neste sentido, Walter Benjamin a partir destes recortes, misturas e junções traz o drama em peças que retratam a tristeza e a forma trágica de seus personagens. Mostra seu mundo, o contexto em que vive, na qual a política, a filosofia, cenas do cotidiano são retratados nos dramas.

<sup>6</sup> Sobre a imagem do canal de Igarapé-miri; Disponível em :<https://igarapemiri.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 10 de mai. 2021.

<sup>7</sup> Ver mapa Rio Caji. Disponível em: <https://mapasamerica.dices.net/brasil/portugues/movil/mapa.php?nombre=Rio-Caji&id=31374>. Acesso em 10 de mai.2021.

Igarapé-Miri. Quando chegou a sede do município aos seus 15 anos em meados de 1974, começou a ouvir esta história, que depois transmitia para os filhos, em algumas conversas, em momentos que se repetiam quando faltava a luz elétrica e se recorria à luz das estrelas ou das velas. A família voltava ao passado e recontava as histórias de antes.

Outro momento, também em destaque para a construção desta memória pode ter ocorrido no ambiente escolar, talvez, no final do ensino fundamental por ocasião dos Estudos Amazônicos ou no ensino médio, quando somos instigados a conhecer um pouco mais da história local, na qual professores de história nos apresentam as publicações contendo memórias das grandes personalidades que ajudaram a construir nossa cidade. Nestes, políticos, comerciantes, pessoas influentes da localidade, também ganhavam destaques na história e consequentemente na memória cidadina. Por isso, a lembrança da escavação do canal pelo nobre Carambolas é mais recorrente, já na contrapartida, ocorre o apagamento dos personagens que com suas próprias mãos fizeram uma grande obra acontecer, ao permitirem que os caminhos dos rios se alargassem em função de um projeto ambicioso de progresso e desenvolvimento para a região. Não sabemos quem são eles. Apenas nos foi contado que como mão de obra escrava, encontravam-se no centro da escavação, o lugar mais frágil, de modo que, se ocorresse algum desabamento, estes seriam os primeiros a serem sepultados pelas águas. O que de fato aconteceu.

Então é como nos diz Halbwachs (1990): a memória que pensamos ser individual, é fruto de um produto social. É a memória coletiva, partilhada, assimilada, que fornece dados para a constituição de nossas memórias individuais. Ou seja, são esses dados fornecidos pela memória coletiva que contribuem para que o indivíduo se integre ao meio e desta forma possa formar sua memória individual. A memória que tenho do “canal” e das histórias que o circundam, não são de fatos memórias exclusivas minhas. Elas são lembranças, reconstruções do passado. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparadas por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS 1990, p.71).

A cada fato, depoimento, diálogo, leitura, imagens, as lembranças vão se reconstruindo, constituindo minha memória individual sobre um fato, um acontecimento, um objeto, uma história que se manteve viva devido uma memória coletiva que se fez permanecer como lembrança. Mas a lembrança pode também ser uma simulação de um fato, a criação de uma memória que tão bem encaixada e replicada, pode tornar-se parte das lembranças como se de fato tivesse existido e, nesta construção, constituir parte da narrativa.

O novo quadro projetado sobre os fatos que já conhecíamos, ali nos revela mais um traço que nele se posiciona, e que dele recebe um significado mais claro. É assim a memória se enriquece de bens alheios que, desde que se tenha enraizado e encontrado o seu lugar não se distingue mais das outras lembranças (HALBWACHS, 1990, p.78).

A memória que partilho de um lugar, de um momento, de um objeto, de uma paisagem como a pintura do Canal de Igarapé-Miri, configura um novo quadro construído de memórias de outros sujeitos, que encontrando terreno fértil, consegue fincar raízes e, assim, habitar o campo de minhas memórias individuais, mas que tenho ciência que esta é uma construção de muitas mãos, memórias, fatos sociais, espaciais e temporais que passaram a ter sentido devido ser a expressão de uma memória coletiva.

### **ESCAVAÇÃO E RECORDAÇÃO: TRAJETOS PARA HISTÓRIAS OUTRAS**

Os produtores de arquivos nos tempos clássicos concentravam-se nas mãos das grandes famílias, a Igreja e o Estado (NORA, 1993). Estes por sua vez estavam autorizados a contar, guardar, rememorar fatos, acontecimentos considerados mais importantes da sociedade e dos personagens vinculados a ela. Desta forma, memórias foram selecionadas e definidas como merecedoras de serem salvaguardadas e assim preservadas em arquivos, protegidos nos lugares de memórias. Outras por sua vez, foram silenciadas, soterradas debaixo do esquecimento. No entanto explicita Nora (1993)

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito assim o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens (NORA, 1993, p.17).

No livro “Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura”, Walter Benjamin (1985, p. 223) tece reflexões em torno da concepção de história e neste prisma questiona se “[...] não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram?”, vozes silenciadas, exterminadas para que uma história considerada predominante, padrão pudesse ser perpetuada. No entanto, as vozes foram emudecidas para que determinados bens culturais se tornassem hegemônicos, assim, bens culturais como os monumentos foram erguidos diante de barbáries.

Pois todos os bens culturais que ele vê tem uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim

como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialismo histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1985, p. 225).

Quando miramos um monumento ou identificamos determinados bens culturais ainda em vigor, o que precisamos entender, segundo Walter Benjamin, é que aquele patrimônio cultural, aquele monumento fora levantado por atos de violência, de horror, de apagamento, de invisibilidades, onde somente a história das grandes personalidades, a história dos dominadores é contada, repetida, reproduzida. Escovar a história a contrapelo seria agora contar a história a partir dos vencidos, dos silenciados.

Com esta perspectiva, fico a imaginar Walter Benjamin, analisando o papel do historiador. Talvez tenha observado o arqueólogo e sua equipe, em uma expedição em busca de um objeto de memória debaixo de volumosas camadas de terras. Ele, pacientemente, vasculha, pincela, tira a poeira, escava e, então, encontra pequenos fósseis, objetos que podem trazer à tona lembranças soterradas, pedaços do passado.

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos' nada são além de camadas que apenas a exploração mais cuidadosa entrega aquilo que compensa a escavação (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Para compreendermos sobre determinado evento histórico se faz necessários escavar as camadas de memórias. Desconfiar do que nos parece tão obvio, desconfiar das histórias oficiais. A cada terra removida é possível encontrar pedaços, pequenos fósseis que podem dizer muito sobre determinado local, sujeitos, histórias. A cada escavação é possível perceber objetos em suas múltiplas dimensões.

Desta forma, os fósseis escondidos são apenas fósseis, objetos comuns; mas se estes forem colocados diante da luz, podem provocar lembranças escondidas, adormecidas, silenciadas. Então, compete a cada um de nós escavarmos nossas memórias, e por que não a memória coletiva, revirando o solo antes arrumado, sem desníveis e assim trazer à luz elementos subterrâneos de nossas memórias que podem trazer novas visões e compreensões a partir das lembranças evidenciadas por outros objetos de memórias.

Walter Benjamin a partir de suas obras tem muito a contribuir na reversão de nosso olhar sobre a história, memória e a cidade. Seus escritos oferecem pistas para que comecemos a estranhar o que nos é comum, estranhar o que nos parece familiar, desconfiar das verdades que nos foram ditas e, desta forma, permitir que outros olhares possam expressar seus próprios modos de ver, situar,

perceber, os fatos, os lugares e os acontecimentos; e como nos diz Chinua Achebe (1930-2013): “[...] até que os leões contem suas histórias, os contos de caça sempre glorificaram o caçador”<sup>8</sup>; nesta mesma linha, Walter Benjamin nos provoca a escavar sim, procurar nos pequenos detalhes, nos fragmentos, nas entrelinhas, nos arranjos, nas montagens, no silenciado, na entonação, no que está escrito, mas também no que deixou de ser contado, registrado, documentado para que seja oportuno narrar agora as histórias, as memórias dos vencidos, dos derrotados, histórias daqueles que não tiveram suas memórias consideradas como patrimônios a serem preservadas, histórias não dignas de glorificação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta incursão foi possível percebermos que história e memória embora sejam vistos como semelhantes ou até mesmo como sinônimo, na verdade são conceitos opostos. A primeira busca contar as ações da humanidade já a segunda, está presente em todos os grupos vivos, é a própria vida. A memória pode sofrer manipulações, deformações, passar por lembranças ou esquecimentos, pode ficar adormecida, mas também ganhar novas ressignificações.

Outro elemento também destacado refere-se aos objetos de memória. Os objetos de memória podem guardar alegrias, tristezas, dores, mas também partilhar experiências. É a memória coletiva acerca de determinados objetos que termina por fazer sentido na memória individual. Porém, é necessário desconfiarmos das histórias oficiais, porque muitas delas foram construídas, produzidas, inventadas a partir da seleção de determinadas memórias que podem ter silenciado outras.

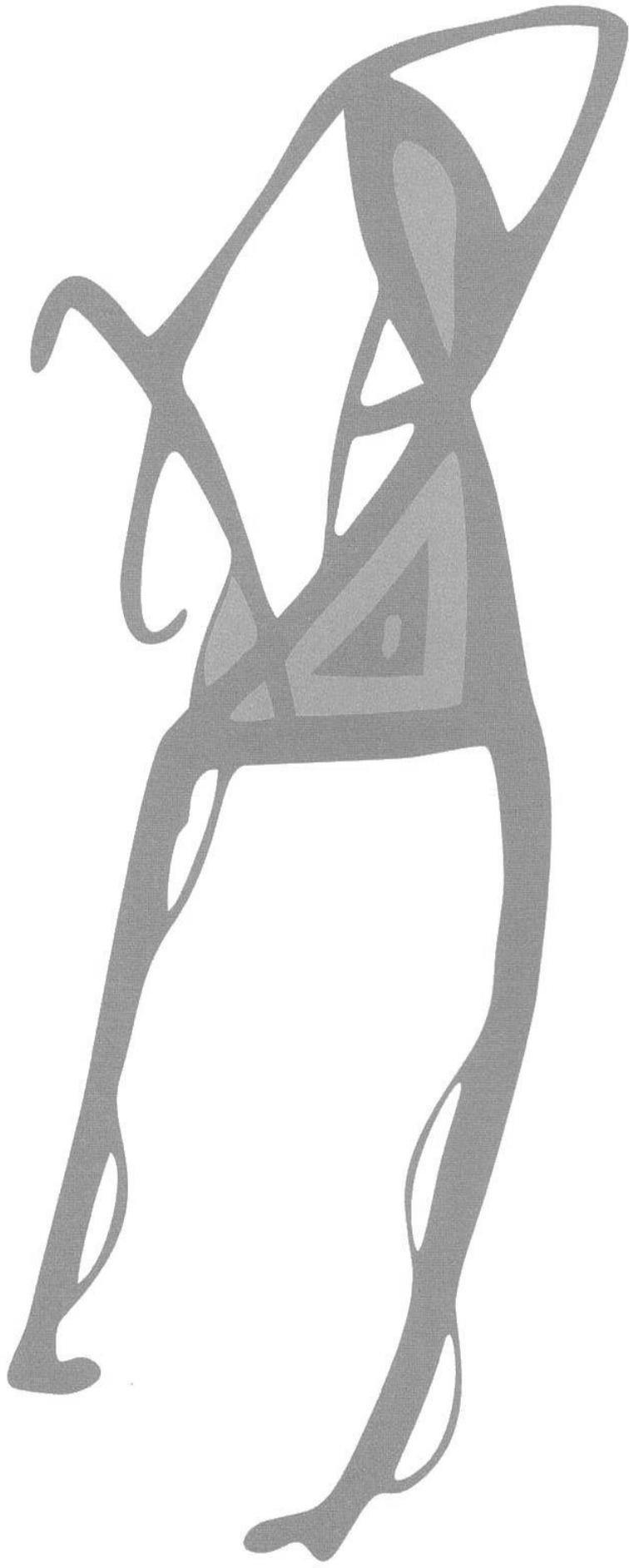
A história do Canal de Igarapé-Miri, constitui um objeto de memória que por longos anos replicada, partilhada, rememorada tornou-se memória coletiva. Como história oficial somos chamados a remover a terra e escavá-la, não importa se outros já a tenham revirado. Em novas revisitações, expedições podemos encontrar novos fósseis, novos objetos, outras perspectivas para compreendermos nosso lugar, e outros sujeitos e memórias que nesta história tenham sido soterrados.

---

<sup>8</sup> Ver MACHADO, Carlos. Invenções africanas que mudaram o mundo. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/invencoes-africanas-que-mudaram-o-mundo/>>. Acesso em: 08 de out. 2019.

**REFERÊNCIAS**

- BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única-Obras Escolhidas**. Volume 2. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e Jose Carlos Martins Barbosa. Editora Brasiliense -São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Origem do Drama Barroco alemão**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Brasiliense, São Paulo .1984.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhida**, V. 1. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 1 ed. Brasiliense. São Paulo.1985.
- GONÇALVES, Josimere Serrão. “**Memorial de um Objeto -Canal de Igarapé-Miri**”, elaborada por Josimere Serrão Gonçalves por ocasião da Disciplina -História, memória e cidades em 21/05/2021.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade?.IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). Stuart Hall,Kathryn Woodward. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis,RJ.Vozes, 2000.
- LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MACHADO, Carlos. **Invenções africanas que mudaram o mundo**. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/invencoes-africanas-que-mudaram-o-mundo/>>.Acesso em: 08 de out. 2019.
- NORA, Pierre. **Entre a memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História - Revista do Programa de Pós-graduação em *História* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI. **O município de Igarapé-Miri: História**. Disponível em: < <https://igarapemiri.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 10 de mai. 2021.
- RIOU, Édourd. Ilustrador Francês. IN: MARCOY, Paul. Voyage de l’Ocean Pacifique a l’Ocean Atlantique, a travers l’Amerique du Sud ( 1848-1860).In: **Le Tor du Monde**: Nouveau Journal des Voyages. Dexiem semester, Librairie Hachette, nonuvnn saint-germain, 79. Londres, King William Street, Strand,1867, p. 97-154.
- PINHEIRO, Marinaldo Pantoja. **Pequeno Caminho da Canoa**: Historiografia do Município de Igarapé-Miri. 1 ed. Gurupi: Editora Veloso, 2020.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos - Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- SARMENTO-PANTOJA, Carlos Augusto N.; SARMENTO-PANTOJA, Tânia M. P. **Plano de Curso Disciplina História, memória e as cidades**. Abaetetuba. 2021.



---

**INICIAÇÃO CIENTÍFICA**







Esta obra possui uma Licença

Submissão: 08/06/2023 | Aprovação: 06/08/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/14641>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.14641>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 287-299



## LIVRO DO DESASSOSSEGO: UMA VISÃO AUTOBIOGRÁFICA DE BERNARDO SOARES, HETERÔNIMO DE FERNANDO PESSOA

*LIVRO DO DESASSOSSEGO: AN AUTOBIOGRAPHIC VISION OF BERNARDO SOARES, FERNANDO PESSOA'S HETERONYM*

Rafael Henrique PIMENTEL-LOBATO  

Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>

AUGUSTO SARMENTO-PANTOJA  

Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar aspectos autobiográficos presentes na produção de Bernardo Soares, heterônimo de Fernando Pessoa, tomando como objeto o “Livro do Desassossego”, publicado pela primeira vez em 1982. A obra é uma coletânea de mais de 400 fragmentos com reflexões do autor sobre o mundo, suas mazelas, angústias e alegrias. Fernando Pessoa, ao conceber o heterônimo Bernardo Soares, o caracteriza como ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, expondo seus pensamentos mais íntimos acerca de seu monótono cotidiano. Nesse sentido, a vida para Bernardo Soares é exatamente o que se expõe na obra, sendo pela alcunha, pela forma de se escrever ou simplesmente pelo que se escreve. Para ele, viver é uma coletânea de dores e alegrias, que embora narradas e lidas, pouco alheamente podem ser sentidas, o que colabora para o argumento de que a obra é marcada por um pacto autobiográfico entre autor, heterônimo e eu-lírico.

**Palavras-chave:** Autobiografia. Bernardo Soares. Fernando Pessoa. Livro do desassossego.

**Abstract:** *The present work intends to analyze autobiographical aspects present in the production of Bernardo Soares, Fernando Pessoa's heteronym, taking as object the “Livro do Desassossego”, first published in 1982. The work is a collection of more than 400 fragments with the author's reflections about the world, its ills, anxieties and joys. Fernando Pessoa, when conceiving the heteronym Bernardo Soares, characterizes him as a bookkeeper's assistant in the city of Lisbon, exposing his most intimate thoughts about his monotonous daily life. In this sense, life for Bernardo Soares is exactly what is exposed in the work, whether by the nickname, the way of writing or simply by what is written. For him, living is a collection of pains and joys, which, although narrated and read, can be felt a little alien, which contributes to the argument that the work is marked by an autobiographical pact between author, heteronym and lyrical self.*

**Keywords:** *Autobiography. Bernardo Soares. Fernando Pessoa. Livro do Desassossego.*

<sup>1</sup> Discente de Graduação em Letra – Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências da Linguagem (FACL). Campus Universitário de Abaetetuba (CUBT) - E-mail: [rafa00712345@gmail.com](mailto:rafa00712345@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Teoria e História Literária. Professor de Literatura, da Faculdade de Letras (FALE), no Instituto de Letras e Comunicação (ILC) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) E-mail: [augustos@ufpa.br](mailto:augustos@ufpa.br)

## INTRODUÇÃO

No filme *Forrest Gump - O contador de histórias* (1994), o personagem fictício e protagonista Forrest Gump citava a vida conforme os ensinamentos de sua mãe, para a qual “a vida é como uma caixa de bombom, você nunca sabe o que vai encontrar”. A passagem, em questão, revela que há uma diferença entre o ato de viver e a vida propriamente dita, pois, as escolhas que fazemos nem sempre são tão saborosas. Saindo do meio cinematográfico, e entrando no literário, observamos uma divergência de representatividade no sentido da existência daquele eu-lírico apresentado por Pessoa/Soares. É com essa curiosidade reflexiva que se dá o *corpus* deste artigo.

A socióloga Leonor Arfuch, em seu livro *O espaço Biográfico, Dilemas da subjetividade contemporânea*, publicado em 2002, na Argentina, e somente em 2010, no Brasil, recapitula uma reflexão muito viva em grande parte dos entusiastas literários: “O que em primeiro lugar, determina a centralidade do *relato da narrativa*?” (ARFUCH, 2010, p. 8). Para ela, a subjetividade da resposta a esta questão está composta na pluralização das formas de narrar, dificultando assim a rotulação de uma centralidade maior (ou melhor) que outra.

Partindo desse viés pluralista, trataremos do tema “autobiografia”, sob a ótica de um dos maiores autores da literatura portuguesa, Fernando Pessoa, e seu heterônimo Bernardo Soares, unificados na obra *Livro do desassossego*. Realizamos uma análise dos aspectos autobiográficos encontrados e seus efeitos para a compreensão dos conflitos de autoria presentes na poética de Fernando Pessoa e da coletânea dos mais diversos fragmentos, todos escritos através das compreensões de Bernardo Soares, acerca da temática em questão.

## O LIVRO DO DESASSOSSEGO

Esta obra foi elaborada durante mais de duas décadas da vida do escritor português Fernando Pessoa, e publicada postumamente, no ano de 1982. Trata-se de uma coletânea de mais de 400 fragmentos, que popularmente pode ser vista como um diário; respeitosamente, como uma alma materializada; e definitivamente, como o ato de “sentir”. Inicia-se através da apresentação do autor, Bernardo Soares, que é um dentre as dezenas de heterônimos que Fernando Pessoa nos apresenta. Soares é ajudante de guarda-livros em um comércio na cidade de Lisboa, capital de Portugal, e dispõe seus dias a escrever sobre seu tedioso e ao mesmo tempo instigante cotidiano, seja pelas mazelas que a vida lhe traz, ou confusões internas que, embora comuns, são abordadas de maneiras intimistas.

Para Richard Zenith, “mesmo que Pessoa tivesse revisto e organizado o livro e por mais que tivesse domado e domesticado, seria sempre uma obra constituída por fragmentos” (BLOGLETRAS,

2022). Ora, a palavra de um vencedor do Prêmio Pessoa, em 2012, deve ser levada em conta, não como verdade única e universal, mas como ideia sujeita a acréscimos, afinal, o próprio Fernando Pessoa, por meio de Bernardo Soares, afirma:

Um dia talvez compreendam que cumpri, como nenhum outro o meu dever nato de intérprete de uma parte do nosso século; e quando o compreendam, hão-de escrever que na minha época fui incompreendido, que infelizmente vivi entre desafeições e friezas, e que é pena que tal me acontecesse, e o que escrevi isto será na época em que o escrever, incompreendedor como os que me cercam, do meu análogo daquele tempo futuro. Porque homens só aprendem para uso de seus bisavós, que já morreram. (PESSOA, 2006, p. 191).

Portanto, acima de tudo, esta é também uma obra atemporal, afinal, não é de hoje que as tentativas de interpretações partem de todos os estudiosos da escrita Pessoaana. Analisando cada um desses mais de 400 trechos escritos por este que é considerado um grande nome da literatura portuguesa, de forma sensata, mas muitas das vezes saindo do âmbito metafísico. Para o escritor, “Viver é ser o outro” (PESSOA, 2006, p. 94), pois todos podemos ser um pouco de Bernardo Soares, uma vez que é impossível terminar a leitura desta obra, sem encontrar um fragmento que represente algo já vivido, ou que, sob a perspectiva de uma vida finita, se torne possível que ocorra. Muitos dizem que Fernando Pessoa nasceu fora do seu tempo. Na verdade, o autor foi incompreendido em sua contemporaneidade pelo mesmo motivo que justifica não ter sido amado: “não tinha que ser” (PESSOA, 1993, p. 85). Para compreender a obra, deve-se começar entendendo as ideias do autor, sejam elas diretas ou não, levando em conta que o livro aqui estudado não foi objetivado de forma linear. Portanto, sigo apresentando Fernando Pessoa através de uma mecha de sua escrita.

## FERNANDO PESSOA E UMA BIOGRAFIA “DESNECESSÁRIA”

Octávio Paz, crítico literário, poeta e autor do livro *Fernando Pessoa, O Desconhecido De Si Mesmo*, ressalta: “Os poetas não têm biografia. Sua obra é sua biografia”. E ainda completa uma afirmação a respeito de Pessoa: “Nada em sua vida é surpreendente, nada, exceto seus poemas” (PAZ, 2006). É partindo desse princípio que apresento, brevemente, neste artigo, o narrador, o personagem, o narrador-personagem e algumas observações complementares sobre a obra em estudo.

Nascido em 13 de julho de 1888, na cidade de Lisboa, Fernando António Nogueira Pessoa é sem dúvida um dos autores mais consagrados da literatura portuguesa, sua escrita perpassa as barreiras do físico e, de forma sutil ou brusca, o escritor, ao lado de suas dezenas de heterônimos, nos faz refletir sobre a vida e sobre nós mesmos. Os heterônimos de Fernando Pessoa vão muito além de simples autores fictícios que assinam suas obras. Em uma carta, escrita para o poeta Adolfo Casais

Monteiro, Pessoa afirma: “A origem dos meus heterônimos é o fundo traço de histeria que existe em mim” (PESSOA, 1935). Portanto, as criações do mesmo não partem de uma aleatoriedade, muito pelo contrário, para se chegar às alturas, deve-se primeiramente sair de solo.

Desse modo, a história de Bernardo Soares não se inicia de uma hora para outra com a única finalidade de se constituir os fragmentos do *Livro do Desassossego*, ela vem das mais diversas complexidades, até chegar à escrita desta obra. Soares ficou órfão da mãe quando tinha um ano de idade. Mais tarde, tornou-se ajudante de guarda-livros em um comércio de Lisboa e escrevia durante a noite. Para Soares, a vida não deixava de ser curiosa e interessante, seja pelo que já havia passado, pelo que estava acontecendo ou pelo que, através da especulação, o excitava para uma futura realidade, pois “São horas talvez de eu fazer um único esforço de eu olhar para a minha vida. Vejo-me no meio de um deserto imenso. Digo do que ontem literariamente fui, procuro explicar a mim próprio como cheguei aqui.” (PESSOA, 2006, p. 17).

Falar de Bernardo Soares é decodificar uma raiz de Fernando Pessoa. São, de fato, exemplos “concretos” da personalidade ao ser que a detém, porém não de forma unificada, mas sim heterogênea. Para muitos, Soares não é nada além de um simples ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, ora, talvez até ele próprio durante a narrativa, por vezes sofra dessa espécie de auto-degradação. Não que Bernardo Soares seja uma personalidade influenciável de Fernando Pessoa. Mas que, tal como o ato de bocejar, em que de forma contagiosa acabamos repetindo certos gestos de maneira involuntária; no caso de Soares, pela monotonia de seu cotidiano. Viver, sentir e relatar à risca o que foi vivido e sentido definitivamente não é algo trivial, porém não é problema achar nesta obra fragmentos que por mais anestésicos que sejam trabalhem de forma reveladora no íntimo do leitor. Por exemplo, a busca pela romanização de fatos é algo enraizada em muitos daqueles que escrevem, mudando sentimentos tantas vezes até chegar ao papel que lado a lado da alcunha de “superficial” irá existir um teor de “originalidade”. Por outro lado, Bernardo Soares expõe a condição crua da alma humana, da sua alma, seja ela qual for, sem edição de fatos ou alívio para melhor recepção dos leitores, afinal, o desassossego é o carro chefe desta obra que foi, por vezes, tão incompreendida, por conta de sua escrita ou de sua profundidade. Deve-se levar em conta a multiplicidade de artifícios literários utilizados por Pessoa durante sua vida. Com foco na obra aqui estudada a seguir veremos mais acerca de dois pontos: a escolha pessoal da autobiografia e a utilização dos heterônimos como complemento.

## AUTOBIOGRAFIA E HETERONÍMIA

O professor e ensaísta francês Philippe Lejeune, considerado especialista em autobiografia, define a mesma como “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p.16). Isso nos acrescenta em muito na análise de uma obra cujo narrador personagem nada mais é que uma personalidade do escritor, como é o caso do *Livro do Desassossego*. Desse modo, o pacto autobiográfico do eu-lírico em questão converte a obra em dois eixos centrais: a personalidade e sua linearidade narrativa. Afinal, Bernardo Soares desempenha diversos papéis, seja ele apenas uma voz ou de fato o ser dos acontecimentos relatados, mas tendo como foco principal não se perder durante a narrativa, deixando de representar aquilo que de fato lhe ocorre, e passando a pautar seus fragmentos sobre uma visão deturpada de Fernando Pessoa, mesmo que de forma inconsciente.

Embora seja do conhecimento de todos que Fernando Pessoa e o gênero romance não sejam tão íntimos, é possível observar certos traços desse gênero, no decorrer da narrativa. Esta foi uma obra publicada postumamente, logo, não possui uma finalidade aleatória, pois, não foi organizada por Pessoa. Enquanto muitos críticos ressaltam que este livro foi organizado com foco autobiográfico por respeito às preferências literárias do autor, pode haver aqueles que questionem se foi a melhor maneira de construí-lo. Desse modo, é comum também nos questionarmos acerca dos motivos que levaram Fernando Pessoa a se utilizar da autobiografia, mais especificamente nos entrelaços da heteronímia para a materialização dos fragmentos; talvez por mero capricho ou pelo simples ato de nos fazer refletir acerca da realidade cotidiana do narrador personagem em confluência com a de nós mesmos. Talvez, também, considere-se mais prático e dinamicista se utilizar apenas do gênero romance na narrativa. Realizamos a análise deste questionamento em concordância com o seguinte trecho do escritor Francês André Gide, que em dado momento de sua vida se dispôs a interpelar sobre uma possível hierarquia entre romance e autobiografia, ele ressalta:

Não se trata mais de saber qual deles, a autobiografia ou o romance, seria o mais verdadeiro. Nem um nem outro: à autobiografia faltariam a complexidade, a ambiguidade etc.; ao romance, a exatidão. Seria então um e outro? Melhor: um em relação ao outro. (GIDE, 2009, p.28).

Também vale ressaltar a importância da heteronímia, que se faz presente na vida de Fernando Pessoa e em seu estilo literário. Desse modo, Carolina Luiza Damiana Chieratto, em sua monografia *A Heteronímia De Fernando Pessoa como Expressão Da Modernidade*, nos apresenta sua visão acerca desse tão questionado método de escrita

Os pedaços de um ser formam o homem da modernidade que desmembrou-se em diversos outros “eus” que mal se reconhecem diluindo a unicidade de uma alma e instituindo diferentes faces dentro de um único eu; È esse o espírito que Fernando Pessoa e seus heterônimos trazem para o circuito artístico e que revelam o caótico estado que o humano construiu dentro de si mesmo. (CHIERATTO, 2010, p. 54).

Chieratto define de forma minuciosa e pessoal sua visão acerca daquilo que outrora para muitos estudiosos da escrita pessoana foi um tabu. Esse “desmembrar” do ser e de sua essência é uma grande amostra dos efeitos da chegada do progresso e da modernidade. Chieratto questiona: “Teria o homem perdido não apenas sua identidade, mas também sua essência nesta corrida incessante que o progresso e a modernidade colocam frente aos seus desafiantes, a humanidade?” (CHIERATTO, 2010, p. 51). Tentamos responder essa questão ressaltando que para o ser, assim como para o mundo em geral, a modernidade não chega com o intuito de retirar algo, seja a essência do ser humano ou de sua realidade vivida. Muito pelo contrário, a modernidade objetiva acréscimos. Logo, ela acrescenta um salto muito grande entre o “simples” e o “surreal”. Desse modo, aquele que foi considerado outrora como “tempo de adaptação” se extingue quase que por completo, tornando-se necessário acostumar-se já imerso nessa modernidade, e isso remete a confusão humana. Sigo apresentando mais ideias com foco na modernidade e no desassossego que acompanha sua manifestação.

## **O DESASSOSSEGO NA MODERNIDADE**

Yuri Andrei Batista Santos e Vânia Lúcia Menezes Torga, em seu artigo *Autobiografia e (re)significação*, publicado no ano de 2020, analisam o termo autobiografia em confluência com a ideia do professor André Luis Mitidieri Pereira que partindo do viés etimológico se trata do “registro da vida, do grego, *bíos*, vida e *gráphein* que, por sua vez, está para escrever, desenhar, gravar entre outras possibilidades” (MITIDIERI, 2010). Isso nos dá uma amostra de como o pacto autobiográfico se entrelaça por mais de uma forma de narrativa, saindo muitas das vezes da linguagem falada, que outrora, em tempos como o do Trovadorismo, predominavam na arte através das cantigas. Logo, vale ressaltar a importância de se levar em consideração aspectos da modernidade presentes nessa forma de escrita autobiográfica.

Gianpaolo Franco Dorigo retrata em sua dissertação de Mestrado *Sobre viver na modernidade: uma leitura do livro do desassossego de Bernardo Soares por Fernando Pessoa* aspectos importantes acerca do *Livro do Desassossego*. Para o pesquisador, “a vida pacata de Bernardo Soares surge como uma máscara que oculta forte tensão interna” (DORIGO, 2007, p. 1). De fato, Bernardo Soares poupa a sociedade da época de possíveis surtos de histeria (todos muito bem justificados, caso ocorressem), seja por problemas cotidianos ou pelo frequente hábito da

observância que lhe permitia tomar certas dores para si, não de forma egocêntrica e muito menos prazerosa, mas digamos que, inevitável. Ele era um aprendiz da vida como tinha que ser, e à medida que seu entendimento se aprofundava, ele aprofundava ao leitor na língua dos homens e isso era seu maior peso.

Escrevo, triste, no meu quarto quieto, sozinho como sempre tenho sido, sozinho como sempre serei. E penso se a minha voz, aparentemente tão pouca coisa, não encarna a substância de milhares de vozes, a fome de dizerem-se de milhares de vidas, a paciência de milhões de almas submissas como a minha ao destino quotidiano, ao sonho inútil, à esperança sem vestígios. Nestes momentos meu coração pulsa mais alto por minha consciência dele. Vivo mais porque vivo maior. (PESSOA, 2006, p. 6).

Este fragmento é um bom exemplo do que Dorigo ressalta em seu trabalho quando define que o autor toma para si as dores do mundo. A vida de Bernardo Soares faz grande relação com a transição que se dá a partir da chegada da modernidade. Para ele, viver nesse âmbito significa começar a deixar de lado os sentimentos alheios, olhar para o mundo com indiferença e não se abalar com os desgastes trazidos por ele. Porém, isso não ocorre de forma brusca, viver na modernidade exige certo grau de expurgo por parte de quem outrora foi um ser sentimental, que é o caso de Soares, ele sofre durante essa transição:

Não sei sentir, não sei ser humano, conviver. De dentro da alma triste com os homens meus irmãos na terra. Não sei ser útil mesmo sentindo, ser prático, ser quotidiano, nítido. Ter um lugar na vida, ter um destino entre os homens. Ter uma obra, uma força, uma vontade, uma horta. Uma razão para descansar, uma necessidade de me distrair. Uma coisa vinda diretamente (sic) da natureza para mim. (PESSOA, 1993, p. 26).

O trecho, acima, ressalta a inquietude de Fernando Pessoa com a percepção da modernidade. Dorigo ressalta que ao analisar a obra pessoana, para além do *Livro do desassossego*, percebemos o tema do tédio com certa recorrência. O pesquisador afirma que a leitura de Baudelaire tocou a sensibilidade de Pessoa, colocando sua vida no caminho que iria ao encontro a Bernardo Soares, como que unindo o ser próprio (Fernando Pessoa) ao ser que lhe faz morada (Bernardo Soares). De modo geral, a vida é maior que qualquer conceito que a busquem por taxar, por isso o esforço de pensar sobre ela traz consigo um tédio a Bernardo Soares, o mesmo ressalta:

Viver a vida em Extremo significa vivê-la até ao limite [...] Pode viver-se a vida em extremo pela posse dela, pela viagem ulisseia através de todas as sensações vividas, através de todas as formas de energia exteriorizada. Raros são, porém, [...] os que podem fechar os olhos cheios do cansaço soma de todos os cansaços, os que possuíram tudo de todas as maneiras. [...] a vida, tão difícil de possuir completa, e tão triste de possuir parcial. (PESSOA, 2006, p. 124).

Dorigo destaca a importância de compreender a modernidade não como estágio de adaptação social, mas sim como uma areia movediça que age de forma lenta, porém contínua. Ele retrata a permanência do tédio na vida de Bernardo Soares e sua influência para a escrita desses fragmentos. De fato, Soares não é um dos maiores entusiastas da vida, mas também não a rejeita por completo, ele deixa de tratá-la como existência em si e passa a rotulá-la como um caminho a percorrer. Ele explica a melancolia que envolve a obra, seja pelo lamento ao despertar ou pelas dores nas primeiras horas do dia. Para ele: “A escrita do *Livro do desassossego* busca captar essas tensões que dão forma ao viver na modernidade” (DORIGO, 2007, p. 97). Mas, acerca da escrita, não é à toa que Dorigo faz uma importante analogia a respeito de Soares, interligando-o com a ideia de que Charles Pierre Baudelaire se faz presente nas entrelinhas do *Livro do Desassossego*. Observamos esse ponto a seguir.

### **CHARLES BAUDELAIRE E SUA INFLUÊNCIA NA OBRA PESSOANA**

Luciana Paiva Coronel, em seu artigo *A poesia em prosa de Charles Baudelaire e Fernando Pessoa: cruzamentos*, publicado em 2007, ressalta a importância de Charles Baudelaire para o campo da poesia. Referente aos seus estudos que envolvem a modernidade, ela nos expõe como a escrita pessoana, no *Livro do Desassossego* tem correlação com os *Pequenos poemas em prosa* de Baudelaire, que assim como no caso de Fernando Pessoa, foi publicado postumamente, no ano de 1869.

Coronel expõe as ideias dos estudiosos Malcolm Bradbury e James McFarlane, para ela se “o modernismo é a consciência da desordem, do desespero e da anarquia” (BRADBURY; MCFARLANE, 1999, p. 31) a proximidade entre o *Livro do Desassossego* tanto quanto a dos *Pequenos poemas em prosa* e a ótica moderna é inegável. Portanto, levando em consideração as ordens de publicação, é possível que de fato Fernando Pessoa possa ter se entrelaçado na obra de Charles Baudelaire para assim constituir de forma mais embasada o *Livro do Desassossego*.

Se na *mélange* insólita do Livro do desassossego há a representação da inconstância da vida e da sensibilidade modernas, “Tudo me interessa e nada me prende” (fragmento 10, p.53), parece também haver a rejeição de muitas das características da modernidade. Homem de seu tempo e homem preso ao passado, Bernardo Soares encarna em si todas as contradições do presente. (CORONEL, 2007, p. 6).

De fato, é muito presente na obra de Pessoa, tanto aspectos modernos quanto os ditos “antimodernos” uma vez que a narrativa parte de uma espécie de descontentamento presente na busca pelo contentar. Isso é perceptível nos fragmentos em que o autor rememora fatos já citados, como seu quarto, por exemplo, porém não com a mesma repulsa de outrora. Essa pluralidade não está presente

apenas no corpo do texto como um todo, ela também se manifesta pela multiplicidade das formas de se ler *O Livro do desassossego*, observo esse aspecto no próximo tópico.

## A POSSIBILIDADE DE RELEITURA DA OBRA PESSOANA

Em seu artigo *A vida como sonho. Reler o Livro do desassossego à luz do sonho lúcido e do yoga do sonho*, publicado no ano de 2018, Paulo Borges nos traz uma análise mais abrangente acerca do estilo literário de Fernando Pessoa, sendo, segundo ele: “a experiência da vida e do mundo como uma ilusão ou sonho” (BORGES, 2018). Essa relação entre a escrita de pessoa e esse espaço imaterial do lugar para a criação, é algo recorrente no *Livro do desassossego*. Borges utiliza sua percepção totalmente despreziosa para afirmar que tradições literárias ocidentais estão presentes na obra em questão, embora, como ele mesmo vem a citar, sejam rejeitadas pela tradição literária dominante.

Seu trabalho faz relação entre o estilo Pessoaano e a tradição índio-tibetana - com algumas divergências que não são relevantes para este estudo – que retrata a possibilidade da utilização dos sonhos para conhecimento e libertação espiritual, mas com enfoque em se ter e cultivar sonhos lúcidos. Cita-se a “experiência heteronímica” de Fernando Pessoa como abertura para o sonhar, com consciência de se estar sonhando, dando a este ato os desdobramentos desejados.

Borges se dispõe a fazer uma reflexão sobre o ser que sonha e que se pode, através do método da *yoga do sono*, em que o estado máximo de relaxamento está em conjunto com a permanência da consciência, recorrer aos princípios dessa esfera para introduzi-la na escrita. Logo, essa teoria é mais que válida, levando em consideração a gama de características das quais dispõe os mais diversos heterônimos de Pessoa, em especial Bernardo Soares, que indiretamente condiz aos pressupostos de Borges. Bernardo Soares cita no livro do desassossego: “A vida para mim, é uma sonolência que não chega ao cérebro. Este conservo eu livre para que nele possa ser triste.” (PESSOA, 2006, p. 122). Borges afirma que Bernardo Soares não sonha apenas criando em si várias personalidades, o que, levando em consideração ser um heterônimo, enriquece mais a obra, mesmo que de forma involuntária, ele também sonha entrando na vida de várias criaturas, configurando de alguma forma seus pontos de vistas à sua concepção de mundo.

ao passar diante de casas, de vilas, de chalés, vou vivendo em mim todas as vidas das criaturas que ali estão. Vivo todas aquelas vidas domésticas ao mesmo tempo. Sou o pai, a mãe, os filhos, os primos, a criada e o primo da criada, ao mesmo tempo e tudo junto, pela arte especial que tenho de sentir ao mesmo (tempo) várias sensações diversas, de viver ao mesmo tempo – e ao mesmo tempo por fora, vendendo-as, e por dentro sentindo-as – as vidas de várias criaturas”. (PESSOA, 2006, p. 299).

Borges foge de qualquer explicação presente no mundo físico para definir a obra pessoana, ele atribui esses conceitos e vantagens literárias ao mundo dos sonhos, onde a partir de sua compreensão do Yoga do sono são aprimorados o senso crítico das dezenas de heterônimos de Fernando Pessoa, em especial Bernardo Soares. De fato, a análise de Borges vai ao encontro com os pressupostos Pessoaanos acerca da vida, como uma folha de papel em branco, com espaço para a criatividade como um todo, por meio de uma ilusão ou um sonho insubstancial. Ele afirma:

parece evidente que a experiência onironauta de Bernardo Soares, em toda a diversidade da sua fenomenologia e teorização, cruza-se abundante e significativamente, em simultânea convergência e divergência, com alguns aspectos das práticas do sonho lúcido e do yoga do sonho, sem manifestar ter disso consciência e mostrando uma forte singularidade. (BORGES, 2018. P. 27)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a vida de fato é como uma caixa de bombom, pois ambas apesar da rotulação, são na verdade um mistério. Viver, parte e ao mesmo tempo foge da premissa do existir. Mesmo com tantos estudiosos literalmente dedicando sua existência para a compreensão da obra pessoana, e sua decisão autobiográfica presente, em especial, no *Livro do Desassossego* e suas entrelinhas, arriscamos dizer que o sentido final é que não houve de fato uma decisão do autor ao se estabelecer esse pacto autobiográfico, mas sim uma necessidade irrefutável.

Mesmo que encontradas todas as respostas acerca desta obra, as conclusões posteriores retornariam à estaca zero, pela imensa subjetividade presente na questão. Exemplo disso é a grande viagem que os estudiosos dessa obra se dispõem e ao mesmo tempo se sentem na necessidade de realizar, sendo possível, literalmente, sair do plano físico e adentrar no mundo dos sonhos, como outrora já visto.

Bernardo Soares nunca foi apenas um simples ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, assim como Fernando Pessoa não foi apenas um escritor que passou pelo plano material simplesmente para turbilhar as emoções de seus entusiastas. Vejam só, a nossa “facilidade” em falar de Soares como autor, quando, na verdade, é apenas uma gama de sentimentos de quem realmente molhou a pena com a tinta.

Soares afirmou viver várias vidas e muitos outros afirmam, ainda hoje, viver a vida de Soares, seja pela monotonia inevitável de seu cotidiano, ou pela análise alternada acerca do existir. Para ele, a incerteza de acordar com o espírito do contentamento mundano ou com a alma de um homem inconformado, era pior que a certeza da própria mortalidade. E isso, é claro, se de fato morreu. Pois

a histeria de Fernando Pessoa não se findou, ela é o reflexo do que todos nós pensamos ao ler sobre seu primeiro amor, por exemplo.

Por fim, não vemos melhores palavras para compor uma tentativa de descrever a obra de Fernando Pessoa, tanto quanto a vida e sua perspectiva pelo olhar autobiográfico de Bernardo Soares que as do outrora já ressaltado escritor Richard Zenith, seguido de uma breve discordância: “O *livro do desassossego* é uma sequência de fotografias estranhamente íntimas tiradas por um fotógrafo que as revela com palavras” (ZENITH, 2013). Na verdade, a nosso ver, nem mesmo o fotógrafo mais detalhista seria capaz de uma representação tão milimétrica acerca do viver.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARO CAMPOS - **Livro de Versos**. Fernando Pessoa. (Edição crítica. Introdução, transcrição, organização e notas de Teresa Rita Lopes.) Lisboa: Estampa, 1993.

ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico: Dilemas da subjetividade Contemporânea**. 1. ed. Rio De Janeiro: UERJ, 2010.

BAPTISTA, Ana Maria Haddad. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Dialogia, n. 13, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. Hedra, 1937.

BORGES, Paulo. **A vida como sonho. Rer o Livro do desassossego à luz do “sonho lúcido” e do “yoga do sonho”**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 32, ed. 66, p. 1335 - 1366, 2018.

BRADBURY, Malcolm, MCFARLANE, James. **Guia geral do modernismo**. 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CHIERATTO, Carolina Luiza Damiana. **A heteronímia de Fernando Pessoa como expressão da modernidade**. 2010.

CORONEL, Luciana Paiva. **A poesia em prosa de Charles Baudelaire e Fernando Pessoa: cruzamentos**. 2007.

DORIGO, Gianpaolo Franco. **Sobre viver na modernidade: uma leitura do livro do desassossego de Bernardo Soares por Fernando Pessoa**. PUC-SP, São Paulo, p. 1-91, 2007.

**ESCRITOS Íntimos, Cartas e P.inas Autobiográficas**. Fernando Pessoa. (Introdução, organização e notas de António Quadros.) Lisboa: Publ. Europa-América, 1986.

**FORREST Gump: o contador de histórias**. Produção de Robert Zemeckis. Estados Unidos. Paramount Pictures Studios, 1994. Streaming (2h 22min.), son., color. Acesso via Netflix.

GIDE, André. **Diário dos moedeiros falsos**. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Jovita Maria Gerheim Noronha (Org.). Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MITIDIARI, A. L. **Como e porque (des)ler os clássicos da biografia**. Porto Alegre: EDIPUCRS; IEL, 2010.

PAZ, Octávio. **Fernando Pessoa o desconhecido de si mesmo**. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1982.

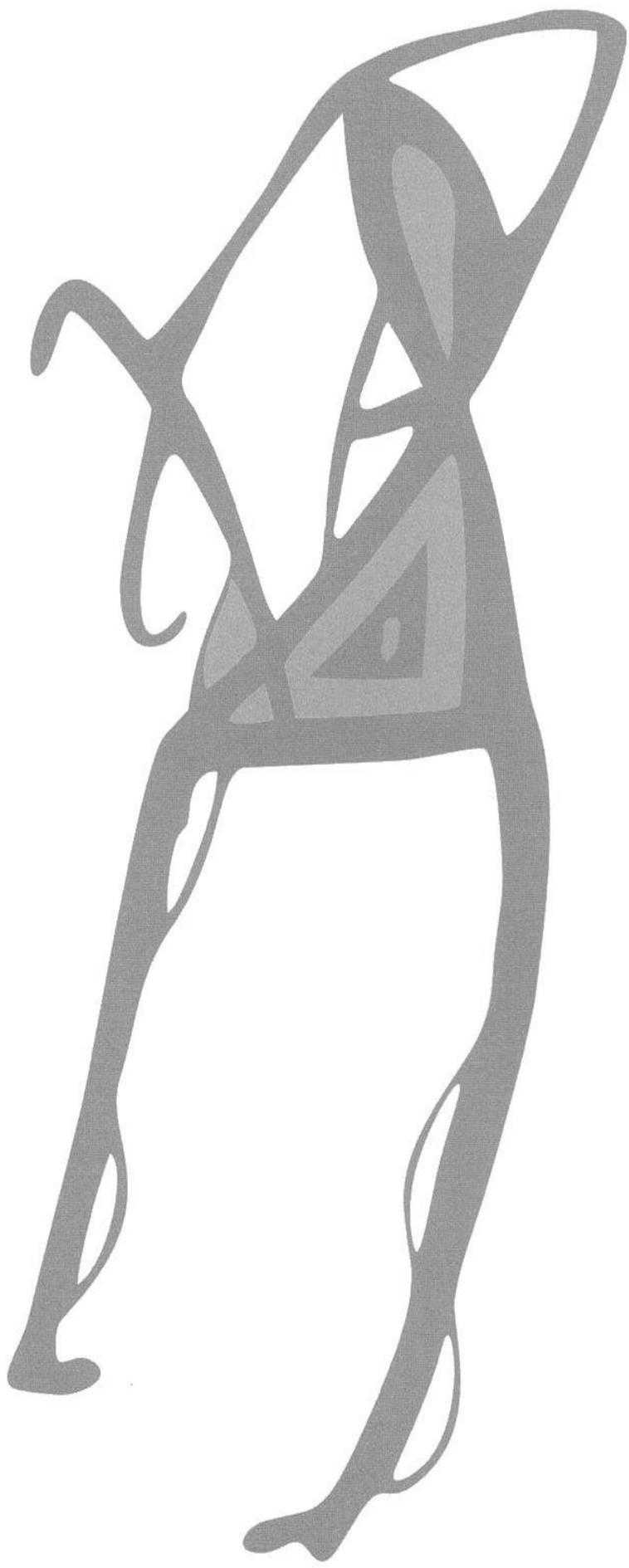
PESSOA, Fernando. **Livro Do Desassossego**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. 560 p. v. 1.

PESSOA, Fernando. Poemas Inconjuntos. In: **Poemas de Alberto Caeiro**. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993), p. 85.

SANTOS, Yuri Andrei Batista; TORGA, Vânia Lúcia Menezes. **Autobiografia e (res) significação**/Autobiography and (Re-) Signification.

ZENITH, Richard. **Livro Do Desassossego: O romance Possível**. In: ZENITH, Richard. Livro Do Desassossego: o romance possível. [S. l.], 3 dez. 2013. Disponível em: <https://www.blogletras.com/>. Acesso em: 18 dez. 2022.





---

**RESENHA**







Esta obra possui uma Licença

Submissão: 28/09/2022 | Aprovação: 15/012/2022

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11054>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.11054>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 303-307



## RESENHA: PROTAGONISMO NEGRO NA DIÁSPORA

### REVIEW: BLACK PROTAGONISM IN THE DIASPORA

Marcos RODRIGUES  

Universidade Federal da Bahia (UFBA)<sup>1</sup>

**Resumo:** Resenha do livro de Sabrina Gledhill, *Travessias no Atlântico Negro: Reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*, publicado em 2020 pela Edufba.

**Abstract:** *Book review by Sabrina Gledhill, Travessias no Atlântico Negro: Reflections on Booker T. Washington and Manuel R. Querino, published in 2020 by Edufba.*

**Palavras-chave:** Booker T Washington. Manoel Querino. Relações raciais.

**Keywords:** Booker T Washington. Manoel Querino. Race relations.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA; Bacharel em Comunicação pela UFBA. Pesquisador colaborador do Museu Afro-Brasileiro da UFBA. E-mail: [jmbr.ba@gmail.com](mailto:jmbr.ba@gmail.com)

O livro recente de autoria da pesquisadora e brasilianista inglesa Sabrina Gledhill, com viés no campo biográfico, lança luz sobre as histórias de vida do norte-americano Booker T. Washington (1856/1915) e do brasileiro Manuel R. Querino (1851/1923) na linha e enfrentamento ao racismo, no espaço concebido e contextualizado como Atlântico Negro. A publicação apresenta um estudo comparativo a partir do período final da escravidão na América e traz a oportunidade de ampliar os espaços de discussão e reflexão sobre temáticas da diáspora africana. Uma abordagem cujo enfoque é o protagonismo negro na diáspora do atlântico americano.

De início, caberia uma questão: O que leva uma pesquisadora europeia escolher investigar a vida de duas pessoas negras diversas, em realidades distantes, sem se cruzarem nem se conhecerem, mas com ideais semelhantes? Sendo uma mulher migrante, com experiência na área de História e Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, vinda dos Estudos Latino-Americanos na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), Estados Unidos, a autora confessa que foi motivada a escrever esse livro pela necessidade de resgatar a memória de dois pensadores importantes para a história da diáspora negra que denotam o valor da educação para a libertação da mente humana. Nas entrelinhas entende-se o mapeamento das histórias de Booker Washington e Manuel Querino em suas batalhas antirracistas e antirracistas para retomar um debate de reparação ao esquecimento e rejeição do saber.

O livro começou como uma tese de doutorado no Programa de Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) da Universidade Federal da Bahia, com o intuito de rerepresentar Booker Washington no século XXI e reabilitar a imagem de Manuel Querino no Brasil. Eles foram protagonistas de suas histórias, deixaram um legado de experiências e deram visibilidade às contribuições da civilização africana na formação social das duas nações americanas. Foram duas personalidades que utilizaram o intelecto para visibilizar o lugar do negro na diáspora. A importância desse livro certamente decorre da abordagem sobre a história política e social que refletiram no desenrolar das relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil. Portanto, trata-se de uma narrativa direcionada ao debate intelectual.

Organizado em quatro substanciais capítulos, vasto referencial bibliográfico e dois anexos, o livro se dispõe a cruzar informações, recuperar fatos, reparar danos de memória e preencher lacunas conforme a necessidade e a proposta da pesquisa realizada com grande apoio epistemológico. Sabrina Gledhill apresenta um trabalho bem de acordo com sua trajetória de vida marcada pelo deslocamento. Assim como ela, também seus personagens objeto de pesquisa tiveram suas vidas plenas de mudanças de hábitos e lugares. Na introdução a autora apresenta seus parceiros teóricos que vão acompanhar a sua narrativa sobre os contextos sociais em que viveram os personagens em questão. Os territórios e

as pessoas são diferentes, mas as formas de luta e afirmação se assemelham diante da política de dominação sistemática. Esse é o caminho percorrido nas travessias racialistas pelos dois personagens com mediação da autora.

Natural de Santo Amaro, na Bahia, Manuel Querino possui alguma visibilidade no exterior e é pouco conhecido no Brasil, segundo a autora, inclusive mantido numa linha de exclusão e apagamento como um dos precursores da antropologia e da história da arte nacional. Booker Washington é ainda mais desconhecido, apesar de uma autobiografia publicada no Brasil com tradução do escritor Graciliano Ramos em 1940, recheada de equívocos, conforme observa. Ao que parece, não há uma precisão sobre sua aparição nos meios intelectuais brasileiros. A questão é que os libertos em sua maioria não tinham a instrução do letramento, saber ler e escrever era proibido pela lei da política colonial. Ainda num tempo em que a tecnologia da comunicação não era tão veloz, vale salientar que ambos apostaram na educação como estratégia para inverter a condição de subalternidade.

Gledhill aproveita para explicar as formas diferentes de classificação do negro nos Estados Unidos e no Brasil. Trabalha os conceitos de nação e pertencimento étnico a partir das designações do racismo científico. Seguindo no capítulo 1 a autora traça um panorama social da diáspora atlântica através de redes e conexões entre intelectuais da época. Lutar contra as ideias racialistas foi o lema dos dois personagens, cada um no seu país, inclusive o processo de reconhecimento da mestiçagem a partir da hipodescendência nos Estados Unidos e a criação de categorias intermediárias no Brasil com base nas tonalidades da pele. O mestiço em qualquer nível é negro lá, aqui as categorizações flexibilizam o caráter de definições racializadas. Os dois países compartilham o passado escravo em suas histórias com a estratégia de manter os escravizados sob o controle da ignorância e após a abolição com uma diferença de pouco mais de 20 anos, a perseguição aos libertos em suas manifestações classificadas como vadiagem. A autora procura situar os dois personagens entre o fim do século XIX e início do século XX, a partir retrospectos e fatos históricos.

No capítulo 2, com elementos autobiográficos a autora elabora o discurso da imagem dos dois intelectuais como referências negras na luta de libertação, através da instrução do trabalho, atitudes solidárias e alianças com as relações de poder. A autora analisa como os dois pensadores se mostraram e foram percebidos aos olhos dos outros. Alguns pontos são comuns aos dois. Nas biografias autorizadas, procuravam combater os estereótipos do negro reforçados pelo sentimento de dominação do branco e a baixa autoestima da comunidade. Nasceram no período da escravidão, tiveram tutela de brancos, foram intelectuais, tinham como lema a educação profissionalizante para

libertação social do negro. Cada um na sua forma de atuar foram intelectuais da comunidade negra voltados à necessidade de qualificar os irmãos de cor. Washington criou um instituto que virou universidade, se tornou consultor da presidência da república, publicou livros. Querino, certamente o primeiro estudioso da civilização africana na Bahia, foi militante operário, político, educador, jornalista e autor de vários livros.

No capítulo 3, o enfoque gira em torno da reputação de Washington e Querino na posteridade. Foram muitas interpretações distorcidas a serem reparadas. O primeiro também goza de desafetos e chega a ser classificado como traidor por aceitar dinheiro após a Guerra de Secessão. O segundo chega a ser considerado referência em civilização africana na Bahia, mas é ignorado por ocasião do Congresso Afro-Brasileiro em 1937, sofre acusação de plágio e é rejeitado como ícone no meio acadêmico. Apesar de reconhecido como negro mais famoso do mundo, Washington tinha contra si a exigência para ser uma liderança mais aguerrida e agressiva. Chegou a ser acusado de comodismo e começou a ser esquecido ainda em vida, apesar de várias biografias publicadas a seu respeito. Querino, embora visto como modesto e altivo, não passou de um “humilde professor negro”. No momento, ambos passam por uma releitura sobre suas contribuições na contramão do esquecimento e da rejeição do discurso dominante.

O capítulo 4 aborda sobre a visibilidade de Booker T. Washington na imprensa brasileira, na primeira metade do século XX, e como a classe intelectual negra poderia conhecê-lo. A autora se dedica a leitura de uma resenha em série no jornal Diário da Bahia sobre sua vida e obra do pensador, escrita por uma jornalista francesa. Segundo revela a pesquisadora, Washington no seu tempo foi o negro mais famoso do mundo. Entretanto, conforme a investigação, sua reputação de educador negro, líder da nação negra nos Estados Unidos foi apagada da imprensa brasileira.

Em termos de conclusão, a autora destaca que ambos se empenharam em garantir aos negros o aprendizado de um ofício para sobreviver na condição de liberto e reforça que nenhum esforço no Brasil foi feito para educar o ex-escravo e seus descendentes, reflexo ainda hoje visível. A diferença só está no tempo. A pesquisadora levanta a memória de dois intelectuais ilustres que marcaram época na história de seus países como alerta de memória aos idealizadores da escola integral dos dias atuais. Ao que parece a pedagogia diferenciada pertence a nossa ancestralidade.

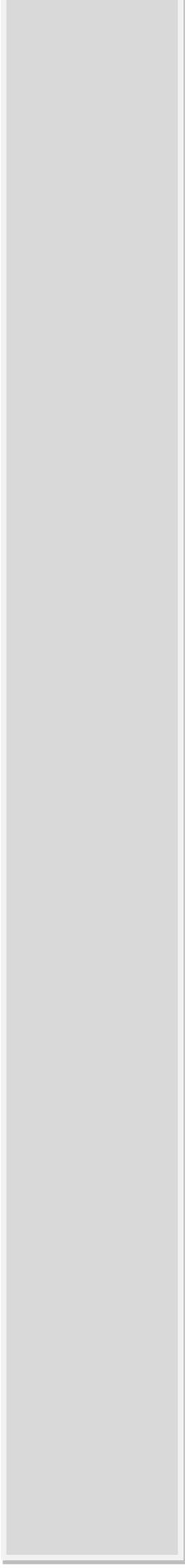
A tese de Sabrina Gledhill foi avaliada por uma banca examinadora das melhores já vistas no Pós-Afro. O conteúdo do debate e explanações dos professores convidados não deixaram dúvida sobre a decisão de recomendar a publicação desse livro. E agora de volta às origens, na Inglaterra, a autora deixa o resultado entre nós para viajarmos na condição de leitores entre os alinhavos e possíveis

discussões a respeito das polêmicas levantadas. Enquanto isso, outras críticas públicas estão por vir a cerca do discurso construído em torno da notoriedade e esquecimento de Booker Washington e Manuel Querino, já que temos formas de racialização renovadas pelo capitalismo.





MARGENS DAS ARTES







Esta obra possui uma Licença

Submissão: 28/06/2023 | Aprovação: 15/07/2023

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/15200>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v17i28.15200>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 17 | N. 28 | Jan-Jun, 2023, pp. 311-330



## MULHERES ATIVISTA NAS ARTES VISUAIS E AS DITADURA DO CONE SUL ACTIVIST WOMEN IN THE VISUAL ARTS AND THE SOUTHERN CONE DICTATORSHIPS

Augusto SARMENTO-PANTOJA    
Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>1</sup>

**Resumo:** A sessão Margens das Artes se propõe apresentar análises de ensaios artísticos, publicando obras inéditas, pesquisas em arte, traduções de obras literárias, fotografias, pinturas, colagens, fotomontagens que apresente relação com o dossiê temático. Neste número publicamos o ensaio de pesquisa sobre mulheres ativistas nas artes visuais e as ditaduras no Cone Sul colaborando com o dossiê: *Dossiê: Memória do Terrorismo de Estado: Experiências de mulheres ativistas políticas e as infâncias no Cone Sul*. Neste texto analisamos obras representativa de seis artista que atuaram ativamente em seus países durante as ditaduras, são elas: Cybèle Varela, Ana Maria Maiolino e Maria Lídia Magliani, no Brasil; Virginia Errázuriz, no Chile; Diana Dowek, na Argentina; e Hilda Lopes, no Uruguai.

**Palavras-chave:** Mulheres, Ativismo. Ditadura. Artes visuais. Cone Sul.

**Abstract:** *The Margins of Artes session proposes to present analyzes of artistic essays, publishing unpublished works, research in art, translations of literary works, photographs, paintings, collages, photomontages that are related to the thematic dossier. In this issue we publish the research essay on women activists in the visual arts and dictatorships in the Southern Cone collaborating with the dossier: Dossier: Memory of State Terrorism: Experiences of women political activists and childhoods in the Southern Cone. six artists who actively worked in their countries during the dictatorships, they are: Cybèle Varela, Ana Maria Maiolino and Maria Lidia Magliani, in Brazil; Virginia Errázuriz, in Chile; Diana Dowek, in Argentina; and Hilda Lopes, in Uruguay.*

**Keywords:** *Women, Activism. Dictatorship. Visual arts. Southern Cone.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Teoria e História Literária, pela UNICAMP. Pós-Doutorado no Centro de Estudos Comparatista, na ULISBOA. Professor de Literatura da Faculdade de Letras (FALE) e do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), no Instituto de Letras e Comunicação (ILC). E-mail: [augustos@ufpa.br](mailto:augustos@ufpa.br).

Tive a preocupação, nesse estudo, de buscar visibilizar para desinvisibilizar a produção visual de mulheres artista, que utilizaram sua arte como forma de ativismo e resistem ao apagamento e ao esquecimento de sua arte e de suas pautas fundamentais e necessárias, em especial, por se tratar de um tempo cheio de apagamentos e silenciamentos, as ditaduras se tornam um tempo impulsionador de reflexões sobre os autoritarismos e a censura imposta no Cone Sul.

As ditaduras no cone Sul tiveram suas particularidades, mas em geral utilizaram os mesmos dispositivos de controle e censura, nas décadas de 1960 e 1970 foram deflagradas inúmeros golpes de Estado, organizados por militares e setores da sociedade civil, em vários países da América Latina. Entre eles o Brasil, o Chile, o Uruguai e a Argentina, objetos desse estudo. Diversos cidadãos desses países sofreram perseguição, tiveram a liberdade sequestrada, assim como os direitos fundamentais, de ir, vir, ficar, se pronunciar e se expressar artisticamente.

As Ditaduras no Cone Sul da América Latina produziram uma das maiores atrocidades contra seus cidadãos, enveredados pelo discurso da luta anticomunista, levou a região a um dos mais sangrentos período da história desses países, aliado aos interesse de grupos, instituições e países que financiaram esses golpes, como o governo norte-americano de presidente Richard Nixon, a Igreja Católica, além de empresários e políticos latino-americanos e grandes corporações mundiais, principalmente ligadas à indústria automobilística e petroleira, como os grupos Volkswagen, Ultragás, Mercedes Benz, Molinos Río de la Plata, La Veloz del Norte, LEDESMA, MADECO, Aznárez, Vargas Garmendia, y Cardoso Cuenca. Sem sombra de dúvida esses não foram os únicos, mas nos dão uma pequena dimensão da importância do capital local e internacional no financiamento das ditaduras.

Em interessante publicação Vitória Basualdo nos revela como se deram essas relações no texto *Grandes empresas y dictaduras en América Latina durante la Guerra Fría: nuevas contribuciones*, observando os processos ocorridos na Argentina:

Ford Motor Argentina y Mercedes-Benz y por otro lado Siemens, dedicada a actividades de ingeniería, construcción y energía, casos que se analizan desde perspectivas distintas. El caso de Ford, uno de los más emblemáticos tanto en términos de la intensidad represiva como del proceso de judicialización, que culminó con una condena histórica en primera instancia en 2018, confirmada por la Cámara Federal de Casación Penal en 2021. (BASUALDO, 2022, p. 42)

Em outra passagem, a autora se refere ao caso brasileiro apontando que

las grandes empresas de ingeniería, particularmente Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht y Mendes Júnior, se convirtieron al final de la dictadura, que había iniciado en 1964, en algunos de los más grandes grupos económicos del país.<sup>17</sup> Esto se basó en que uno de los rasgos centrales de la etapa

fue el desarrollo de proyectos eléctricos y viales de gran envergadura, incluyendo la autopista Trans-Amazónica, la planta nuclear de Angra dos Reis, y la represa hidroeléctrica Itaipú, la más grande del mundo en ese momento, entre otros, pero también en el desarrollo de obras de construcción e infraestructura a nivel internacional, lo que llevó a estos grupos a encontrarse entre los más grandes del mundo. (BASUALDO, 2022, p. 42)

Neste estudo, focalizamos o trabalho de resistência realizado por meio do ativismo de mulheres artistas plásticas, nele analisamos algumas obras representativa de seis artista que atuaram ativamente em seus países durante as ditaduras, são elas: Cybèle Varela, Ana Maria Maiolino e Maria Lídia Magliani, no Brasil; Virginia Errázuriz, no Chile; Diana Dowek, na Argentina; e Hilda Lopes, no Uruguai.

As artes plásticas foram marcadas pela irreverência e a resistência nos anos mais sombrios de ditadura na América Latina. No Brasil, os anos de 1964 a 1985 gestaram uma política repressora, que se manteve mesmo com a democratização do país. Mas os anos de chumbo revelaram mulheres com talento e perspectiva artística *sui generis*, como será o caso de Cybèle Varela, que em 1967 terá a obra *O Presente*, censurada, retirada da exposição e que recentemente pudemos ter contato, quando em 2018, a artista reproduz a obra por conta das comemorações dos 60 anos do MAC/USP.

Imagem 1: *Presente*



Fonte: Cybèle Varela, MAC/USP, (1967-2018)<sup>2</sup>

A obra de Cybèle possui uma potência crítica representativa encetada na própria atmosfera dos anos iniciais da ditadura, uma vez que fica evidente que a obra representa a necessidade de

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.mac.usp.br/mac/expos/2023/cybele-varela/index.html>

combater o militarismo imposto à sociedade, com a deflagração da ditadura civil-militar, em 1964. A obra que possui o formato de uma caixa, em que, quando fechada, parece desprezível, mas, ao ser aberta, revela o mapa do Brasil, uma farda de general e um coração vermelho com um trecho do Hino à Bandeira, em letras pretas, fabulando: “Recebe o afeto que se encerra em nosso peito juvenil”. Temos ali, uma clara reflexão de como os militares estavam apelando para o patriotismo descabido e apelativo, tal como vimos nos últimos anos, quando vários símbolos nacionais foram arbitrariamente apropriados pelos movimentos de extrema-direita.

Uma faixa com as cores azul-claro e branco se esvai como um rio de lágrimas da cabeça minúscula do militar, que me arrisco a interpretar que podem ser de um general, que conta com 24 estrelas, as quais representariam os estados brasileiros na época. O rio azulado como faixas lembram a bandeira da vizinha Argentina, que em 1966 também sofre um golpe de estado que culminaria no primeiro etapa da ditadura civil-militar argentina, (1966-1973), a qual proibiu o peronismo de disputar as eleições e voltou ao poder novamente entre 1976-1983.

O ativismo fez com que Cybèle também buscasse recuperar em sua obra os contrastes discursivos, que envolvem Cristino Gomes da Silva Cleto (Corisco, o “diabo louro”), como personagem da história brasileira marcado pelos signos da vilania e do heroísmo, um herói sem caráter, como Macunaíma. Corisco se tornou o mais famoso cangaceiro do bando de Virgulino Ferreira da Silva (Lampião, o Rei do Cangaço). A artista, em sua tela, tenta recuperar ora a história da morte do cangaceiro, em 1940, ora se reportar ao Filme de Glauber Rocha *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de 1964, quando são expressos os signos da valentia e da esperança de luta contra o autoritarismo dos regimes ditatoriais. Podemos identificar essa forma de conceber o cangaço, o aproximando aos movimentos de guerrilha, quando na tela Cybèle convoca a população para o levante, ao utilizar mais de uma vez a frase “mais fortes são os poderes do povo”, que saltam aos olhos por meio de balões animados, como nas histórias em quadrinhos.

A tela com forte influência do tropicalismo e da cultura pop, se apresenta como uma página complexa de história “sem quadrinho”, uma composição que adjunta o corpo de um cavalo, uma alusão à alcunha do cangaceiro, relativa a várias referências, como a que associa a ideia de cavalo selvagem, como na novela de Assis Brasil: *Corisco, o último cavalo selvagem*. A obra Cybèle, expõe de um lado o heroísmo do “diabo louro”, quando se mostra feliz saltando à cavalo (no canto inferior da tela), ou empunhando a pistola (no centro inferior da tela) de peito aberto bradando: “eu não me

entrego não! Eu me entrego só na morte, de parabelo<sup>3</sup> na mão!”. Essa arma de fabricação alemã, curiosamente, ficou muito famosa na primeira e segunda guerras mundiais. Outra leitura que proponho da obra de Cybèle, é a associação da morte de Corisco à Ditadura Vargas (1937-1945), já que foi nesse período que o cangaceiro foi morto, mesmo já não estando mais no cangaço, como atesta Jorge Vilela (1997, p. 86). Desse modo, Vargas seria metaforicamente uma mão armada da Gestapo Alemã, no Brasil, por conta da referência à parabelo, mas também por conta dos diversos movimentos que o governo brasileiro realizou de alinhamento e simpatia com o governo nazista de Hitler, como a criação de campos de trabalho forçado impostos às comunidades japonesas em Tomé-Açu no Pará e os campos de trabalho forçado nas imediações de Fortaleza, para impedir que os retirantes nordestinos ocupassem a Capital do Ceará. Vejamos a tela a seguir:

Imagem 2: *Corisco*



Fonte: Cybèle Varela, 1966, Óleo sobre tela.<sup>4</sup>

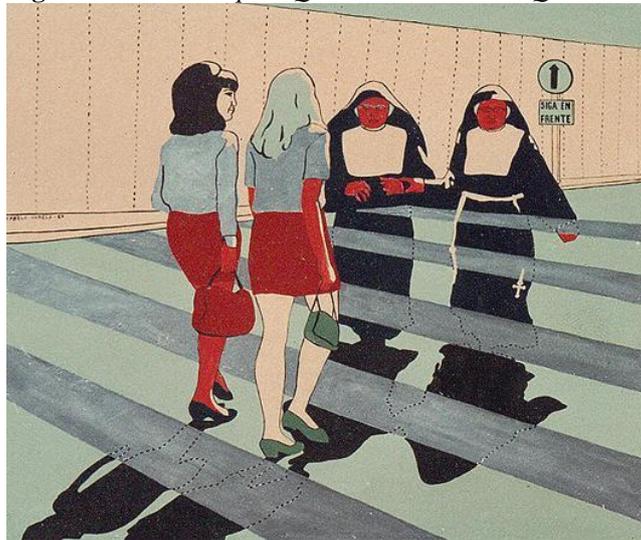
Ao fundo a imagem traz um grupo de cangaceiros que, em ciranda, empunham pistolas em uma noite estrelada, representando a luta do cangaceiros e a união de todos os povos, pois as cores dos rostos são plurais, temos brancos, negros, vermelhos e amarelos, representando a diversidade étnica brasileira, em contraste com a imagem do “diabo louro”, ao centro no coração do cavalo.

<sup>3</sup> Se refere possivelmente à **Pistola Luger** (1908), calibre 9 mm, também chamada de parabellum, com cano de 4 polegadas. A pesquisadora Priscyla Viana atesta o uso dessa pistola pelos cangaceiros, tanto que assevera: “A Luger Parabellum foi uma das pistolas que foi utilizada pelas cangaceiras, pelos cangaceiros e, principalmente, por Lampião. No trágico acontecimento de Angicos, na qual resultou em sua morte, Lampião estava usando na sua cintura duas pistolas Parabellum.” (2018, p. 52).

<sup>4</sup> Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra9533/corisco>

Em outra obra observamos o ativismo de Cybèle Varela com outros contornos, ela nos direciona ao questionamento da sociedade patriarcal e os efeitos dessa violência contra os corpos femininos. Me refiro a tela *De Tudo Aquilo Que Podia Ter Sido e Que Não Foi*, de 1967, nela encontramos duas duplas em posições opostas, quatro mulheres, duas freiras que estão em posição frontal, se encaminhando para as duas outras mulheres, que parecem caminhar de maneira tranquila por um faixa de pedestres, mas a faixa sobrepõe as personagens percebidas como religiosas do meio do corpo para baixo, vestidas com seus hábitos de freiras uma delas como se tivesse abismada segura abruptamente o braço da outra religiosa. Vejamos a seguir a tela:

**Imagem 3:** *De Tudo Aquilo Que Podia Ter Sido e Que Não Foi*



Fonte: Cybèle Varela, 1967, Esmalte sintético sobre madeira, Itaú Cultural.<sup>5</sup>

Seus corpos pontilhados sob a faixa de segurança, sob a imagem nos fazem pensar que a morte e a perseguição, durante a ditadura, atingiu, indiscriminadamente, as mulheres, sejam elas representantes da modernidade e da juventude revolucionária, seja do recato e do conservadorismo das religiosas.

A seguir temos a outra sequência, em formato de um tríptico complexando ainda mais a formulação realizada na tela anterior, que possui o mesmo nome. Mas apresenta uma compreensão ainda mais plural da anterior, as posições se invertem e se misturam quando o amálgama e a mutação das personagens fica mais evidente ao ponto de a freira aparecer na imagem de minissaia como se estivesse trocando de lugar com a jovem, em que a parte inferior de sua roupa passa a ser uma minissaia e a da jovem uma saia longa.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra9531/de-tudo-aquilo-que-podia-ter-sido-e-que-nao-foi>

O diferencial da sequência em relação a tela individual está na ampliação dos efeitos de apagamento e tons mais quentes, como se fosse uma ampliação do efeito de choque sobre os corpos femininos. A dicotomia visual de dois modelos femininos, no tríptico se esvai, hibridizando os corpos, seja por conta do efeito de apagamento ou ausência de partes dos corpos, como se estivesse se referindo às formas de subtração e desaparecimento dos corpos femininos pela ditadura, vejamos a tela a seguir:

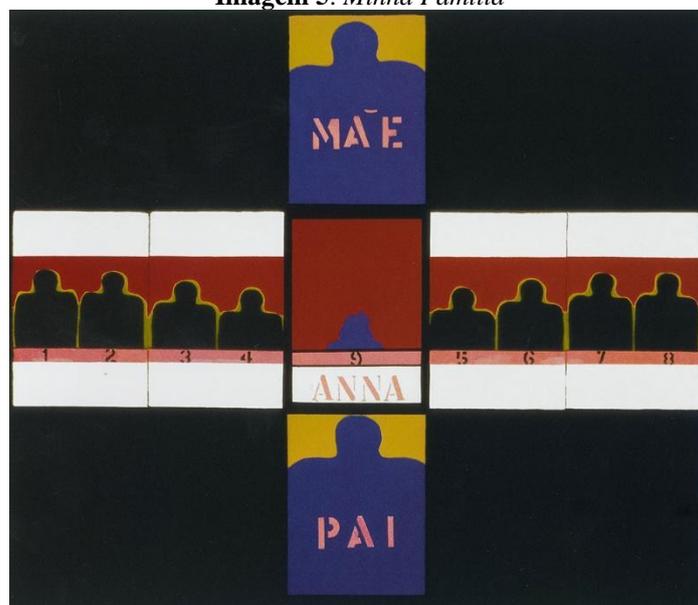
**Imagem 4:** *De Tudo Aquilo Que Podia Ter Sido e Que Não Foi (I, II e III)*



**Fonte:** Cybèle Varela, 1967. Esmalte sintético sobre madeira, MAC/USP<sup>6</sup>

Essa mesma perspectiva sobre a ação autoritária dos movimentos de repressão contra a sociedade de maneira generalizada, pode ser observada na obra de Ana Maria Maiolino, que em 1966, nos apresenta a tela *Minha família*, nela observamos que as famílias estão assujeitadas de tal modo, que estão sendo caçadas, dispostas na tela como em um vitrine de tiro ao alvo e o ANNA, encontra-se no centro da perseguição, como o boneco nº 9, central, entre a MÃE e o PAI, sem saída.

**Imagem 5:** *Minha Família*



**Fonte:** Ana Maria Maiolino, 1966, Coleção Gilberto Chateaubriand - MAM/RJ

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.mac.usp.br/mac/expos/2023/cybele-varela/index.html>

Essa forma de representar, mostra-nos que sem saída, estão ela, a família e os demais que formam a tela-cruz, encruzilhada, fúnebre, em o fundo negro. se destaca diante dos corpos patrióticos relegados à morte.

As inúmeras tentativas de calar e cercear homens e mulheres, mas principalmente as mulheres será discutido na instigante fotografia performática realizada pela artista, vejamos que, na em *O que sobra*, fica evidente a direta ação tolhedora de calar. A língua sendo evidenciada para ser cortada por uma tesoura, neste caso, um movimento de autoflagelo, expressa como os tempo sombrios impede que haja qualquer forma de resistência, questionamento das ações sobre o corpo feminino.

**Imagem 6:** *O que sobra*



**Fonte:** Ana Maria Maiolino, 1974, Reprodução fotográfica Sérgio Guerini/Itaú Cultural

Essa fotografia, possui outras duas complementares, que nos mostram o uso da tesoura cortando o nariz, quando associamos a *foto-performance* de Maiolino, com outra *foto-performance*, de 1976, *Aos poucos* da série *fotopoemação* encontramos a mesma matéria da censura, mas percebida com outros contornos. Se a primeira descreve a violência eruptiva que ataca e dilacera, em aos poucos, vemos que a artista já nos direciona a compreender que o que impede as mulheres de se manifestar, de narrar sua própria história, de se compreender como protagonista de si são as vendas que são colocadas sobre elas, em que não vê e por isso, não tem condições de questionar ao que é submetida. Aos poucos essa venda vai caindo em direção à boca, fazendo com que além de não poder enxergar, também não pode falar. Essa amplificação dos cerceamentos contra os corpos femininos foram geradores de inúmeras denúncias pelas artes, mas não foram apagados por Ana Maria Maiolino. Entretanto, entendo que todas essas proibições tendem a ter um fim, pois a venda continua a descer,

pode ela fixar apenas na boca, liberando-as para enxergar, mesmo assim, a performer não abre os olhos, pois ficou durante muito tempo sem poder ver. A sequência se encerra com a venda liberando a boca, como se estivesse caindo do seu rosto e a libertando da possibilidade de constituir-se mulher e expressar suas opiniões, mas a *foto-performance* mantém o silêncio, como efeito da própria ditadura civil-militar, que iniciou como se ninguém visse, depois foi calando toda forma de oposição, e, aos poucos, passa se revela, mas continua agindo como se nada estivesse ocorrendo. Quero compreender que em *Aos poucos*, a artista deseja nos mostrar que há esperança, e que é possível derrubar a censura e o autoritarismo sobre os corpos femininos, como é possível derrubar a ditadura. Vejamos a seguir a sequência da *foto-performance*.

**Imagem 7:** *Aos poucos*



**Fonte:** Ana Maria Maiolino, 1976, Série *Fotopoemação*<sup>7</sup>

O terceiro nome desse estudo sobre ativismo de mulheres artistas nas ditaduras do cone sul é a produção de Maria Lúcia Magliani, que se utilizava do neoexpressionismo para questionar a situação política brasileira e, principalmente a condição dos corpos femininos e da própria expropriação da mulher na sociedade machista, tema que lhe foi caro até o fim de sua vida. Uma das poucas artistas negras que ganhou protagonismo na arte Brasileira, ela foi responsável por quebrar várias barreiras,

<sup>7</sup> Disponível em: <https://raffaellacortese.com/exhibition/2019/anna-maria-maiolino-aqui-e-agora/>

gaúcha, nos anos 1960, lutou contra a censura nas artes com obras que de repercussão internacional como a tela abaixo:

**Imagem 8:** *Objeto de Cena*



**Fonte:** Maria Lúcia Magliani, 1976, Fotografia Walter Fagundes/Itaú cultural<sup>8</sup>.

320

A denúncia contra a realidade repressiva que assola a sociedade latino-americana, especialmente a brasileira, pode ser compreendida na pintura em óleo sobre tela de *Objeto de cena*, que revela o processo de zumbilização produzida pela tortura, como é o caso dos choques elétricos ilustrados por Maria Lúcia, uma reflexão que se põe diante de um capacete repleto de plugs e cabos que os interligam, como se fosse uma experiência científica, mas com requintes de crueldade, um dos cabos cerca o pescoço, remetendo ao enforcamento, outro cabo está sobre a testa, revelando um instrumento de tortura muito usado a coroa de cristo de cristo, em oposição à tranquilidade do semblante, que revela a normalização e naturalização dos instrumentos de tortura, já que se tornam um adorno, em que a tez plácida, criticamente, os efeitos nefastos sobre os torturados, já que os impõe um trauma contínuo, que os perseguirá por anos a fio.

Essa normalidade da violência será discutida por Maria Lúcia em outro trabalho muito representativo de seu ativismo contra a censura na ditadura civil-militar brasileira, trata-se da série *Anotações para uma estória* (1976), que utiliza uma técnica que mistura colagem de jornais, com textos impactantes e alusivos ao período histórico, combatendo o apagamento do autoritarismo de estado, na tela a seguir *personagem*, vemos novamente a tortura com fios que se dispõe como uma forca, que se encontra na direção da boca, que se encontra vedada, mas que se pode ler os dizeres

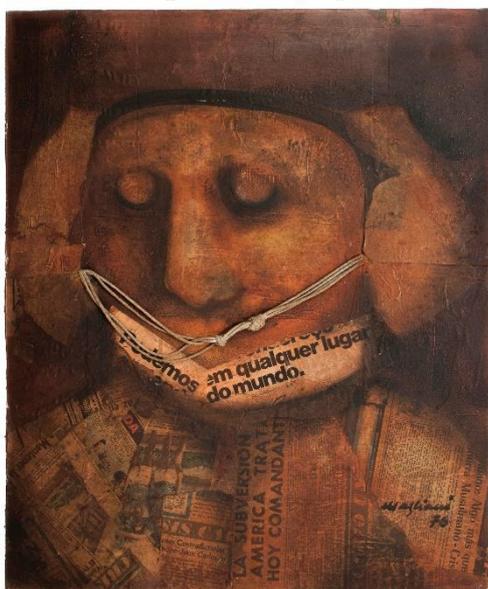
<sup>8</sup> Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra58922/objeto-de-cena>

“podemos” “em qualquer lugar do mundo.”, no corpo desse personagem vários recortes de jornais em espanhol, como destaca Ana Laura Benachio (2015, p. 256):

A representação do corpo é constituída por recortes de jornais, com algumas manchetes legíveis, que versam sobre política e cultura, atentando para o detalhe que os textos são em língua espanhola. Destacam-se palavras como “guerra muçulmana”, “subversão [...] América [...] comandante” e a presença de uma tirinha da Mafalda, personagem de Quino (1932), conhecida por ser uma menina muito crítica, que levanta importantes debates sobre política, educação, condições sociais, entre outras.

Vejamos a seguir a tela *Personagem* e o efeito visual que ela nos aponta, temos o ativismo político que sem sombra de dúvida combate à ditadura.

**Imagem 9:** *Personagem*



**Fonte:** Maria Lúcia Magliani, 1976, IA UFRGS.<sup>9</sup>

Entretanto será com a série *Elas*, que Maria Lúcia Magliani produzirá maior incômodo na sociedade gaúcha, pois a crítica proposta ultrapassa os aspectos político ligados à ditadura e pauta outras formas de aprisionamento e autoritarismo, que estão no cotidianos das mulheres, que por conto da forte imposição cultural são compreendidas para serem adornadas e não para serem percebidas em suas múltiplas pluralidades de formas e corpos. Os modelos determinados, e impostos ao corpo feminino, em 1977 serão ressignificados, cheios de insinuações e malformações, se trata de uma série de desenhos, pinturas e xilogravuras que pudessem ressignificar o desejo e o prazer dos corpos femininos, que passam a ser evidenciados seminuas ou nuas, em que seios, púbis, coxas, pernas, ventre são de mulheres gordas e obesas, marcadas pelo uso de lingerie transparentes, insinuantes

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervopbsa/acervo-do-instituto-de-artes-ufrgs/anotacoes-para-uma-estoria-personagem/>

com cintas liga, meias e saltos. Sem dúvida Magliani nos provoca a questionar os modelos instaurados pelas dançarinas de cancan ou pelas vedetes dos teatros de revista, com corpos provocantes e sedutoras. A artista, nos prova que o desejo e o prazer junto aos corpos femininos precisa quebrar os modelos e nos levar a experimentar a imperfeição como o princípio e não representação do insólito. Vejamos um dos desenho a seguir:

**Imagem 10:** Sem título. Série Ela



**Fonte:** Maria Lídia Magliani, 1979, Óleo sobre tela<sup>10</sup>

Maria Lídia Magliani, Ana Maria Maiolino e Cybèle Varela, de formas muito diferentes entre si, constituíram-se como grandes nomes do ativismo feminino nas artes brasileiras, esses nomes não foram os únicos, mas acreditamos que foram representativos para salientar neste estudo. A pesquisa que buscou visibilizar as artistas visuais durante as ditaduras do Cone Sul se completará com a apresentação de artistas de outros três países como serão os casos do Chile, Uruguai e Argentina, mostrando como a arte produzida por mulheres também se fez ativista seja com pautas relativas ao combate às ditaduras na América Latina, seja ao combate aos autoritarismos impostos historicamente às mulheres, pobres e LGBTQIAP+, entre outros, que por muito tempo foram impedidos de contar suas histórias e mostrar como pensam, seja no âmbito político, seja no âmbito social.

A seguir vamos enveredar pela obra de artistas de outros três países do Cone Sul, iniciaremos com a análise sobre a produção artística de Virginia Errázuriz, que com a série *Cancelados* ilustra a capa desta edição da Revista Margens, para a qual dedicamos a escrita deste texto. A escolha pela

<sup>10</sup> Disponível em: <https://artishockrevista.com/2022/07/30/maria-lidia-magliani/>

imagem foi movida pela interessante reflexão que a artista chilena propõe em sua obra, um trabalho precioso que envolve a modulação de fotografias de militantes sequestrados e desaparecidos durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), iniciado por um golpe militar que ataca o Palácio de La Moneda, sede do governo chileno, destituindo o presidente socialista Salvador Allende, que neste mesmo dia, teria cometido suicídio. Este ano, em 11 de setembro o golpe de estado completa 50 anos e será lembrado para que não se repita e que possamos refletir sobre os efeitos nefastos desse governos autoritários.

O modelo de golpe será aparentado nos vários países do Cone Sul. A ascensão de governos socialistas ou de esquerda produziram insatisfação entre os campos conservadores, os grupos econômicos e religiosos, pois, a própria guerra fria, determinava os padrões da política regional e internacional, o que produziu as perfeitas condições para que os Estados Unidos e as grandes corporações econômicas financiassem a constituição de diversas ditaduras na América Latina.

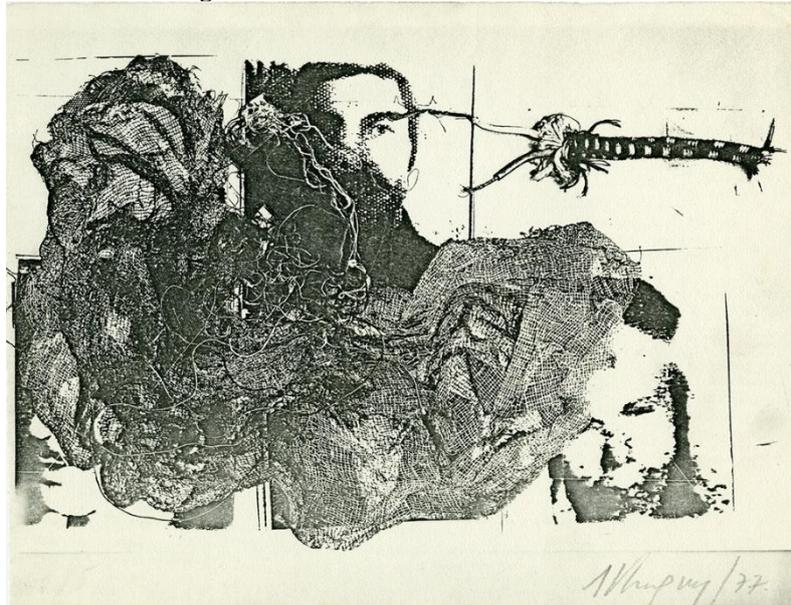
O trabalho de Virginia Errázuriz, propõe a denúncia dos processos de desaparecimento forçado, expressos nas imagens borradas em negro, que levam ao apagamento, envolvidas por uma tela ou tecido muito fino que ao mesmo tempo de esconde, tem certa transparência para nos mostrar, os rostos que ainda não foram cancelados, mas estão em processo de apagamento. A artista faz um jogo visual com o trabalho manual dos bordados ou da cesura, quando utiliza agulha e linha sobre a tela:

**Imagem 11:** *Sen título, de la serie cancelados*



**Fonte:** Virginia Errázuriz, 1977, Colección Leticia y Stanislas Poniatowski

O projeto estético do ensaio visual de Virginia nos revela uma complexa teia de significações pois um dos efeitos propostos no ensaio é a aniquilação produzida pela ditadura:

**Imagem 12:** *Sen título, de la serie Cancelados*

**Fonte:** Virginia Errázuriz, 1977, Colección Leticia y Stanislas Poniatowski.<sup>11</sup>

324

Na parte superior esquerda da imagem, temos a ditadura metaforizado por uma verme, que seria na peça o responsável por esses cancelamentos, seriam eles alienígenas, vindos de outros planetas, certamente não são, mas agem como se fossem, como se estivessem caçando uma outra espécie. Estamos diante do pior dos predadores o ser humano, que durante séculos tem sido o maior destruidor de todos os tempos, seja contra seres de outras espécies, como tem acontecido com diversas espécies animais e vegetais completamente extintas por conta da implacável ganância econômica, seja contra seres da mesma espécie, que muitas vezes são cancelados, por conta de disputas territoriais, pela ignorante superioridade de raça, seja pela divergência política, seja pela diferença social. Todos esses cancelamentos são modelagens múltiplas de um mesmo germe o da intolerância e arrogância, que fazem com que grupos, governos, povos se unam para cancelar um ou mais seres, como atualmente ocorre em meio virtual com os cancelamentos na rede mundial de computadores. Sem dúvida este último com marcas muito menos danosas, mas que podem levar a morte ou ao suicídio do cancelado.

O trabalho de engajamento político nos revela muitas facetas e o trabalho a seguir une a delicadeza e a potência das imagens por si só. Refiro-me à produção de Diana Dowek, a primeira peça de 1972, está relacionada ao primeiro período de ditadura na Argentina, denominado de *revolución argentina*, que retirou do poder o presidente Arturo Umberto Illia, em um golpe de estado

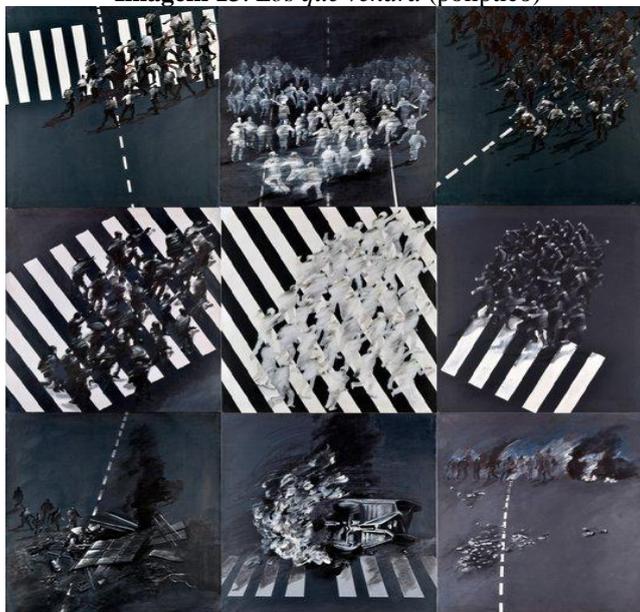
<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.ceda.cl/desaparicion-forzada-y-grafica-experimental-en-los-cancelados-de-virginia-errazuriz-1977-1980/>

deflagrado em 28 de junho de 1966. Esta ditadura, mesmo sendo pouco debatida, produziu muitas fugas de cérebros e o nascimento de organizações guerrilheiras. Em *La pintura es un campo de batalla*, Alberto Giudici, considera que a obra de Diana Dowek,

esta atravesada por la historia y la mirada [...]. Ante todo como la saga visual de una artista que vivió y recreó jalones-jirones, más bien de la historia nacional. El punto de vista marca su inflexión con el tiempo vivido. Casi brechtiana, toda su producción respira un tiempo de ausencias, pero no solo porque gran parte de los lienzos aluda a los desaparecidos, sino porque lo que non se muestra, lo que no está, tiene una pulsación misteriosa cargada de silencios entrecortados, de reiterados desasosiegos. (Apud DOWEK, 2013, p. 39)

Diana Dowek nos apresenta na obra *Los que Vendrá*, sua reflexão sobre a ofensiva das organizações guerrilheiras na Argentina, as chamadas *puebladas*, organizadas contra o governo ditatorial entre 1959 e 1972, que tomaram as ruas e foram fortemente reprimidas pela ditadura, tanto nos governos de Roberto Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973). Desses movimentos se destacaram o Rosariazo e o Cordobazo. Causadores de muita instabilidade política no país. Diana Dowek recupera os conflitos do Cordobazo e representa-o à seguir:

**Imagem 13:** *Los que vendrá* (políptico)



**Fonte:** Diana Dowek, 1972, Colección Museo Nacional de Belas Artes

Em busca de se manter no poder, o governo ditatorial de Lanusse, acuados depois das *puebladas* tiveram que organizar eleições em 1973, para se legitimar, permitindo os peronistas pudesse disputar as eleições, depois do banimento de 1955, mas sem a participação de Juan Domingos Perón, que foi impedido de disputar o pleito. Mesmo sem Perón, o Partido Justicialista (PJ), que na

época se chamava Frente Judicialista de Liberación (FREJULI)<sup>12</sup>, ganha a eleição, com Héctor José Cámpora, que se manteve no poder por apenas 49 dias, renunciando para a realização de novas eleições, desta vez, com Perón, que foi vitorioso com mais de 62% dos votos .

Este tempo conturbado, e marcado pelo nascimento de vários grupos revolucionários, que *Los que vendrá (políptico)*, de Diana Dowek se constitui. Inspirado no Cordobazo de 29 e 30 de maio de 1969 e o segundo Cordobazo, também conhecido como Viborazo de 15 de março de 1971, a artista produz uma obra muito contundente. Vejamos como Alberto Giudici analisa esta obra:

Un gran políptico: *Lo que vendrá* de 1972, compuesto por nueve paneles: grupos de manifestantes corriendo, un colectivo envuelto en llamas. Son los años que siguieron al Cordobazo. En esta obra ontológica todo está fijado y todo se mueve, como una secuencia fotográfica obturada a baja velocidad. Desde su mismo título, tiene algo profético este conjunto dominado por la ansiedad, por lo que es y por lo que será. (Apud DOWEK, 2013, p. 39)

Vemos que a obra de Dowek, joga com as imagens como se estivesse montando um jogo da velha, quando temos a oposição entre os militares e a população, peças brancas e negras sobrepostas, em campo de batalha em que não sabemos ao certo quem venceu. Temos a sensação de movimento observado por Alberto e acrescento que ela não poderia é desordenada, não se trata de uma sequência, mas de perspectivas múltiplas dos conflitos, em que ora temos o protagonismo das peças negras, ora o protagonismo das peças brancas levadas ao choque e à dispersão, como um jogo, que não teve vencedores, apenas conflito.

**Imagem 14:** *Argentina '78*



**Fonte:** Diana Dowek, 1978, Colección Museo Nacional de Belas Artes

<sup>12</sup> Ver SOUZA, 2013

A arte de Diana Dowek em *Argentina '78*:, possui o mesmo teor crítico encontrado na obra que analisamos anteriormente de 1966. Aqui encontramos um jogo simbólico representativo, pois os alambrados, o arame farpado cerando uma janela nos transporta para um tempo de exceção, em que a artista busca conflitar a copa do mundo de 1978 às ondas de desaparecimento, tortura e morte . Vejamo-la a seguir:

Dowek, novamente marca sua obra com elementos do tempo presente, pois recupera o acirramento do autoritarismo em meia a realização e a vitória da seleção argentina de futebol, da primeira copa do mundo que organizou, em meio a denúncias de favorecimento e de manipulação do governo para que a Copa do Mundo se tornasse a principal estratégia de publicidade pro regime e o escamoteamento dos atos terrorista da ditadura civil-militar (1976-1983), dirigida por uma junta governamental, que ficou conhecida como o *Proceso de Reorganización Nacional*.

Para finalizar esse estudo, analisamos a obra de Hilda López, artista Uruguaia, que ganhou protagonismo durante a ditadura civil-militar de seu país, inicialmente por construir uma composição marcada por grandes planos que representam espaços abertos, interiores obscuros adjuntos às cenas urbanas, que expressam o contraditório monumentalismo em tempos sombrios de ditadura, em séries como *Pueblos* (1981), *Campo* (1983), o *El problema principal es la pobreza* (1988), quando são discutidos, respectivamente, o vazio humano, as penúrias sociais do interior do seu país e uma sequência de testemunhos sobre a ditadura militar no Uruguai. Hilda em seu projeto estético se utiliza bastante o negro e outras cores escuras para contrastar com os espaços branco e luminosos para representar povos, artistas, ruas vazias ou abandonadas. Jorge Abbondanza, analisa a obra de Hilda López, salientando que ela

Reaparece más tarde, a fines de los años 70, para restablecer su presencia en el ambiente plástico y entregar una nueva vertiente de creación, dotada de espíritu documental, que inaugura con "Los retratos", serie de efigies de uruguayos prestigiosos que asume un significado emblemático, culminando con las maletas abandonadas de "Los adioses" en un momento de pavorosa emigración, y continuando con el vacío humano de "Los pueblos", las penalidades sociales de "El campo" y la estampa de la niñez callejera en "El problema principal es la extrema pobreza", con lo que redondeó una secuencia testimonial que a lo largo de una década dio cuenta de los golpes que sufrió el país, cuyo semblante ella ilustraba con ojo tan penetrante. (EL PAÍS, 15 de septiembre de 2009)

Vejamos a sequência de telas da série *El problema principal es la pobreza*, nelas vemos muito bem a importante denúncia realizada pela arte de Hilda López, que não se cala diante do autoritarismo e da perseguição realizada pela ditadura civil-militar.

**Imagem 15:** *El espacio representado*

**Fonte:** Hilda López, Museo de Bellas Artes, Uruguay, 2022<sup>13</sup>

Novamente opta por utilizar a atmosfera cinza, a sombra e a escuridão como forma de significar o seu tempo presente marcado pelo olhar penetrante do sofrimento do povo nas ruas.

328

A série de retratos de Hilda López, produzido em 1977, faz opção por construir espaço para a visibilização dos artistas de seu tempo que precisavam ser lembrados para que não se esqueçam o papel da arte e dos artistas para produzir reflexão e tirar o país do ostracismo e do silenciamento.

**Imagem 16:** Retrato de Eva Olivetti; Espíndola Gomes; Juan Campagory

**Fonte:** Hilda López, 1977, Museu Nacional de Arte Visuais

<sup>13</sup> Disponível em: <https://blanes.montevideo.gub.uy/exposiciones/exposiciones-transitorias/el-espacio-representado-hilda-lopez>

Foram retratados Miguel Bresciano, Juan Campagory, Espíndola Gomes e Eva Oliveti. Os qual reproduzimos a seguir, fixando um estilo expressionista, que denuncia a perseguição de artista durante a ditadura civil-militar uruguaia (1973-1985), sua obra tem o compromisso em borrar as páginas expondo uma aura dos retratados para que os fixemos, em tempos obscuros que procuram apagar as imagens de seus artistas. Diferente do que encontramos no início da obra de Hilda López, que privilegia o expressionismo dos lugares e a ausência de pessoas.

O ativismo de López é reconhecível e deixa bastante evidente como a arte tem importante papel no combate ao autoritarismo dos estados ditatoriais que durante duas décadas assaltaram o século XX nos países do Cone Sul.

Este texto percorreu muito rapidamente quatro países que tiveram em comum durante os anos de 1964 a 1990 governos repressores que perseguiram, sequestraram e mataram diversos de seus cidadãos e grupos opositores aos regimes ditatoriais, suprimindo direitos e censurando artistas e suas artes. Se este é um dado na história desses países isso é fato. Entretanto, considero fundamental que encontremos o espaço das artistas plásticas que fizeram de sua arte o lugar de seu ativismo feminino que denunciou e combateu os silêncios produzidos nesses tempos sombrios.

## Referências

BENACHIO, ANA LAURA. Maria Lúcia Magliani (1853–1929). In: GOMES, Paulo (Org.). **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo: Catálogo Geral (1910-2014)**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

CORRÊA, Larissa R.; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; MARTINS, Richard (orgs.). **Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2022. Disponível em: [http://www.editora.puc-rio.br/media/Repressao\\_aos\\_trabalhadores%20-%20ebook\\_final.pdf](http://www.editora.puc-rio.br/media/Repressao_aos_trabalhadores%20-%20ebook_final.pdf)

EL PAÍS, **Jorge Abbondanza sobre Hilda López**. Por: Jorge Abbondanza, 15 de septiembre de 2009. Disponible en: <https://blanes.montevideo.gub.uy/exposiciones/exposiciones-transitorias/el-espacio-representado-hilda-lopez/jorge-abbondanza-sobre>

FREITAS, Jimena de. **Obra de Hilda Lopes**. Uruguayeduca.org.uy. Disponible en: [http://uruguayeduca.anep.edu.uy/sites/default/files/inline-files/obras\\_de\\_hilda\\_lopez\\_0.pdf](http://uruguayeduca.anep.edu.uy/sites/default/files/inline-files/obras_de_hilda_lopez_0.pdf)

MNAV - Museo Nacional de Artes Visuales. **Hilda López**. MNAV [<http://mnav.gub.uy/cms.php>], Uruguay, SD. Disponible en: <http://mnav.gub.uy/cms.php?a=631>

MULHERES PINTORAS. Disponível em: <https://www.muherespintoras.com/pintoras-uruguayas/>

SOUZA, Camila Fontes. “Cámpora ao governo Perón ao poder”: as expectativas de transformações sócio-políticas em cartazes da campanha eleitoral da FREJULI, de março de 1973. In. **ANAIS**

**ANPUH:** conhecimento histórico e diálogo social. Natal: 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364775059\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2013CAMPORAAOGOVERNOPERONAOPODER.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364775059_ARQUIVO_ArtigoANPUH2013CAMPORAAOGOVERNOPERONAOPODER.pdf)

### **Autores no Dossiê**

Augusto Sarmiento-Pantoja  
Erika Johanna Lara-Vargas  
Eliana Pissano  
Gabriela Veras Iglesias  
Livia Prado Martins  
Maite Iglesias  
Rocio del Pilar Deheza  
Romina Verrua  
Tânia Sarmiento-Pantoja

### **Autores Artigos**

Eduardo Pellejero  
Josimere Serrão Gonçalves  
Rosani Ketzer Umbach  
Ruane Cláudia Queiroz Silva

### **Iniciação Científica**

Rafael Henrique Pimentel-Lobato  
Augusto Sarmiento-Pantoja

### **Resenha**

Marcos Rodrigues

### **Margens das Artes**

Augusto Sarmiento-Pantoja

